



# **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**

**RELATIVO A 2002**

## ÍNDICE

<b>1. Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão.....</b>	<b>4</b>
1.1. Enquadramento dos investimentos da DRPecuária na política sectorial .....	4
1.2. Projectos de Investimento incluídos no Programa Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional (PIDDAR) .....	4
1.3. Outros programas, projectos e intervenções .....	15
1.4. Actividades do Gabinete Jurídico .....	18
1.5. Actividades de Formação Profissional promovidas pela DRP .....	19
1.6. Correspondência, Arquivo e Documentação .....	19
1.7. Gestão de Recursos Humanos.....	19
1.8. Gestão dos Meios Financeiros .....	20
<b>2. Direcção de Serviços de Protecção Veterinária.....</b>	<b>22</b>
2.1. Introdução .....	22
2.2. Divisão de Higiene Pública Veterinária.....	24
2.2.1. Atribuição do Número de Controlo Vet. às Empresas Licenciadas que laboram Produtos Alimentares de Origem Animal, Sedeadas na RAM. ....	25
2.2.2. Atribuição do Número de Operador/Receptor aos Agentes Económicos que Operam na RAM e que Procedem a Trocas Intracomunitárias de Prod. Alimentares de Origem Animal ...	26
2.2.3. Controlos Veterinários .....	29
2.2.3.1. Controlos Veterinários .....	29
2.2.4. Licenciamento Sanitário .....	30
2.2.5. Plano Nacional de Controlo de Resíduos.....	35
2.2.6. Plano Estratégico Sectorial dos Resíduos Hospitalares .....	40
2.2.7. Sistema de Troca Rápida de Informação da União Europeia .....	41
2.2.8. Conclusões .....	41
2.3. Divisão de Saúde e Bem-estar Animal .....	43
2.3.1. Intervenção Clínica na Região .....	44
2.3.2. Desparasitações.....	44
2.3.3. Rastreio Sorológico de Brucelose e Leucose Bovina Enzoótica .....	45
2.3.4. Vacinações .....	45
2.3.5. Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis.....	46
2.3.6. Controlos.....	46
2.3.7. Sanidade Apícola .....	47

2.3.8. Perspectivas para 2003 .....	47
2.4. Divisão de Inspeção Veterinária .....	59
2.4.1. Inspeção Hígio-Sanitária dos Animais de Talho.....	59
2.4.2. Encefalopatia Espongiforme Bovina .....	71
2.4.2. Inspeção Hígio-Sanitária de Aves .....	81
2.4.3. Inspeção Hígio-Sanitária do Pescado.....	89
2.4.4. Emissão de Certificados de Origem e Salubridade de Produtos de Origem Animal Saídos da Região.....	96
2.4.5. Controlos veterinários aplicáveis ao comércio intracomunitário de produtos animais ou de origem animal.....	102
2.4.6. Controlos Veterinários Aplicáveis aos Produtos Animais ou de Origem Animal e Animais Vivos Importados de Países Terceiros .....	105
2.4.7. Conclusões .....	109
<b>3. DIRECÇÃO SE SERVIÇOS DE MELHORAMENTO ANIMAL .....</b>	<b>111</b>
3.1. Introdução .....	111
3.2. Estação Zootécnica da Madeira .....	112
3.2.1. Serviço de Inseminação Artificial.....	114
3.3. Centro de Ovinicultura da Madeira.....	121
3.3.1. Plano reprodutivo.....	121
3.3.2. Plano produtivo .....	122
3.3.3. Resultados obtidos .....	122
3.3.4. Outras actividades desenvolvidas no Centro de Ovinicultura em 2002.....	123
3.3.5. Projectos para o futuro .....	123
3.4. Identificação, Registo e Circulação de Bovinos Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos .....	124
<b>4. DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DO LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA....</b>	<b>132</b>
4.1. Introdução .....	132
4.2. Divisão de Patologia .....	132
4.3. Divisão de Bromatologia .....	134
4.3.1. Departamento de Microbiologia Alimentar .....	134
4.3.2. Departamento de Química .....	135
4.3.3. Divisão de Gestão e Qualidade .....	135

## **1. Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão**

### **1.1. Enquadramento dos investimentos da DRPecuária na política sectorial**

A pecuária madeirense tem um papel importante a desempenhar no abastecimento regional, sendo fundamental para a criação de riqueza, satisfação de necessidades básicas de consumo e garantia de qualidade e segurança alimentar dos produtos. No entanto, esse papel deverá ser compatibilizado com a necessidade de prevenir os impactos ambientais da actividade, promovendo a reconversão e modernização das explorações, e promovendo todas as acções inerentes ao funcionamento do sistema de segurança alimentar. Assim, o futuro do sector pecuário deverá assentar nos seguintes vectores estratégicos:

- Produção, inovadora e adequada à exploração sustentada dos recursos naturais.
- Qualidade, exigência obrigatória como forma de valorizar e dar credibilidade aos produtos.
- Investigação, experimentação e formação, para interligar os dois anteriores.

Dentro destes vectores definem-se os seguintes objectivos:

- Diversificar e acrescentar valor aos produtos locais (ex: modo de produção biológico).
- Melhorar a qualidade dos produtos.
- Melhorar as condições de competitividade dos produtores.
- Integrar recursos alimentares (subprodutos) no sistema produtivo.
- Garantir a segurança alimentar.
- Aumentar o nível de formação profissional.

Tendo por base estes vectores e objectivos, a DRPecuária, procura dinamizar as suas competências através da conjugação dos seguintes meios:

- 1) Dos diversos meios físicos que tem à sua disposição para a experimentação, divulgação e garante de qualidade, com os centros de apoio à produção de animais (a Estação Zootécnica da Madeira e o Centro de Ovinicultura da Madeira), o Laboratório Regional de Veterinária, a unidade laboratorial para rastreio da BSE, e os Centros de Atendimento Veterinário (Calheta e Porto Santo);
- 2) Dos diversos meios de intervenção regional e comunitária como o “Apoio Financeiro aos Riscos Inerentes à Actividade Agrícola no Ramo Pecuário”, o POSEIMA e o QCA III.
- 3) Dos meios científicos para consultoria e apoio científico, como a CICA – Centro de Investigação de Ciências Agrárias da Universidade da Madeira, e o Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores.

### **1.2. Projectos de Investimento incluídos no Programa Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional (PIDDAR)**

A DRPecuária tem vários projectos para dar corpo ao quadro de vectores estratégicos e aos objectivos definidos. Os relatórios de acompanhamento destes projectos são de seguida apresentados de acordo com a sua classificação orgânica.

#### **10 50 08 08 – Campo de Demonstração de Pastagens e Forragens no Modo de Produção Biológico**

Em Janeiro de 2001 foi iniciado o processo de certificação das pastagens ao Modo de Produção Biológico, ficando durante o ano de 2002 concluído o período de conversão.

O principal objectivo de criação de um campo de Demonstração de Pastagens e Forragens no Modo de Produção Biológico é a promoção e a expansão da Pecuária Biológica através da reunião de condições para responder às necessidades de formação e informação dos produtores que vêm transmitindo, há já algum tempo, vontade de praticar este modo de produção.

Em 2002 foram adquiridos vários equipamentos para facilitar as actividades agrícolas na Estação Zootécnica da Madeira e reduzir a necessidade de mão-de-obra, nomeadamente uma cavadeira, um derregador, um distribuidor de adubo, uma moto-gadaneira, uma grade de discos, etc. Foram ainda tomadas medidas necessárias para o bom desenvolvimento deste projecto nomeadamente a aquisição de cerca eléctrica para manutenção dos machos em pastoreio e a elaboração do projecto de rega.

Para 2003 prevê-se a elaboração de um plano de conversão do efectivo bovino ao Modo de Produção Biológico, a construção de algumas instalações e o início da implementação do sistema de rega. Pretende-se também efectuar campanhas de divulgação do Modo de Produção Biológico e demonstração das técnicas utilizadas a agricultores e outras pessoas interessadas. Durante o próximo ano contamos também concluir a elaboração do projecto para candidatura à acção 2.1.4. Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração do III Quadro Comunitário de Apoio.

#### **10 50 08 09 - Demonstração de Galinheiros segundo o Modo de Produção Biológico de Aves de Capoeira**

Este projecto que pretende ter na Estação Zootécnica da Madeira vários modelos de instalações para galinhas poedeiras, produzidas segundo o Modo de Produção Biológico de animais, de modo a que se possa dar a conhecer aos produtores interessados formas alternativas de criação de aves de capoeira.

Durante o ano 2002 foram construídos 2 galinheiros para o Modo de Produção Biológico de aves de Capoeira e foi atribuída pela Socert-Portugal a certificação para o Modo de Produção Biológico de um bando de galinhas de aptidão mista da raça Sussex. O objectivo de criação desta raça é a comparação das performances produtivas e adaptação ao modo de produção com o bando de galinhas poedeiras da estirpe ISA BROWN de forma a tirar conclusões sobre o compromisso rentabilidade/rusticidade. A opção por uma raça de aptidão mista prende-se com a valorização dos machos para venda como frango obtido segundo o Modo de Produção Biológico.

Foi adquirida uma incubadora e foi solicitado ao Organismo Privado de Controlo autorização para venda de pintos obtidos segundo o Modo de Produção Biológico. O pedido obteve parecer favorável e foi já emitida uma licença para o efeito.

Em 2002 foi também proposta uma derrogação ao período de conversão das pastagens da Estação Zootécnica da Madeira com o objectivo de poder comercializar os ovos como biológicos no início do ano 2003. Foi concedida a autorização.

Actualmente, não são comercializados alimentos compostos em Portugal para pecuária biológica, pelo que os ingredientes são produzidos ou adquiridos e a formulação das rações é realizada na própria exploração. Por esse motivo foi adquirido um moinho de martelos que permite reduzir o tamanho dos grãos de cereais, aumentando a sua digestibilidade e apetência.

Em Novembro deste ano foi adquirido um bando de 100 galinhas da estirpe industrial ISA BROWN. Com a criação de um bando de galinhas poedeiras de uma estirpe industrial, altamente

seleccionadas para a produção, pretende-se estudar a adaptação a uma forma de exploração extensiva e analisar as performances e os resultados económicos sob estas condições.

Considerando que a ração diária das aves deverá conter pelo menos 65% de cereais, que devem ser preferencialmente produzidos segundo o Modo de Produção Biológico, foram adquiridos cerca de 6.000 kg de grão. Em 2002 foi produzido na exploração grão de milho, feijão rasteiro e de trepar, couves e abóboras para a alimentação das aves.

No início do mês de Dezembro as galinhas da raça Sussex iniciaram a postura. Considerando que existem normas de comercialização de ovos que não poderão ser esquecidas mesmo em explorações de pequenas dimensões, considerando que os centros de classificação de ovos que existem na Região não estão preparados para lidar com as produções esperadas para explorações desta natureza, considerando que os ovos obtidos no Modo de Produção Biológico não deverão ser manipulados e armazenados simultaneamente em espaços onde existam ovos de produção convencional: assim a Estação Zootécnica da Madeira iniciou o processo para ter um centro de classificação de ovos que garanta os requisitos impostos por lei para comercialização dos seus produtos, ao mesmo tempo que reunirá condições de demonstração aos produtores que lhe queiram seguir o exemplo nesta actividade. Este Centro de classificação de ovos poderá também ser utilizado por operadores biológicos que tendo condições para produzir, estejam por outro lado incapacitados de criarem na sua exploração infra-estruturas de apoio à comercialização.

Durante a execução deste projecto, as situações mais complicadas que surgiram, mas que estão neste momento ultrapassadas, foram o picacismo no bando constituído por aves da raça Sussex, uma vez que não é permitido o corte de bicos neste modo de produção, e a dificuldade em encontrar no mercado alimentos biológicos e produtos sanitários alternativos. Outras das desvantagens é a falta de Informação técnica e assistência veterinária especializada em Pecuária Biológica em Portugal.

Em 2003 a Estação Zootécnica da Madeira pretende assinar um contrato de assistência técnica com um perito internacional em Pecuária Biológica que deverá seguir de perto a nossa produção e traçar linhas de desenvolvimento do sector na Região e ajudará na implementação e expansão local do Modo de Produção Biológico de animais.

#### **Alimentação das aves**

<b>Para 100 Kg de ração (Kg MS)</b>	
Cereais:	65
- Milho	19,5
- Rolão	13
- Mistura grão biológico	32,5
- Forragem verde	35

É ainda distribuído como complemento, triturado de casca de ostra e um suplemento mineral-vitamínico à base de plantas e leveduras.

#### **Taxa de postura**

Semana 23	8,12
Semana 24	15,94
Semana 25	36,23
Semana 26	50,72

**Efectivo – 69 aves**

### Registo de Pesagens

Semana	Fêmeas (média de peso)	Machos (média de peso)
23 (início da postura)	2,40 Kg	3,20 Kg

Relativamente ao controlo do parasitismo, nomeadamente à coccidiose foram colhidas sistematicamente amostras de fezes e enviadas para o Laboratório Regional de Veterinária. Da análise resultou a observação de oocistos de *Eimeria* sp, sempre em quantidades inferiores à necessidade de tratamentos. No entanto é fornecida regularmente na água de bebida um desparasitante natural à base de extractos de plantas.

No final do ano ficou concluída a elaboração do projecto e entregue para candidatura à acção 2.1.4. Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração do III Quadro Comunitário de Apoio.

#### **10 50 08 10 – Fabrico, Demonstração e Produção de Queijo de Ovelha e de Cabra**

Este projecto tem como principal objectivo dotar o Centro de Ovinicultura da Madeira de infra-estruturas e equipamentos para o fabrico de queijo de ovelha e de cabra, respeitando as normas higio-sanitárias e os níveis de fabrico que garantam uma boa qualidade, exigidas cada vez mais pelo consumidor e pela legislação em vigor. Pretende-se ainda, incentivar o fabrico de produtos tradicionais de qualidade, demonstrar as técnicas de fabrico a todos os interessados e transmitir as inovações tecnológicas utilizadas neste ofício.

Durante o ano de 2002, foi elaborado e entregue a esta Direcção Regional o ante-projecto da nova unidade de fabrico, estando, neste momento, em fase de análise. Os equipamentos adquiridos em 2001 foram, provisoriamente, instalados na unidade de fabrico existente, permitindo-nos dar continuidade ao fabrico de queijo fresco e de requeijão. O fabrico de queijo curado ficou suspenso devido a inexistência de câmaras de maturação.

Para o ano de 2003, pretende-se concluir o projecto desta nova unidade de fabrico, o caderno de encargos e o programa de concurso e proceder à abertura do respectivo concurso público.

#### **10 50 08 11 – Tipificação, Controlo de Qualidade e Promoção de Produtos Regionais de Origem Animal**

No ano de 2002, deu-se continuidade ao projecto, desencadeando-se um conjunto de acções de acompanhamento do processo tecnológico do requeijão como de colheita de amostras de matérias-primas – (leite) e do produto acabado (requeijão).

No sentido da caracterização e definição do processo tecnológico levou-se a cabo uma pesquisa escrita cumulativamente com uma outra oral, junto da população das áreas de produção, visando a origem e contornos deste saber popular. Como corolário das tarefas executadas, deu-se público testemunho no I Congresso da Macaronesia, com a apresentação da peça “Requeijão Madeirense” e amostra do produto e suas utilizações na doçaria regional.

#### Execução do projecto em 2002

- Inúmeras visitas às três Fábricas de Requeijão – Santo Queijo, Fátima Martins e Arsénio Martins, na área do Santo da Serra, Camacha e Guala.
- Colheita de 45 amostras de leite, cru ou acidificado, 3 soro de requeijão e 2 soro de queijo fresco, que envolveram a pesquisa de cerca de 315 parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos.

- Toma de 9 amostras de requeijão das diferentes fábricas e 2 de queijo fresco para análises bacteriológicas e físico-químicas. As primeiras realizadas no nosso Laboratório Regional de Veterinária e as segundas no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

### **Actividades para 2003**

#### **Requeijão**

Perspectiva-se um conjunto de tarefas no sentido de uma melhor padronização e caracterização do requeijão, tendo como fim último a denominação de origem, como seja a recolha de amostras de matéria-prima, leite cru e acidificado, requeijão, visando, atingir e avaliar as variabilidades, ao longo do ano, da composição do leite e suas repercussões no produto acabado.

#### **Linguiça do Norte**

Tentamos dar início à pesquisa oral sobre este derivado de porco, conhecido na costa norte da Madeira, sobretudo nos concelhos de São Vicente e Porto Moniz. Pretende-se, na medida do possível, promover a colheita de dados que permita desenhar origens e especificidades locais, com base nos relatos e nas receitas usadas.

Difícilmente se fará um ensaio de laboração para degustação e estudo comparativo com enchidos de origem nacional, mormente a região norte de Portugal, abrangendo parâmetros físico-químicos.

### **10 50 08 12 – Aproveitamento de Subprodutos da Agro-indústria para a Alimentação Animal**

O aproveitamento de subprodutos na alimentação animal constitui uma alternativa económica ao que se considera uma importante fonte de despesa de uma exploração. Dado o seu baixo custo permitem reduzir as despesas com a alimentação dos animais, e ao serem reutilizados deixam de constituir uma fonte de poluição para o meio ambiente.

Com a crescente preocupação no que concerne aos riscos ambientais, é necessário apostar na estratégia de redução de resíduos, aumentando, neste caso, a variabilidade de produtos alimentares disponíveis.

Relativamente ao ano de 2002 foi realizada, no âmbito deste projecto, uma visita técnica a uma exploração das Canárias, que utiliza ovinos como produção complementar à exploração agrícola que possui. Tratando-se de uma exploração que converge a produção agrícola (de banana) com a produção de ovinos, utiliza os subprodutos da primeira como alimento base dos arraçoamentos dos animais. Pretendeu-se com esta visita, estudar a viabilidade de implementação de uma exploração com estas características, prevendo a possibilidade de introdução destes animais na RAM, nomeadamente no Centro de Bananicultura da Madeira, nos moldes da exploração visitada.

Visto que já foram adquiridos, no final do ano, alguns ovinos para o Centro de Bananicultura, tem vindo a ser dado apoio técnico à mesma, quer através do projecto “Aproveitamento de Subprodutos da Agro Indústria para a Alimentação Animal” quer pelo projecto “Serviço de Apoio às Explorações de Ovinos”. Ao se demonstrar (no Centro de Bananicultura da Madeira) a eficácia de utilização de subprodutos da bananeira por estes animais, tem vindo a ser uma referência muito positiva para os produtores de banana, que revelam interesse na aquisição desta raça para a sua exploração.

Os objectivos propostos para 2003 no que concerne a este projecto, previam a construção de um armazém no Centro de Ovinicultura da Madeira, para armazenamento dos subprodutos, a aquisição de uma viatura para transporte dos mesmos e ainda a aquisição de um misturador de alimentos (unifeed). Visto que o projecto é aplicado no Centro de Ovinicultura da Madeira e na Estação Zootécnica da Madeira é necessária a aquisição de um misturador para cada centro. Para colocar em funcionamento o unifeed, este tem de ser ligado à tomada de força do tractor, pelo que se torna indispensável a aquisição de um tractor para este projecto. Pondera-se também a necessidade de se construir um silo para armazenamento de alimentos a granel.

Visto que o orçamento previsto para este projecto em 2003 foi reduzido substancialmente, será possível adquirir apenas um unifeed e realizar alguns estudos sobre as hipóteses de inclusão dos subprodutos nos arraçoamentos.

### **10 50 08 23 – Compostagem como Forma de Valorização de Resíduos Pecuários e Vegetais**

A Estação Zootécnica da Madeira tem neste momento em execução um projecto denominado “Compostagem como forma de valorização de resíduos pecuários e vegetais” que surge prioritariamente como forma de resolver o tratamento dos dejectos e outros resíduos sólidos da própria exploração. Tem ainda como outros objectivos responder às necessidades dos operadores do Modo de Produção Biológico e outros agricultores através do fornecimento de composto para aplicação como fertilizante nos solos e ainda fazer o aproveitamento de matéria orgânica de origem vegetal que surge pela limpeza de caminhos, desmatações, controlo de infestantes etc.

Nesse sentido, e como forma de criar condições para o bom desenvolvimento deste projecto a Direcção Regional de Pecuária criou um grupo de trabalho que envolve as seguintes entidades:

- Missão para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica na RAM que garante assessoria técnica e coordenação na distribuição do composto aos operadores do Modo de Produção Biológico;
- Câmara Municipal do Funchal que fornece estilha resultante da trituração de resíduos vegetais;
- Câmara Municipal do Porto Moniz que tem colaborado na cedência de matéria vegetal que resulta da limpeza de caminhos e levadas;
- Divisão do Parque de Máquinas e viaturas que assumiu o transporte de matéria-prima e composto;
- Direcção Regional de Florestas que se comprometeu na cedência de resíduos vegetais que surgem pela limpeza de zonas florestais;
- Parque Natural da Madeira que tem colaborado activamente na transferência de resíduos resultantes do controlo de infestantes da Floresta Laurissilva para a Estação Zootécnica da Madeira;
- Universidade da Madeira (Centro de Investigação de Ciências Agrárias) que apoia o projecto através da investigação e análise química e microbiológica do composto;
- Direcção Regional de Agricultura – que deverá colaborar com o aproveitamento dos desperdícios dos Mercadores Abastecedores e com os serviços do Laboratório Agrícola da Madeira para análises químicas e microbiológicas.

Com o envolvimento das diversas entidades propostas pretende-se que este seja um projecto abrangente e que funcione efectivamente como uma solução para o tratamento de resíduos e efluentes surgindo como uma estação modelo que possa ser repetida por toda a Região.

No âmbito deste projecto está já construída uma plataforma de compostagem e foram adquiridas maquinaria e equipamentos específicos para o fabrico do composto. Desde Maio de 2002, altura em que foi construída a nitreira e a plataforma de compostagem foram já fabricadas cerca de 300 toneladas de composto que foi utilizado na própria exploração e distribuído principalmente por agricultores do Modo de Produção Biológico e agricultores convencionais do Concelho do Porto Moniz. Para 2003 pretende-se atingir a plena produção que está estimada em 1500 Toneladas/ano, iniciar a comercialização deste fertilizante e concluir o processo de aquisições. Dos investimentos inicialmente previstos falta ainda adquirir um bio-triturador, um tractor, um camião e um kit de análises.

O projecto de investimento está elaborado e já foi apresentado para candidatura à Acção 2.1.4. Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração do III Quadro Comunitário de Apoio.

#### **10 50 12 01 – Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Bovinos e Cavalos**

Este projecto de investimentos visa, essencialmente, dotar a Estação Zootécnica Madeira das condições necessárias para o cumprimento integral da sua missão. Durante o ano de 2002, os investimentos efectuados foram ao nível do melhoramento das instalações, aquisição de maquinaria e equipamentos diversos, aquisição de reprodutores e despesas inerentes ao funcionamento da EZM.

#### **10 50 12 02 – Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Ovinos e Caprinos**

Com este projecto pretende-se reforçar o papel do Centro de Ovinicultura da Madeira como pólo de desenvolvimento da ovinicultura e da caprinicultura regionais, dotando-o das condições necessárias para tal. Para além das despesas de funcionamento do COM, em 2002, procedeu-se à aquisição de diversa maquinaria e equipamentos. Como outros investimentos, foram adquiridos reprodutores da raça Serra da Estrela.

#### **10 50 12 04 – Serviço de Apoio às Explorações de Ovinos**

O *Serviço de Apoio às Explorações de Ovinos* pretende dinamizar a produção ovina regional, apoiando e incentivando a criação ou a melhoria das explorações de ovinos na R.A.M. Para tal, deverá funcionar em articulação com o C.O.M., a partir do qual será dada a assistência técnica, bem como o fornecimento de reprodutores.

O investimento previsto para 2002 foi aplicado na aquisição de material informático, com o objectivo de ser criada uma base de dados para a qual possam convergir as informações dos produtores. Foram ainda adquiridos materiais diversos, nomeadamente tosquiadoras, corta cascos, limas, etc. de forma a permitir que as explorações disponham de um serviço que de outro modo não poderiam realizar. No ano de 2002 foi feita a proposta de criação do regulamento do *Serviço de Apoio às Explorações de Ovinos*, ainda em fase de apreciação.

Pretende-se que em 2003 seja criada uma base de dados que irá complementar a já existente no Centro de Ovinicultura da Madeira, para onde possam convergir todas as informações relativas aos produtores, suas necessidades e recursos por estes disponíveis. As necessidades básicas deste projecto englobam a contratação de meios humanos que permitam colocar em prática o projecto, e a aquisição de uma viatura para que os técnicos se possam deslocar às explorações, concretizando o objectivo de prestar um serviço de qualidade aos produtores de ovinos da região.

No ano de 2003 prevê-se a aquisição de algum equipamento básico como sejam um frigorífico para conservação de amostras de órgãos para necrópsia e de medicamentos como as vacinas, e malas térmicas para o transporte de amostras e fármacos entre as explorações e o COM.

O êxito deste serviço depende da sua correcta divulgação pelos locais de maior afluência de produtores pecuários ou potenciais interessados, pelo que em 2003 deverão realizar-se acções de divulgação do serviço, nomeadamente através de desdobráveis informativos, posters, etc.

#### **10 50 12 05 – Instalação do Sistema de Rega no Centro de Ovinicultura da Madeira**

Este projecto tem como objectivo aumentar a capacidade de produção de matéria verde nos prados e pastagens do COM, de forma a permitir uma redução na aquisição de matérias-primas. Este projecto tem também como objectivo o estudo do valor nutritivo das diversas espécies pratenses e forrageiras adaptáveis ao clima e ao tipo de solo desta Região. Pretende-se determinar a frequência correcta de distribuição de água, de forma a atenuar ou a eliminar a perda do seu valor nutritivo, com o avanço da idade, causado pela redução nos teores de proteína e minerais e pelo aumento nos constituintes fibrosos. Com a irrigação pretende-se, ainda, satisfazer as necessidades em água das plantas, quando esta não existe no solo em condições utilizáveis, tais que as plantas possam usar sem que isso provoque uma quebra de produção superior a um limite admissível.

No ano de 2002, foi entregue nesta Direcção Regional o projecto da rede de rega deste Centro que, posteriormente, foi enviado para a Direcção de Serviços Hidroagrícolas. Actualmente, este projecto encontra-se em alteração, tendo por base o parecer do serviço atrás mencionado. É de referir que estas alterações permitir-nos-ão diminuir as despesas de aquisição, funcionamento e manutenção, sem reduzir a qualidade e funcionalidade do método utilizado (aspersão). Para o ano de 2003, pretende-se elaborar o caderno de encargos, o programa de concurso e proceder à abertura do respectivo concurso público.

#### **10 50 12 06 – Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo**

O Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo enquadra-se no espírito da prestação de um serviço médico-veterinário específico, consideradas as dificuldades de fixação de Técnico Superiores e o acompanhamento no incremento dos animais de companhia, na componente médica e de bem-estar. Apesar de se registar uma forte tónica nesta variante não se descurou a atenção sobre os animais de produção:

- O CAV ficou dotado de equipamento informático e de comunicação.
- Adquiriu-se equipamento radiológico e outro complementar, propiciando e enriquecendo-o como centro de diagnóstico.
- Registou-se fornecimento de outro equipamento auxiliar de diagnóstico, de intervenção e de hospitalização.

Poderemos afirmar que o CAV reúne já condições para um efectivo e profissionalizado Centro de apoio à saúde e bem-estar dos animais de produção e de companhia. Restará a instalação de equipamento básico de apoio e complementar de radiologia em 2003.

#### **10 50 13 01 – Laboratório Regional de Veterinária**

De acordo com a resolução n.º 693 de 2002, iniciou-se todo o processo que irá dar origem em 2003 ao concurso limitado de Assessoria Técnica e apoio à Coordenação Geral do Concurso Concepção/ Construção do Laboratório Regional de Veterinária. Durante este ano pretende-se também lançar o concurso de Concepção/ Construção do Laboratório.

### **10 50 25 08 – Mercados, Exposições e Feiras de Produtos Pecuários Regionais**

Em 2002 ficou concluído um anteprojecto para as futuras instalações da feira. Contudo, dado que o investimento a realizar seria muito avultado, optou-se, por decisão superior, pela remodelação faseada das estruturas actuais, prescindindo-se, de momento, das grandes obras previstas no anteprojecto.

### **10 50 26 03 – Acções de Formação Profissional no Sector da Pecuária**

No âmbito do Projecto “Acções de Formação Profissional no Sector da Pecuária foram realizadas quatro acções de formação, das quais, três foram subsidiadas pelo QCA III. As acções de formação estiveram ligadas à área laboratorial, abarcando os temas de Gestão e Resíduos Laboratoriais, Segurança no Manuseamento de Fitofármacos, Saúde e Segurança em Laboratórios e Estatística Aplicada a Laboratórios. Foram dirigidas a técnicos e Técnicos Superiores de Laboratório internos e externos da Secretaria.

As despesas deste Projecto incidiram nas viagens Lisboa/Funchal/Lisboa e estadia, visto terem sido recrutados formadores do Continente com experiência bastante vasta nas áreas de formação ministradas. Recaíram também nas horas de formação, no material didáctico (fotocópias) e matérias-primas utilizadas (pastas, esferográficas, papel para os certificados, pós químicos, combustível e extintores para exercícios práticos. Convém salientar que as acções subsidiadas pelo FSE contemplaram na totalidade todas as despesas com excepção das horas formação que ultrapassaram o limite fixado, por hora de formação, em diploma próprio.

Para o ano de 2003, foram sugeridas pelos Técnicos desta Direcção Regional as seguintes acções de formação:

- “Preparação e esterilização de material”
- “Boas Práticas de Laboratório”
- “Qualidade e Segurança Alimentar”
- “Classificação de Carcaças”
- “Práticas Veterinárias”
- “Avicultura no Modo de Produção Biológico”
- “Ruminantes no Modo de Produção Biológico”
- “Riscos de Utilização de Pesticidas”
- “Inseminação Artificial”.

### **10 50 37 01 – Programa de Rastreio de Zoonoses na RAM**

Durante o ano de 2002, levou-se a cabo algumas acções de rastreio, tendo como objectivo primordial detectar e isolar os animais portadores de doenças contagiosas, passíveis de afectar a saúde pública. A incidência não é preocupante, mas o seu controlo reveste-se de primordial importância, uma vez que esta Região é essencialmente receptora de animais. Procedeu-se assim, ao despiste de BRUCELOSE e LEUCOSE nos efectivos bovinos da RAM, tendo havido a preocupação de abranger todo o arquipélago (inclusive Porto Santo).

#### **Rastreio efectuado em bovinos**

	<b>N.º explorações controladas</b>	<b>N.º animais controlados</b>
<b>Brucelose</b>	288	677
<b>Leucose</b>	258	477

### Rastreio efectuado em pequenos ruminantes

	N.º explorações controladas	N.º animais controlados
<b>Brucelose</b>	23	1.590

Estes valores ficam um pouco aquém dos valores rastreados em anos transactos, pois temos deparado com graves dificuldades de transporte. Um outro rastreio que ficou grandemente preterido com a ausência de viaturas para as deslocações necessárias, é o da TUBERCULOSE. Muito embora esta patologia tenha um grande peso em Saúde Pública, durante o ano transacto foi completamente impossível levar a cabo qualquer deslocação para este fim, pois a carência de meios físicos para deslocação, não nos permitiu fazer qualquer tipo de programação.

Ainda ao abrigo deste programa, temos vindo a desenvolver planos de profilaxia médica, em várias espécies animais, tendo como primordial objectivo, proteger os animais contra as várias doenças, conferindo-lhes assim melhor estado físico e consequentemente melhor resistência às patologias comuns ao homem e aos animais.

Paralelamente a estas acções, desencadeou-se intervenções múltiplas no âmbito das parasitoses animais, pois muitas delas têm repercussões nefastas sobre o estado hígido dos mesmos.

### Aplicação de Imunogénios

	N.º Aplicações
<b>Ovinos</b>	1.073
<b>Cunídeos</b>	3.000 *

\* N.º aproximado

### Projectos para 2003:

A persistência é por vezes um comportamento muito útil ao desempenho de múltiplas funções, principalmente quando se trabalha numa ilha, com animais de grande porte, com orografia muito difícil, e por vezes com poucos meios para executar as funções a que nos propomos. No entanto a persistência só por si não chega.

Neste momento, e face ao panorama actual, o ano de 2003 afigura-se um ano difícil, muito embora não se pretenda baixar os braços. Temos como projecto para este ano, continuar a desenvolver todas as acções levadas a cabo até hoje, e se possível alargá-las, mas temos também consciência que sem meios físicos, muitos dos procedimentos são ceifados, logo à nascença.

A implementação do rastreio da Tuberculose, continua contudo nos nossos horizontes, assim como o desenvolvimento de um novo programa no âmbito da suinicultura. Salientamos no entanto, que sem meios de transporte, a execução de qualquer uma das actividades a que nos propomos é com certeza inglória.

### **10 50 37 02 – Controlo das Carraças na Ilha do Porto Santo:**

Resultados das acções levadas a cabo na ilha do Porto Santo durante o ano de 2002 (uma descrição detalhada das actividades desenvolvidas pode ser lida no anexo ao presente relatório)

Foi seguida a estação amostral da Portela, para o que foram realizadas oito amostragens, respectivamente em Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Junho, Julho, Agosto e Novembro. Obtiveram-

se dados qualitativos sobre o estado de infestação pelas carraças e procedeu-se a armadilhagem de roedores e coelhos. Obtiveram-se também dados sobre alguns factores de chima da zona de ensaio. A armadilhagem de coelhos mostrou-se infrutífera, pelo que se recorreu aos bons serviços da Direcção Regional de Florestas e a observação de alguns exemplares disponibilizados pelos caçadores durante o período venatório. Não foram encontradas carraças nos coelhos. Nos roedores tão só foi encontrada uma ninfa de *Ixodes* sp. Pelo pequeno número de exemplares estudados, os dados são inconclusivos.

Foi feita a comparação morfológica de *Hyalomma* sp da ilha do Porto Santo com o material presente na carraçoteca da Universidade de Évora. Tal permitiu confirmar esta espécie como a única causa da usual grande infestação de Verão.

Foram obtidas carraças *Hyalomma lusitanicum* quer no solo, quer no hospedeiro bovino. Estas, preservadas em álcool a 70%, foram enviadas para o Centro de estudos de Vectores e doenças infecciosas, CEVDI/INSA para análise dos agentes patogénicos presentes.

Procedeu-se ao controlo sistemático de *Hyalomma lusitanicum* no gado bovino, ovino e caprino. As acções tiveram de ser interrompidas entre Setembro e Novembro devido as férias dos funcionários. O carrapaticida usado, Taktic, foi nesse período entregue aos proprietários, que fizeram a limpeza dos seus animais.

Acção a desenvolver na ilha do Porto Santo durante o ano de 2003:

Será seguida a estação amostral da Portela, e a exploração correspondente a estação amostral antes referida como n.º 4. A periodicidade das amostragens será, sempre que possível, mensal. O estudo incidirá sobre *Hyalomma* sp, *Ixodes ricinus* e *Rhipicephalus* sp. O estudo de *H. lusitanicum* no solo será feito pelo uso de CO<sub>2</sub>. Será mantido o controlo de *H. lusitanicum* por meio da lavagem sistemática do gado. O estudo de *H. lusitanicum* nos coelhos será feito em laboratório e nos exemplares obtidos pelos elementos da Direcção Regional de Florestas. Manter-se-á a armadilhagem de roedores.

#### **10 50 37 03 – Unidade Laboratorial da BSE**

Considera-se concluído este projecto, estando previsto para 2003 apenas despesas de funcionamento.

#### **10 50 37 04 – Posto de Inspeção Fronteiriço**

O Posto de Inspeção Fronteiriço é um projecto essencial à intervenção veterinária da Direcção Regional de Pecuária, em perfeita resposta à dinâmica comercial dos agentes económicos da Região, sem o qual ver-se-ia esta privada de ser uma porta de entrada de mercadorias de origem animal de países terceiros. No decurso do ano 2002 foram executadas tarefas decorrentes do processo administrativo de concurso público. No seu termo, e em curso verifica-se a análise das duas propostas correntes. Em 2003 ficará concluído e em funcionamento.

#### **10 50 54 01 - Adaptação da Construção do Ex-Laboratório Regional de Veterinária para a instalação de serviços administrativos, de acordo com a resolução do Conselho de Governo n.º 963/ 2002, de 8 de Agosto. (PIDDAR 2003)**

A resolução do Conselho de Governo n.º 963/2002 de 8 de Agosto determinou que o edifício em construção em S. Martinho será concluído para outro fim (instalação de serviços da SRA) e que o novo LRV será construído noutra localidade.

### **1.3. Outros programas, projectos e intervenções**

#### **Programa Regional de Acções Inovadoras – PRAI Madeira**

Durante o ano de 2002 a Direcção Regional de Pecuária participou numa série de reuniões de trabalho, no Madeira Tecnopolo, no âmbito do Programa Regional de Acções Inovadoras (PRAI - Madeira), como instituição interessada na Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (IDT&I) na Região.

Para o efeito, a DRP foi consultada sobre várias matérias tais como a caracterização da oferta e da procura de IDT&I e a formulação e validação de uma análise SWOT para o sector da pecuária (identificação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças).

A partir desta fase obtiveram-se as bases necessárias para a definição do enquadramento estratégico das políticas e acções de IDT&I, numa perspectiva de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma da Madeira.

#### **Programa global de apoio às actividades de produção e comercialização de produtos locais no sector da pecuária e dos produtos lácteos da Madeira**

O “Programa global de apoio às actividades de produção e comercialização de produtos locais no sector da pecuária e dos produtos lácteos da Madeira, 2002-2006” previsto no art. 14 do Reg. (CE) n.º 1453/2001 de 28 de Junho, estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos Açores e da Madeira e revoga o Regulamento (CEE) n.º 1600/92 (Poseima).

O documento que desenvolve a análise do sector e que estabelece as medidas e os montantes de apoio a incluir no “programa” ficou concluído no fim de 2001, e foi enviado para as instâncias comunitárias competentes através do Gabinete de Planeamento Agrário e Assuntos Europeus, após aprovação superior.

Posteriormente, em 2002, os serviços da Comunidade sugeriram que o “programa” deveria ser revisto quanto aos montantes propostos e quanto a esclarecimentos dos objectivos de algumas medidas. Esta sugestão foi desenvolvida pelas Direcções de Serviços de Melhoramento Animal e de Planeamento e Gestão que, aproveitando a oportunidade, procederam também a algumas alterações de outros aspectos técnicos, de modo a integrar as novas tendências de produção agropecuária nas medidas de apoio. É exemplo a utilização de ovinos nas explorações de produção de banana, de acordo com a sugestão expressa nas conclusões no XI Congresso de Zootecnia realizado em Novembro de 2001 no Funchal e no 1.º Congresso dos Médicos Veterinários da Macaronesia realizado em Julho de 2002 no Funchal.

Esta integração pretende incentivar a criação de pequenas e médias explorações com ovinos que sigam os princípios do “Serviço de apoio às explorações de ovinos” (já incluído no PIDDAR e com o seu regulamento em vias de conclusão para aprovação superior), o qual contempla a assistência técnica através do Centro de Ovinicultura da Madeira e do Centro de Bananicultura (neste caso com reprodutores adequados às explorações de banana).

Desta forma foi concluída uma nova versão do “programa”, na qual se pretende dar prioridade ao apoio à pecuária tradicional relacionada com ruminantes (bovinos de leite, bovinos de

carne e ovinos). Esta versão sugere a inclusão da Associação de Agricultores da Madeira neste processo como interlocutor privilegiado no contacto com os produtores. Aguarda-se a decisão sobre as medidas propostas.

### **Memorando sobre o n.º 2 do artigo 299 do Tratado**

A Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa solicitou em Novembro de 2002 um documento de reflexão que recenseie as vias e os meios que permitam tirar plenos efeitos do n.º 2 do artigo 299 do Tratado. Transcreve-se de seguida o memorando enviado à DRAECE, o qual foi elaborado em conjunto pelas direcções de serviços da DRP.

O sector da pecuária desempenha um papel importante:

➤ No reforço da capacidade endógena de desenvolvimento sustentado da região, ao torná-la menos dependente do exterior quanto ao abastecimento de produtos de origem animal e seus derivados;

1 – Contudo, a capacidade de desenvolvimento endógeno depende da possibilidade de se proceder à estruturação e racionalização das fileiras, à melhoria da higiene, da qualidade e do bem-estar animal, à valorização e promoção dos produtos regionais. Está em curso a integração de um conjunto de apoios e regras que permita direccionar as produções para o caminho da rentabilidade e da qualidade, através do “Programa global de apoio às actividades de produção e comercialização de produtos locais no sector da pecuária e dos produtos lácteos da Madeira – 2002-2006” incluído no Poseima.

2 – O programa, inédito ao nível dos apoios específicos à Pecuária Madeirense, deverá poder continuar para além do horizonte de 2006, adequando-o à experiência e resultados obtidos. Será a melhor forma, senão a única, de possibilitar um contínuo acesso dos produtores madeirenses aos fundos necessários para a reestruturação das explorações, com vista a melhorar os parâmetros de bem-estar animal, higiene e qualidade.

3 – Revela-se também muito importante considerar a possibilidade de proporcionar apoio complementar às explorações agropecuárias, sob a forma de auxílios estatais, que para além do controlo das condições higiosanitárias das explorações, promova as acções necessárias à sua efectivação.

➤ Na equidade social e territorial dado que contribui para a manutenção dos postos de trabalho, melhorando as condições de vida das populações que exercem a sua actividade neste sector.

4 – Contudo, a igualdade de oportunidades neste sector passa pelo aprofundamento dos regimes de apoio ao abastecimento de matérias-primas, já que, para além dos condicionalismos derivados da pequena escala, o custo dos factores de produção é agravado pela insularidade e respectivos transportes. Estes aspectos assumem carácter permanente pelo que a instituição de mecanismos de compensação, *ad eternum*, deve ser ponderada.

5 – Os regimes de prémios instituídos pelas organizações comuns de mercado (PAC), cujo fim é, genericamente, compensar todos os produtores da comunidade pela progressiva liberalização

de preços no mercado mundial, assumem na Madeira, um carácter de apoio à produção devido à pequena dimensão das explorações. Por outro lado, não pode ser negado, de momento, o acesso generalizado dos produtores à obtenção de prémios o que por vezes pode colidir com algumas políticas de contenção e organização do território. Assim, tendo em conta que não é justificável recorrer a meios expeditos para impedir aquela colisão, será conveniente que a Região Autónoma da Madeira tenha a possibilidade de regulamentar o acesso dos produtores a estes prémios, adequando-os às suas políticas sectoriais.

➤ No desenvolvimento ecológico e na preservação do ambiente, ao contribuir para a manutenção da paisagem característica da Região Autónoma da Madeira.

6 – A preservação do ambiente e a manutenção da paisagem característica da Madeira passa pela tentativa de travar o êxodo rural e, como tal, passa pelas alternativas que sustentem uma actividade rural atractiva. Assim, o desenvolvimento rural, deverá ser entendido como gerador de dinâmicas indispensáveis à sobrevivência e à competitividade dos territórios rurais. Consequentemente, deverá conduzir à manutenção da biodiversidade, à promoção do mercado de trabalho e à criação de riqueza, propiciando a sua sustentabilidade e conferindo-lhe atractibilidade.

Particularmente no caso das regiões ultraperiféricas, o desenvolvimento rural, associado à multifuncionalidade, deverá significar o exercício simultâneo ou sucessivo de várias actividades que relevam da actividade agrícola e não agrícola, tornando, através de alternativas que se complementem, mais competitivas as produções agrícolas.

Desta forma, os programas estruturantes assumem particular importância para o desenvolvimento rural, como é o caso do “Programa global de apoio às actividades de produção e comercialização de produtos locais no sector da pecuária e dos produtos lácteos da Madeira – 2002-2006”. Como já foi referido, iniciativas deste género podem ser o mecanismo de trabalho a instituir no âmbito do n.º 2 do art. 299.

➤ Na garantia de qualidade e segurança alimentar dos produtos animais e de origem animal

7 – O Laboratório Regional de Veterinária tem valências nas áreas da Higiene Pública Veterinária e Saúde Animal, sendo entidade indispensável aos actos de controlo oficial dos géneros alimentícios na Região Autónoma da Madeira, isto é, é a entidade que garante a execução dos exames e análises que dão suporte ao sistema de Segurança Alimentar, sendo também o laboratório de rastreio para várias doenças no âmbito da avicultura, bovinicultura e suinicultura, estatuto este atribuído pelo Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

Para o exercício do controlo oficial dos géneros alimentícios são considerados como laboratórios competentes os laboratórios acreditados e avaliados pelas entidades Nacionais IPQ (Instituto Português da Qualidade) e DGFCQA (Direcção Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar).

Para que a acreditação seja uma realidade é necessário que o laboratório cumpra os critérios gerais de funcionamento dos laboratórios de acordo com a NP EN ISO 17.025, completada pelos procedimentos operacionais normalizados.

Actualmente estão a ser implementados muitos sistemas de auto-controlo (HACCP) nas mais diversas empresas de produção, transformação, conservação e comercialização de produtos alimentares, o que implica um significativo acréscimo de análises, com carácter periódico, de acordo

com as obrigações impostas pela legislação comunitária e nacional em vigor.

Por tudo isto é imprescindível a construção do novo Laboratório Regional de Veterinária já previsto pelo Governo Regional da Madeira. Contudo, esta construção não tem enquadramento nos programas de apoio aplicáveis à RAM. Esta contrariedade pode ser ultrapassável, dado que a Medida 9 – Infra-estruturas Formativas e Tecnológicas, enquadrada pelo Reg. (CE) 1261/99 no âmbito do III QCA – Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO), embora não aplicada à RAM, engloba duas acções, sendo uma das quais a Acção 9.1 – Infra-estruturas e Equipamentos de Desenvolvimento Tecnológico e Experimentação, destinada à:

- a) Modernização das estruturas laboratoriais e de experimentação e seu apetrechamento;
- b) Criação e apetrechamento de centros tecnológicos ligados às principais fileiras agro-industriais de produtos de massa e de qualidade.

Uma vez que este Programa é gerido pelo MADRP e o seu âmbito de aplicação territorial é o Continente Português, esta medida não é aplicável às Regiões Autónomas. Sendo assim, abre-se duas possibilidades: a) Fazer aplicar esta medida à RAM e/ou b) Incluir o acesso aos fundos estruturais para construção de estruturas deste tipo por via do nº 2 do art. 299.

8 – Considerando que a Região Autónoma da Madeira é uma porta de entrada de géneros alimentícios e que, como tal, necessita de apetrechar-se adequadamente para cumprir as normas e procedimentos regulamentares, importa garantir que os investimentos e melhoramentos das infra-estruturas para recepção, armazenagem e desconsolidação de mercadorias tenham a possibilidade de ser incluídas em fundos estruturais. De igual modo, a implementação de sistemas de controlo de qualidade, desde a produção à comercialização de produtos alimentares de origem animal, também deve ter um tratamento preferencial como forma de contribuir para o desenvolvimento da higiene, qualidade e segurança alimentar.

#### **1.4. Actividades do Gabinete Jurídico**

O Gabinete Jurídico, é o serviço de consulta e apoio jurídico da DRPecuária, que no âmbito das suas atribuições desenvolveu as seguintes actividades:

- Preparação de informações de natureza jurídica essencialmente em questões de “pessoal”, nomeadamente, reclassificações profissionais, dispensas para amamentar, horários de trabalho, justificação de faltas, atribuição de suplementos, gozo de férias, interrupção de licença de maternidade, acumulações de funções e exoneração de funções;
- Acompanhamento de procedimentos legais relativos à contratação e aquisição de bens e serviços;
- Acompanhamento de procedimentos legais relativos à realização de empreitadas de obras públicas;
- Elaboração de programa do concurso, caderno de encargos e anúncio do concurso para a empreitada do posto de inspecção fronteiriço do Porto do Funchal, integrando a comissão de abertura de propostas e comissão de análise das propostas;
- Preparação de diplomas, nomeadamente de Portarias, Despachos Conjuntos e Resoluções de Governo;
- Recolha, sistematização e difusão de legislação Nacional e Regional de relevante interesse e importância para a Direcção Regional de Pecuária.

## 1.5. Actividades de Formação Profissional promovidas pela DRP

No âmbito do Projecto “Acções de Formação Profissional no Sector da Pecuária, no ano 2002, foram realizadas quatro acções de formação, das quais, três foram subsidiadas pelo QCA III – Fundo Social Europeu. As acções de formação estiveram ligadas à área laboratorial, abarcando os temas de Gestão e Resíduos Laboratoriais; Segurança no Manuseamento de Fitofarmacos; Saúde e Segurança em Laboratórios e Estatística Aplicada a Laboratórios. Foram dirigidas a 123 técnicos e Técnicos Superiores de Laboratório internos e externos da Secretaria.

Para que as mesmas fossem financiadas teve que se elaborar um processo de candidatura. Após a sua aprovação organizou-se os dossiers técnico-pedagógicos e contabilísticos e procedeu-se também ao pedido de pagamento de saldo final em que se teve de indicar, através do preenchimento de formulários, todas as despesas com a formação.

Convém salientar que os subsídios do FSE contemplaram na totalidade todas as despesas, com excepção dos honorários ultrapassaram o limite fixado, na legislação em vigor.

## 1.6. Correspondência, Arquivo e Documentação

### Programa CORRESP

Durante este ano, fizeram-se todos os esforços para que o Corresp fosse instalado em todas as Direcções de Serviços e que o circuito de correspondência fosse completo. Atingimos o objectivo e o mesmo encontra-se em pleno funcionamento.

### Projecto de Arquivo e Documentação

No ano de 2002, deu-se por terminado o preenchimento das folhas de recolha de dados sobre os prazos de conservação e documentação desta Direcção Regional, sendo enviado todo o processo para o Gabinete do Secretário com o objectivo de ser publicada uma portaria sobre a conservação e gestão de documentos.

### Organização do Arquivo da DRPecuária

Continua-se a tentar reorganizar o arquivo da Direcção Regional, o que não se torna nada fácil, pelo mesmo não se encontrar centralizado e não existir divisão entre arquivo activo e semi-activo. Procedeu-se a um levantamento dos documentos existentes no sótão. No entanto, muitos dossiers existentes têm uma classificação nominal que não corresponde ao seu conteúdo. Este mesmo levantamento de dossiers será dado a conhecer a cada Direcção de Serviços para que as mesmas decidam e se responsabilizem pelos dossiers que deverão ser eliminados.

## 1.7. Gestão de Recursos Humanos

### Relação dos funcionários a 31-12-2002

Grupo de pessoal	N.º de funcionários
Dirigente	14
Técnico Superior	18
Técnico	5
Técnico de Informática	0
Técnico Profissional	43
Chefia	8
Administrativo	26
Operário	2
Auxiliar	54
<b>Total</b>	<b>170</b>

## Concursos para admissão de pessoal realizados na DRPecuária em 2002

Grupo de Pessoal	Categoria	N.º de Concursos/ Vagas	Tipo de Concurso	N.º de funcionários admitidos ou a admitir em concursos externos	Situação em 2002/12/31
Técnico superior	Téc. Sup. Estagiário	1 / 1	Externo de ingresso	1	Concluído início 2001*
Técnico superior	Méd. Vet. Estagiário	2 / 2	Externo de Ingresso	2	Concluído início 2001*
Técnico superior	Méd. Vet. Estagiário	4 / 4	Externo de Ingresso	4	A decorrer
Técnico profissional	Estagiário inform.	1 / 1	Externo de Ingresso	1	A decorrer
Administrativo	Assist. administ.	2 / 2	Externo de Ingresso	2	Concluído início 2001*
Auxiliar	Trab. rural	2 / 2	Externo de Ingresso	2	Concluído início 2001*
<b>Total</b>				<b>12</b>	

\* - Iniciado em 2001

### Estágios técnico-profissionais

Grupo de Pessoal	Categoria	N.º de estagiários	Local do Estágio	Início
Técnico superior	Estagiário	1	LRV	2002/09/01
<b>Total</b>		<b>1</b>		

### Saída de funcionários do quadro de pessoal da DRPecuária

Grupo de Pessoal	Categoria	N.º de Funcionários	Motivo de Saída
Técnico Profissional	Técnico prof. esp. principal	1	Aposentação
Chefia	Chefe de departamento	1	Aposentação
Auxiliar	Auxiliar administrativo	1	Aposentação
Auxiliar	Tratador de animais	1	Aposentação
Auxiliar	Trabalhador rural	2	Aposentação
<b>Total</b>		<b>6</b>	

### Promoções na categoria através de concurso interno de acesso geral, Reclassificações e progressões de escalão

Grupo de Pessoal	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Chefia	Adminis- trativo	Auxiliar	Operário	Total
<b>Promoções</b>	7	5	9	1	-	-	-	<b>22</b>
<b>Reclassificações</b>	-	-	-	-	-	1	-	<b>1</b>
<b>Progressões</b>	6	2	2	-	10	9	1	<b>30</b>
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>53</b>

## 1.8. Gestão dos Meios Financeiros

### Orçamento de funcionamento da DR Pecuária 2002

2002	TOTAL	DESpesas PESSOAL	DESpesas CORRENTES	DESpesas CAPITAL
Orçamento inicial	3.597.523,00 €	3.052.833,00 €	457.400,00 €	87.290,00 €
Orçamento corrigido	3.529.556,00 €	2.829.475,80 €	578.112,00 €	121.959,00 €
Despesa cabimentada	3.356.932,08 €	2.754.401,37 €	505.840,49 €	96.690,22 €
Despesa Paga	3.085.477,43 €	2.754.401,37 €	296.158,51 €	34.887,55 €
Taxa Exec. (cab/corr.)	95,1%	97,3%	87,5%	79,3%
Taxa Exec. (paga/corr.)	87,4%	97,3%	51,2%	28,6%

**NOTA:** Orçamento Inicial em 2000 => 3.058.758 €  
 Orçamento Inicial em 2001 => 3.245.174 €  
 Orçamento Inicial em 2002 => 3.597.523 €  
 Orçamento inicial em 2003 => 3.300.000 €

## Investimentos incluídos no PIDDAR – 2002

Class. Orçam.	Descrição	Orçam. Inicial	Orçam. Corrigido	Despesa Cabim.	Despesa Paga	Taxa Exec. (cab/corr)	Taxa Exec. (paga/corr)
10.50.08.08	Campo Dem. Past. e For. Núc. Prod. Biol.	74.821,00 €	15.429,00 €	14.627,68 €	2.590,62 €	94,8%	16,8%
10.50.08.09	Dem. Gal. para Modo Biol. Aves Capoeira	24.940,00 €	40.242,00 €	24.436,39 €	350,69 €	60,7%	0,9%
10.50.08.10	Fab. Dem. Prod. de Queijo Ovelha Cabra	49.880,00 €	3.186,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
10.50.08.11	Tip., Cont. . Qual. Prom. Prod. Reg. Orig. Animal	14.964,00 €	5.135,80 €	3.260,78 €	1.041,20 €	63,5%	20,3%
10.50.05.12	Aprov. Subprod. Agro-Ind.-alim. Animal	49.880,00 €	8.586,00 €	330,50 €	330,50 €	3,8%	3,8%
10.50.12.01	Melh. Est. Apoio Prod. Bov. e Cavalos	379.086,00 €	450.201,00 €	426.019,63 €	309.661,71 €	94,6%	68,8%
10.50.12.02	Melh. das Est. Apoio à Prod. Ovi. e Cap.	259.375,00 €	208.406,00 €	191.343,09 €	135.704,68 €	91,8%	65,1%
10.50.12.03	Serv. Apoio à Rep. de Bovinos	24.940,00 €	493,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
10.50.12.04	Serviço de Apoio às Expl. de Ovinos	24.940,00 €	6.093 €	3.556,35 €	2.368,45 €	58,4%	38,9%
10.50.12.05	Inst. Sist. Rega Centro Ovi. Madeira	49.880,00 €	36.936,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
10.50.12.06	Centro Atendimento Vet. Porto Santo	24.940,00 €	24.443,00 €	22.979,04 €	195,58 €	94,0%	0,8%
10.50.13.01	Construção do Novo LRV	1.807.684,00 €	1.930.199,00 €	1.924.407,96 €	1.855.758,04 €	99,7%	96,1%
10.50.25.08	Mercados, Exp., Feiras Prod. Pec. Reg.	74.820,00 €	1.079,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
10.50.26.03	Acções For. Prof. Sector Pec. – DRPec.	39.904,00 €	18.768,00 €	11.370,57 €	8.869,07 €	60,6%	47,3%
10.50.37.01	Programa de Rastreio de Zoonoses na RAM	100.130,00 €	126.923,00 €	110.969,66 €	93.844,84 €	87,4%	73,9%
10.50.37.02	Cont. Carraças na Ilha do Porto Santo	4.615,00 €	4.584,00 €	3.642,71 €	3.410,38 €	79,5%	74,4%
10.50.37.03	Unidade Laboratorial da BSE	24.940,00 €	79.573,00 €	74.508,23 €	53.281,95 €	93,6%	67,0%
10.50.37.04	Postos de Inspeção Fronteiriços PIF	399.038,00 €	297.306,00 €	296.058,95 €	11.093,19 €	99,6%	3,7%
<b>TOTAL PROJECTO DA DRPECUÁRIA</b>		<b>3.428.777,00 €</b>	<b>3.257.582,80 €</b>	<b>3.107.511,54 €</b>	<b>2.478.500,90 €</b>	<b>95,4%</b>	<b>76,1%</b>

**NOTA:** Orçamento Inicial em 2000 => 1.729.582,00 €  
 Orçamento Inicial em 2001 => 3.551.042,00 €  
 Orçamento Inicial em 2002 => 3.428.777,00 €  
 Orçamento Inicial em 2003 => 1.952.416,00 €

## 2. Direcção de Serviços de Protecção Veterinária

### 2.1. Introdução

O plano de actividades da Direcção de Serviços de Protecção Veterinária desenrolou-se, no ano de 2002, podemos afirmar, em ambiente de tranquilidade ou seja não surgiram acontecimentos que abalasses a confiança do consumidor e ou a eclosão de morbos que colocassem em risco a produção pecuária e, por via disso, questionassem concretamente a segurança alimentar e polemizassem a Saúde Pública.

Neste contexto favorável, a DSPV privilegiou a sua acção no equilíbrio das actuações entre os controlos sanitários dos animais e os controlos higio-sanitários dos produtos alimentares.

Nesta concertação está subjacente a execução de planos de garantia da qualidade e segurança alimentar e sempre numa perspectiva de passar esta mensagem ao consumidor, promovendo a confiança e o entendimento do público em geral. Aproveitamos o grande palco da Feira Agro-Pecuária para a distribuição de desdobráveis sobre os parâmetros da rastreabilidade da carne, do peixe e outro material de divulgação sobre doenças, conceitos de bem estar animal e recomendações de ordem higiénica, ao utilizador, sobre o manuseamento e a conservação de produtos alimentares.

A estratégia desenhada, para o ano 2002, definiu como relevante os objectivos anteriormente citados, consubstanciada em propostas de trabalho partilhadas por todos os intervenientes na fileira produtiva e alimentar, alicerçadas numa matriz pedagógica e de co-responsabilização.

Necessariamente que os desafios são indiscutivelmente enormes, os perigos dos riscos biológicos são incomensuráveis, exigindo planos estruturados e consistentes de avaliação e gestão.

Além do mais exige uma permanente atenção e acompanhamento da rede de alerta da Comissão Europeia, a par de aturada e permanente vigilância, dando corpo ao “princípio da precaução”.

A fileira, qualquer que seja o seu posicionamento, apresenta dinâmica própria assente nos pilares da competitividade comercial, qualidade de produtos e serviços.

Numa política atenta ao evoluir e ao comportamento do nosso mercado, cabe, aos Serviços Oficiais, manter vigilância criteriosa à ética produtiva e comercial, no estrito cumprimento das regras de funcionamento, transporte e lealdade concorrencial.

A qualidade é sinónimo de custos acrescidos, nem sempre reconhecidos e retribuídos pelo consumidor.

Na prossecução dos objectivos definidos acoplou-se outras Entidades, mormente a Inspeção Regional das Actividades Económicas e a Guarda Nacional Republicana, no desencadeamento de controlos de estrada, à chegada das mercadorias e visitas a estabelecimentos de fabrico e consumo.

Cada Divisão, per si e em interacção, montou tarefas atinentes ao objectivo primordial do plano de actividades da DSPV - SEGURANÇA ALIMENTAR, contemplando todas as fases, em contínuo, da cadeia alimentar, desde a produção primária, a produção de alimentos para animais, até à venda ou fornecimento de produtos alimentares ao consumidor.

Assim, poderemos expressar que, no domínio da higiene pública veterinária, encontramos num patamar satisfatório quanto às estruturas de armazenagem, porém ter-se-á de induzir um esforço vigoroso, nas empresas alimentares, de sensibilização para a institucionalização de autocontrolos, mais conhecido por HACCP. Estamos numa fase de preocupação generalizada, na certeza porém que urge incrementar, não só pela exigência em si mesma mas também pelo crescendo, cada vez mais sentido, no firmamento da oferta da hotelaria e restauração

Na área da Saúde Pública, preocupa-nos, ainda, a ausência de estabelecimentos de abate em conformidade com as regras higio-técnico-sanitárias, actualmente exigíveis e que, de algum modo, acarretam dificuldades na gestão dos procedimentos sanitários e de bem-estar animal bem como na repercussão depreciativa da qualidade das carnes. Nesta propositura, assumimos um papel de acompanhamento dos esforços que a Secretaria Regional está imbuída e de participação na definição

de um projecto concretizador dos princípios de serviço público bem como dos requisitos técnicos hodiernamente regulamentados.

Outro sector de difícil intervenção é o leiteiro, pois a qualidade higiénica do leite é já na recepção, muito variável e, na mor das vezes, desrespeitadora dos parâmetros legais. A dispersão das explorações, a sua pequenez são factores decisivos para esta inconformidade, estorvando directrizes e objectivos de melhoria.

As acções de controlo de zoonoses conjugadas com os actos inspectivos, nos centros de abate, desenham alguma tranquilidade nos morbos de maior impacto no Homem como no tratamento mediático que habitualmente se fazem nestas circunstâncias, como sejam a brucelose, tuberculose, leucose, salmonelose e, a outro nível, a presença de resíduos nos géneros alimentícios.

Todavia, a Cisticercose bovina continua a perdurar no rol das nossas preocupações conquanto o intimismo que ocorre com os hábitos de higiene do Homem-gerador da parasitose, a sua interligação à falta de saneamento básico, impossibilidade de diagnóstico em vida e os prejuízos decorrentes da rejeição no exame “post-mortem”, embaraçam as explicações e as medidas de erradicação.

Da mesma forma, as encefalopatias espongiformes transmissíveis, sobretudo a bovina, mantêm, no âmbito da protecção da saúde humana, uma predominância de tarefas, em resposta ao apertado conjunto de regras e procedimentos instituídos na comunidade.

Uma alusão ao registo, neste ano, na actividade apícola, da parasitose - Varroose, que conjuntamente com a Loque Americana, ocasionaram avultados prejuízos aos apicultores. As acções de controlo e erradicação, em parceria com a Direcção de Serviços de Produção Agrícola, permanecem no terreno.

Os obstáculos, alguns ciclóticos, não esmorecem a nossa acção, antes ao invés, motivam ao cabal cumprimento das responsabilidades inerentes às nossas competências, em consonância com os exigentes princípios da produção primária - primeiro baluarte da segurança alimentar, medrados pelas dificuldades remanescentes da estrutura produtiva pecuária e grupo etário do nosso agricultor.

Neste domínio, releva-se o trabalho inacabado sobre o requeijão madeirense. Produto regional que aparece como uma enorme mais valia da produção leiteira. Saber popular que carece de estudo tecnológico e apoio técnico numa perspectiva de uma candidatura à denominação de origem e certificação.

Continuaremos o empenhamento na prossecução deste objectivo como na pesquisa de outros produtos de origem animal como ocorre com a linguça do norte.

Esta Direcção de Serviços, em perfeita consonância com as Direcções Gerais do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, tem planeado uma série de controlos e acções inspectivas sobre animais e produtos, dando cumprimento a diversa legislação, regulamentação e exigências higio-sanitárias.

Na medida do possível, respondemos afirmativamente aos apertados relatórios da Comissão. Aqui sobressaem as carências em estruturas de abate e dos Postos de Inspeção Fronteiriços.

Com a esperada aprovação do PIF aeroporto e com a adjudicação do PIF porto esbatem-se as muitas preocupações, no entanto estamos atentos à transferência do porto comercial para o Caniçal. Por outro lado, a existência de uma estrutura laboratorial adequada e dimensionada às novas exigências e à procura, torna-se basilar para as múltiplas acções de rastreio e controlos higio-sanitários.

Por fim, uma referência à Ilha do Porto Santo, onde os Serviços estão a fazer um esforço de investimento em equipamento de diagnóstico e de complementaridade à actividade clínica do médico veterinário permanente. Na senda das motivações que a Saúde Pública e Saúde Animal despertam estão em curso trabalhos sobre as carraças e as suas implicações.

Projectamos um plano mais ambicioso que diferentes motivos, como a exiguidade de meios de mobilidade e a especificidade da intervenção, não deram possibilidades de concretizar, mas

criamos uma dinâmica adaptada às dificuldades com a definição de prioridades que a vontade e o empenhamento individual e colectivo esbateram senão mesmo superaram.

## **2.2. Divisão de Higiene Pública Veterinária**

A DHPV tem a seu cargo promover e assegurar acções com vista à salvaguarda da genuinidade e salubridade das matérias-primas e demais produtos alimentares de origem animal, incluindo os da pesca e da aquicultura, produzidos e/ou comercializados na Região Autónoma da Madeira.

Na prossecução deste objectivo desenvolve acções no âmbito do controlo da qualidade alimentar; coordena, promove e assegura o controlo oficial dos géneros alimentícios, previsto na Directiva nº 89/397/CEE, de 14 de Junho; coordena e assegura, na RAM, o Plano Nacional de Controlo de Resíduos; assegura acções no âmbito da Saúde Pública Veterinária, nomeadamente o Sistema de Troca Rápida de Informação da União Europeia; define, verifica e controla as condições hígio-técnico-sanitárias dos estabelecimentos e equipamentos destinados ao abate, inspecção, laboração, manipulação, armazenagem, distribuição e venda de produtos alimentares, incluindo os da pesca e da aquicultura, bem como os navios fábrica; assegura a atribuição do número de controlo veterinário daqueles estabelecimentos; promove a atribuição do número de operador/receptor aos agentes económicos que procedem a trocas intracomunitárias de animais, produtos animais e produtos de origem animal, incluindo os da pesca e aquicultura; colabora com outras entidades em acções conducentes à protecção do meio ambiente, relativamente às agressões resultantes do funcionamento das instalações de produção e transformação.

Neste contexto, e de forma a esquematizar as acções desenvolvidas por esta Divisão em 2002, dividimo-las pelos seguintes capítulos:

1. Atribuição do número de controlo veterinário às empresas licenciadas que laboram produtos alimentares de origem animal, sedeadas na RAM;
2. Atribuição do número de operador/receptor aos agentes económicos que operam na RAM e que procedem a trocas intracomunitárias de produtos alimentares de origem animal;
3. Controlos Veterinários:
  - 3.1- Controlos veterinários aplicáveis aos produtos alimentares de origem animal produzidos na RAM;
  - 3.2- Controlos veterinários aplicáveis ao transporte de produtos alimentares de origem animal na RAM;
  - 3.3- Controlo oficial dos géneros alimentícios de acordo com a Directiva 89/397/CEE, de 14 de Junho.
4. Licenciamento Sanitário:
  - 4.1- Emissão de pareceres sobre estabelecimentos licenciados por outras Entidades;
  - 4.2- Estabelecimentos licenciados pela Direcção Regional de Pecuária – DHPV:
    - 4.2.1- Explorações avícolas;
    - 4.2.2- Unidades móveis de transporte e comercialização de produtos alimentares de origem animal;
    - 4.2.3- Matadouros;
    - 4.2.4- Indústrias de lacticínios;
    - 4.2.5- Estabelecimentos de comercialização de produtos de origem animal.
5. Plano Nacional de Controlo de Resíduos;
6. Plano Estratégico Sectorial dos Resíduos Hospitalares.
7. Sistema de Troca Rápida de Informação da União Europeia.

### **2.2.1. Atribuição do Número de Controlo Veterinário às Empresas Licenciadas que laboram Produtos Alimentares de Origem Animal, Sedeadas na RAM.**

A atribuição do número de controlo veterinário é o reconhecimento, por parte dos Serviços Oficiais, que uma empresa, além de possuir as suas instalações licenciadas, funciona, e está organizada, por forma a dar garantias suficientes a nível técnico-higiéno-sanitário, para proceder à preparação, transformação e comercialização de produtos alimentares de origem animal e, por outro lado, se enquadra na legislação nacional e comunitária em vigor para o sector a que se dedica, nomeadamente:

- ⇒ *Directiva 64/433/CEE do Conselho*, de 26 de Junho - relativa às condições sanitárias de produção de carnes frescas e da sua colocação no mercado;
- ⇒ *Directiva 71/118/CEE do Conselho*, de 15 de Fevereiro - relativa a problemas sanitários em matéria de comércio de carnes frescas de aves de capoeira;
- ⇒ *Directiva 77/99/CEE do Conselho*, 21 de Dezembro de 1976 - relativa aos problemas sanitários em matéria de comércio intracomunitário de produtos à base de carne;
- ⇒ *Directiva 91/493/CEE do Conselho*, de 22 de Julho - que adopta as normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado dos produtos da pesca;
- ⇒ *Directiva 91/495/CEE do Conselho*, de 27 de Novembro de 1990 - relativa aos problemas sanitários e de polícia sanitária relativos à produção e à colocação no mercado de carnes de coelho e às carnes de caça de criação;
- ⇒ *Directiva 92/46/CEE do Conselho*, de 16 de Junho - que adopta as normas sanitárias relativas à produção de leite cru, de leite tratado termicamente e de produtos à base de leite e à sua colocação no mercado;
- ⇒ *Directiva 94/65/CE do Conselho*, de 14 de Dezembro - que institui os requisitos de produção e de colocação no mercado de carnes picadas e de preparados de carnes.

A atribuição do número de controlo veterinário é feita pela Direcção Geral de Veterinária, a solicitação da Divisão de Higiene Pública Veterinária, após conclusão do processo de licenciamento sanitário da empresa.

A retirada do número de controlo veterinário é efectuada pela Direcção Geral de Veterinária, a solicitação da Divisão de Higiene Pública Veterinária, após conclusão do processo administrativo que justifique aquela decisão.

Para as empresas cuja Entidade coordenadora do licenciamento não é a Divisão de Higiene Pública Veterinária, é da responsabilidade daquela Entidade a solicitação da atribuição ou da retirada do número de controlo veterinário à Divisão de Higiene Pública Veterinária, após conclusão do licenciamento, no primeiro caso ou, após a conclusão do respectivo processo administrativo, no segundo caso.

Após a atribuição por parte da Direcção Geral de Veterinária do número de controlo veterinário, é elaborada uma listagem a nível nacional de todas as empresas que possuem aquele número, a qual é publicada no Jornal Oficial da Comunidade, permitindo assim, que esses agentes económicos procedam livremente a trocas intracomunitárias, bem como com países terceiros.

Cabe à Divisão de Higiene Pública Veterinária, o controlo periódico das empresas com número de controlo veterinário sedeadas na RAM, de forma a verificar se mantêm ou não, as condições que originaram a atribuição do referido número.

Este controlo é feito através de visitas técnicas periódicas e aleatórias às empresas, sendo, em cada uma, elaborado um relatório circunstanciado das condições encontradas.

A Região Autónoma da Madeira possui várias empresas possuidoras do número de controlo veterinário, distribuídas por vários sectores, como se pode ver no quadro n.º 1.

### Números de Controlo Veterinário

Tipo de Estabelecimento	Empresas com N.º de Controlo Veterinário	N.ºs Atribuídos em 2002	N.ºs Retirados em 2002
Armazenagem de produtos à base de carne	4	-	0
Produção de leite tratado termicamente e de produtos à base de leite	1	-	0
Preparação e conservação de pescado fresco e congelado	6	1	0
Lotas	3	-	0
Transformação de pescado em conservas e semi-conservas	2	-	1
Armazenagem de pescado	1	-	0
Acondicionamento e conservação de pescado fresco	2	-	0
Navios fábrica	4	-	4
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>1</b>	<b>5</b>

**Quadro n.º 1** – Números de Controlo Veterinário

Durante o ano de 2002 foi atribuído o número de controlo veterinário a uma empresa no sector de preparação, acondicionamento e armazenamento de pescado fresco e congelado, e foi retirado o número a um estabelecimento de transformação de pescado em conservas e semi-conservas, uma vez que a empresa cessou definitivamente a sua actividade.

Foi, ainda, solicitada a retirada do número de controlo veterinário a 4 navios fábrica, uma vez que estes, também, cessaram a sua actividade.

Empresas com N.º de Controlo Veterinário em 2001	N.ºs Retirados em 2001	Empresas com N.º de Controlo Veterinário em 2002	N.ºs Retirados em 2002
26	3	23	5

**Quadro n.º 2** – Comparação do n.º de empresas com Número de Controlo Veterinário em 2001 e 2002

#### 2.2.2. Atribuição do Número de Operador/Receptor aos Agentes Económicos que Operam na RAM e que Procedem a Trocas Intracomunitárias de Produtos Alimentares de Origem Animal

O número de operador/receptor atribuído aos agentes económicos que procedem a trocas intracomunitárias de animais vivos, produtos animais e produtos de origem animal, instituído pelas Portarias 575/93, de 4 de Junho, que aprova o Regulamento dos Controlos Veterinários e Zootécnicos Aplicáveis ao Comércio Intracomunitário de Animais Vivos e Produtos Animais, e 576/93, de 4 de Junho, que aprova o Regulamento dos Controlos Veterinários Aplicáveis ao Comércio Intracomunitário de Produtos de Origem Animal, foi criado aquando da abolição das fronteiras internas na UE, visando limitar os controlos veterinários ao local de partida, havendo necessidade de, para atingir esse objectivo, harmonizar os requisitos essenciais relativos à protecção da saúde pública e animal.

Os controlos, no Estado de destino, passaram, neste caso, a ser efectuados por sondagem no local de destino.

A atribuição deste número é função da Entidade Competente do Estado Membro da União Europeia que, para o caso de Portugal é a Direcção Geral de Veterinária (para as trocas intracomunitárias de animais vivos e produtos animais) e a Direcção Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Agro-Alimentar (para as trocas intracomunitárias de produtos de origem animal).

Cabe à DHPV, a análise das condições que os agentes económicos sedeadas na RAM possuem para que lhes possa ser atribuído o respectivo número, de acordo com os produtos a importar (enquadrando-os nos tipos de actividade descritos no quadro nº 3), e com o tipo de instalações que utilizam para o seu armazenamento, propondo, posteriormente, à Direcção Geral de Veterinária (DGV) ou à Direcção Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Agro-Alimentar (DGFCQA), aquela atribuição.

A DGV ou a DGFCQA elaboram as listagens nacionais, as quais são enviadas à Comissão Europeia para publicação no Jornal Oficial da Comunidade.

Os agentes económicos, cujas empresas possuem este número, podem proceder livremente a trocas intracomunitárias.

Na RAM existem 69 empresas que possuem número de operador/receptor, nas várias áreas de actividade.

No ano de 2002 foram solicitados, pela DHPV, à DGFCQA, 5 novas atribuições de número de operador/receptor e um pedido alteração de actividade.

### Códigos de Actividades do Número de Operador/Receptor

ACTIVIDADES	
GRUPOS	SUBGRUPOS (1 e 2)
<b>A</b> <b>(ANIMAIS)</b>	<p>A = Aves (exploradas em aviários e ovos para incubação)</p> <p>B = Bovinos</p> <p>C = Caprinos</p> <p>E = Equídeos</p> <p>K = Animais de aquicultura</p> <p>O = Ovinos</p> <p>P = “Pets” (animais de companhia, incluindo aves exóticas)</p> <p>S = Suínos</p> <p>X = Coelhos domésticos</p> <p>Y = Espécies cinegéticas</p> <p>W = Outros animais (caracóis, minhocas, etc.)</p> <p>Z = Animais de Zoo</p>
<b>P</b> <b>(PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL)</b>	<p>A = Carne de aves</p> <p>C = Carne de reses</p> <p>K = Carne de coelho</p> <p>L = Leite e produtos lácteos</p> <p>M = Mel</p> <p>O = Ovos e ovoprodutos</p> <p>P = Produtos da pesca</p> <p>S = Sub-produtos (peles, ossos, unhas, sangue, gorduras, etc.)</p> <p>X = Alimentos para animais</p> <p>Y = Carne de caça</p> <p>W = Produtos à base de carne (inclui pratos pré-cozinhados)</p> <p>Z = Outros produtos (tripas, estômagos, pernas de rã)</p>
<b>S</b> <b>(SÉMEN, ÓVULOS E EMBRIÕES)</b>	
<b>B</b> <b>(BROKERS ANIMAIS)</b>	Todas
<b>b</b> <b>(BROKERS PRODUTOS)</b>	Todas

**Quadro n.º 3 – Códigos de Actividades do Número de Operador/Receptor**

### 2.2.3. Controlos Veterinários

#### 2.2.3.1. Controlos Veterinários Aplicáveis aos Produtos Alimentares de Origem Animal Produzidos na RAM.

Tendo em vista a salvaguarda da genuinidade e salubridade das matérias-primas e demais produtos de origem animal, incluindo os da pesca e da aquicultura, produzidos e/ou comercializados na Região Autónoma da Madeira, bem como o controlo das condições hígio-técnico-sanitárias de funcionamento dos estabelecimentos e equipamentos que os produzem, a Divisão de Higiene Pública Veterinária procede, periodicamente, e de uma forma aleatória, a visitas técnicas às instalações das empresas sedeadas na RAM.

Neste contexto, efectuamos, durante 2002, 20 visitas técnicas, das quais foram elaborados relatórios circunstanciados.

Com essas visitas técnicas, foram detectadas anomalias de várias ordens, quer ao nível estrutural (degradação das instalações, alterações nas instalações sem prévia autorização dos Serviços, etc.), quer ao nível do funcionamento (alteração dos “lay-out” aprovados), quer ainda ao nível higiénico das instalações e dos procedimentos.

As anomalias detectadas foram comunicadas às empresas e concedidos prazos para a sua rectificação.

#### 2.2.3.2. Controlos Veterinários Aplicáveis ao Transporte de Produtos Alimentares de Origem Animal na RAM.

A DHPV, em colaboração com a Inspeção Regional das Actividades Económicas e com Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, procede a controlos de estrada (Operações STOP), com o objectivo de verificar as condições de transporte dos produtos alimentares, nomeadamente no que concerne à sua temperatura, higiene, rotulagem, documentação de acompanhamento, licenciamento das viaturas, etc.

Em 2002 foram efectuados 9 controlos de estrada (operações STOP), onde foram interceptadas 141 viaturas, sendo 90 de transporte de produtos alimentares, das quais resultaram 11 processos de contra ordenação (quadro n.º 4).

Não obstante as deficiências encontradas, pode concluir-se que, na generalidade o transporte de produtos de origem animal é feito, na RAM, em condições aceitáveis.

#### Controlos de Estrada

Anos	N.º de Controlos de Estrada	N.º de Viaturas	N.º de Viaturas c/ Prod. Alimentares	N.º de Autos
2001	7	101	65	9
2002	9	141	90	11
TOTAL	16	242	155	20

Quadro n.º 4 – Controlos de Estrada – 2001 e 2002

### **2.2.3.3. Controlo Oficial dos Géneros Alimentícios de Acordo com a Directiva 89/397/CEE, de 14 de Junho.**

O controlo oficial dos géneros alimentícios, instituído pela Directiva n.º 89/397/CEE, de 14 de Junho, é realizado pelas entidades competentes do Estado-Membro, tendo em atenção a conformidade dos géneros alimentícios, dos aditivos alimentares e dos materiais e objectos destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios, com as disposições que têm por objectivo prevenir os riscos para a saúde pública, assegurar a lealdade das transacções comerciais ou defender os interesses dos consumidores, incluindo as disposições que visam a informação destes últimos.

Este controlo tem com objectivo que os Estados-Membros assegurem que os produtos destinados a ser enviados para outro Estado-Membro, sejam controlados com o mesmo cuidado que os destinados a ser comercializados no seu próprio território.

Anualmente, a Comissão envia aos Estados-Membros, depois de consultar o Comité Permanente dos Géneros Alimentícios, uma recomendação relativa a um programa coordenado de controlos para o ano seguinte.

Neste contexto, anualmente, a Direcção Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Agro-Alimentar elabora um plano de controlo oficial dos géneros alimentícios para Portugal, cuja execução, na RAM, para os produtos alimentares de origem animal, está a cargo da Divisão de Higiene Pública Veterinária.

Assim, para o ano de 2002, a Recomendação das Comissão n.º 2002/66/CE, de 25 de Janeiro, previa que este controlo incidisse sobre:

- Rotulagem de determinados géneros alimentícios que possam conter ingredientes, os quais possam, por sua vez, conter, consistir em ou ser produzidos a partir de organismos geneticamente modificados;
- Avaliar a qualidade bacteriológica de frutos pré-cortados e de sementes germinadas;
- Avaliar a segurança bacteriológica de sumos de fruta e produtos hortícolas.

Uma vez que, os controlos previstos para o ano de 2002 não se inseriam na área de competência da DHPV, não foram por nós realizados.

### **2.2.4. Licenciamento Sanitário**

É da competência da DHPV emitir pareceres técnicos sobre os projectos das instalações e equipamentos dos estabelecimentos de inspecção, laboração, manipulação, armazenagem, distribuição e venda dos produtos alimentares de origem animal e respectivos subprodutos, bem como dos da pesca e da aquicultura, incluindo os navios fábrica.

Cabe, também, à DHPV, proceder ao licenciamento sanitários e renovação anual das respectivas licenças, dos estabelecimentos cuja Entidade coordenadora do licenciamento é a DR Pecuária, nomeadamente:

- Licenciamento industrial de unidades de abate e transformação de produtos de origem animal;
- Emissão de licenças sanitárias às unidades móveis de transporte de pescado, carnes, produtos alimentares e de comercialização de pescado e carnes;
- Licenciamento sanitário de explorações avícolas de produção de carne, de produção de ovos, de recria, de multiplicação e centros de incubação de ovos;
- Licenciamento sanitário dos centros de classificação e inspecção de ovos.

Esta Divisão emite pareceres técnicos sobre projectos de instalações e equipamentos de estabelecimentos, cuja coordenação do licenciamento é feita por outras Entidades, nomeadamente:

- Estabelecimentos de armazenagem e comercialização de produtos de origem animal (entrepósitos e armazéns de produtos alimentares), de acordo com o Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de Setembro, e de estabelecimentos de venda de carnes e seus produtos para consumo público (talhos), de acordo com o Decreto-Lei n.º 158/97, de 24 de Junho, cuja Entidade coordenadora do licenciamento são as Câmaras Municipais da área da sua localização;
- Estabelecimentos de preparação e transformação de produtos da pesca (Decreto Regulamentar n.º 61/91, de 27 de Novembro – RAIP), cuja Entidade coordenadora do licenciamento é a Direcção Regional de Pescas;
- Estabelecimentos de comércio não especializado de produtos alimentares (supermercados e hipermercados), de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/M, de 2 de Março, cuja Entidade coordenadora do licenciamento é a Direcção Regional de Comércio, Indústria e Energia.

#### **2.2.4.1. Emissão de Pareceres Técnicos sobre Estabelecimentos Licenciados por outras Entidades**

Em 2002 foram emitidos pareceres técnicos sobre projectos de instalação e equipamentos de vários estabelecimentos licenciados por outras Entidades, como se pode ver no quadro n.º 5.

<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>N.º Intervenções</b>	<b>Tipo de Intervenção</b>	<b>Entidade que solicitou</b>
<b>Talhos</b>	7	– 4 pareceres – 3 vistorias	Câmara Municipal
<b>Supermercados</b>	5	vistorias	– D.R.C.I.E. * – Câmara Municipal
<b>Explorações pecuárias</b>	2	pareceres	Câmara Municipal
<b>Entrepósitos e Unidades de Transf. e Prep. de pescado</b>	9	– 3 pareceres – 6 vistorias	– Dir. Reg. de Pescas – Gab. Zona Franca
<b>Cash &amp; Carry</b>	2	vistorias	– D.R.C.I.E. * – Câmara Municipal
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	* DRCIE = Direcção Regional de Comércio, Indústria e Energia	

**Quadro n.º 5 – Emissão de Pareceres Técnicos – 2002**

#### **2.2.4.2. Estabelecimentos Licenciados pela Divisão de Higiene Pública Veterinária**

#### **2.2.4.3. Explorações Avícolas**

O exercício das actividades avícolas, por imposição legislativa e de acordo com o Decreto Regulamentar Regional n.º 2/97/M, de 15 de Janeiro, carece de autorização da DRPecuária.

Assim, às explorações avícolas são concedidas licenças sanitárias de funcionamento, de acordo com a sua actividade e obedecendo aos princípios de protecção da saúde animal, da saúde pública e defesa e prevenção do meio ambiente.

As licenças sanitárias de funcionamento das explorações avícolas são renovadas anualmente, devendo o seu pedido ser realizado pelos interessados.

No quadro n.º 6 podemos observar o número de explorações avícolas existentes na RAM, bem como, o número de renovações de licenças sanitárias concedidas, de acordo com a sua actividade.

O número de explorações avícolas de produção, de recria e multiplicação e centros de incubação existentes, é superior ao número de explorações licenciadas, devido a deficiências nos trâmites processuais para a concessão do licenciamento (ausência de licença de utilização camarária, processos incompletos, etc.).

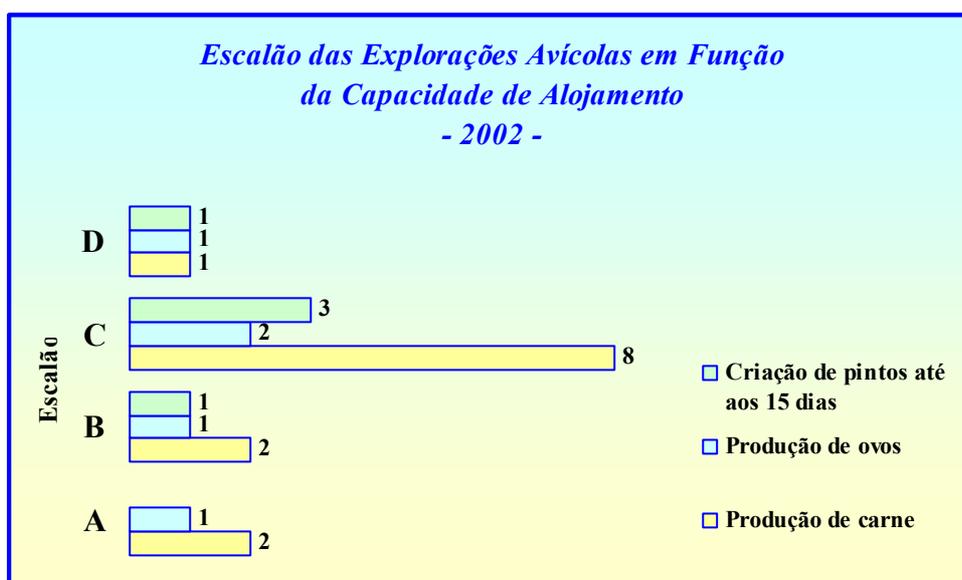
Durante o ano de 2002 procedeu-se ao licenciamento de uma exploração avícola de recria, no concelho da Ponta do Sol.

Das 13 explorações avícolas de produção de carne licenciadas, foram renovadas as licenças a 10, não tendo sido concedida a renovação a 1, por degradação das condições técnico-hígio-sanitárias.

### ***EXPLORAÇÕES AVÍCOLAS - 2002 -***

<b>Tipo de Actividade</b>	<b>Existentes</b>	<b>Licenciadas</b>	<b>Renovadas</b>	<b>Autorização da Actividade Avícola</b>
Produção de Carne	13	13	10	-
Produção de Ovos	5	5	4	-
Criação de Pintos até aos 15 dias	5	3	2	-
Recria e Multiplicação	2	-	-	1
Centros de Incubação	2	1	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>22</b>	<b>17</b>	<b>1</b>

**Quadro n.º 6 – Explorações Avícolas – 2002**



**Gráfico 1 – Escalão das Explorações Avícolas em Função da Capacidade de Alojamento - 2002**

É de salientar que 50% das explorações avícolas existentes na RAM são de escalão C (de 10.000 a 49.999 frangos – produção de carne; de 5.000 a 24.999 galinhas poedeiras – produção de ovos).

As explorações avícolas do escalão D (de 200 a 9.999 frangos – produção de carne; de 50 a 4.999 galinhas poedeiras – produção de ovos), não carecem de licença sanitária, mas somente de inscrição na DRPecuária para exercer a actividade avícola, não tendo necessidade de proceder à respectiva renovação da licença sanitária, daí a discrepância verificada no quadro n.º 6 entre as explorações licenciadas e as renovações de licença sanitária.

#### **2.2.4.4. Unidades Móveis de Transporte e Comercialização de Produtos Alimentares de Origem Animal**

O licenciamento das unidades móveis de transporte e/ou comercialização de produtos alimentares de origem animal, pela DHPV, iniciou-se em 1998, sendo as licenças sanitárias renovadas anualmente.

A partir de 2000 procedeu-se à emissão das licenças sanitárias de unidades móveis de transporte e/ou comercialização de produtos de origem animal com carácter definitivo, sendo alterada somente quando se verificar mudança de proprietário/viatura, ou se houver alterações na caixa isotérmica.

Assim, durante o ano de 2002, foram emitidas 16 novas licenças sanitárias a viaturas de transporte e/ou comercialização de produtos alimentares de origem animal (quadro n.º 7).

O objectivo deste licenciamento é garantir que o transporte de produtos alimentares de origem animal seja feito de acordo com os critérios técnicos exigidos, ou seja, em viaturas com caixa isotérmica, com ou sem produção de frio, quer se destine ao transporte de produtos congelados ou refrigerados, respectivamente.

Por outro lado, visa garantir que a venda ambulante de pescado seja feita em condições hígio-sanitárias adequadas, utilizando viaturas com caixa isotérmica.

No que concerne à venda ambulante de carnes, é obrigatória a utilização de viaturas (talhos) apropriadas.

#### **EMISSÃO DE LICENÇAS SANITÁRIAS DAS UNIDADES MÓVEIS DE TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES DE ORIGEM ANIMAL**

<b>TIPO DE UNIDADE MÓVEL</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Transporte e Comercialização de Pescado Fresco	86	96	87	12	11
Transporte de Produtos Alimentares	51	60	44	6	3
Transporte de Carnes e Produtos Cárneos / Venda Ambulante	2	3	2	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>	<b>159</b>	<b>133</b>	<b>18</b>	<b>16</b>

Quadro n.º 7 - Emissão de Licenças Sanitárias a Unidades Móveis de Transporte de Produtos Alimentares - 2002

Salienta-se que, nos controlos de estrada que efectuamos, verificou-se que a quase totalidade das viaturas que transportavam produtos alimentares estavam licenciadas por estes Serviços e que o seu estado de conservação era aceitável.

É de realçar o facto de que todas as unidades móveis de transporte e comercialização de pescado estão licenciadas.

Este facto deve-se à colaboração estreita existente a Direcção de Serviços de Recepção de Pescado e a DHPV, uma vez que a primeira obriga a que todos os comerciantes de pescado que adquirem peixe nas lotas da Região tenham, obrigatoriamente, de possuir viatura licenciada.

#### 2.2.4.5. Matadouros

##### RENOVAÇÃO DE LICENÇAS DE MATADOUROS

TIPO DE MATADOURO	1998	1999	2000	2001	2002
Centro de Abate de Aves	2	2	2	2	1 *
Matadouros de Reses	-	-	-	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

\* O matadouro "Avipáscoa" encerrou em Abril de 2002

Quadro n.º 8 – Renovação de Licenças Sanitárias de Matadouros – 2002

#### 2.2.4.6. Indústrias de Lacticínios

Das 5 indústrias de lacticínios licenciadas, 4 são fábricas artesanais de requeijão, às quais, em 2002, foi concedida a renovação da licença sanitária (Portaria n.º 533/93, de 21 de Maio).

Em relação à única unidade industrial de lacticínios existente na RAM (ILMA- Indústria de Lacticínios, Lda.), foi-lhe concedida a licença sanitária definitiva em 1999.

##### RENOVAÇÃO DE LICENÇAS DE INDÚSTRIAS DE LACTICÍNIOS

TIPO DE INDÚSTRIA	1998	1999	2000	2001	2002
Indústria de Lacticínios	1	1	-	-	-
Fábricas de Requeijão	4	4	4	4	4
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

Quadro n.º 9 – Renovação de Licenças Sanitárias de Indústrias de Lacticínios – 2002

#### 2.2.4.7. Estabelecimentos de Comercialização de Produtos de Origem Animal

Em 2002 procedeu-se à renovação das licenças sanitárias a 10 estabelecimentos de comercialização de produtos de origem animal (entrepósitos), verificando-se, assim, uma diminuição no número de entrepostos licenciados em relação aos anos anteriores, uma vez que 3 não solicitaram a renovação e 1 mudou de instalações (quadro n.º 10).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de Setembro, o licenciamento deste tipo de estabelecimentos passou para a responsabilidade das Câmaras Municipais.

A DHPV tem vindo a renovar as licenças sanitárias daqueles estabelecimentos que já as possuíam antes da publicação do supracitado Decreto-Lei e a informar os empresários de que possuem o prazo de um ano para regularizar a sua situação perante as Câmaras Municipais.

#### RENOVAÇÃO DE LICENÇAS DE ESTABELECIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

TIPO DE ESTABELECIMENTO	1998	1999	2000	2001	2002
Centros de Classificação e Inspeção de Ovos	3	3	4	4	4
Entrepósitos	10	10	11	14	10
Entrepósito com Sala de Reacondicionamento	1	1	1	2	3
Entrepósitos com Sala de Desmancha	4	4	3	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>22</b>	<b>19</b>

Quadro n.º 10 – Renovação de Licenças Sanitárias de Estabelecimentos – 2002

#### 2.2.5. Plano Nacional de Controlo de Resíduos

O Plano Nacional de Controlo de Resíduos é realizado, anualmente em Portugal, desde 1990, e na RAM desde 1999, consistindo basicamente num sistema de vigilância/controlo que visa analisar e pôr em evidência os riscos da presença de resíduos nos géneros alimentícios de origem animal, responsabilizando os produtores e os intervenientes na cadeia da criação de animais, pela qualidade e inocuidade dos produtos de origem animal destinados ao consumo humano, que produzem.

Pretende-se com este plano:

- ⇒ Detectar a administração ilegal de substâncias proibidas e a administração abusiva de substâncias autorizadas;
- ⇒ Verificar a conformidade dos resíduos de medicamentos veterinários com os limites máximos de resíduos fixados no Regulamento (CEE) n.º 2377/90, do Conselho;
- ⇒ Controlar a concentração dos contaminantes ambientais.

A implementação do Plano Nacional de Controlo de Resíduos nos animais e seus produtos, é da responsabilidade da Direcção Geral de Veterinária – DSHPV, que o elabora, coordena e executa.

A colheita de material para análises realizadas nas explorações e nos matadouros é, na RAM, da responsabilidade da DRP (Divisão de Higiene Pública Veterinária, desde Janeiro de 2002).

As análises são efectuadas no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (LNIV Lisboa e delegação do Porto), que é o Laboratório Nacional de Referência e no Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR).

O plano é elaborado de acordo com a legislação comunitária, que regulamenta a colocação no mercado de determinadas substâncias, e especifica quais as medidas de controlo que deverão ser aplicadas a essas substâncias:

- ⇒ *Directiva 96/22/CE, do Conselho*, de 29 de Abril;
- ⇒ *Directiva 96/23/CE, do Conselho*, de 29 de Abril;
- ⇒ *Decisão 97/747/CE, da Comissão*, de 27 de Outubro;
- ⇒ *Decisão 98/179/CE, da Comissão*, de 23 de Fevereiro.

### **Substâncias pesquisadas:**

As pesquisas efectuadas incidem sobre dois grandes grupos de substâncias. O **Grupo A** refere-se a substâncias com efeito anabolizante e substâncias não autorizadas, o **Grupo B** a medicamentos veterinários e a contaminantes.

Em relação às substâncias incluídas no **Grupo A**, o plano visa a detecção da administração ilegal de substâncias proibidas e a detecção de administração abusiva de substâncias autorizadas:

- A<sub>1</sub>** – Estilbenos, derivados de estilbenos, seus sais e esteres;
- A<sub>2</sub>** – Compostos antitiróidicos;
- A<sub>3</sub>** – Esteróides;
- A<sub>4</sub>** – Lactonas do Ácido Resorcílico – RAL (incluindo o Zeranol)
- A<sub>5</sub>** – Beta-agonistas;
- A<sub>6</sub>** – Substâncias do Anexo IV do Regulamento (CEE) n.º 2377/90, do Conselho, de 26 de Junho (substâncias que não podem ser administradas a animais destinados à produção de alimentos).

Nas substâncias do **Grupo B**, o controlo tem como objectivo verificar a conformidade dos resíduos de medicamentos veterinários com os limites máximos de resíduos fixados no Anexo II e III do Regulamento (CEE) n.º 2377/90, do Conselho, de 26 de Junho; verificar a conformidade dos resíduos de pesticidas com níveis máximos fixados no Anexo II da Directiva 86/363/CEE, do Conselho e controlar a concentração dos contaminantes ambientais.

- B<sub>1</sub>** – Substâncias antibacterianas, incluindo sulfamidas e quinolonas;
- B<sub>2</sub>** – Outros medicamentos veterinários:
  - B<sub>2a</sub>** – Anti-helmínticos;
  - B<sub>2b</sub>** – Anticoccídios (incluindo nitroimidazóis);
  - B<sub>2c</sub>** – Carbamatos e piretróides;
  - B<sub>2d</sub>** – Tranquilizantes;
  - B<sub>2e</sub>** – Anti-inflamatórios não esteróides (AIME);
  - B<sub>2f</sub>** – Outras substâncias que exerçam actividade farmacológica.
- B<sub>3</sub>** – Outras substâncias e contaminantes ambientais:
  - B<sub>3a</sub>** – Compostos organoclorados, incluindo PCB;
  - B<sub>3b</sub>** – Compostos organofosforados;
  - B<sub>3c</sub>** – Elementos químicos;
  - B<sub>3d</sub>** – Micotoxinas;
  - B<sub>3e</sub>** – Corantes;
  - B<sub>3f</sub>** – Outros.

Para cada produtos animal a legislação determina quais os grupos de substâncias que devem ser controladas (quadro n.º 11)

**Grupo de Resíduos ou Substâncias a Pesquisar por Tipos de Animais,  
Alimentos e Águas de Abeberamento e por Tipo de Produtos  
Animais de Origem Primária**

	<b>Bovinos Ovinos Caprinos Suínos Equídeos</b>	<b>Aves de capoeira</b>	<b>Animais de Aquicultura</b>	<b>Leite</b>	<b>Ovos</b>	<b>Carne de coelho Carne de caça de criação e caça selvagem</b>	<b>Mel</b>
<b>A<sub>1</sub></b>	X	X	X			X	
<b>A<sub>2</sub></b>	X	X				X	
<b>A<sub>3</sub></b>	X	X	X			X	
<b>A<sub>4</sub></b>	X	X				X	
<b>A<sub>5</sub></b>	X	X				X	
<b>A<sub>6</sub></b>	X	X	X	X	X	X	
<b>B<sub>1</sub></b>	X	X	X	X	X	X	X
<b>B<sub>2a</sub></b>	X	X	X	X		X	
<b>B<sub>2b</sub></b>	X	X			X	X	
<b>B<sub>2c</sub></b>	X	X				X	X
<b>B<sub>2d</sub></b>	X						
<b>B<sub>2e</sub></b>	X	X		X		X	
<b>B<sub>2f</sub></b>							
<b>B<sub>3a</sub></b>	X	X	X	X	X	X	X
<b>B<sub>3b</sub></b>	X			X			X
<b>B<sub>3c</sub></b>	X	X	X	X		X	X
<b>B<sub>3d</sub></b>	X	X	X	X			
<b>B<sub>3e</sub></b>			X				
<b>B<sub>3f</sub></b>							

**Quadro n.º 11 - Grupo de Resíduos ou Substâncias a Pesquisar**

**Critérios de amostragem:**

O nível e frequência de amostragem, ou seja, o mínimo de amostras a colher anualmente, para cada espécie ou tipo de produto animal e para cada grupo de substâncias, é calculado de acordo com o determinado no Decreto-Lei n.º 148/99, de 4 de Maio e constam de um documento elaborado anualmente pela Direcção de Serviços de Higiene Pública Veterinária da Direcção Geral de Veterinária e enviado à Comissão Europeia para discussão e posterior aprovação.

Dando cumprimento ao estipulado nos Decretos-Lei n.º 150/99, de 7 de Maio e n.º 148/99, de 4 de Maio, o Plano Nacional de Controlo de Resíduos nos animais vivos e nos matadouros a executar pela DHPV, em 2002, foi o que se pode ver nos quadros n.ºs. 12 e 13.

**Amostras colhidas ao abrigo do PNCR Explorações – 2002**

<b>Grupo</b>	<b>Substância pesquisada</b>	<b>Espécie Animal</b>	<b>Matriz</b>	<b>N.º de amostras</b>
A <sub>1</sub>	Estilbenos	Bovina	Urina	5
A <sub>5</sub>	Beta-agonistas	Bovina	Urina	20
A <sub>5</sub>	Beta-agonistas	Suína	Alimento	5
A <sub>6</sub>	Cloranfenicol	Bovina	Urina	10
B <sub>2b</sub>	Anti-coccídeos	Frango	Alimento	5
<b>Total de amostras colhidas</b>				<b>45</b>

**Quadro n.º 12 – Amostras colhidas nas explorações – PNCR – 2002**

**Amostras colhidas ao abrigo do Plano Nacional de Controlo de Resíduos Matadouros – 2002**

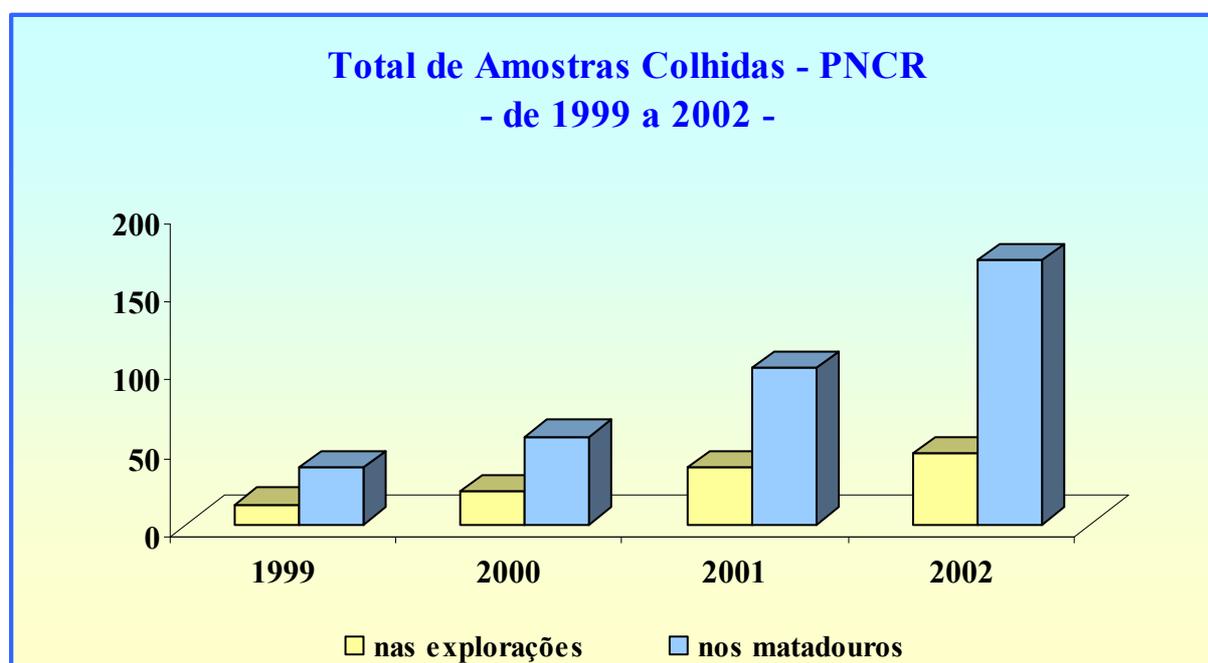
<b>Grupo</b>	<b>Substância pesquisada</b>	<b>Espécie Animal</b>	<b>Matriz</b>	<b>N.º de amostras</b>
A <sub>1</sub>	Estilbenos	Bovina	Urina	6
A <sub>1</sub>	Estilbenos	Frango	Fígado	4
A <sub>3</sub>	Esteróides gestagénicos	Bovina	Gordura peri-renal	3
A <sub>3</sub>	Hormonas endógenas	Bovina	Soro/Plasma	3
A <sub>2</sub>	Anti-tiroídianos	Bovina	Urina	3
A <sub>5</sub>	Beta-agonistas	Bovina	Músculo/Fígado	10
A <sub>5</sub>	Beta-agonistas	Suína	Músculo	10
A <sub>5</sub>	Beta-agonistas	Frango	Músculo	5
A <sub>6</sub>	Cloranfenicol	Bovina	Músculo	5
A <sub>6</sub>	Nitrofuranos	Frango	Músculo	10
A <sub>6</sub>	Clorpromazina	Suína	Rim	10
B <sub>1</sub>	Inibidores microbianos	Bovina	Músculo/Fígado	10
B <sub>1</sub>	Inibidores microbianos	Suína	Músculo	20
B <sub>1</sub>	Inibidores microbianos	Frango	Músculo	20
B <sub>2a</sub>	Anti-helmínticos	Bovina	Fígado	5
B <sub>2d</sub>	Tranquilizantes	Suína	Rim	10
B <sub>3a</sub>	Organoclorados	Bovina	Gordura	5
B <sub>3a</sub>	Organoclorados	Suína	Gordura	5
B <sub>3a</sub>	Organoclorados	Frango	Gordura	5
B <sub>3d</sub>	Organofosforados	Bovina	Fígado	5
B <sub>3c</sub>	Elementos químicos	Bovina	Fígado	5
B <sub>3d</sub>	Micotoxinas	Suína	Alimento	5
B <sub>3d</sub>	Micotoxinas	Frango	Alimento	5
<b>TOTAL DE AMOSTRAS COLHIDAS</b>				<b>169</b>

**Quadro n.º 13 – Amostras colhidas nos Matadouros – PNCR – 2002**

A quantidade de amostras colhidas, no âmbito do Plano Nacional de Controlo de Resíduos, nos últimos anos, está representada no quadro n.º 14

	1999	2000	2001	2002
<b>Amostras colhidas nas explorações</b>	13	21	36	45
<b>Amostras colhidas nos matadouros</b>	36	56	100	169
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>77</b>	<b>136</b>	<b>214</b>

Quadro n.º 14 – Total de Amostras Colhidas – PNCR – de 1999 a 2002



É de salientar que, desde que se procede à colheita de amostras para a pesquisa de resíduos na RAM, nunca foi detectado qualquer caso positivo, à excepção de um caso verificado em 2000, o qual após a conclusão do respectivo processo, se verificou que a administração do produto detectado (clembuterol) foi efectuada fora da Região.

Esta actuação dos Serviços tem um efeito dissuasor junto dos produtores, desincentivando-os do uso de qualquer produto proibido, uma vez que, as sanções a aplicar em caso de detecção de amostras positivas são muito pesadas.

## 2.2.6. Plano Estratégico Sectorial dos Resíduos Hospitalares

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/M, de 5 de Agosto, a entidade responsável na RAM pela execução do Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares é o Centro Regional de Saúde Pública.

Neste contexto e atendendo que é obrigatório a existência deste registo em todas as unidades de prestação de cuidados de saúde a animais, previstos no ponto 9.4 do Despacho do Ministério da Saúde n.º 242/96, de 13 de Agosto, no artigo 3.º da Portaria n.º 178/97, de 11 de Março e nos artigos 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro, cabe à DHPV recolher, anualmente, os dados e enviar ao Centro Regional de Saúde Pública.

Os quadros n.ºs 15 e 16 mostram a quantidade de resíduos produzidos nas unidades de prestação de cuidados de saúde a animais nos anos de 2000 e 2001.

### Quantidade de Resíduos Hospitalares Produzidos nas Unidades de Prestação de Saúde a Animais - 2000 -

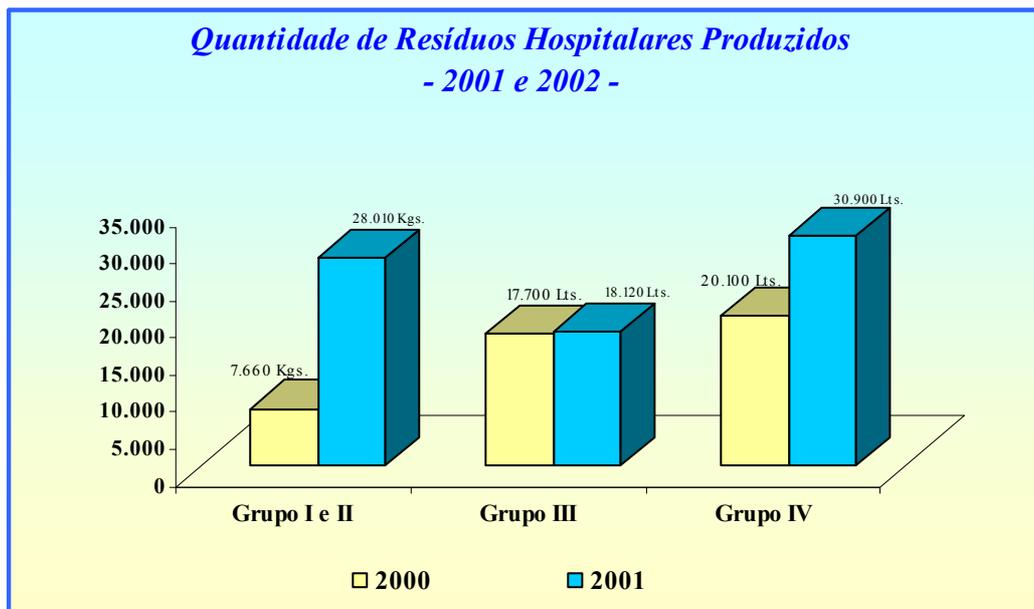
Estabelecimentos de Saúde	Resíduos do Grupo I e II	Resíduos do Grupo III	Resíduos do Grupo IV
VETFUNCHAL – Centro Médico Veterinário, Lda.	1.500 Kgs	10.000 Lts.	2.500 Lts.
SPAD – Sociedade Protectora dos Animais Domésticos	5.000 Kgs.	3.700 Lts.	7.600 Lts.
VETMÉDIS – Clínica Médico-Veterinária, Lda.	20 Kgs.	-	-
Laboratório Regional de Veterinária	1.140 Kgs.	4.000 Lts.	10.000 Lts.
<b>TOTAL</b>	<b>7.660 Kgs.</b>	<b>17.700 Lts.</b>	<b>20.100 Lts.</b>

Quadro n.º 15 – Total de Resíduos Hospitalares – 2000

### Quantidade de Resíduos Hospitalares Produzidos nas Unidades de Prestação de Saúde a Animais - 2001 -

Estabelecimentos de Saúde	Resíduos do Grupo I e II	Resíduos do Grupo III	Resíduos do Grupo IV
VETFUNCHAL – Centro Médico Veterinário, Lda.	1.700 Kgs	10.000 Lts.	2.500 Lts.
SPAD – Sociedade Protectora dos Animais Domésticos	24.900 Kgs.	3.120 Lts.	15.400 Lts.
VETMÉDIS – Clínica Médico-Veterinária, Lda.	30 Kgs.	-	-
Laboratório Regional de Veterinária	1.380 Kgs.	5.000 Lts.	13.000 Lts.
<b>TOTAL</b>	<b>28.010 Kgs.</b>	<b>18.120 Lts.</b>	<b>30.900 Lts.</b>

Quadro n.º 16 – Total de Resíduos Hospitalares – 2001



**Gráfico n.º 3** – Quantidade de Resíduos Hospitalares produzidos em 2000 e 2001

### 2.2.7. Sistema de Troca Rápida de Informação da União Europeia

O Sistema de Troca Rápida de Informação da União Europeia foi criado tendo em consideração a necessidade de garantir a segurança de todos os produtos postos à disposição dos consumidores no mercado interno da União Europeia, no qual é assegurada a livre circulação de pessoas e bens.

A Directiva n.º 92/59/CEE do Conselho, de 29 de Junho, relativa à segurança geral dos produtos, introduz normas claras destinadas a garantir que apenas produtos seguros sejam colocados no mercado, incrementando a transparência e uma vigilância activa deste, permitindo assim, uma rápida intervenção a fim de retirar de circulação os produtos perigosos.

O sistema de alerta rápido funciona à escala europeia e tem como objectivo a imediata informação da Comissão Europeia, sempre que seja detectado, em qualquer Estado-Membro, um produto que constitua risco sanitário grave.

Por sua vez, a Comissão informa todos os outros Estados-Membros da ocorrência, para que sejam de imediato tomadas as medidas mais adequadas.

Nos casos em que a situação o exige, podem ser tomadas medidas de emergência a nível europeu.

Com a publicação da Directiva 2001/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Dezembro, o Sistema de Alerta Rápido – RAPEX – é alargado aos Países Terceiros que procedem a trocas comerciais com a União Europeia, tendo em vista minimizar os riscos para os consumidores.

Na RAM, cabe à DHPV, assegurar e manter actualizada toda a informação recebida, bem como garantir o funcionamento do RAPEX, que tem como objectivo a troca de informação sobre a avaliação dos riscos sanitários e a detecção de produtos perigosos.

### 2.2.8. Conclusões

O Livro Branco de Segurança Alimentar publicado em Janeiro de 2000 e a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar criada em 28 de Janeiro de 2002 (Regulamento (CE) n.º 178/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho), são as bases metodológicas que dão suporte à implementação de uma estratégia integrada, em matéria de política de protecção da saúde na Europa.

Esta uniformização dos princípios e procedimentos e a aproximação aos conceitos, constitui a base comum para o estabelecimento das medidas que regem a produção, a distribuição e a utilização dos recursos alimentares, ao nível dos Estados-Membros da Comunidade.

As sucessivas crises de confiança dos consumidores, aliados ao fenómeno da globalização do sistema de distribuição e comércio alimentar, impõem a criação de mecanismos reguladores dos diversos parâmetros, entre os quais se incluem os níveis de segurança sanitária.

Não obstante todos os esforços que se têm desenvolvido na criação de estratégias de concertação a nível mundial, a verdade é que, anualmente, mais de 3 milhões de pessoas morrem em todo o mundo, vitimadas por gastroenterites transmitidas por via alimentar ou hídrica, e várias centenas de milhão sofrem de alterações gastrointestinais, provocadas por agentes veiculados pelos alimentos e pela água.

Neste contexto, e para se poder garantir a segurança dos géneros alimentícios comercializados ou produzidos no espaço europeu, é necessário considerar todos os aspectos da cadeia alimentar na sua continuidade, desde a produção primária (estábulo) até ao momento da utilização pelo consumidor (mesa), uma vez que, cada elo da cadeia alimentar pode ter um impacto potencial na segurança sanitária.

Apesar de uma melhoria verificada na última década, cada ano acontecem, em Portugal, um certo número de casos evitáveis de doenças provocadas pelos alimentos, que são pouco compatíveis com a imagem de Portugal no mundo desenvolvido.

A Organização Mundial de Saúde, no seu trabalho “A Saúde do Turista – um novo ramo da Saúde Pública”, refere que os Turistas do Mundo Ocidental que se deslocam à Europa do Sul, enfrentam um risco significativamente maior de contrair toxinfecções alimentares, do que aquele a que estão expostos nos seus próprios países de origem. Esta situação é consequência de factores muito complexos, como os hábitos sociais, as condições estruturais da indústria e do comércio alimentar, a formação dos manipuladores dos alimentos, etc.

Com o objectivo de contrariar este facto (convém não esquecer que a RAM é um destino turístico e que a Indústria do Turismo é uma importante, senão a maior, fonte de receitas da Região), e tendo como objectivo primordial a segurança alimentar e gestão do risco, baseada nas suas vertentes de avaliação, gestão e comunicação do risco, iremos no decurso do próximo ano, prosseguir o trabalho que temos vindo a desenvolver junto das empresas que produzem, transformam e comercializam produtos alimentares de origem animal, para que sejam implementados os sistemas de controlo da qualidade alimentar, designadamente o Sistema HACCP (Hazard Analysis & Critical Control Point).

Ainda com o mesmo objectivo e, em colaboração com o Laboratório Regional de Veterinária, iremos proceder à colheita de amostras para análise, de produtos alimentares, nas suas várias fases de fabrico, de forma a melhor avaliarmos e gerirmos os riscos em matéria de Saúde Pública na Região, com especial incidência naquelas empresas que, pela sua dimensão e expressão económica não podem de “per si” desenvolver os meios necessários à implementação de um adequado sistema de controlo de qualidade.

Inserem-se, também, nas preocupações da DHPV, a segurança alimentar dos chamados “Novos Alimentos”, ou seja, aqueles que são produzidos a partir de organismos geneticamente modificados e de substância com estrutura molecular modificada, que, embora regulamentados pela Directiva n.º 258/97/CE, suscitam, ainda, dúvidas a vários níveis.

Prevê-se, nos próximos anos, um incremento de produção deste tipo de alimentos, uma vez que vêm de alguma forma colmatar deficiências encontradas nos alimentos tradicionais, tais como: aumento da sua diversidade, melhoria da sua vida útil de armazenagem e aumento das características que os tornam atractivos do ponto de vista sensorial, etc.

Em contraponto com este tipo de produção, surge, cada vez com maior intensidade, a produção de “Alimentos Ecológicos”, que, embora utilizem um sistema tradicional de produção, técnicas não agressivas e uma produção normalizada, tendo como objectivo a protecção do meio

ambiente, a protecção da saúde do consumidor e uma maior qualidade, apresentam alguns inconvenientes que é importante não esquecer, tais como, uma maior perecibilidade e um incremento dos perigos bióticos.

Neste contexto, é importante alertar para a necessidade urgente de formação daqueles que, como nós, têm como missão controlar e fiscalizar a produção e comercialização de produtos alimentares de origem animal, tendo como objectivo a salvaguarda da saúde pública (convém alertar que, nenhum elemento desta Divisão tem, nos últimos anos, participado em qualquer acção de formação especializada, sobre estes temas).

A necessidade de actualização permanente dos Técnicos dos Serviços Oficiais, que têm como missão a avaliação e gestão do risco em matéria de segurança alimentar, leva a que, a Divisão de Higiene Pública Veterinária tenha programado para 2003 a realização de duas acções de formação sobre “Qualidade e Segurança Alimentar”.

Tratam-se de acções de formação pós-graduada, reconhecidas pela Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa, que têm como finalidade dar ênfase especial às metodologias pró-activas de gestão da qualidade e dos riscos sanitários dos produtos alimentares de origem animal.

São ainda objectivos da DHPV, para o ano de 2003, a execução do Plano Nacional de Controlo de Resíduos; a realização dos Controlos Oficiais dos Géneros Alimentícios, de acordo com a Directiva 89/397/CEE, de 14 de Junho, que vierem a ser definidos para o próximo ano; desenvolver acções no âmbito dos chamados “Novos Alimentos” e nos “Alimentos Ecológicos”, bem como a manutenção de todas as acções que temos vindo a desenvolver no decurso dos últimos anos e que estão, julgamos nós, exaustivamente descritas neste relatório, tendo sempre como objectivos primordial a segurança alimentar e a gestão do risco, nas suas vertentes de avaliação, gestão e comunicação do risco.

Estes objectivos só poderão ser atingidos se nos forem dadas condições humanas e materiais para os realizar.

Julgamos oportuno lembrar que esta Divisão funciona desde a sua criação, em 1989 e até 1997, com 1 Médico Veterinário (o Chefe de Divisão) e um funcionário administrativo, passando a funcionar, posteriormente, com 2 Médicos Veterinários (o Chefe de Divisão e 1 Médico Veterinário Assessor, em “part-time” – 3 dias por semana) e uma funcionária administrativa.

Convém ainda referir que, até 2001, esta Divisão teve também à sua responsabilidade os PIF’s – Postos de Inspeção Fronteiriços.

Mesmo assim, julgamos nós, desenvolvemos um trabalho extenso (como é perceptível no presente relatório) e com qualidade, não nos poupando, devemos reconhecer, a esforços.

No entanto, a prossecução dos objectivos a que nos propomos é incompatível com esta situação, uma vez que, é humanamente impossível fazer mais, mantendo os padrões de qualidade que pretendemos.

Por último, julgamos ser de toda a conveniência que a Divisão de Higiene Pública Veterinária participe em todas as iniciativas, quer a nível regional, quer a nível nacional, sempre que se trate de assuntos da sua área de actuação, de forma a aferir critérios técnicos de actuação com as suas congéneres a nível nacional.

Só assim, poderão ser criados mecanismos de aplicação da legislação de forma uniforme em todo o espaço nacional, evitando-se assim, a aplicação subjectiva da lei que, como é do conhecimento geral, põe em causa a sua equidade.

### **2.3. Divisão de Saúde e Bem-estar Animal**

A actividade pecuária na RAM reveste-se de pequenas particularidades, que de uma forma, directa ou indirecta condicionam grandemente o desempenho das funções que a DSBEA todos os anos se propõe efectuar.

À medida que o tempo passa muitas contrariedades vão sendo ultrapassadas, mas outras vão surgindo, de modo que existe uma necessidade constante de adaptação, não só por parte dos Serviços mas também do próprio agricultor, que a todo o momento se depara com novos desafios, novas exigências, novos mercados com uma competitividade cada vez mais feroz.

Assim, e numa tentativa de ir ao encontro das necessidades efectivas dos produtores pecuários, a DSBA levou a cabo um conjunto de acções, tendo sempre como objectivo final, auxiliar e orientar toda a cadeia humana interveniente, desde a produtor ao consumidor.

A par de uma população animal essencialmente de cariz produtivo, surge uma população de animais de companhia, também ela passível de contrair zoonoses, e que cada vez mais tem maior expressão, face à mudança de mentalidade da sociedade actual, originando um leque de acções que se encontram sob a alçada desta Divisão.

### **2.3.1. Intervenção Clínica na Região**

A procura pela prestação de serviços no âmbito da clínica veterinária, sobretudo nas espécies pecuárias, é uma constante.

As explorações pecuárias regionais têm características muito próprias. Condiçionadas grandemente pela orografia da Região, as unidades produtivas não contêm na sua grande maioria mais do que um ou dois animais, o que lhes imprime um carácter essencialmente doméstico. Associada a esta dimensão, surge então uma grande dificuldade por parte dos produtores em recorrerem à clínica privada, pois tornar-se-ia muito dispendiosa, diluindo os parcos lucros que a actividade lhes proporciona, tão necessários à sua economia doméstica.

Assim, esta Divisão, com o auxílio das brigadas de campo e sempre com a supervisão de um médico veterinário, desenvolve esta actividade junto dos pequenos produtores, proporcionando um serviço de atendimento diário que abrange toda a Região. Assim, as brigadas sediadas nos concelhos do Funchal, e nos concelhos rurais, satisfizeram muitos pedidos, tendo-se assistido 7.858 animais das várias espécies pecuárias (mapas n.º 1). Relativamente aos anos anteriores podemos verificar (gráfico n.º 1) que a nossa actividade se intensificou ao nível da assistência aos ovinos, traduzindo-se este implemento no acompanhamento sanitário de vários rebanhos controlados.

### **2.3.2. Desparasitações**

Paralelamente com a assistência clínica, surge um outro tipo de solicitação, grandemente procurada, e com a qual nos congratulamos. Os pedidos de desparasitação continuam a imperar no universo das nossas assistências, o que traduz de alguma forma o trabalho de divulgação que se tem empreendido de alguns anos a esta parte. O produtor cada vez mais está sensibilizado para este tipo de acção, pois começa a ter consciência de que o parasitismo influencia a produção, reconhecendo que este imprime por vezes atrasos de crescimento, perdas de produção e mesmo alterações do estado de saúde. O mapa n.º 2, traduz o número de intervenções nesta área e abrange todas as espécies pecuárias.

Comparativamente com anos transactos, (gráfico n.º 2) podemos ter a grata satisfação de verificar que o número de animais intervencionados tem vindo a aumentar, sobretudo nos ovinos e suínos.

Este aumento do número de ovinos desparasitados, prende-se essencialmente com um trabalho desenvolvido em colaboração com a Direcção Regional de Florestas.

### **2.3.3. Rastreio Sorológico de Brucelose e Leucose Bovina Enzoótica**

A brucelose é uma zoonose de toda sobejamente conhecida, que afecta os animais essencialmente ao nível da produção, revestindo-se no entanto dum papel muito importante sobretudo ao nível da Saúde Pública.

O esforço na divulgação da doença tem sido um dos desafios desta Divisão, pois nem todos os produtores acediam de bom-grado ao desenvolvimento desta acção. Neste momento temos já uma população cooperante, mas nem tudo tem decorrido dentro do desejado, pois temo-nos deparado com dificuldades de outra ordem, sobretudo ao nível dos meios de transporte.

Em 2002 procedeu-se ao rastreio de 677 bovinos e 1.590 ovinos, (mapa n.º 3 e n.º4), número de todo inferior ao ano transacto, o que espelha de alguma forma as dificuldades materiais encontradas no desenrolar desta acção. Podemos aqui remarcar, que não foi efectuada qualquer colheita de sangue durante três meses consecutivos por falta de viatura. Face a estas contrariedades, apraz-nos no entanto afirmar que continuamos com uma rastreabilidade 100% negativa em qualquer uma das espécies.

Relativamente à Leucose Bovina Enzoótica, procedemos ao rastreio de 477 bovinos, tendo sempre presente as características da doença, que limitam a rastreabilidade a animais com idade superior a dois anos. Neste momento temos apenas resultados negativos em 197 animais, estando os restantes a aguardar resultados (mapa n.º 5), no entanto, temos a forte convicção que à semelhança dos anos transactos obteremos resultados 100% negativos.

### **2.3.4. Vacinações**

A prevenção médica tem como objectivo principal, desde sempre, proteger o estado de saúde dos animais em geral, conferindo-lhes um grau de imunidade capaz de resistir às doenças, quando em presença do agente infeccioso.

Este tipo de procedimento reveste-se duma particular importância em zonas em que a prevalência de doenças infecto contagiosas é normalmente elevada, ou então, aquando da ocorrência de algum surto de doença que seja posteriormente controlado por esta via.

Efectivamente, nenhum destes quadros se encaixa na panorâmica epidemiológica desta Região, que com características tão próprias acaba por assumir particularidades únicas, que contrariam de alguma forma a progressão das doenças contagiosas. Assim, e face a esta realidade, os nossos produtores pecuários não se confrontam com patogenias de carácter contagioso, não sentindo por isso grande necessidade de recorrer à prevenção médica.

O mesmo já não acontece na produção intensiva, nomeadamente na avicultura, em que a vacinação contra a Doença de Newcastle foi tornada obrigatória, de acordo com o Despacho Normativo n.º 8/97 de 28 de Julho do Governo Regional. Daí, decorre a nossa intervenção no controlo aleatório das vacinações, tendo-se controlado durante o ano de 2002, 6 aviários, com um total de 74.000 aves vacinadas, (mapa n.º 6) quantidade esta, muito inferior ao ano transacto. Este trabalho foi grandemente condicionado pela falta de meios materiais e humanos.

É ainda função desta Divisão dar apoio à pequena produção caseira de cunídeos, que surge como uma produção paralela à produção pecuária existente, e que recorre aos nossos serviços, dada a ocorrência muito frequente de Doença Hemorrágica Viral. Face à contagiosidade e à mortalidade características desta doença, o produtor tem vindo a reconhecer a eficácia da vacinação, solicitando sistematicamente este tipo de intervenção. Assim, durante este ano procedeu-se a 3.205 vacinações (mapa n.º 7), número muito semelhante a anos transactos.

No âmbito da Ovinicultura temos vindo a desenvolver várias acções de profilaxia médica em rebanhos controlados (mapa n.º 8), pois os produtores começam a estar sensibilizados para este tipo de intervenção, na medida em que a sua acção é notória na diminuição da ocorrência de patologias

de grupo. Embora nesta área tenha havido um incremento muito grande relativamente a anos anteriores, temos como objectivo continuar a incentivar este tipo de procedimento.

### **2.3.5. Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis**

De alguns anos a esta parte as Encefalopatias Espongiformes continuam a levantar algumas dúvidas, sobretudo na população em geral, pois a sua epidemiologia reveste-se ainda de algumas incertezas.

Face às suspeições existentes, e mesmo não havendo qualquer caso clínico suspeito na nossa Região, continuou-se a desenvolver numerosas acções incluídas no Plano de Vigilância Epidemiológica das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis. Assim, prosseguiu-se com o Programa de Monitorização de Bovinos e Ovinos, que obriga à colheita dos troncos cerebrais em todos os bovinos com mais de 24 meses e aleatoriamente em ovinos com mais de 18 meses, que tenham tido morte natural ou tenham sido submetidos a abate especial de emergência (mapa n.º 9). Os resultados laboratoriais dos animais monitorizados foram todos negativos, o que nos tranquiliza grandemente.

Aquando das colheitas de troncos cerebrais em animais com mais de 30 meses apresentados ao abate no Matadouro do Funchal, surgiu no entanto um resultado suspeito à prova rápida, num animal oriundo dos Açores, o que levou de imediato esta Divisão a implementar uma acção de sequestro à exploração de origem, até obtenção do resultado definitivo da análise laboratorial, que felizmente negativou.

Ainda no âmbito do Plano de Vigilância, e considerando que uma das causas desde sempre reconhecida como factor primário das EET, está associada à ingestão de farinhas de carne e osso, procedeu-se à colheita aleatória de alimentos compostos para animais, para posterior análise, (mapa n.º 10) não só dos produzidos pela única fábrica de rações existente nesta Região, como também dos alimentos entrados na RAM, provenientes do Continente Português. A entrada destes produtos é sistematicamente comunicada pelos agentes económicos, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 3/99/M (mapa n.º 11). Será interessante constatar-mos que a grande coluna de alimentos compostos entrados destina-se à avicultura, produção pecuária com maior expressão na Região. (mapa n.º 12)

### **2.3.6. Controlos**

A RAM desde sempre se assumiu como uma região essencialmente “receptora”, tanto de animais como de produtos. Assim e face a esta realidade, torna-se imperativo proceder a vários controlos, tanto documentais como físicos, mas tendo sempre presente o princípio de que todos os controlos são aleatórios.

No conjunto dos animais de exploração entrados na nossa Região (mapa n.º 13), assumem particular evidência os bovinos provenientes da Região Autónoma dos Açores, tendo-se mesmo registado um acréscimo relativamente a anos transactos (cerca de 7%). Paralelamente a este aumento, baixaram na mesma proporção (cerca de 6%) as entradas de bovinos oriundos do Continente Português. Face a esta análise, não podemos no entanto deixar de constatar que o volume global dos animais entrados, tem-se mantido sem oscilações significativas desde o ano 2000, (gráfico n.º 4) ano em que houve a grande recessão no mercado da carne bovina. A União Europeia, mais precisamente a Holanda, é uma outra origem procurada pelos agentes económicos, introduzindo na Região bovinos de alto valor genético que contribuem posteriormente para um melhoramento genético e produtivo do efectivo bovino regional. Todos estes animais foram alvo de controlos diversos, (mapa n.º 14) nomeadamente a nível sanitário e documental, não descurando de forma alguma os controlos de bem-estar, tanto no transporte como na exploração.

De igual forma, foram efectuados controlos documentais e de bem-estar a animais de companhia entrados na Região (mapa n.º 15) acompanhados dos seus proprietários, ou com destino a lojas comerciais. No universo das aves, os procedimentos foram em tudo equivalentes, tendo-se dispensado uma atenção particular ao estado sanitário das aves de capoeira entradas na RAM (mapa n.º 16).

Face à política comunitária, cada vez mais os controlos assumem a todos os níveis um papel relevante no trânsito de animais e produtos, permitindo detectar eventuais anomalias num comércio que se pretende sem fronteiras.

### **2.3.7. Sanidade Apícola**

A actividade apícola na RAM, não sendo uma actividade muito expressiva, é representada por um número já significativo de pequenos apicultores, disseminados por toda a ilha. Esta dispersão, associada à orografia da ilha, cria uma barreira de difícil transposição quando se pretende desenvolver no terreno programas de índole sanitária, ou mesmo terapêutica. Na sequência do trabalho iniciado no final do ano transacto, onde foi detectada a existência de Varroose, doença até então inexistente na Região, continuou-se a proceder ao rastreio dos apiários da RAM, tendo-se constatado a sua disseminação por toda a ilha.

A Varroose é uma parasitose das abelhas, altamente espoliativa, com grande poder invasor, levando à destruição total dos enxames, caso não seja instituída terapêutica adequada. No entanto, nem sempre a medicação utilizada tem a eficácia desejada, pois já vão surgindo muitas resistências aos poucos produtos existentes no mercado. Paralelamente surge uma outra praga, a Loque Americana, que sendo uma bacteriose altamente contagiosa, instala-se com muita facilidade nas colmeias já enfraquecidas. Face a este panorama “quase” desolador, foram colocadas no terreno brigadas de trabalho, em colaboração estreita com a Divisão de Fruticultura da Direcção Regional de Agricultura, no sentido de se intensificar o rastreio e promover os tratamentos adequados. Os números são um pouco assustadores (mapa n.º 17), e as perspectivas de controlo da doença a médio prazo não são as mais favoráveis, tendo em conta as características das doenças em questão.

No Porto Santo, não foi detectado qualquer foco até ao momento, o que nos leva a pensar que esta ilha ainda não está afectada. Face a este pressuposto, foi elaborado um Edital, condicionando o trânsito de todo e qualquer produto apícola biológico para a referida ilha, no sentido de contrariar a expansão da doença.

Assim, e face aos acontecimentos, temos a noção exacta que os próximos anos, serão anos de recessão na apicultura madeirense

### **2.3.8. Perspectivas para 2003**

A DSBEA, pretende, à semelhança de outros anos, prosseguir as tarefas que até agora tem levado a cabo, e se possível intensifica-las, sobretudo no âmbito dos controlos de bem-estar animal. Este assunto, que cada vez mais tem mobilizado a opinião pública, tem assumido grande ênfase junto das instâncias comunitárias, que têm-se mostrado muito rigorosas no cumprimento da legislação vigente.

Na área da Sanidade Animal, um dos objectivos principais é retomar as campanhas de tuberculização, até porque, cada vez mais, são relatados casos de tuberculose humana. Os meios materiais disponíveis nesta Divisão, muitas vezes insuficientes, inviabilizaram qualquer tipo de procedimento nesta área, durante o ano transacto.

Além das graves condicionantes materiais, que nos deparamos diariamente, um outro ponto a considerar, relaciona-se com a falta de meios humanos, o que por vezes cria alguns entraves à execução das tarefas a que nos propomos desenvolver. Em suma, apesar de todas as limitações, a DSBEA, pretende continuar a envidar esforços no sentido de continuar a desenvolver todas as

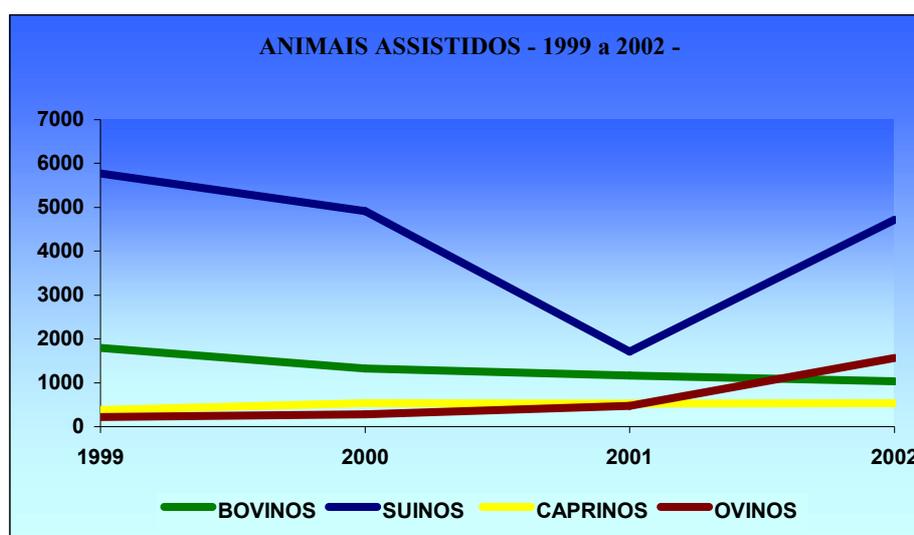
ações que lhe são atribuídas, não esquecendo nunca o rigor necessário ao desempenho das suas funções, em áreas tão sensíveis como a saúde e o bem-estar dos animais.

### MOVIMENTO DAS BRIGADAS DE SANIDADE NA RAM - ANO 2002

Mapa n.º 1

MESES	BOVINOS	SUÍNOS	CAPRINOS	OVINOS	CASTRAÇÕES	ADMINISTRAÇÃO DE FERRO
JANEIRO	106	557	47	23	51	40
FEVEREIRO	68	323	83	30	14	79
MARÇO	71	258	30	4	13	74
ABRIL	88	372	73	1.070	31	111
MAIO	72	388	52	166	44	107
JUNHO	74	306	103	17	20	76
JULHO	97	506	32	11	11	74
AGOSTO	87	376	21	59	17	107
SETEMBRO	83	332	17	22	34	65
OUTUBRO	104	532	34	69	15	181
NOVEMBRO	75	401	21	11	78	101
DEZEMBRO	112	370	23	82	31	117
TOTAL	1.037	4.721	536	1.564	359	1.132

Gráfico n.º 1

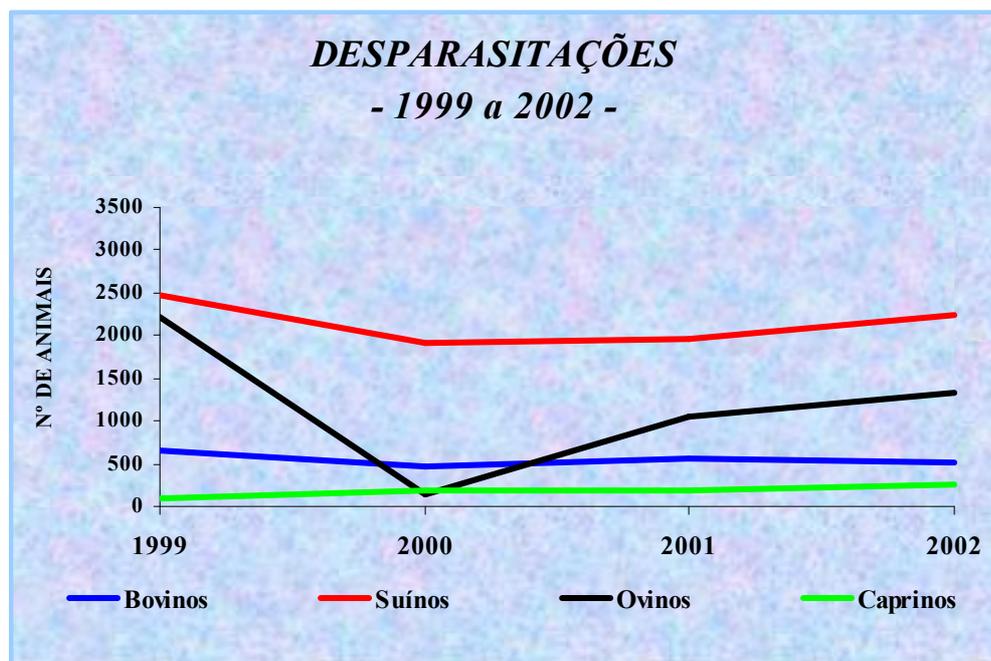


## DESPARASITAÇÕES - ANO 2002

Mapa n.º 2

	BOVINOS	SUÍNOS	OVINOS	CAPRINOS
JANEIRO	69	377	15	17
FEVEREIRO	29	151	26	54
MARÇO	34	172	1	3
ABRIL	42	170	1.065	39
MAIO	36	141	163	11
JUNHO	50	139	9	72
JULHO	64	284	7	15
AGOSTO	27	166	2	8
SETEMBRO	33	161	16	3
OUTUBRO	60	233	19	20
NOVEMBRO	39	125	9	8
DEZEMBRO	39	113	8	6
<b>TOTAL</b>	<b>522</b>	<b>2.232</b>	<b>1.340</b>	<b>256</b>

Gráfico n.º 2



**RASTREIO DE BRUCELOSE – 2002 –  
BOVINOS**

Mapa n.º 3

CONCELHO	Nº. DE EXPLORAÇÕES		Nº. DE ANIMAIS	Nº. DE ANIMAIS	
	RASTREADAS	INFECTADAS		NEGATIVOS	POSITIVOS
PORTO MONIZ	45	0	167	167	0
RIBEIRA BRAVA	33	0	45	45	0
FUNCHAL	10	0	94	94	0
SANTA CRUZ	2	0	8	8	0
MACHICO	29	0	31	31	0
SANTANA	72	0	109	109	0
PORTO SANTO	12	0	62	62	0
CALHETA	83	0	159	159	0
SÃO VICENTE	2	0	2	2	0
<b>TOTAL</b>	288	0	677	677	0
<b>PERCENTAGEM</b>				100%	0

**RASTREIO DE BRUCELOSE - 2002  
PEQUENOS RUMINANTES**

Mapa n.º 4

CONCELHO	Nº. DE EXPLORAÇÕES		Nº. DE ANIMAIS	Nº. DE ANIMAIS	
	RASTREADAS	INFECTADAS		NEGATIVOS	POSITIVOS
SANTANA	1	0	364	364	0
SANTA CRUZ	5	0	843	843	0
CÂMARA DE LOBOS	8	0	34	34	0
FUNCHAL	3	0	227	227	0
MACHICO	1	0	3	3	0
SÃO VICENTE	1	0	51	51	0
PONTA DE SOL	1	0	68	68	0
TOTAL	20	0	1.590	1.590	0
<b>PERCENTAGEM</b>				100%	0

## RASTREIO DE LEUCOSE BOVINA ENZOÓTICA - 2002

Mapa n.º 5

CONCELHO	N.º DE EXPLORAÇÕES		N.º DE ANIMAIS	N.º DE ANIMAIS	
	RASTREADAS	INFECTADAS		NEGATIVOS	POSITIVOS
<b>PORTO MONIZ</b>	32	*	103	32*	*
<b>RIBEIRA BRAVA</b>	32	0	41	41	0
<b>FUNCHAL</b>	2	0	4	4	0
<b>SANTA CRUZ</b>	8	0	58	58	0
<b>MACHICO</b>	28	0	29	29	0
<b>SANTANA</b>	71	*	94	33*	*
<b>PORTO SANTO</b>	5	*	20	*	*
<b>CALHETA</b>	71	*	127	*	*
<b>SÃO VICENTE</b>	1	*	1	*	*
<b>TOTAL</b>	250	*	477	197	*

\* Aguardamos resultados Laboratoriais referentes a 271 animais

Obsv: Soros prejudicados - 9

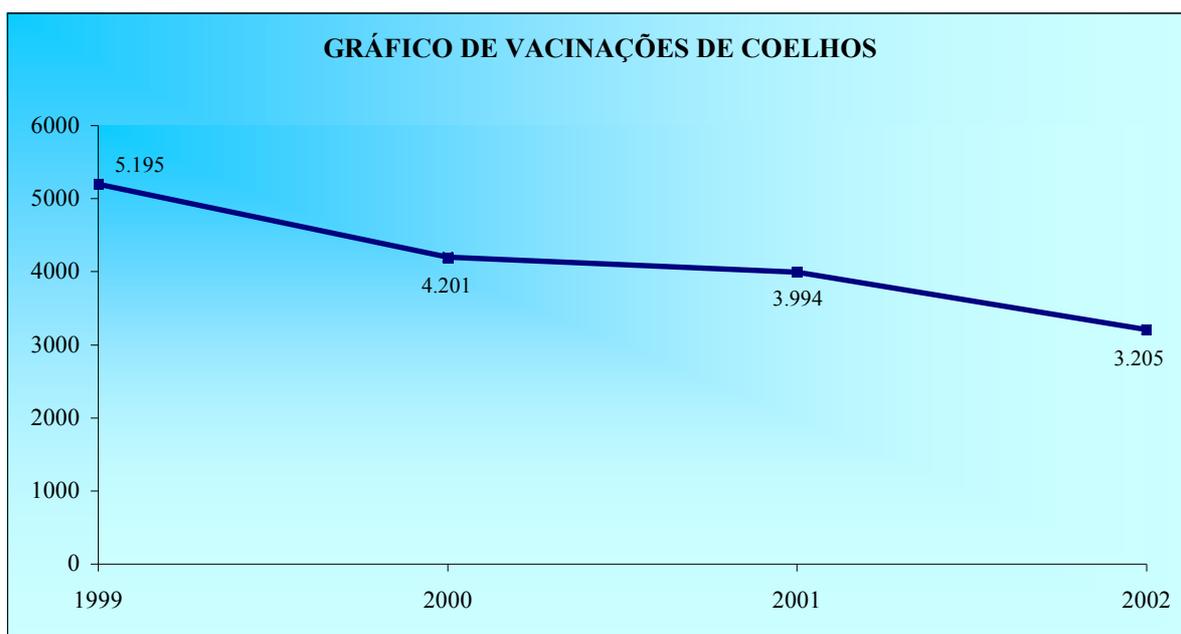
## CONTROLO DA VACINAÇÃO CONTRA A DOENÇA DE NEWCASTLE ANO 2002

Mapa n.º 6

Mês	N.º de Explorações Controlos	N.º de Animais Controlados
Janeiro	1	14.000
Fevereiro	1	47.000
Março	1	5.000
Agosto	3	8.000
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>74.000</b>

## VACINAÇÃO DE CUNÍDEOS - ANO 2002

1ª. VACINAÇÃO			Mapa n.º 7
CONCELHOS	N.º DE FÊMEAS	N.º DE MACHOS	TOTAL
<b>CALHETA</b>	77	76	153
<b>CÂMARA DE LOBOS</b>	166	154	320
<b>FUNCHAL</b>	629	598	1227
<b>MACHICO</b>	230	213	443
<b>SANTA CRUZ</b>	425	421	846
<b>SÃO JORGE/SANTANA</b>	56	56	112
<b>RIBEIRA BRAVA</b>	53	51	104
<b>TOTAL</b>	1.636	1.569	3.205



**Gráfico n.º 3**

**VACINAÇÃO DE OVINOS CONTRA PASTEURELOSE E ENTEROTOXÊMIA**  
**- ANO DE 2002 -**

Mapa n.º 8

<b>OVIL</b>	<b>N.º de Animais Vacinados</b>
Ribeira dos Boeiros	325
Chão das Feiteiras	239
Chão das Abobareiras	363
Cooperativa do Monte	146
Bica da Cana	58
<b>Total de Ovinos Vacinados</b>	<b>1.131</b>

**MAPA DE MONITORIZAÇÕES - VIGILÂNCIA DAS ENCEFALOPATIAS**  
**ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS - ANO 2002**  
 (Animais mortos na exploração ou submetidos a abate especial de emergência)

Mapa n.º 9

<b>MESES</b>	<b>NÚMERO DE BOVINOS</b>	<b>NÚMERO DE OVINOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
JANEIRO	4	-	NEGATIVO
FEVEREIRO	3	-	NEGATIVO
MARÇO	5	-	NEGATIVO
ABRIL	6	-	NEGATIVO
MAIO	4	-	NEGATIVO
JUNHO	4	-	NEGATIVO
JULHO	4	-	NEGATIVO
AGOSTO	3	3	NEGATIVO
SETEMBRO	1	1	NEGATIVO
OUTUBRO	3	-	NEGATIVO
NOVEMBRO	5	-	NEGATIVO
DEZEMBRO	4	-	NEGATIVO
<b>TOTAL BOVINOS</b>	46		
<b>TOTAL OVINOS</b>		4	

**COLHEITAS DE ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS**  
**PESQUISA DE FARINHA DE CARNE E OSSOS**  
**ANO DE 2002**

Mapa n.º 10

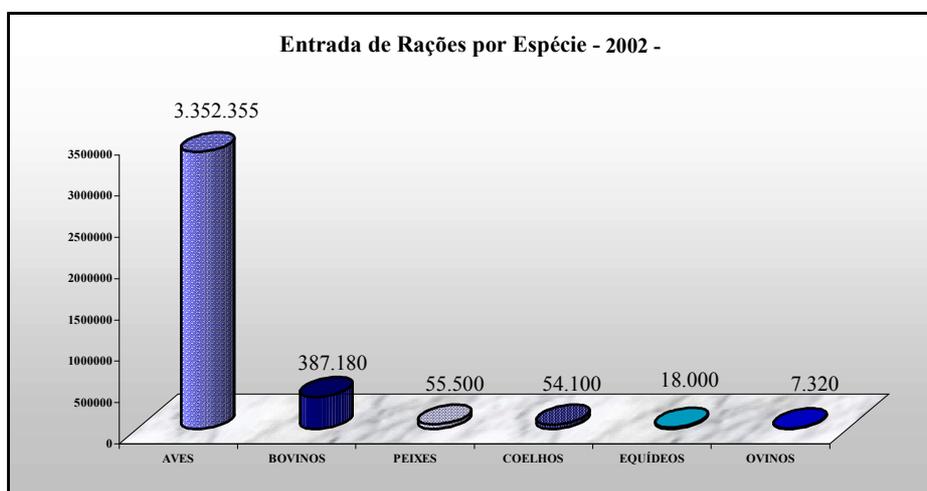
<b>Mês</b>	<b>Número de colheitas</b>	<b>Resultado</b>
Março	3	Negativo
Abril	2	Negativo
Maio	3	Negativo
Outubro	5	Negativo
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>Negativo</b>

Alimentos Destinatários	Alimento Composto para aves	Alimento Composto para peixes	Alimento Composto para bovinos	Alimento Composto para cunideos	Alimento Composto para ovinos	Alimento Composto para suínos	Alimento Composto para equídeos	Aditivos	Matéria-prima	Total
António Nunes Nóbrega	340.320									340.320
Nunes e Freitas	1.145.410									1.145.410
Aquamad		55.500								55.500
Gama e Gama			17.960							17.960
Eugénio Caíres	742.005									742.005
Coop. Agrícola do Funchal	190.140			52.500	6.000	10.100	18.000			276.740
Fernandes e Gomes	44.000									44.000
Bovimadeira			278.000							278.000
Santos e Góis						9.025				9.025
Isidro V. Mendonça	60.000									60.000
João E. C. Nunes	2.650									2.650
Jorge de Sá	14.600									14.600
Manuel Mendonça	152.970									152.970
Carnes Ramos			40.520							40.520
J.M. Pita Pereira	637.180		42.700	600	800	9.540				690.820
RAMA								1.304.400	152.830	1.457.230
Diversos	23.080		8.000	1.000	520	6.600				39.200

ENTRADA DE ALIMENTOS COMPOSTOS/ESPÉCIE - ANO 2002

Mapa n.º 12

ORIGEM	AVES/Kg	BOVINOS/Kg	PEIXES/Kg	COELHOS/Kg	EQUÍDEOS/Kg	OVINOS/Kg
PORTUGAL CONTINENTAL	3.352.355	387.180	55.500	54.100	18.000	7.320



MAPA DE ENTRADA DE ESPÉCIES PECUÁRIAS NO ANO DE 2002

Mapa nº. 13

IMPORTADOR	AÇORES	CONTINENTE PORTUGÊS		U.E.	
				HOLANDA	CANÁRIAS
	BOVINOS	BOVINOS	OVINOS	BOVINOS	OVINOS
BOVIMADEIRA	3.071	72		125	
CARNES RAMOS	1.563	117			
ESMOITADA	264				
GAMA E GAMA	1.175	10		27	
MANUEL FLORÊNCIO F. G.	114	10			
JOÃO BATISTA ORNELAS	431	11			
VIEIRA GADOS	454				
CRIADORES DE GADO DO MONTE			62		
DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA					50
<b>TOTAL</b>	<b>7.072</b>	<b>220</b>	<b>62</b>	<b>152</b>	<b>50</b>

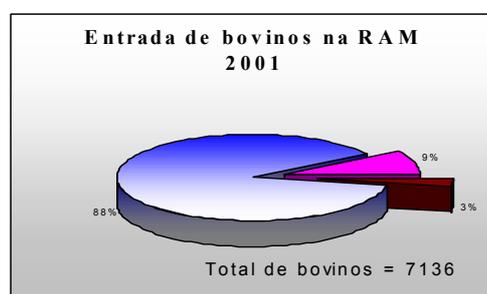
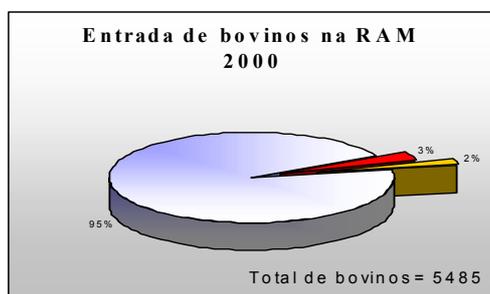
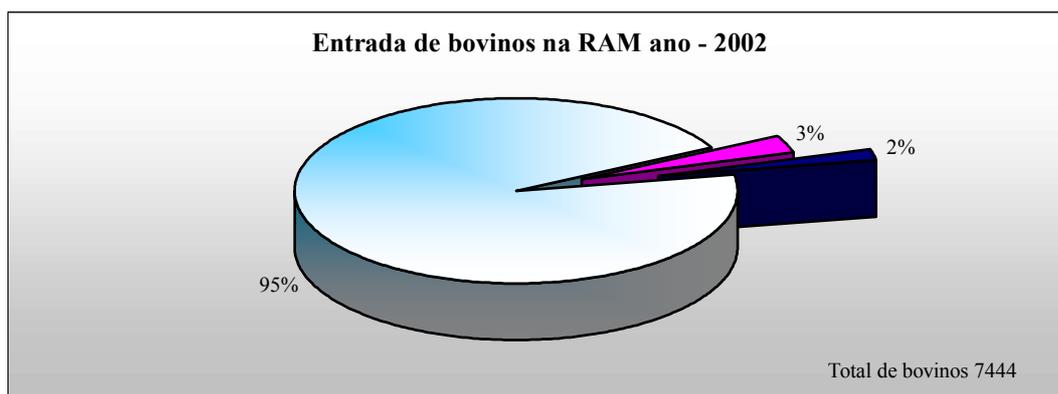


Gráfico nº. 4

## MAPAS DOS CONTROLOS EFECTUADOS – 2002

Tipos de Controlos	N.º de Controlos Efectuados	Incidência de Controlos	Quantidade Controlada	Resultado do Controlo	Observações
Controlos Documentais	8	Alimentos para Animais	129.780 Kg	Satisfatório	
	1	Alimentos para Animais	19.200 Kg.	Não Satisfatório	Mercadoria foi apreendida e destruída com a intervenção do IRAE
	1	Alimentos para Animais	20.680 Kg.	Não Satisfatório	Mercadoria foi apreendida com a intervenção do IRAE
	7	Aves de Capoeira	10.850	Satisfatório	150 Perdizes e 100 faisões destinados a uma largada de caça
	13	Peixes Ornamentais	387	Satisfatório	
		Tartarugas	101	Satisfatório	
		Avestruzes	6	Satisfatório	
		Canídeo	5	Satisfatório	
		Aves Exóticas	195	Satisfatório	
	1	Ovinos	62	Satisfatório	
Controlos de Bem-estar na Exploração	2	Aves de Capoeira	48.020	Satisfatório	
	2	Avestruzes	6	Satisfatório	Os animais já tinham sucumbindo
	1	Suínos	206	Satisfatório	Foram sugeridos alguns procedimentos e alterações na exploração
	2	Ovinos	112	Satisfatório	
	1	Pôneis	2	Satisfatório	
	2	Bovinos	40	Satisfatório	
	2	Bovinos	67	Não Satisfatório	
Controlos Bem-estar em Estabelecimentos Comerciais	1	Animais de Companhia	11	Satisfatório	Canídeos e Felídeos
Controlos de Bem-estar no Transporte	8	Bovinos	102	Satisfatório	

**MAPA ANUAL DE CHEGADA DE ANIMAIS DE COMPANHIA À RAM - ANO 2002**

Mapa n.º 15

DESTINATÁRIO ESPÉCIES	A BICHARADA	O AQUÁRIO	HUMBERTO S. REIS LUZ	JARDIM DOS BARREIROS	NETO E NETO	FLORLÂNDIA	LOJA ANIMAL	LORO PARK	MIAU MIAU	A SELVA	DIVERSOS	TOTAL
PÁSSAROS	351	19	787	96	24	641	166	901	108	891	2	3.986
COELHOS ANÕES								8				8
COELHOS								6		6		12
AVESTRUZES											8	8
PATOS								10				10
MANDARINS								8				8
FAIZÕES									10			40
HAMESTERS	30											
TARTARUGAS	210	80	101		15					210		616
PEIXES	2470	1.485	1.678	1.049	2.635	5.867	800	12.800	14.289	28632		71.705
GATOS							3	6				9
POMBOS											1000*	1.000
CORREIOS											50	50
POMBOS												
CÃES								30				48
CAVALOS											5	5

\* Animais destinados a largadas

Entraram temporariamente na RAM, 2 Lamas, 1 Canguuru, 21 Pombos, 1 Pato, 6 Cabras, 2 Emas, 2 Avestruzes, 4 Póneis, 3 Tigres, pertencentes ao circo

**MAPA ANUAL DE ENTRADA DE AVES DE CAPOEIRA E OVOS PARA  
INCUBAÇÃO - ANO 2002**

Mapa nº. 16

ORIGEM PRODUTO	PORTUGAL	ESPAÑA	FRANÇA	TOTAL
	PINTOS DO DIA	678.370	18.000	
PERÚS	900	-	-	900
PATOS	100	-	-	100
OVOS PARA INCUBAÇÃO	30.600	-	-	30.600

**SANIDADE APÍCOLA  
ANO DE 2002**

Mapa nº. 17

CONCELHO	COLMEIAS EXISTENTES	COLMEIAS RASTREADAS	COLMEIAS ATINGIDAS	
			LOQUE AMERICANA	VARROOSE
FUNCHAL	706	506	147	498
CÂMARA DE LOBOS	676	482	154	392
RIBEIRA BRAVA	229	187	19	112
SANTA CRUZ	297	195	53	168
MACHICO	388	196	41	162
CALHETA	792	305	79	169
SÃO VICENTE	372	82	29	12
PORTO MONIZ	92	22	8	0
SANTANA	709	403	145	289
PONTA DE SOL	302	45	11	21
PORTO SANTO	50	32	0	0
TOTAL	4.613	2.455	686	1.823

## 2.4. Divisão de Inspeção Veterinária

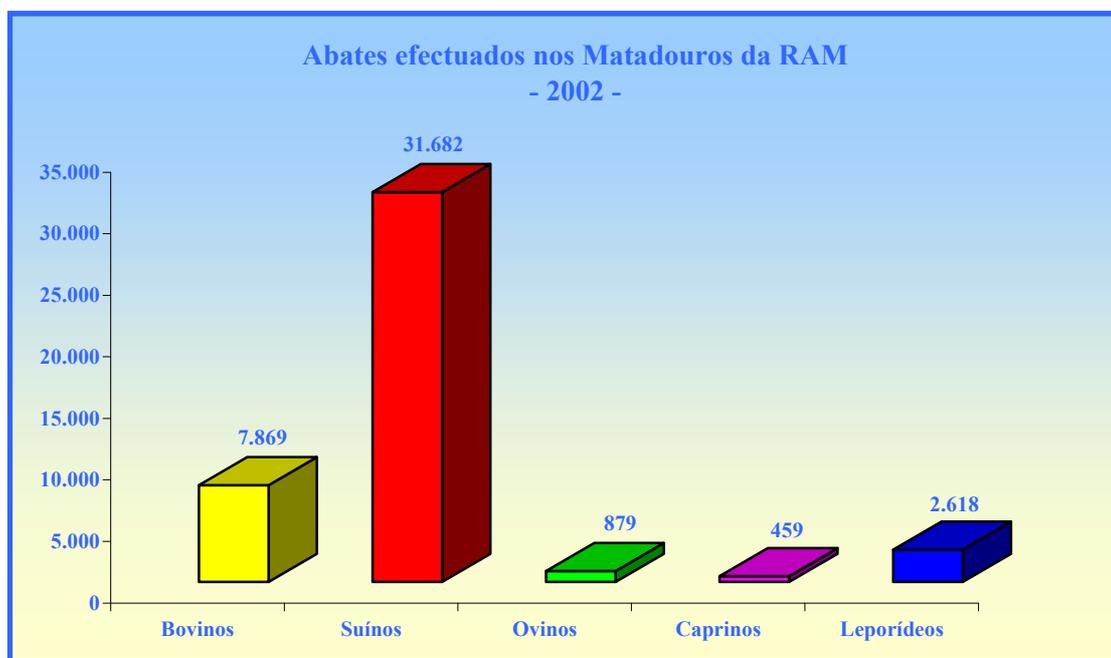
### 2.4.1. Inspeção Hígio-Sanitária dos Animais de Talho

A RAM possui uma rede pública de matadouros constituída por 6 unidades, situadas nos seguintes concelhos: Funchal, Calheta, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo e Santa Cruz. Esta última, embora recentemente adquirida pelo Governo Regional, para constituir o futuro Centro de Abate da Madeira, é ainda explorada pelo grupo Santagro, e está vocacionada para o abate de suínos.

A partir de Abril de 2002, os matadouros da Região ficaram reduzidos a 5 unidades, dado o encerramento do matadouro da Ponta do Sol.

A Inspeção hígio-sanitária é efectuada em todos os matadouros por médicos veterinários pertencentes ao quadro da Direcção Regional de Pecuária.

Em 2002 foram abatidos e inspeccionados nos matadouros da R.A.M. 43.187 animais, sendo 7.869 bovinos (1.861.627,0Kg); 31.682 suínos (2.281.905,1Kg); 879 ovinos (8.451Kg); 459 caprinos (5.423,5Kg) e 2.618 leporídeos (4.362,1 Kg), como é possível observar no gráfico que se segue.



Nº ANIMAIS ABATIDOS POR MATADOURO E POR ESPÉCIE -RAM

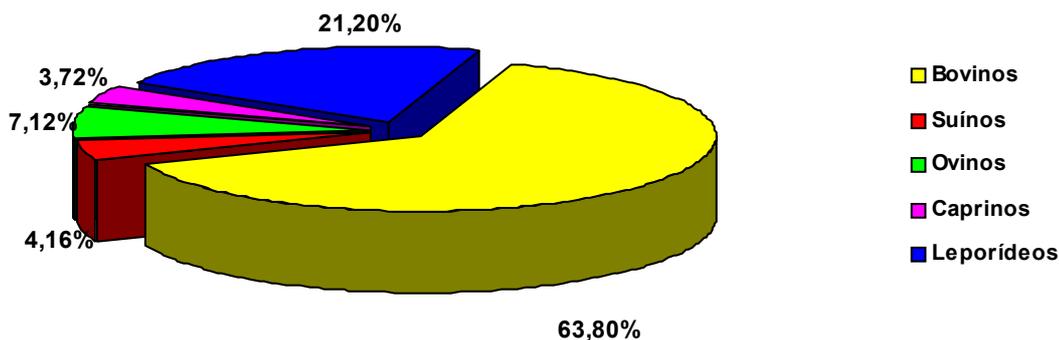
-2002-

Quadro 1

ESPÉCIE	MATADOURO										TOTAL	
	CALHETA	FUNCHAL	PONTA DO SOL	PORTO MONIZ	PORTO SANTO	SANTAGRO						
BOVINOS	Nº.	6.933	77	110	136	0					7.869	
	KG	124.665,0	1.671.044,0	16.381,0	21.519,0	28.018,0	0,0					1.861.627,0
SUÍNOS	Nº.	59	438	8	3	5					31.362	
	KG	6.010,0	28.786,1	1.031,0	326,0	351,0	2.245.401,0					2.281.905,1
OVINOS	Nº.	0	643	0	233	3					879	
	KG	0,0	6.719,0	0,0	1.681,0	51,0	0,0					8.451,0
CAPRINOS	Nº.	0	374	0	37	48					459	
	KG	0,0	4.632,5	0,0	356,0	435,0	0,0					5.423,5
LEPORÍDEOS	Nº.	0	2.618	0	0	0					2.618	
	KG	0,0	4.362,1	0,0	0,0	0,0	0,0					4.362,1
TOTAL	Nº.	672	11.006	85	383	192	30.849					43.187
	KG	130.675,0	1.715.543,7	17.412,0	23.882,0	28.855,0	2.245.401,0					4.161.768,7

Quadro nº 1 – Animais Abatidos/ Espécie/ Matadouros da R.A.M - 2002

No Quadro 1 podemos ver o número total de animais abatidos por matadouro e por espécie. Neste quadro, se não contabilizarmos os animais abatidos no matadouro da Santagro, já que são exclusivamente da espécie suína, verificamos que nos restantes matadouros se abateram 12.338 animais das diferentes espécies, sendo que, a espécie bovina é em relação às restantes, aquela que tem maior expressão quanto ao número total de animais abatidos, conforme expresso no gráfico seguinte em termos percentuais.



De igual forma se analisarmos os dados matadouro a matadouro, e por espécie, verificamos novamente a preponderância da espécie bovina.

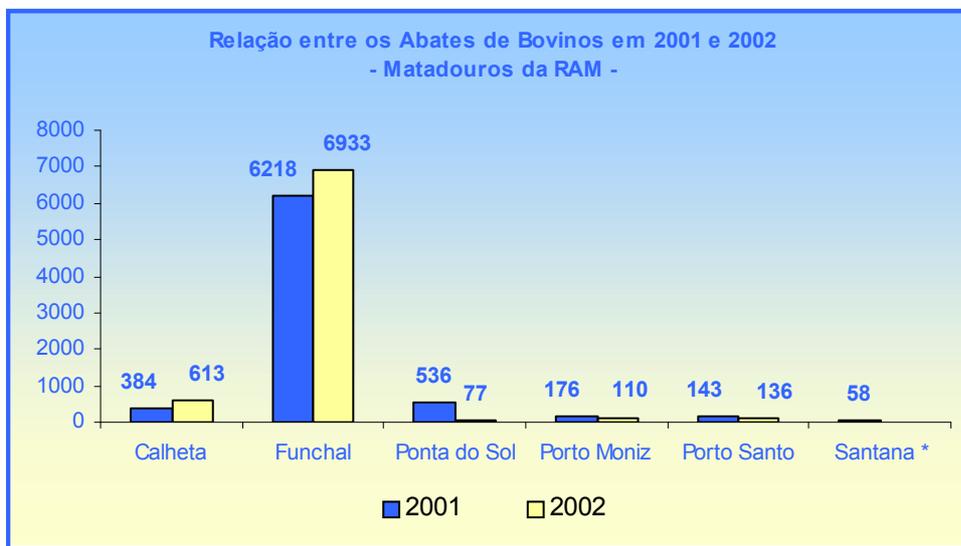
MATADOURO	Nº ANIMAIS ABATIDOS	BOVINOS	SUÍNOS	OVINOS	CAPRINOS	LEPORÍDEOS
FUNCHAL	11.006	63,00%	3,98%	5,84%	3,40%	23,78%
PONTA DO SOL*	672	90,59%	9,41%	-	-	-
CALHETA	85	91,22%	8,78%	-	-	-
PORTO MONIZ**	383	28,72%	0,78%	60,84%	9,66%	-
PORTO SANTO	192	70,83%	2,60%	1,56%	25,01%	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.338</b>					

\* Encerrou em Abril de 2002

\*\* Encerrou no mês de Novembro e Dezembro

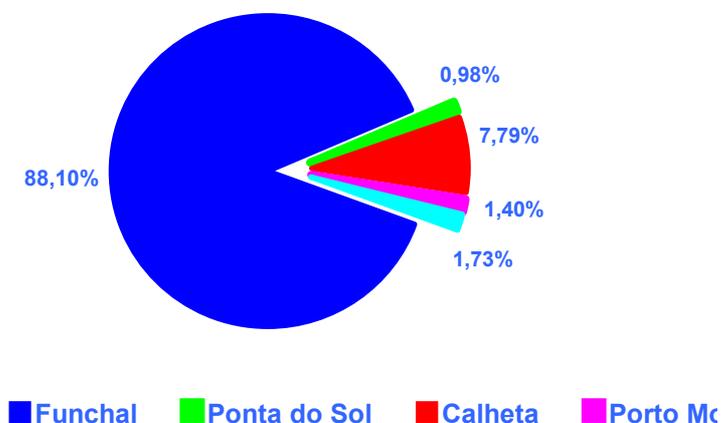
Excepção feita ao matadouro do Porto Moniz, no qual o número de pequenos ruminantes ultrapassa o número de bovinos abatidos, justificando-se tal facto maioritariamente pela retirada dos ovinos e caprinos das serras da Madeira. Quanto à diminuição do número de bovinos abatidos, ainda que sendo pouco significativa, estará relacionada com o fecho deste matadouro, nos meses de Novembro e Dezembro.

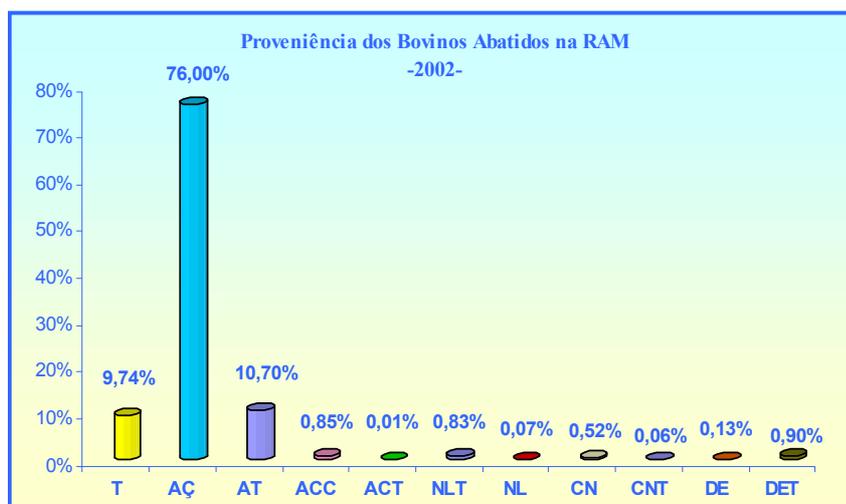
No ano de 2002 verificou-se ainda uma transferência de abates entre os vários matadouros, motivada pelo encerramento do matadouro da Ponta do Sol, bem como o encerramento nos meses de Novembro e Dezembro do matadouro do Porto Moniz. Desta forma, houve uma deslocação dos animais para abate, especialmente os da espécie bovina, para os matadouros do Funchal e da Calheta, registando-se nestes, um aumento do número de cabeças abatidas. Este aumento é evidente no gráfico seguinte.



De realçar, que no matadouro do Funchal abateram-se 88,10% dos bovinos abatidos na Região. No matadouro da Calheta, passou-se de 5,10% em 2001 para 7,79% em 2002, logo registou-se um aumento de 37,3%, nos animais abatidos.

Ao olharmos à totalidade dos bovinos abatidos nos matadouros rurais, verificamos que é de 10,16%, valor que nos poderá parecer à partida insignificante, contudo, este reflecte um serviço público prestado às populações destes concelhos, que assim têm maior facilidade de deslocar os seus animais para esses matadouros.





### Proveniência dos Bovinos Abatidos na RAM

Se tivermos em conta a crise existente no sector da carne de bovino, devido à encefalopatia espongiforme bovina e sabendo da falta de confiança do consumidor por esta carne, a constatação desta subida deverá à partida parecer um paradoxo. Julgamos que a rotulagem da carne de bovino, com início em Janeiro de 2001, foi o factor primordial nesta subida.

A este facto, deve-se ainda à preferência pelo consumidor, de carne proveniente de animais abatidos nos matadouros da Região, por vezes “falsamente” denominada carne da Região, uma vez que a sua origem é a Região Autónoma dos Açores, conforme podemos ver no gráfico referente à proveniência dos bovinos abatidos na RAM.

CÓDIGOS UTILIZADOS	CARACTERÍSTICAS	CÓDIGOS UTILIZADOS	CARACTERÍSTICAS
T ("terra")	Animal nascido, criado e abatido na RAM	CNT	Animal oriundo do Continente Chegada à RAM há mais de 4 meses
AC	Animal nascido na RAM ou ao qual foi colocado um brinco da RAM	NL	Animal oriundo da Holanda
	Chegada à RAM há menos de 4 meses		Chegada à RAM há menos de 4 meses
AT	Animal oriundo dos Açores	NLT	Animal oriundo da Holanda
	Chegada à RAM há mais de 4 meses		Chegada à RAM há mais de 4 meses
ACC	Animal oriundo dos Açores, que passou pelo Continente	DE	Animal oriundo da Alemanha/Austria
	Chegada à RAM há menos de 4 meses		Chegada à RAM há menos de 4 meses
ACT	Animal oriundo dos Açores, que passou pelo Continente	DET	Animal oriundo da Alemanha/Austria
	Chegada à RAM há mais de 4 meses		Chegada à RAM há mais de 4 meses
CN	Animal oriundo do Continente	FRT	Animal oriundo da França.
	Chegada à RAM há menos de 4 meses		Chegada à RAM há mais de 4 meses.

Códigos Utilizados na Designação de Origem dos Animais Abatidos na RAM

Assim, no gráfico anterior, constatamos que a grande maioria dos abates, deve-se sobretudo aos animais provenientes da Região Autónoma dos Açores, quer os com estadias na Região Autónoma da Madeira, inferior a 4 meses (76% - AÇ), quer os com estadia superior a 4 meses (10,7% - AT), quer ainda os animais oriundos dos Açores, mas com passagem pelo continente (0,86% - ACC e ACT), que totalizam 87,56% dos animais abatidos na Região.

Facilmente compreendemos que os abates efectuados nos matadouros da Região, dependem quase que exclusivamente das importações dos animais vivos, vindos dos Açores.

Podemos ainda concluir, com base em dados retirados dos quadros n.º 5 e n.º 6 (Anexo I), quanto à proveniência dos animais abatidos por matadouro, que:

- o total de animais “terra” abatidos na Região, que perfazem 9,74% dos abates, são em grande maioria abatidos nos matadouros rurais, o que se justifica pela existência de pequenos palheiros, com 1 ou 2 animais em cada, sobretudo nas zonas rurais;
- a movimentação de animais entre a Madeira e o Porto Santo é responsável nesta ilha, pelo aumento número de animais abatidos com proveniência Açoreana (AÇ e AT), que foi de 72%.

Em relação à espécie suína, constatámos que o número de animais abatidos nos matadouros da Região no ano de 2002 é superior ao de 2001.

<b>MATADOUROS</b>							
<b>ANOS</b>	<b>Funchal</b>	<b>P. Sol</b>	<b>Calheta</b>	<b>P. Moniz</b>	<b>P. Santo</b>	<b>Santagro</b>	<b>Total</b>
<b>2001</b>	639	39	14	17	2	28.009	<b>28.720</b>
<b>2002</b>	438	8	59	3	5	30.849	<b>31.362</b>

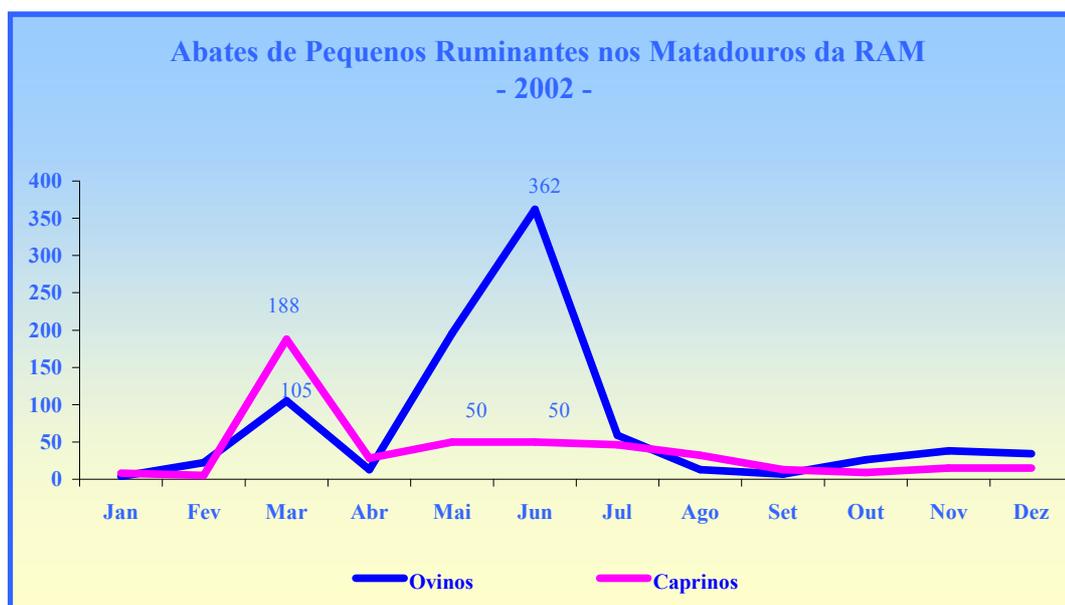
**Relação dos Abates de Suínos nos Matadouros da R.A.M. em 2001 e 2002**

Desde Agosto de 2002, que os abates da espécie suína, anteriormente realizados no matadouro do Funchal foram transferidos para o matadouro da Santagro, não só pelas deficientes condições higio-sanitárias da linha de suínos do matadouro do Funchal, mas também pelo facto do primeiro estar direccionado para o abate desta espécie. Transferiram-se portanto 358 animais para o matadouro da Santagro.

A produção de caprinos e ovinos na Região é normalmente dirigida ao auto-consumo. No entanto, desde 2001, tem-se registado um aumento do número de animais abatidos destas espécies, o qual deve-se, à retirada dos animais das zonas protegidas de silvo-pastoreio. No entanto, constatou-se uma ligeira descida em 2002 comparativamente ao ano anterior, devida à retirada em menor número dos animais dessas zonas.

Os abates no ano 2002 foram concentrados nos matadouros do Funchal (1.017 animais) e do Porto Moniz (270 animais), tendo decorrido sobretudo no período de Abril a Julho. De referir ainda o pico verificado no mês de Março coincidente com a Páscoa, normal nesta época.

No gráfico seguinte, é possível observar a distribuição dos abates nestas espécies, por meses, ao longo do ano.



A grande apetência pela carne de coelho e o seu preço, levaram a que durante alguns anos, tenha havido um maior interesse pela criação de coelhos, no entanto, factores climatéricos, alimentares (rações) e parasitários, induziram uma diminuição da rentabilidade pretendida, o que levou ao desinteresse por parte de alguns produtores por este tipo de criação. Em 2002 e em relação a 2001, no entanto, verificou-se um aumento dos abates de 44,9%, em anexo.

No Anexo I, seguem os quadros nº 2 e 3 referentes aos abates dos bovinos, suínos, ovinos, caprinos e leporídeos, efectuados nos matadouros da Região Autónoma da Madeira, por matadouro e por meses. O quadro nº 4, também em anexo, apresenta a relação dos animais abatidos desde 1998 a 2002.

### Rejeições Totais

Em 2002 foram rejeitadas totalmente para consumo humano **76** bovinos (18.060,0Kg); **531** suínos (21.547,0Kg); **41** ovinos (295,0 kg); **2** caprinos (7,0kg) e **54** cunídeos (68,0 Kg). Estes valores em relação ao nº total de animais abatidos, correspondem em termos percentuais a 0,96% para a espécie bovina, 1,69% para a espécie suína, 4,66% para a espécie ovina, 0,43% para a espécie caprina, e 2,06% para os leporídeos.

- BOVINOS -

Quadro nº 7

MOTIVO DE REJEIÇÃO	Calheta		Funchal		Porto Moniz		Porto Santo		TOTAL	
	Nº	KG	Nº	KG	Nº	KG	Nº	KG	Nº	KG
Aplicação Regulamento 1494/2002			4	1126					4	1.126
Broncopneumonia Purulenta			4	771					4	771
Caquexia	1	90	4	826					5	916
Carne Febril	1	85							1	85
Cisticercose Generalizada	6	1565	34	8.522	1	262			41	10.349
Cistite Hemorrágica			1	217					1	217
Cistite Poliposa/R.O.G.			1	209					1	209
Hemorragias Múltiplas			1	205					1	205
Icterícia /R.O.G			1	266					1	266
Lesões Traumáticas Generalizadas			2	406					2	406
Mamite Purulenta / R.O.G							1	304	1	304
Metrite Purulenta /R.O.G			1	100					1	100
Morte Natural			1	250					1	250
Nefrite Purulenta/R.O.G			1	268					1	268
Pericardite/R.O.G			1	256					1	256
Peritonite/ R.O.G			1	288					1	288
Pioémia			1	170					1	170
Poliartrite Purulenta			2	515					2	515
Reacção Orgânica Geral			1	175			2	406	3	581
Sarcosporidiose Generalizada			1	170					1	170
Septicémia			1	289					1	289
Timpanismo/ R.O.G			1	319					1	319
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>1.740</b>	<b>64</b>	<b>15.348</b>	<b>1</b>	<b>262</b>	<b>3</b>	<b>710</b>	<b>76</b>	<b>18.060</b>

A rejeição total de bovinos tem na cisticercose bovina a sua principal causa. Esta parasitose que afecta a espécie bovina, continua ao longo dos anos a ser responsável por um elevado número de rejeições totais. Em 2002, no entanto registaram-se 41 casos, número este, inferior ao do ano de 2001 que foi de 53 casos. (Quadro n.º 11 em anexo)

Esta patologia atinge sobretudo animais oriundos da RAA, quer tenham permanecido na Região por um período inferior ou superior a 4 meses, respectivamente 11 animais e 18 animais. É também possível verificar esta ocorrência em 5 animais nascidos na RAM, o que vem comprovar a existência desta parasitose nos dois Arquipélagos.

As broncopneumonias constituíram 4 dos casos de rejeições totais no ano transacto. Todos os casos ocorreram em bovinos de proveniência Açoreana com estadia na Região inferior a 4 meses. Todos eles, manifestaram-se clinicamente por uma broncopneumonia aguda.

Os traumatismos generalizados ocasionaram a rejeição total de 2 animais, com 406kg, animais esses recém chegados à Região. Como rejeições parciais tivemos mais 4.139kg, fruto de limpezas efectuadas a partes das carcaças traumatizadas. As perdas por traumatismos devem-se na sua maioria às condições de transporte a que animais são sujeitos até à chegada à Região, e ainda à orografia dos terrenos e estradas sinuosas existentes na Região.

A cistite poliposa (hematúria enzoótica) é uma patologia frequentemente encontrada em animais de idade superior a três anos. Desde 2001, a obrigatoriedade da remoção da coluna vertebral a todos os animais de mais de trinta meses, veio condicionar a sua importação. Tal facto, vem justificar a acentuada descida nas rejeições totais, que conforme é possível ver, em anexo (Quadro n.º 11), passamos de 12 casos em 2001 para apenas 1 em 2002, sendo este um animal nascido na Região Autónoma da Madeira.

No âmbito da aplicação do Regulamento da Comissão n.º 1494/2002 de 21 de Agosto, Anexo III, capítulo A, parte I, ponto 6, alínea 6.5, que se refere à vigilância da encefalopatia espongiiforme bovina, à erradicação da EET, à retirada das matérias de risco especificadas e às regras de importação de animais vivos e de produtos de origem animal, foram ainda rejeitados totalmente 4 bovinos.

## - SUÍNOS -

Quadro n.º

MOTIVO DE REJEIÇÃO	Funchal		Santagro		TOTAL	
	Nº	KG	Nº	KG	Nº	KG
Abcessos Múltiplos			44	2.864,0	44	2.864,0
Artrite Purulenta			145	2.642,0	145	2.642,0
Broncopneumonia Purulenta			38	1.884,0	38	1.884,0
Caquexia			44	763,0	44	763,0
Icterícia			3	194,0	3	194,0
Lesões Traumáticas Generalizadas	1	4,0			1	4,0
Morte Natural			153	7.244,0	153	7.244,0
Osteomielite Purulenta	1	69,0			1	69,0
Osteíte Fibrino-purulenta			68	3.998,0	68	3.998,0
Reacção Orgânica Geral			3	217,0	3	217,0
Septicémia			30	1.543,0	30	1.543,0
Tumor	1	125,0			1	125,0
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>198,0</b>	<b>528</b>	<b>21.349,0</b>	<b>531</b>	<b>21.547,0</b>

Nesta espécie, as rejeições ocorreram sobretudo no matadouro da Santagro, no entanto, se tivermos em conta o número de animais abatidos, neste matadouro, constatamos que não é um número elevado, já que constituíram somente 1,71% dos animais abatidos.

Neste matadouro rejeitaram-se 310 suínos no exame em vida, por morte natural, caquexia e artrite purulenta. No exame post-mortem, os abcessos múltiplos, a osteíte fibrino-purulenta, a broncopneumonia purulenta e a septicémia destacam-se como maiores causas de rejeição.

**- OVINOS E CAPRINOS -**

Quadro n.º 9

MOTIVO DE REJEIÇÃO	Funchal		Porto Moniz		TOTAL	
	Nº	KG	Nº	KG	Nº	KG
Caquexia	9	72	1	4	10	76
Hidroémia	24	170	5	27	29	197
Icterícia	1	8			1	8
Lesões Traumáticas Generalizadas	1	2			1	2
Miíase Generalizada	1	10			1	10
Pneumonia Necrótica	1	9			1	9
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>271</b>	<b>6</b>	<b>31</b>	<b>43</b>	<b>302</b>

\* Neste quadro estão incluídos os dados referentes à espécie ovina e caprina. Foram rejeitados dois caprinos por hidroémia.

O elevado número de animais rejeitados totalmente, de ambas as espécies, por carne hidroémica (29 animais) e por caquexia (10 animais), ocorreu sobretudo no abate dos animais retirados das zonas protegidas. Porque se encontram em pastoreio livre e sem qualquer programa de desparasitações e vacinações, estes animais são mais susceptíveis a doenças crónicas do foro infeccioso e parasitário, predispondo para o aparecimento destas patologias.

**- LEPORÍDEOS-**

Quadro nº 10

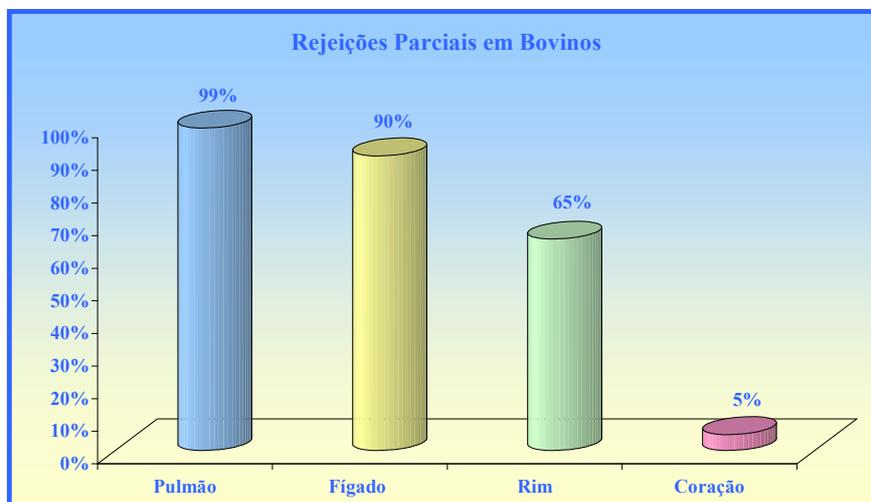
MOTIVO DE REJEIÇÃO	Funchal		TOTAL	
	Nº	KG	Nº	KG
Abcessos Múltiplos	36	48	36	48
Broncopneumonia Purulenta	2	3	2	3
Caquexia	2	2	2	2
Lesões Traumáticas Generalizadas	7	7,8	7	7,8
Morte Natural	1	1	1	1
Nefrite Purulenta / R.O.G	1	1	1	1
Reacção Orgânica Geral	3	5	3	5
Tumor	2	2	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>69,8</b>	<b>54</b>	<b>69,8</b>

Em 2002 foram rejeitados totalmente 54 leporídeos. Verificou-se que os abcessos múltiplos, que somam 36 casos, são o motivo que mais reprovações ocasionou. Os abcessos são geralmente devidos a mordeduras entre os animais.

Os quadros do Anexo II, mostram os dados das rejeições totais das várias espécies referentes à evolução das mesmas nos últimos 4 anos.

**Rejeições Parciais**

Na espécie bovina, em relação ao total de animais abatidos, o pulmão é o órgão que regista um maior número de rejeições (98,8%), ao qual se segue o fígado (90,3%), o rim (64,8%) e o coração (4,85%).



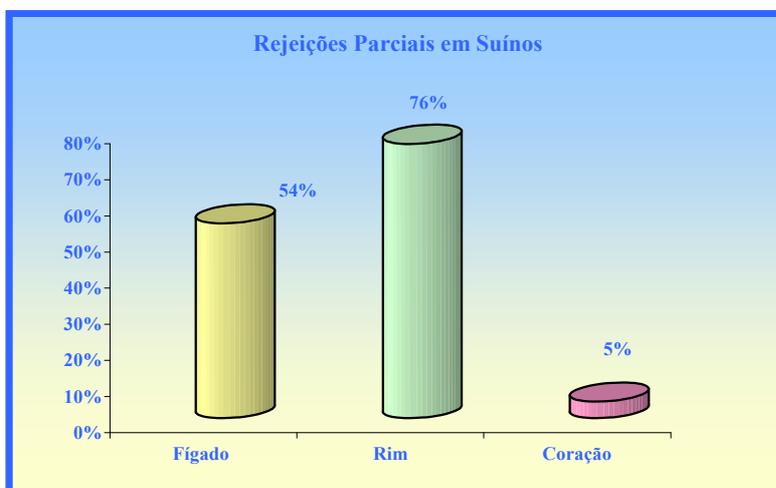
Dos pulmões rejeitados 63,1% são devido a pneumonias.

Os fígados de bovino rejeitados, são-no na sua maioria devido à esteatose (33,3%), parasitismo (25,1 %) e cirrose (13,2%).

A maioria dos rins rejeitados deve-se: 56,2% a nefrites (processos inflamatórios), 13,4% a nefroses (alterações degenerativas) e 12,6% a rins poliquísticos (perturbações congénitas do desenvolvimento ou consequências de processos inflamatórios crónicos pós-embrionários).

A cisticercose não só é a causa principal das rejeições totais dos bovinos, assim como é a maior causa de rejeição do coração. Do total de corações rejeitados, 80,6 % são devido a nódulos parasitários, que se podem encontrar em várias fases de desenvolvimento, desde a caseificação à calcificação. O *Cisticercus bovis* tem preferência pelo músculo cardíaco por este ser um músculo muito irrigado.

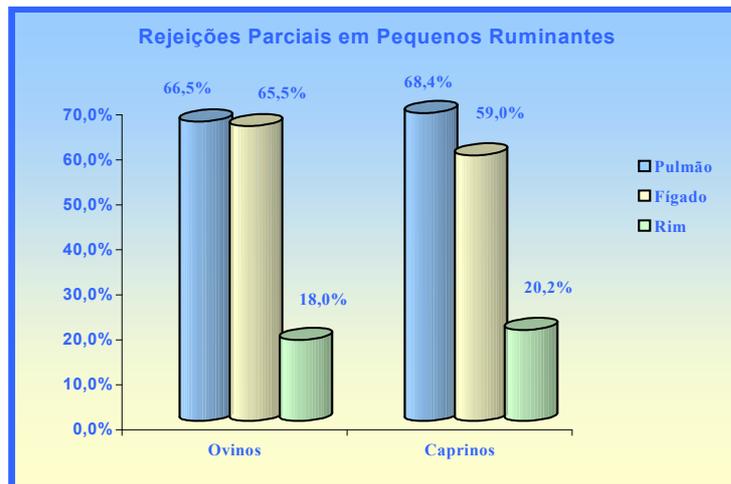
Nos suínos, tendo em conta o número de animais abatidos, registaram-se as seguintes rejeições parciais: 54% fígado, 76% rim e 4,6% coração.



Todos os pulmões de suíno são rejeitados devido à conspurcação da água do escaidão. As lesões mais observadas são a pneumonia enzoótica e a congestão. Os fígados foram rejeitados por ascarídiase, cirrose e esteatose na sua maioria.

Rejeitaram-se rins (76%), na sua maioria, devido a nefrites, nefroses, enfartes e quistos do rim. Este número não será deveras elevado, se tivermos em conta que o aparelho urogenital dos suínos tem particular tendência para as anomalias.

Os corações de suíno foram rejeitados por pericardite (5%).



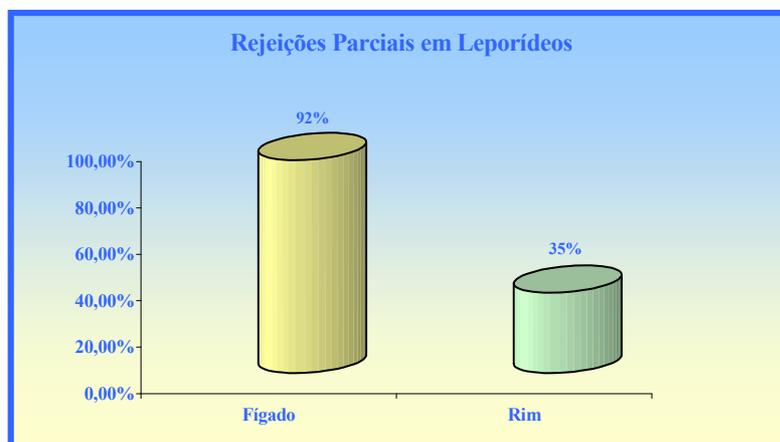
O principal motivo de rejeição parcial do pulmão e do fígado dos ovinos e caprinos é o parasitismo.

A estrogilose pulmonar encontra-se muito disseminada nos pequenos ruminantes, e os agentes causais são sobretudo o *Dyctiocaulus filaria* (dictiocaulose) e o *Cystocaulus ocreatus* (cystocaulose). Não são raras as infestações mistas.

Os nódulos e trajectos parasitários observados frequentemente no fígado dos pequenos ruminantes, quer ao nível do parênquima hepático quer ao nível das vias biliares, têm origem nos nemátodes (estrongilídeos, ascarídeos) e tremátodes.

Nos pequenos ruminantes, o parasitismo quando intenso, leva normalmente à rejeição total do animal. Os animais encontram-se frequentemente anémicos, em estado caquético avançado, com carnes hidroémicas.

Nas duas espécies, os rins foram rejeitados na sua maioria por nefrite.



A coccidiose hepática, cujo agente causal é a *Eimeria stidae*, está muito disseminada nos leporídeos, sendo de longe a maior causa de rejeição dos fígados. Todos os pulmões foram rejeitados por congestão devido ao abate. Quanto aos rins, estes foram na sua maioria rejeitados por nefrite.

No Anexo II, seguem os quadros das rejeições parciais das várias espécies no ano de 2002, bem como os referentes à evolução das mesmas.

#### 2.4.2. Encefalopatia Espongiforme Bovina

##### Vigilância dos Bovinos Abatidos para Consumo Humano

A partir de 1 de Janeiro de 2001, por imposição comunitária, não é permitida a entrada na cadeia alimentar de carne proveniente de bovinos com mais de 30 meses de idade, submetidos a abate normal e de mais de 24 meses, submetidos a abate especial de emergência, sem que sejam submetidos a testes rápidos de detecção da encefalopatia espongiforme bovina.

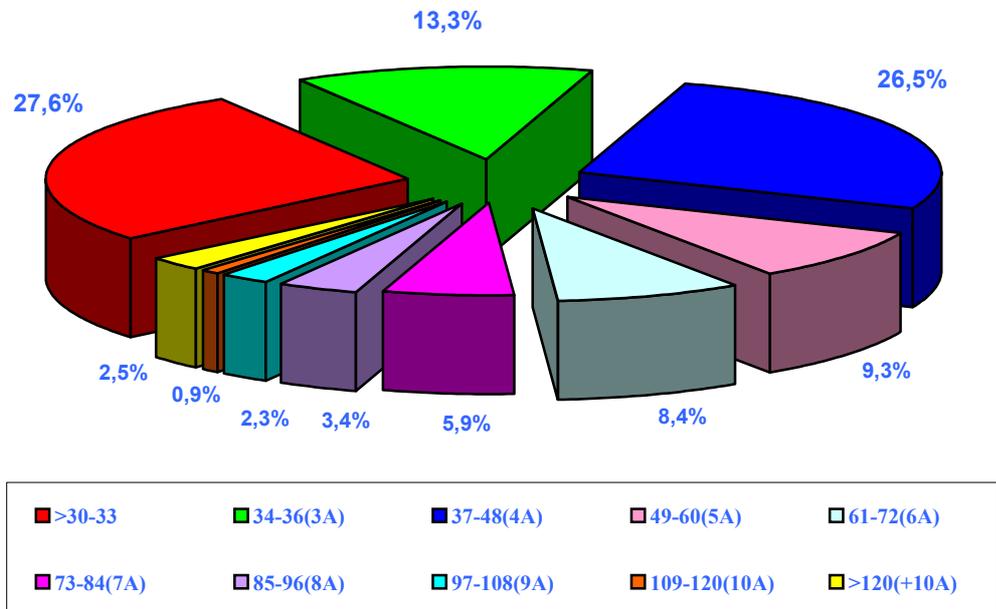
Os matadouros do Funchal e do Porto Santo, são os únicos autorizados a efectuar este tipo de abates. As cabeças dos bovinos abatidos são enviadas ao Laboratório Regional de Veterinária, para colheita do tronco cerebral e execução do teste. Nas 24 horas subsequentes ao abate e na obtenção de um resultado negativo é obrigatoriamente retirada a coluna vertebral, bem como os gânglios das raízes dorsais, das carcaças.

MATADOURO	FUNCHAL		PORTO SANTO		TOTAL	
	Nº	KG.	Nº	KG.	Nº	KG.
JANEIRO	38	9.570	3	864	41	10.434
FEVEREIRO	41	11.323	0	0	41	11.323
MARÇO	25	6.514	0	0	25	6.514
ABRIL	35	9.708	0	0	35	9.708
MAIO	52	14.251	2	565	54	14.816
JUNHO	48	12.824	2	709	50	13.533
JULHO	57	14.962	1	245	58	15.207
AGOSTO	35	9.685	0	0	35	9.685
SETEMBRO	74	19.483	1	226	75	19.709
OUTUBRO	70	19.055	0	0	70	19.055
NOVEMBRO	55	15.356	0	0	55	15.356
DEZEMBRO	22	6.516	1	265	23	6.781
<b>TOTAL</b>	<b>552</b>	<b>149.247</b>	<b>10</b>	<b>2.874</b>	<b>562</b>	<b>152.121</b>

Resumo Anual dos Abates de Bovinos de Idade Superior a 30 meses

No quadro seguinte é possível observar a relação dos bovinos abatidos de idade superior a trinta meses por apresentante, nomeadamente por “particular” (produtor tradicional) e por exploração, e ainda por faixa etária. Estes abates equivalem a **7,14%** do total de animais abatidos na R.A.M., sendo **65,7%** devidos a animais apresentados por explorações e **34,3%** por “particulares”.

Tendo em conta, que o diferencial existente entre os animais apresentados por “particulares” e por explorações é de **47,7%**, vimos realçar ainda o facto de que os “particulares” apresentam na sua maioria animais de idade superior a cinco anos, enquanto que as explorações (responsáveis pelas importações de animais vivos) abatem sobretudo animais de idade inferior a cinco anos, predominantemente bovinos entre os 30 e os 33 meses.



No gráfico acima é possível observar as frequências das faixas etárias dos bovinos abatidos, onde se verifica a predominância dos animais de **30 a 33** meses, dos **37 a 48** meses e dos **34 a 36** meses. Podemos portanto concluir, que os animais com idade inferior a quatro anos constituem **67,4%** dos abates de bovinos de idade superior a trinta meses na RAM.

**RELAÇÃO DOS BOVINOS ABATIDOS DE IDADE SUPERIOR A TRINTA MESES POR APRESENTANTE E POR FAIXA ETÁRIA**

APRESENTANTE	Nº ANIMAIS ABATIDOS		IDADE (Meses/Anos)									
		CÓDIGO	>30-33	34-36(3A)	37-48(4A)	49-60(5A)	61-72(6A)	73-84(7A)	85-96(8A)	97-108(9A)	109-120(10A)	>120(+10A)
PARTICULARES	110	"T"	7	4	24	17	17	11	14	4	1	11
	83	AT / NLT DET / FRT	10	11	28	14	7	6	1	3	2	1
	<b>193</b>		<b>17</b>	<b>15</b>	<b>52</b>	<b>31</b>	<b>24</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>12</b>
EXPLORAÇÕES	Bovimadeira	168	67	28	35	7	13	6	3	5	2	2
	João Batista Ornelas	46	17	11	17	0	0	1	0	0	0	0
	Gama & Gama	65	17	10	28	6	1	3	0	0	0	0
	Cames Ramos	34	14	7	7	2	3	1	0	0	0	0
	Manuel Florêncio Gouveia	12	2	2	4	1	1	2	0	0	0	0
	Esmoitada	13	7	0	0	4	0	1	0	1	0	0
	Vieira Gados	31	14	2	6	1	5	2	1	0	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>369</b>	<b>138</b>	<b>60</b>	<b>97</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>562</b>	<b>155</b>	<b>75</b>	<b>149</b>	<b>52</b>	<b>47</b>	<b>33</b>	<b>19</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>14</b>	

"T" = Animal nascido, criado e abatido na RAM.

AT = Animal oriundo dos Açores. Chegada à RAM há mais de 4 meses. NLT = Animal oriundo da Holanda. Chegada à RAM há mais de 4 meses.

DET = Animal oriundo da Alemanha. Chegada à RAM há mais de 4 meses. FRT = Animal oriundo da França. Chegada à RAM há mais de 4 meses.

### 2.4.3.1. Tremor Epizoótico

#### Vigilância dos Ovinos e Caprinos Abatidos para Consumo Humano

No âmbito da vigilância dos pequenos ruminantes, são testados por mostragem, os animais com mais de 18 meses de idade ou que apresentem mais de dois incisivos permanentes que tenham perfurado a gengiva, abatidos para consumo humano.

Os testes rápidos *post-mortem* nestas espécies, embora efectuados de uma forma aleatória, devem compreender uma amostra representativa de cada região. Só assim poderemos obter um conhecimento mais aprofundado sobre a situação epidemiológica do Tremor Epizoótico em Portugal.

A realização dos testes na Região teve início em Setembro de 2002. A recolha do tronco cerebral e execução do teste ficam de igual modo sob a responsabilidade do Laboratório Regional de Veterinária. Só com a obtenção de um resultado negativo no teste rápido, é permitida a entrada das carcaças na cadeia alimentar humana.

MATADOURO	FUNCHAL	
	Nº	KG.
SETEMBRO	10	166,0
OUTUBRO	9	157,0
NOVEMBRO	17	240,0
DEZEMBRO	22	326,0
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>889,0</b>

Resumo Anual dos Abates de Pequenos Ruminantes de Idade Superior a 18 Meses

### 2.4.3.2. Matérias de Risco Especificadas

Não obstante, na RAM não tenha sido registado nenhum caso de encefalopatia espongiforme bovina, ou de tremor epizoótico, estamos cientes, que as encefalopatias espongiformes constituem quadros nosológicos de extrema gravidade, quer no homem, quer no animal, não sendo conhecido por enquanto qualquer tratamento.

Os primeiros casos de doença foram diagnosticados em Novembro de 1986 no Reino Unido.

Em Portugal, o primeiro caso ocorreu em 1990, apesar de só ter sido notificado em 1993.

É hoje reconhecido pela comunidade científica internacional que, a causa da EEB resulta da alimentação com rações que contenham farinha de carne e ossos infectados. O agente causal é uma proteína infecciosa (prião). Não existe ainda diagnóstico em vida do animal.

Desde Fevereiro de 1997 vêm sendo retirados da cadeia alimentar humana e animal, nos matadouros da RAM todos os materiais de risco específico (MRE).

Em 1999, a aprovação e publicação do Decreto Legislativo Regional nº 4/99/M de 12 de Fevereiro, veio restringir a utilização de produtos de origem bovina, ovina e caprina na alimentação humana e animal na RAM.

São designadas matérias de risco especificadas (MRE):

- cabeça inteira, excluindo a língua e incluindo o cérebro, olhos, gânglios do trigémio e amígdalas; o timo, baço e a espinal-medula dos bovinos com idade superior a seis meses, bem como os intestinos, desde o duodeno até ao recto e o mesentério dos bovinos de qualquer idade;
- o crânio, incluindo o cérebro e os olhos, amígdalas e espinal medula de ovinos e caprinos com idade superior a 12 meses, ou que apresentem um incisivo permanente que tenha perfurado a gengiva, e o baço de ovinos e caprinos de qualquer idade.

Após a publicação do Regulamento n.º 1326/2001 de 29 de Junho passou a considerar-se matéria de risco especificado, para além dos materiais atrás especificados, a coluna vertebral e os gânglios das raízes dorsais, sendo obrigatória a sua remoção em todos os bovinos com mais de 12 meses, para todos os Estados-membros, com excepção do Reino Unido e Portugal.

Nestes dois países, com excepção no caso de Portugal da Região Autónoma dos Açores, a remoção da coluna vertebral e dos gânglios das raízes dorsais só é realizada nos animais com idade superior a 30 meses, submetidos a abate normal, e aos de idade superior a 24 meses, submetidos a abate especial de emergência, após realização do teste rápido para detecção de EEB, e na presença de um resultado negativo ao teste.

As matérias de risco especificado (MRE) são retiradas da linha de abate, separadas em contentores, identificadas, marcadas com uma substância química, seladas, pesadas e enviadas para a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra, para posterior destruição por incineração. Os subprodutos de origem animal/subprodutos hígidos são também convenientemente enviados para a ETRS.

Estes materiais, são posteriormente transportados em veículo fechado, e sempre acompanhados de documentos oficiais, próprios para o efeito.

O controlo dos materiais de risco específico (MRE) e dos subprodutos de origem animal/subprodutos hígidos é assegurado pelo médico veterinário inspector sanitário, nas diversas unidades de abate.

No quadro 19, é possível observar os totais de quilogramas de MRE e de subprodutos de origem animal/subprodutos hígidos recolhidos no abate dos bovinos (abate normal e de mais 30 meses), e dos pequenos ruminantes (abate normal e de mais de 18 meses), por matadouro, no ano 2002.

**Classificação de Carcaças de Bovinos  
Matadouros da RAM**

Quadro nº 19

**RESUMO ANUAL  
M.R.E./ MATERIAL HÍGIDO**

ANO: 2002

MATADOUROS	BOVINOS				PEQUENOS RUMINANTES			
	MRE		MAT. HÍGIDO		MRE		MAT. HÍGIDO	
	Abate Normal	Abate + 30 Meses	Abate Normal	Abate + 30 Meses	Abate Normal	Abate + 18 Meses	Abate Normal	Abate + 18 Meses
FUNCHAL	282.863,0	47.828,0	152.217,0	18.586,0	4.785,0	287,0	1525,0	162,0
PONTA DO SOL	4.149,0	-	2.051,0	-	-	-	-	-
CALHETA	29.042,0	-	15.056,0	-	5,0	-	5,0	-
PORTO MONIZ	4.030,0	-	2.152,0	-	979,0	-	142,0	-
PORTO SANTO	4.349,0	996,0	6.794,0	885,0	79,0	-	66,0	-
<b>TOTAL</b>	<b>324.433,0</b>	<b>48.824,0</b>	<b>178.270,0</b>	<b>19.471,0</b>	<b>5.848,0</b>	<b>287,0</b>	<b>1.738,0</b>	<b>162,0</b>

Com a entrada para a Comunidade Europeia tornou-se imprescindível a organização comum de mercado no sector da carne de bovino.

As regras comunitárias são cada vez mais exigentes de forma a assegurar uma classificação uniforme das carcaças de bovino na Comunidade, pelo que foi estabelecida uma grelha comunitária de classificação de carcaças de bovinos adultos.

A determinação da qualidade-tipo português é importante na ajuda aos produtores e na intervenção no mercado neste sector.

Na Região Autónoma da Madeira não se utiliza regra comercial baseada na classificação de carcaças de bovinos, no entanto, esta tem vindo a se realizar no matadouro do Funchal, desde Janeiro de 1996 e nos restantes matadouros da R.A.M. desde Abril de 1999.

No âmbito da classificação de carcaças de bovinos são designados por:

**-“Leves”**, os bovinos que apresentem, cumulativamente, a dentição de leite completa e o peso vivo inferior ou igual a 300 Kg, que é equiparado a 220 Kg de peso de carcaça após o enxugo.

Com a publicação da Portaria nº 363/2001 de 9 de Abril, foi alterado o regime de classificação dos bovinos leves. Os bovinos leves classificam-se nas seguintes categorias:

- **Vitela**, animal, macho ou fêmea com idade inferior ou igual a seis meses. (LA)
- **Vitelão**, animal, macho ou fêmea, com idade superior a seis meses. (LO)

**-“Pesados” ou “adultos”**, todos os bovinos que não são incluídos na alínea anterior.

A classificação das carcaças dos bovinos pesados ou adultos são repartidas pelas seguintes categorias:

- A - Carcaças de machos, não castrados, com menos de dois anos;
- B - Carcaças de outros machos não castrados;
- C - Carcaças de machos castrados;
- D - Carcaças de fêmeas que já tenham parido;
- E - Carcaças de outras fêmeas.

São ainda apreciadas quanto:

- **à conformação** (seis classes: S (superior), E (excelente), U (muito boa), R (boa), O (razoável), P (mediocre))
- **ao estado da gordura** (cinco classes: 1 (muito fraca), 2 (fraca), 3 (média), 4 (forte), 5 (muito forte)).

O quadro 20 resume a classificação de carcaças de bovinos aprovados nos matadouros da RAM no ano de 2002.

Da relação entre as várias categorias podemos observar no gráfico 1 que há uma preferência pelas categorias **E** (37,9%) e **L** (27,5%). Esta preferência por parte do consumidor é sobretudo porque considera as carcaças de fêmeas não paridas com melhores características organolépticas (cor; sabor; textura, cheiro) e as carcaças de animais jovens por serem mais tenras e de coloração mais clara.

No gráfico 2 que relaciona a conformação e a gordura em carcaças de bovinos adultos, verificamos que as carcaças de conformação e gordura O2 destacam-se em relação às restantes, seguindo-se as O3.

A predominância das carcaças com conformação “O” (razoável), é provavelmente devido à maioria das rezes abatidas na região serem de aptidão leiteira. Quanto ao estado de gordura de nível 2 e 3 constata-se haver por parte do consumidor regional, preferência por carcaças deste tipo, com alguma gordura.

Comparativamente ao tipo de carcaças comercializadas no Continente temos que, a conformação das rezes comercializadas na R.A.M. é inferior e que o estado de gordura é superior.

No Anexo III seguem os mapas anuais da classificação de carcaças de bovinos aprovados, por matadouro no ano de 2002.

**RESUMO ANUAL DE CLASSIFICAÇÃO DE CARCAÇAS DE BOVINOS  
MATADOUROS DA REGIÃO AUTÔNOMA DA MADEIRA  
2002**

Quadro20

	A		B		C		D		E		SUB. TOTAL	
	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.								
<b>S</b>												
1												0
2												0
3												0
4												0
5												0
S-TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

<b>E</b>												
1	1	455										1 455
2			2	974								2 974
3												0
4												0
5												0
S-TOTAL	1	455	2	974	0	0	0	0	0	0	0	3 1.429

<b>U</b>												
1												0
2	30	10.131	6	2.453					2	536	38	13.120
3	23	8.412	5	2.026				2	554	30	10.992	
4	1	350	1	449							2	799
5											0	0
S-TOTAL	54	18.893	12	4.928	0	0	0	4	1.090	70	24.911	

<b>R</b>												
1	4	903	1	353			1	314	3	757	9	2.327
2	242	69.978	40	12.950	7	2.090		106	25.590	395	110.608	
3	162	51.144	27	9.515	4	1.250	4	1.297	171	43.600	368	106.806
4	2	696	1	505	1	274		11	3.079	15	4.554	
5							1	444	1	345	2	789
S-TOTAL	410	122.721	69	23.323	12	3.614	6	2.055	292	73.371	789	225.084

<b>O</b>												
1	11	2.682	3	655	1	300	3	652	12	2.526	30	6.815
2	778	200.048	175	48.891	69	18.409	41	9.887	942	211.987	2.005	489.222
3	267	75.045	70	22.480	35	9.625	58	15.440	885	211.263	1.315	333.853
4	8	2.670	7	2.448	1	291	23	6.734	80	20.954	119	33.097
5							4	1.357	5	1.453	9	2.810
S-TOTAL	1.064	280.445	255	74.474	106	28.625	129	34.070	1.924	448.183	3.478	865.797

<b>P</b>												
1	7	1.770	5	1.049			6	1.237	9	1.784	27	5.840
2	163	41.603	49	12.523	67	17.327	94	21.290	443	93.757	816	186.500
3	34	8.709	17	5.211	11	3.109	85	21.149	267	61.374	414	99.552
4	1	318	1	350			32	8.673	16	4.127	50	13.468
5							1	328			1	328
S-TOTAL	205	52.400	72	19.133	78	20.436	218	52.677	735	161.042	1.308	305.688

<b>TOTAL</b>	<b>1.734</b>	<b>474.914</b>	<b>408</b>	<b>122.832</b>	<b>196</b>	<b>52.675</b>	<b>353</b>	<b>88.802</b>	<b>2.955</b>	<b>683.686</b>	<b>5.648</b>	<b>1.422.909</b>
--------------	--------------	----------------	------------	----------------	------------	---------------	------------	---------------	--------------	----------------	--------------	------------------

CAT.	LEVES	
	CAB.	KG.
L.A	4	400,0
L.O	2.141	404.573,0
TOTAL	2.145	404.973,0

<b>TOTAL ABCDE</b>	
5.648	1.422.909,0

<b>TOTAL LEVES</b>	
2.145	404.973,0

<b>TOTAL BOVINOS</b>	
7.793	1.827.882,0

*Classificação de Carcaças de Bovinos*  
Relação entre as categorias  
-2002-

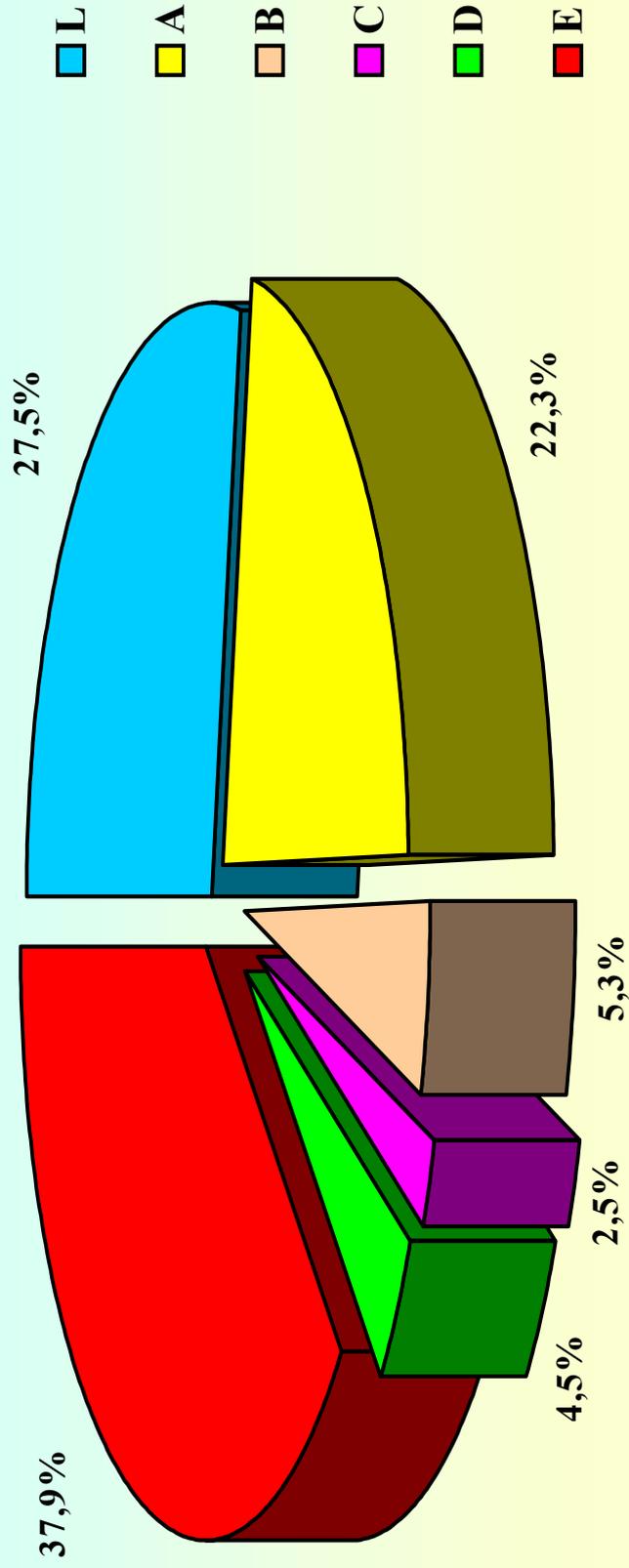


Gráfico 1 - Classificação de Carcaças de Bovinos. Relação entre as Categorias e a Frequência de Abate-2002

## Relação entre a Conformação e o Estado de Gordura Bovinos Adultos

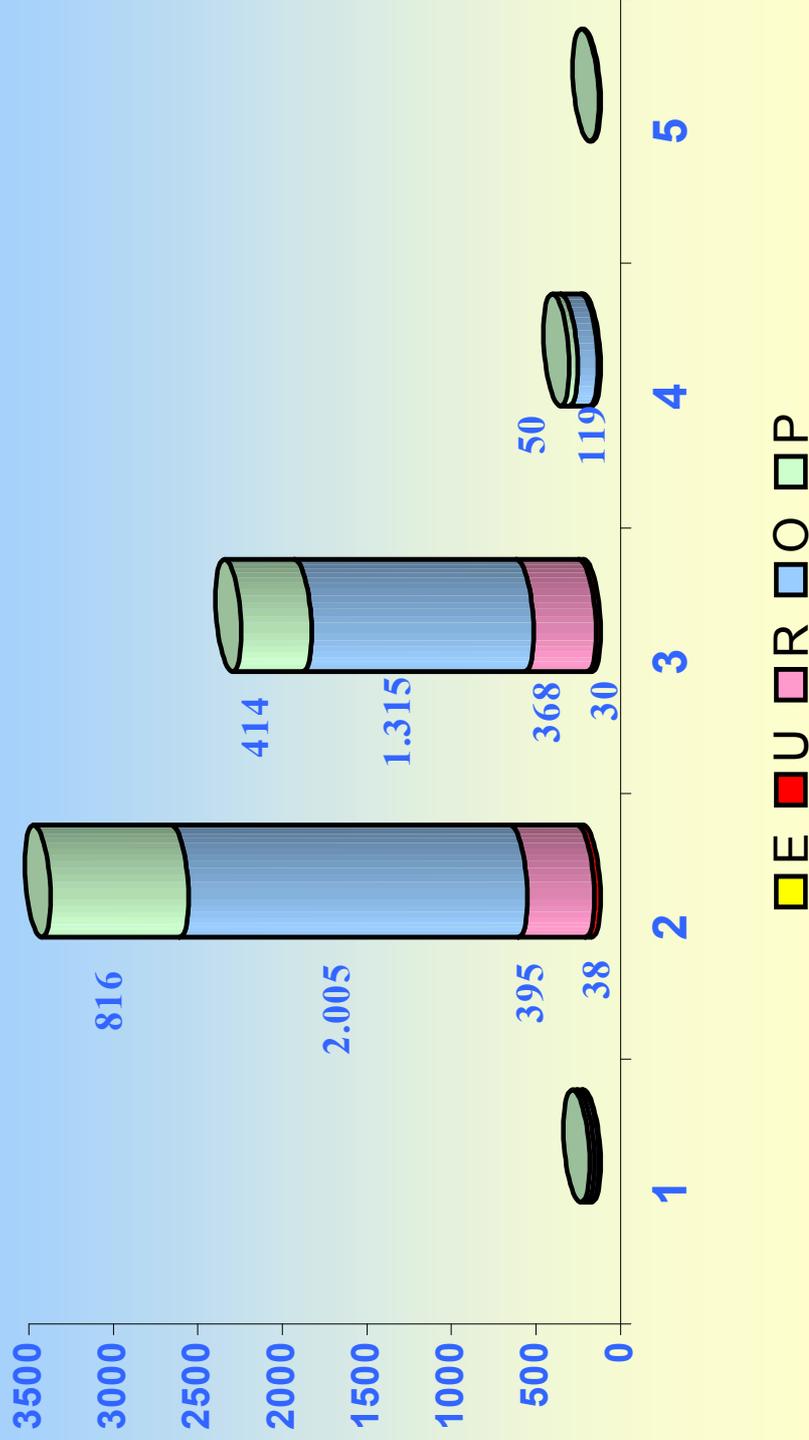


Gráfico 2 - Classificação de Carcaças de Bovino Adulto. Relação entre a Conformação e o Estado de Gordura - 2002.

#### **2.4.2. Inspeção Hígio-Sanitária de Aves**

A inspeção hígio-sanitária de aves foi efectuada em dois Centros de Abate de Aves privados, um pertencente à firma “SODIPRAVE - Sociedade Distribuidora de Produtos Avícolas, Lda.” e outro à firma “AVIPÁSCOA”.

A inspeção hígio-sanitária no matadouro da firma “SODIPRAVE” é assegurada por um Médico Veterinário e um Auxiliar de Inspeção, e o número de aves inspeccionadas em 2002 foi de 1.502.998.

A inspeção hígio-sanitária de aves no matadouro da firma “AVIPÁSCOA” é efectuada por um Auxiliar de Inspeção e coordenada por um Médico Veterinário, em 2002 foram inspeccionadas 8.280 aves. Este matadouro encerrou em Março desse ano.

Nos quadros nº 26 ao nº 31 e no gráfico 3 podemos ver os dados referentes à quantidade de aves abatidas, rejeições totais e parciais no ano 2002, nestes matadouros. Quanto ao peso médio das aves os dados estão expressos nos gráficos nº 4 e 5.

MAPA DE ABATE DE AVES EFECTUADO NO MATADOURO DA SODIPRAVE

Quadro 26

2002

Meses	ENTRADA DE AVES			REJEIÇÕES		PESO		REJEIÇÃO POST-MORTEM					
	N.º	Peso Vivo	Peso Médio	ANTE-MORTEM		CARCAÇA		Total		Parcial		Totais	
		Kg	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg	Kg	%
JAN	126.889	292.809,00	2,31	122	276,00	126.767	234.026,00	1.914	2.138,50	1.720	309,00	2.447,50	1,05
FEV	94.131	213.850,00	2,27	58	128,00	94.073	170.978,00	1.154	1.392,00	1.285	167,50	1.559,50	0,91
MAR	142.044	315.884,00	2,22	100	216,50	141.944	252.534,00	2.878	4.676,00	1.898	475,00	5.151,00	2,04
ABR	150.023	354.148,00	2,36	100	220,00	149.923	283.142,00	4.464	7.817,00	2.686	574,50	8.391,50	2,96
MAI	115.713	258.858,00	2,24	76	166,00	115.637	206.954,00	1.544	1.853,00	1.516	196,00	2.049,00	0,99
JUN	135.887	282.109,00	2,08	159	342,50	135.728	225.413,00	2.632	2.906,00	4.500	359,00	3.265,00	1,45
JUL	143.594	324.950,00	2,26	200	442,50	143.394	259.606,00	2.700	3.904,50	2.484	490,00	4.394,50	1,69
AGO	121.126	262.347,00	2,17	154	321,50	120.972	209.620,00	2.390	4.359,00	3.894	741,00	5.100,00	2,43
SET	105.331	208.564,00	1,98	106	207,00	105.225	166.686,00	2.067	2.610,00	2.814	388,00	2.998,00	1,80
OUT	143.599	308.661,00	2,15	200	437,50	143.399	246.579,00	3.340	4.309,50	3.736	460,00	4.769,50	1,93
NOV	96.042	205.275,00	2,14	91	164,50	95.951	164.088,00	2.127	2.696,50	2.181	268,00	2.964,50	1,81
DEZ	128.619	293.674,00	2,28	86	189,50	128.533	234.788,00	5.096	8.902,50	1.750	431,50	9.334,00	3,98
<b>TOTAL</b>	<b>1.502.998</b>	<b>3.321.129,00</b>	<b>2,21</b>	<b>1.452,00</b>	<b>3.111,50</b>	<b>1.501.546</b>	<b>2.654.414,00</b>	<b>32.306</b>	<b>47.564,50</b>	<b>30.464</b>	<b>4.859,50</b>	<b>52.424,00</b>	<b>1,97</b>

# MATADOURO DA SODIPRAVE

## Rejeições Totais 1998 - 2002

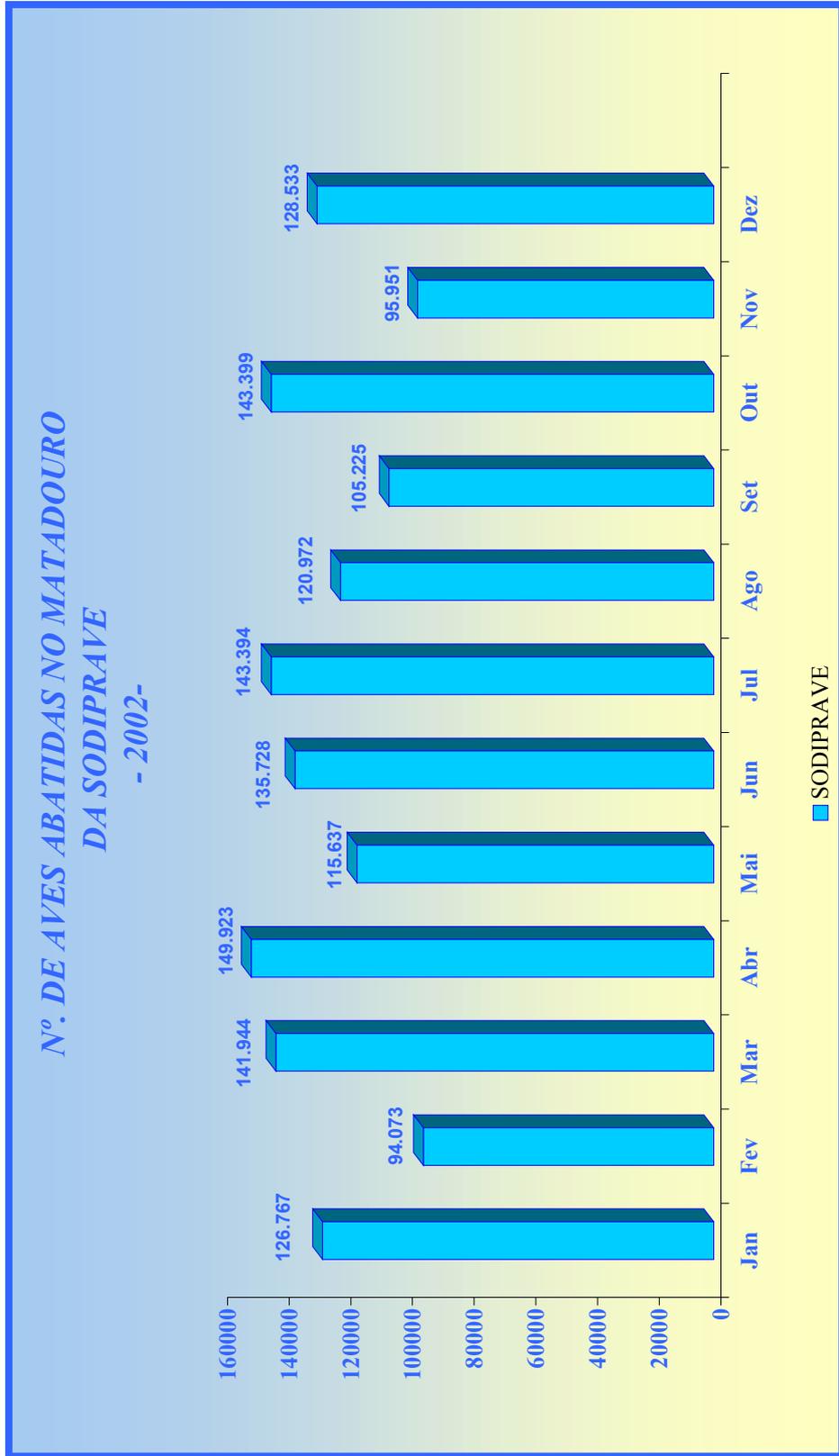
Quadro 27

ANOS CAUSAS	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº de atingidos	Kg								
<i>Abcessos</i>	82	273,00	102	318,50	256	917,50	155	537,50	321	1.095,50
<i>Artrose</i>	114	202,00					2	3,00	14	21,50
<i>Ascite</i>	14.004	17.430,50	24	45,50	68	135,50	112	202,50	76	152,00
<i>Caquexia</i>	2.176	3.497,50	13.424	16.393,00	10.725	13.279,50	9.636	11.591,00	20.679	26.758,50
<i>Dermatite</i>	3	5,50	2.483	4.189,50	3.192	5.849,00	3.475	7.052,50	944	1.932,50
<i>Doença respiratória</i>	3	6,00								
<i>Estados hemorrágicos</i>			370	719,00	13.892	25.168,50	315	735,00	1.125	2.268,00
<i>Excesso de escaldão</i>			11	11,00	67	101,00	37	39,00		
<i>Feridas infectadas</i>	1.029	1.584,00	337	1.018,50	430	1.438,50	1.405	4.508,50	2.409	7.860,00
<i>Má sangria</i>	405	1.327,50	15	21,50	48	75,00	37	67,00	42	75,00
<i>Magreza</i>	34	50,00	7.427	6.990,00	5.211	4.829,50	7.525	7.046,50	5.595	5.312,50
<i>Onfalite</i>	9.144	9.047,50			36	36,00			18	28,00
<i>Oxidação/Rancificação</i>									108	195,50
<i>Peritonite</i>							1	2,00		
<i>Politraumatismo</i>	5	6,50	230	597,00	483	1.331,50	212	529,00	410	885,50
<i>Proc. Cásioso sub-cutâneo</i>			15	21,00	8	14,00	7	8,50	67	102,50
<i>Processo infeccioso</i>	244	552,50								
<i>Processo purulento</i>	3	4,50	2	6,00						
<i>Purefação</i>									496	868,50
<i>Salpingite</i>			8	25,00	2	7,00	1	3,50	2	9,00
<b>TOTAIS</b>	<b>27.246</b>	<b>33.987,00</b>	<b>24.448</b>	<b>30.355,50</b>	<b>34.418</b>	<b>53.182,50</b>	<b>22.920</b>	<b>32.325,50</b>	<b>32.306</b>	<b>47.564,50</b>

**MATADOURO DA SODIPRAVE**  
**Rejeições Parciais 1998 - 2002**

Quadro 28

Motivos de rejeição	Carcacas			Miudezas/Pescoços				Fígado		TOTAIS		
	Traumatismo		Dermatite		Rancificação oxidação		Putrefacção		Esteatose/Deg. gorda		Nº.	Kg
	Nº.	Kg	Nº.	Kg	Nº.	Kg	Nº.	Kg	Nº.	Kg		
<b>1998</b>	35.174	4.136,00	300	75,00							35.474	9.308,50
<b>1999</b>	35.051	4.173,00	100	25,00	1.642	264,00	15.250	915			52.043	10.063,00
<b>2000</b>	27.634	3.200,00									27.634	5.143,00
<b>2001</b>	20.678	2.470,00	32	8,00							27.634	3.661,00
<b>2002</b>	27.172	3.362,00			3.292,00	214,00					30.464	4.859,50



\* O Matadouro da Avipáscoa foi encerrado.

**Gráfico 3** – N.º de Aves Abatidas nos Matadouros da Sodiprave - 2002

MAPA DE ABATE DE AVES EFECTUADO NO MATADOURO DA AVIPÁSCOA

2002

Quadro 29

MESES	ENTRADA DE AVES			REJEIÇÕES ANTE-MORTEM		PESO CARCAÇA			REJEIÇÃO POST-MORTEM					
	N°.	Peso Vivo	Peso Médio	N°.	Kg	N°.	Kg	Total		Parcial		Totais		
		Kg	Kg					N°.	Kg	N°.	Kg	N°.	Kg	%
JAN	3.580	7.716,00	2,16			3.580	5.782,00	29	43,600			43,600	0,75	
FEV	2.400	5.181,00	2,16			2.400	3.916,00	14	22,500			22,500	0,57	
MAR	2.300	4.880,00	2,12			2.300	3.662,00	21	33,150			33,150	0,91	
ABR														
MAI														
JUN														
JUL														
AGO														
SET														
OUT														
NOV														
DEZ														
<b>TOTAL</b>	<b>8.280</b>	<b>17.777,00</b>	<b>2,15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8.280</b>	<b>13.360</b>	<b>64</b>	<b>99</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>99,250</b>	<b>0,74</b>	

Este Matadouro foi encerrado.

**MATADOURO DA AVIPÁSCOA**

Quadro 30

**Rejeições Totais 1998 - 2002 (1.º trimestre)**

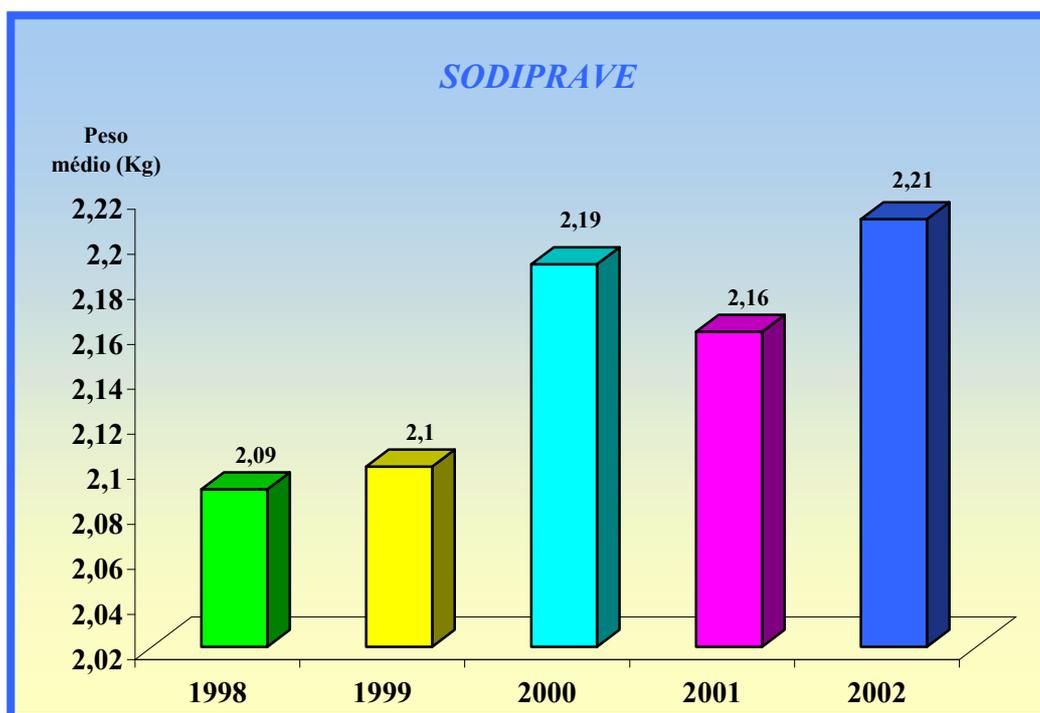
Causas	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº de atingidos	Kg	Nº de atingidos	Kg	Nº de atingidos	Kg	Nº de atingidos	Kg	Nº de atingidos	Kg
Abcessos	2	3,8								
Ascite										
Caquexia	11	11,3	67	62,41	17	16,9	19	19		
Dermatite	6	13	33	71,305	3	7,05	8	14	1	2,25
Estados hemorrágicos	45	102,84	25	52,895	1	2,6	4	5,6		
Feridas infectadas										
Má sangria	48	105,751	42	90,375	33	64,26	8	17,8		
Magreza	26	29,62	304	338,828	551	591,6	266	296,4	36	39,7
Politraumatismo	237	526,787	376	802,805	259	565,905	218	510,46	27	57,3
<b>TOTAIS</b>	<b>375</b>	<b>793,098</b>	<b>847</b>	<b>1418,618</b>	<b>864</b>	<b>1248,315</b>	<b>523</b>	<b>863,26</b>	<b>64</b>	<b>99,25</b>

**Rejeições Parciais 1998-2002 (1.º trimestre)**

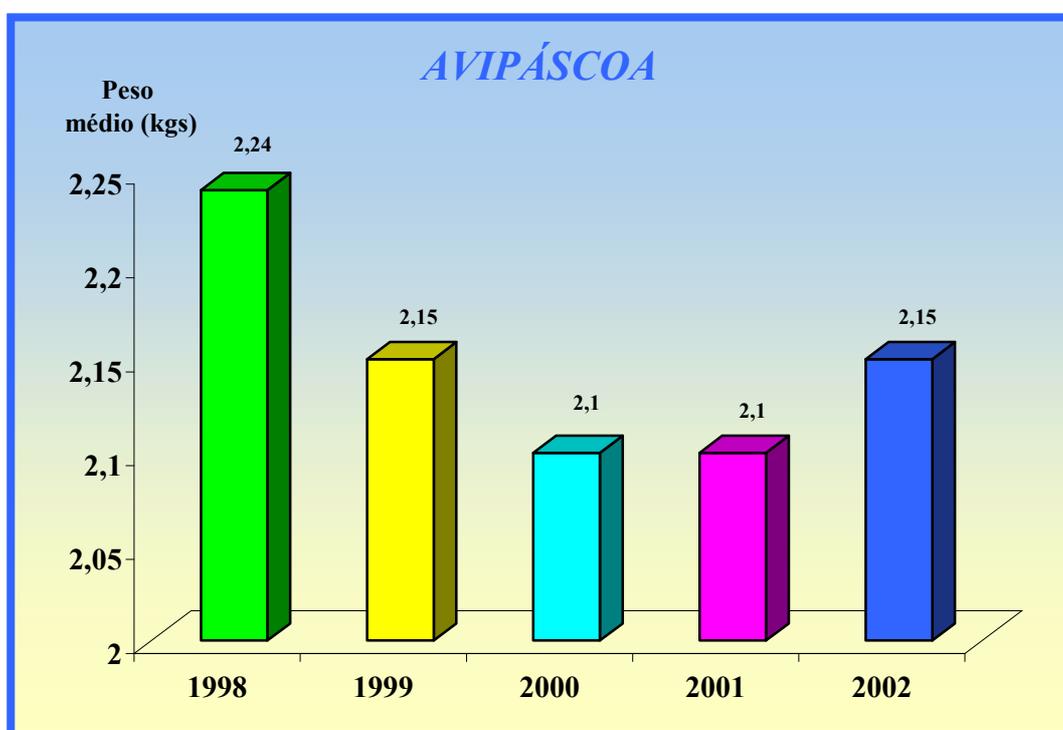
Quadro 31

MOTIVOS DE REJEIÇÃO	Músculo		Fígado		TOTAIS	
	Traumatismo		Esteatose / Deg. gorda		N.º	Kg
	N.º	Kg	N.º	Kg		
1998	8	0,8	-	-	8	0,8
1999	-	-	-	-	0	0
2000	24	2,4			24	2,4
2001	-	-	-	-	0	0
2002	-	-	-	-	0	0

**PESO MÉDIO DAS AVES (PESO VIVO)  
NOS ANOS DE 1998 A 2002**



**Gráfico 4 – Peso Médio das Aves (peso vivo) – Sodiprave – 1998 a 2002**



**Gráfico 5 – Peso Médio das Aves (peso vivo) – Avipáscoa – 1998 a 2002**

O Matadouro foi encerrado, a partir de Abril do ano 2002.

### **2.4.3. Inspeção Higio-Sanitária do Pescado**

A inspeção sanitária do pescado na RAM, é realizada, sobretudo, na Lota do Funchal, na qual são descarregados cerca de 94,05% da totalidade do peixe pescado na Região. Quanto à lota do Caniçal foi de 3,43% (Quadro 32). Esta última iniciou a sua actividade em Abril de 2002.

Essa inspeção sanitária é coordenada por um Médico Veterinário da Direcção Regional de Pecuária e executada por 2 Técnicos Auxiliares de Inspeção.

Os gráficos nº 6 e 7 e os quadros 33 e 35, referem-se ao pescado descarregado no Funchal e no Caniçal, por espécie.

Ao analisarmos o quadro 33, verificamos que os quantitativos de pescado rejeitados em 2002, no posto de recepção de pescado do Funchal, cifram-se em cerca de 0,021% do total de pescado descarregado, mantendo-se dentro dos valores verificados nos últimos anos (quadro 34).

A diminuta quantidade de rejeições verificadas deve-se a vários factores, a saber:

- Constante preocupação, por parte dos Inspectores Sanitários, em fazer do acto de inspeção um processo pedagógico, instruindo os profissionais da pesca sobre o melhor modo de evitar avarias no produto;
- Modernização da frota pesqueira regional;
- Tipo e artes de pesca utilizadas;
- Permanência do pescado a bordo durante períodos de tempo curtos, o que atenua os processos de degradação;
- Estiva do pescado a bordo mais cuidada, utilizando gelo em quantidades suficientes.

**PESCADO DESCARREGADO NAS LOTAS DA R.A.M.**

**- 2002 -**

Quadro 32

<b>LOTAS</b>	<b>KGS</b>	<b>VALOR</b>
Funchal	7.147.680,40	€ 14.255.532,80
Câmara de Lobos	56.963,00	€ 66.516,46
Calheta	6.325,00	€ 23.381,71
Madalena do Mar	9.240,00	€ 26.507,67
Paúl do Mar	25.199,50	€ 73.319,84
Porto Moniz	32.059,00	€ 109.721,48
Canical	261.174,20	€ 604.775,91
Porto Santo	60.441,00	€ 99.361,06
<b>TOTAL</b>	<b>7.599.082,10</b>	<b>€ 15.259.116,93</b>

# PESCADO DESCARREGADO NO POSTO DE RECEPÇÃO DE PESCADO DO FUNCHAL

- 2002 -

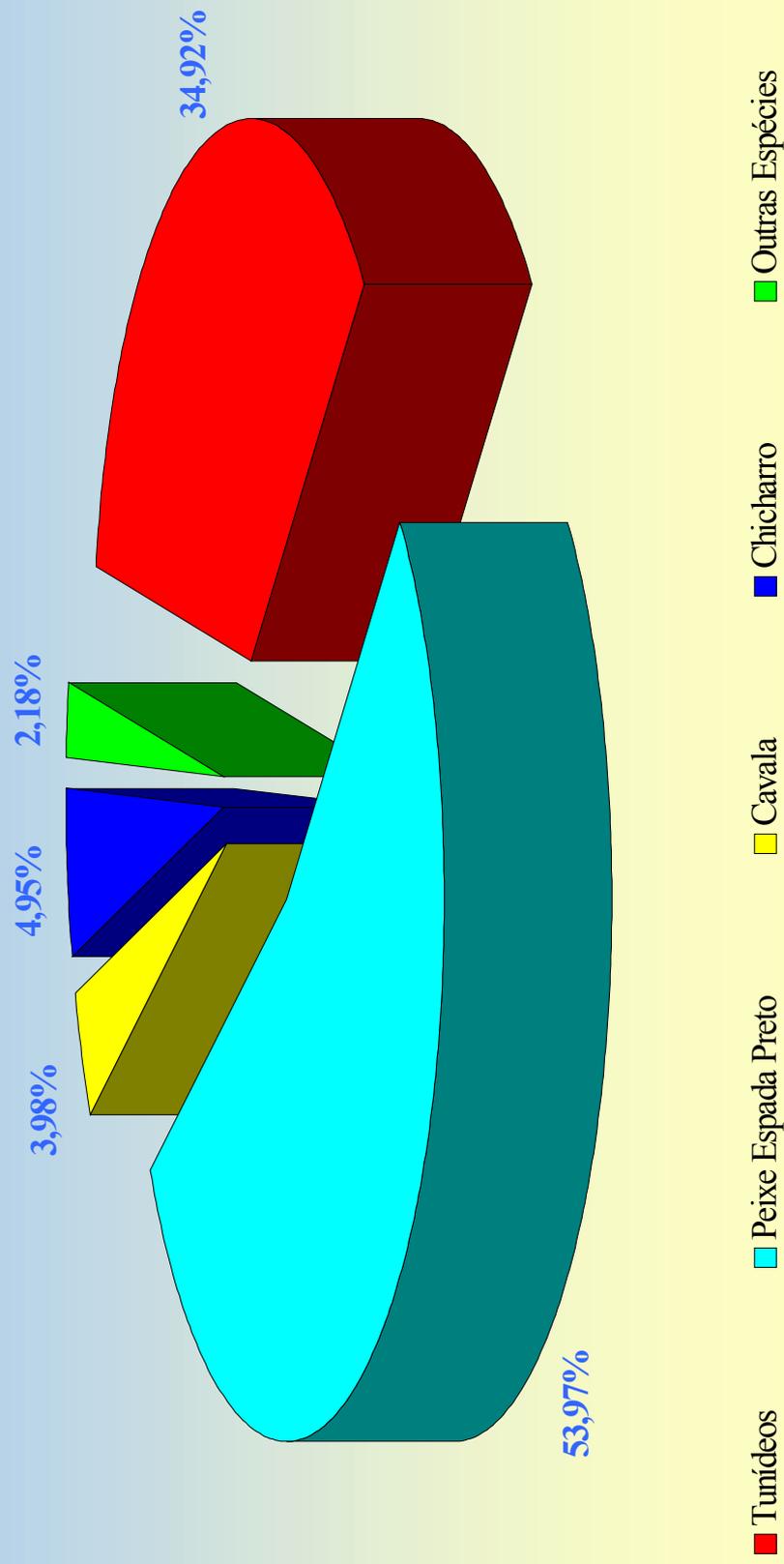


Gráfico 6 – Pescado Descarregado no Posto de Recepção de Pescado do Funchal - 2002

**PESCADO DESCARREGADO, REJEITADO E CAUSAS DE REJEIÇÃO**  
**POSTO DE RECEPÇÃO DE PESCADO DO FUNCHAL**

- 2002 -

Quadro 33

<b>ESPÉCIE</b>	<b>KG</b>	<b>VALOR</b>	<b>REJEITADO (KG)</b>	<b>CAUSAS DE REJEIÇÃO</b>
<b>TUNÍDEOS</b>	2.496.270,60	€ 6.004.498,56	505,00	Autólise
<b>PEIXE ESPADA PRETO</b>	3.857.395,40	€ 6.674.936,49	151,00	Traumatismo
<b>CAVALA</b>	284.582,80	€ 400.705,65	17,00	Autólise
<b>CHICHARRO</b>	353.936,30	€ 658.821,43	396,00	Autólise
<b>OUTRAS ESPÉCIES</b>	155.495,30	€ 516.570,67	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.147.680,40</b>	<b>€ 14.255.532,80</b>	<b>1.513,90</b>	

***PESCADO INSPECCIONADO E REJEITADO NO POSTO  
DE RECEPÇÃO DE PESCADO DO FUNCHAL  
DE 1998 A 2002***

Quadro 34

PESCADO INSPECCIONADO (KG)						PESCADO REJEITADO (KG)					
1998	1999	2000	2001	2002		1998	1999	2000	2001	2002	
2.955.651,90	775.086,90	477.803,80	1.488.299,20	2.496.270,60		147,40	333,80	42,10	26,90	656,00	
4.328.080,30	4.369.414,70	4.158.861,00	4.011.029,70	3.857.395,40		433,10	401,60	288,00	973,70	444,90	
546.420,50	893.209,60	889.781,40	442.373,60	284.582,80		0,00	325,60	0,00	0,00	17,00	
651.584,40	333.165,50	559.501,20	378.488,00	353.936,30		0,00	0,00	0,00	0,00	396,00	
374.790,80	775.764,40	205.622,30	195.161,70	155.495,30		229,30	250,60	71,20	4,60	0,00	
<b>10.646.104,00</b>	<b>7.146.641,10</b>	<b>6.291.569,70</b>	<b>6.515.352,20</b>	<b>7.147.680,40</b>		<b>1.590,80</b>	<b>1.311,60</b>	<b>401,30</b>	<b>1.005,20</b>	<b>1.513,90</b>	

**PESCADO DESCARREGADO NO POSTO DE RECEPÇÃO  
DE PESCADO DO CANIÇAL**

- 2002 -

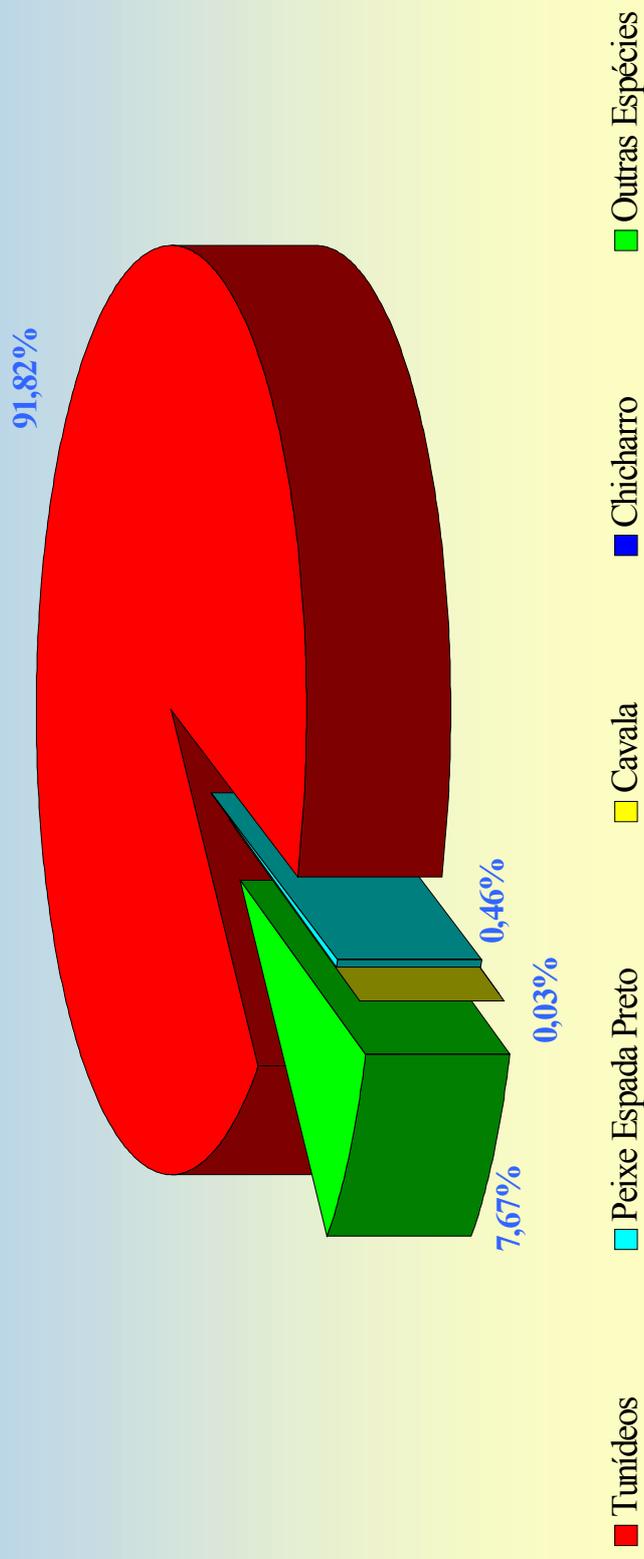


Gráfico 7 – Pescado Descarregado no Posto de Recepção de Pescado do Caniçal - 2002

**PESCADO DESCARREGADO NO POSTO DE RECEPÇÃO  
DE PESCADO DO CANIÇAL**

- 2002 -

Quadro nº35

<b>ESPÉCIE</b>	<b>KG</b>	<b>VALOR</b>
<b>TUNÍDEOS</b>	239.805,00	€ 523.933,47
<b>PEIXE ESPADA PRETO</b>	1.201,00	€ 2.047,80
<b>CAVALA</b>	85,00	€ 225,14
<b>CHICHARRO</b>	53,10	€ 176,30
<b>OUTRAS ESPÉCIES</b>	20.030,10	€ 78.393,20
<b>TOTAL</b>	<b>261.174,20</b>	<b>€ 604.775,91</b>

#### **2.4.4. Emissão de Certificados de Origem e Salubridade de Produtos de Origem Animal Saídos da Região**

##### **Pescado e produtos da Pesca e couros verdes**

De acordo com a legislação nacional e comunitária em vigor, a emissão, por parte dos Serviços Oficiais, de certificados de origem e salubridade para produtos de origem animal só é obrigatória para as empresas que não possuem número de controlo veterinário ou, quando o país ou empresa ou empresa de destino o exige.

Assim, e uma vez que todas as empresas exportadoras possuem, ou utilizam, instalações possuidoras do número de controlo veterinário, só foram emitidos certificados de origem e salubridade quando os países ou empresas de destino da mercadoria os exigiram.

Neste contexto, os valores apresentados não reflectem o volume de produtos de origem animal exportados pela Região Autónoma da Madeira, os quais, são significativamente diferentes dos apresentados no quadro 36.

O decréscimo verificado em 2002 (quadro 37 e gráfico 8), em relação aos anos anteriores, não significa, portanto, que tenha havido uma diminuição das exportações, mas sim, que foram solicitados menos certificados de origem e salubridade por parte das empresas exportadoras.

Registou-se ainda a saída de couros verdes de bovino para Portugal Continental. No quadro 38 e no gráfico 9 estão expressos os dados relativos ao ano de 2002, no quadro 39 é feita uma retrospectiva em relação aos últimos quatro anos.

**SAÍDA DA R.A.M. DE PESCADO E PRODUTOS DA PESCA**

- 2002 -

Quadro 36

DESIGNAÇÃO DO PRODUTO	PESO EM KGS.	MODO DE CONSERVAÇÃO		DESTINO
		CONG.	REFRIG.	
Atum Rabil ( <i>Thunnus thynnus</i> )	689,90		X	Japão
Atum Voador ( <i>Thunnus alalunga</i> )	102.336,00	X		Portugal Continental; U.S.A.; Suécia; Canadá; Espanha
Atum Patuto ( <i>Thunnus obesus</i> )	5.590,40	X		Japão; U.S.A.
Bodião	18,00	X		Portugal Continental
Caramujos	2,00	X		Portugal Continental
Cavala ( <i>Scomber scombrus</i> )	32.013,00	X		Portugal Continental
Espadarte ( <i>Pristis pritis</i> )	20,00	X		Suécia; Portugal Continental
Gaiado ( <i>Katsuwonus pelantis</i> )	49.000,00	X		Portugal Continental; Açores
Lapa Preta ( <i>Patella candei</i> )	151,00	X		Bélgica; Portugal Continental
Peixe Espada Preto ( <i>Aphanopus carbo</i> )	64.640,00	X		Noruega; Austrália; Jersey; Venezuela; Suécia
	1.830,00		X	Venezuela
<b>TOTAL</b>	<b>256.290,30</b>			

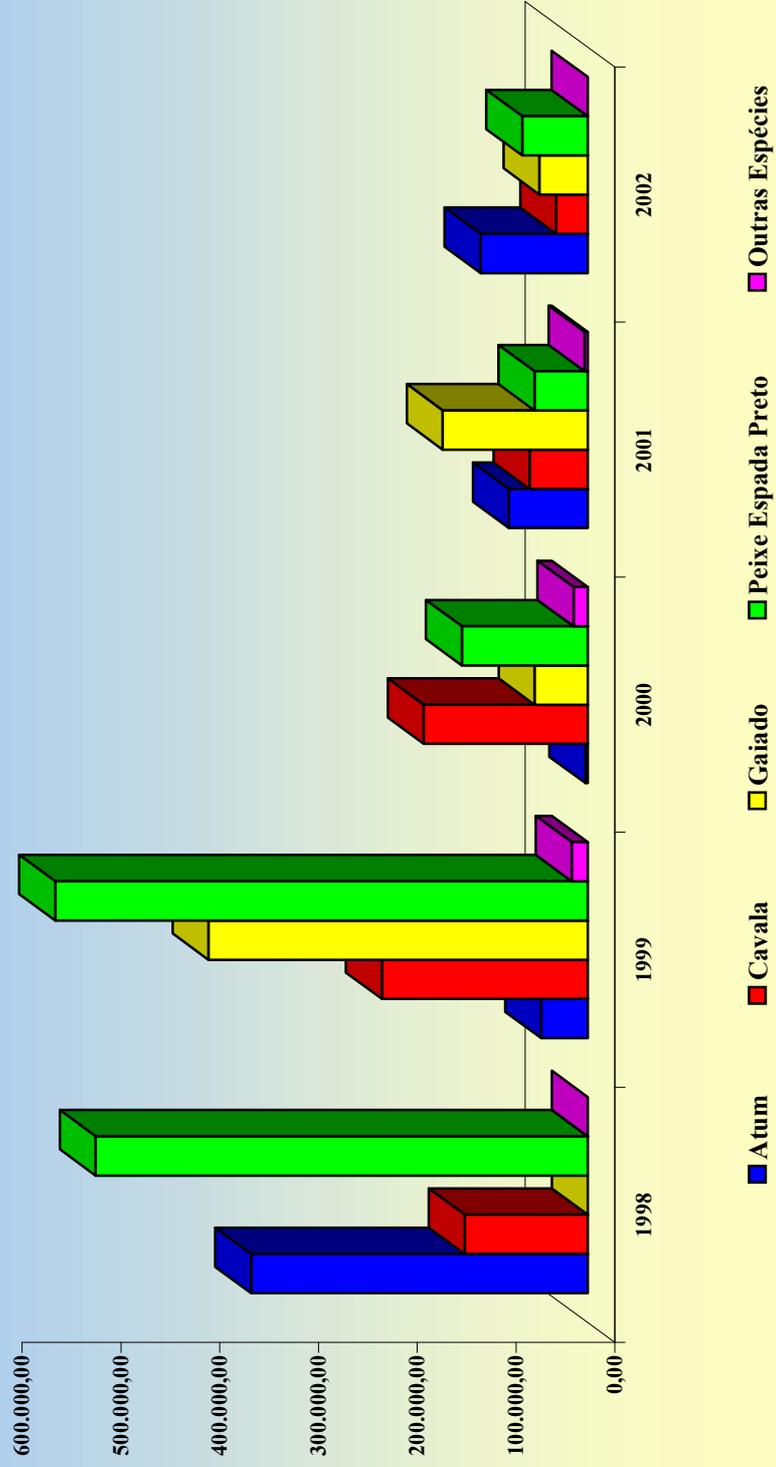
**SAÍDA DA R.A.M. DE PESCADO E PRODUTOS DA PESCA (KGS.)**

**DE 1998 A 2002**

Quadro 37

<b>DESIGNAÇÃO DO PRODUTO</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Atum ( <i>Thunnus thynnus</i> )	341.035,00	47.304,00	2.508,00	80.118,45	108.616,30
Cavala ( <i>Scomber scombrus</i> )	124.639,00	208.592,00	166.320,00	59.000,00	32.013,00
Gaiado ( <i>Katsuwonus pelantis</i> )	4,00	384.138,00	54.000,00	147.000,00	49.000,00
Peixe Espada Preto ( <i>Aphanopus carbo</i> )	498.346,50	539.336,25	127.557,29	54.097,10	66.470,00
Outras Espécies	50,00	16.469,00	14.574,50	3.399,00	191,00
<b>TOTAL</b>	<b>964.074,50</b>	<b>1.195.839,25</b>	<b>364.959,79</b>	<b>343.614,55</b>	<b>256.290,30</b>

**SAÍDA DA R.A.M. DE PESCADO E PRODUTOS DA PESCA (KGS.)  
DE 1998 A 2002**



**Gráfico 8** – Saída da R.A.M. de Pesca e Produtos da Pesca (Kgs) – 1998 a 2002

**SAÍDA DA R.A.M. DE COUROS**

- 2002 -

*Via Marítima*

Quadro 38

DESIGNAÇÃO DO PRODUTO	PESO EM KGS. (líquido)	N.º DE PELES	CONSERVAÇÃO	DESTINO
Couros verdes de bovino	178.775,00	6188	Frescos salgados	Portugal
<b>TOTAL</b>	<b>178.775,00</b>			

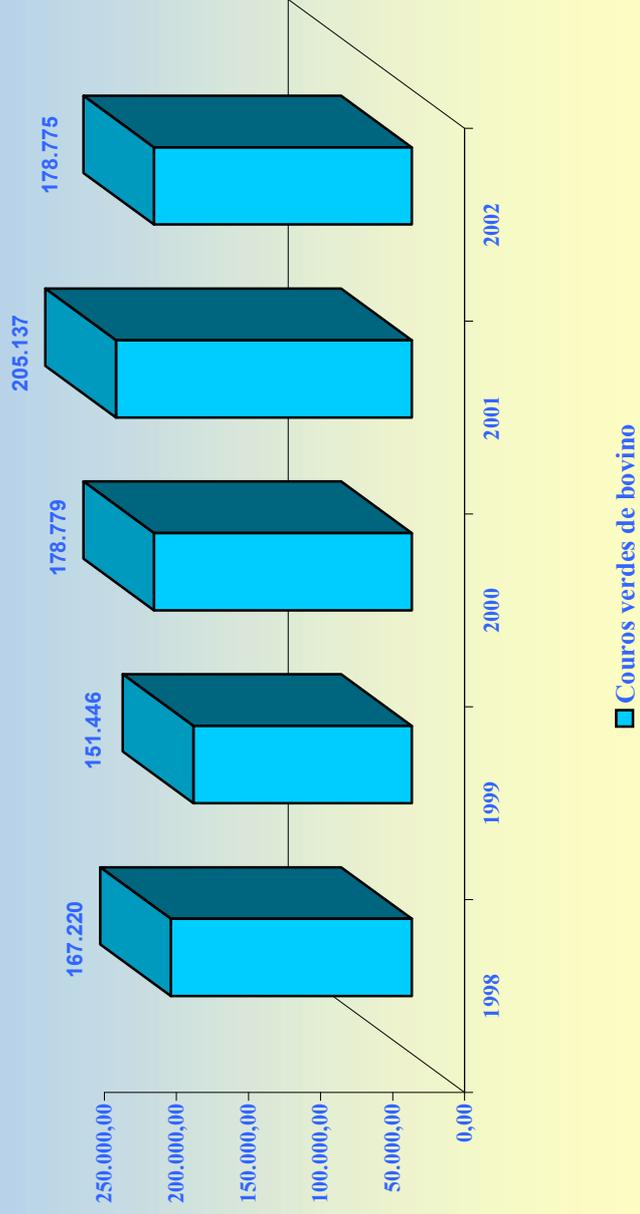
**SAÍDA DA R.A.M. COUROS VERDES DE BOVINO (KGS.)**

DE 1998 A 2002

Quadro 39

DESIGNAÇÃO DO PRODUTO	1998	1999	2000	2001	2002
Couros verdes salgados de bovino	167.220,00	151.446,00	178.779,00	205.137,00	178.775,00
Couros verdes salgados de caprino	-	-	-	450,00	-
Couros verdes salgados de ovino	-	-	-	600,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>167.220,00</b>	<b>151.446,00</b>	<b>178.779,00</b>	<b>205.137,00</b>	<b>178.775,00</b>

**SAÍDA DA R.A.M. DE COUROS VERDES DE BOVINO (KGS.)  
DE 1998 A 2002**



**Gráfico 9** – Saída da R.A.M. de Couros Verdes de Bovino (Kgs) – 1998 a 2002

## 2.4.5. Controlos veterinários aplicáveis ao comércio intracomunitário de produtos animais ou de origem animal

Os controlos veterinários aplicáveis ao comércio intracomunitário de produtos animais ou de origem animal no de 2002, foram feitos de forma aleatória e não sistemática, como previsto na legislação comunitária em vigor.

Assim, foram vistoriados 41 dos 2.079 contentores (1,97%) chegados à Região Autónoma da Madeira, provenientes de países pertencentes à União Europeia e de Portugal Continental (quadro 40).

Com os controlos efectuados não foram detectadas anomalias dignas de registo.

### **CONTROLO DE MERCADORIAS PROVENIENTES DA COMUNIDADE EUROPEIA E PORTUGAL 2002**

Via Marítima

Quadro 40

MESES	CONTENTORES	VERIFICAÇÕES	MERCADORIA
Janeiro	145	3	Pescado, Bovino
Fevereiro	145	2	Bovino,Suíno,Frango
Março	143	5	Bovino,Suíno,Frango,Pescado
Abril	154	2	Bovino,Frango,Perú
Maio	171	5	Bovino,Suíno,Frango, Pescado,Charcutaria
Junho	149	1	Frango
Julho	180	1	Suíno
Agosto	183	5	Frango;Manteiga;Pescado, Derivados
Setembro	205	3	Bovino,suíno,frango, Perú; codorniz
Outubro	202	5	Borrego;Suíno;Bovino; Pescado
Novembro	183	6	Veado;Pescado;Bovino; Frango;Perú
Dezembro	219	3	Suíno;Frango;Pato;Codorniz
<b>TOTAL</b>	<b>2.079</b>	<b>41</b>	

Também se procedeu em 2002, a várias acções de controlo, no Aeroporto da Madeira, de produtos de origem animal, transportadas de avião, provenientes da União Europeia e de Portugal Continental.

**ENTRADA NA R.A.M. DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL  
PROVENIENTES DE PORTUGAL E DA  
COMUNIDADE EUROPEIA  
2002**

Quadro 41

<b>PRODUTOS</b>	<b>Peso (Kgs)</b>
Carne de bovino	3.319.813,95
Carne de suíno	3.681.601,40
Carne de frango	3.943.730,32
Carne de borrego	128.206,19
Carne de cabrito	12.299,10
Carne de ovino	23,00
Miudezas de bovino	255.680,14
Miudezas de suíno	363.931,45
Derivados	848.413,23
Pescado	4.958.162,49
Carne de pato; perú; codorniz; coelho; avestruz; pombo; caça; ganso	363.265,72
Produtos lácteos (manteiga leite, iogurtes, queijo, requeijão, outros)	3.265.717,78
Leite em pó	969.327,00
<b>TOTAIS</b>	<b>22.110.171,77</b>

**2.4.5.1. Remoção da Coluna Vertebral em Carcaças de Bovino Provenientes de Portugal Continental e da União Europeia**

A publicação da Portaria n.º 526/2001, de 25 de Maio, referente às carnes frescas tornou obrigatória a remoção da coluna vertebral e dos gânglios das raízes dorsais, às carnes de bovino de idade superior a 12 meses, em carcaças, meias carcaças e quartos de carcaça, com origem em outros Estados-Membros, à excepção do Reino Unido, da Áustria, da Finlândia e da Suécia.

De igual forma, essa remoção só poderá ser efectuada obrigatoriamente em salas de corte e desossa homologados e autorizados pela Direcção Geral de Veterinária.

Na RAM, essa operação teve início em Julho de 2001, sendo realizada nas 2 salas de corte e desossa autorizadas. Estas operações são supervisionadas e controladas por Médicos Veterinários da Direcção Regional de Pecuária.

A coluna vertebral e os gânglios das raízes dorsais são retirados a estes bovinos, sendo que, têm de ser tratados como um Material de Risco Específico (MRE) e recolhidos para incineração, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 4/99/M, de 12 de Fevereiro, o qual restringe a utilização de produtos de origem bovina na alimentação humana e animal, na Região Autónoma da Madeira.

No ano de 2002, deram entrada na região 223 contentores de carne de bovino, em meias carcaças e quartos de carcaça, provenientes da França, Espanha, Alemanha e Portugal Continental, com o peso de 2.289.550,73 Kgs., destinados às salas de corte e desossa, (Quadro 42).

**REMOÇÃO DA COLUNA VERTEBRAL EM CARÇAÇAS DE BOVINO  
PROVENIENTES DA UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL CONTINENTAL**

- 2002 -

Quadro 42

Meses	Nº de Contentores	Peso Carcaça (Kgs)	Total de MRE's (Kgs)	Países de Origem
Janeiro	16	181.071,30	8.379,30	França; Portugal
Fevereiro	15	162.405,25	6.724,00	França; Portugal; Espanha
Março	14	138.136,08	6.511,90	França; Portugal
Abril	19	171.902,80	9.417,71	França
Maiο	17	148.055,95	8.307,80	França; Espanha
Junho	21	219.703,01	9.913,30	França; Espanha
Julho	18	207.976,57	9.797,50	França; Espanha
Agosto	21	231.322,26	10.580,80	França; Espanha; Alemanha
Setembro	20	217.850,65	10.137,00	França; Espanha; Alemanha
Outubro	19	190.181,70	9.731,10	França; Espanha; Alemanha
Novembro	20	199.460,31	9.293,00	França; Espanha; Alemanha
Dezembro	23	221.484,85	11.437,50	França; Espanha
<b>TOTAL</b>	<b>223</b>	<b>2.289.550,73</b>	<b>110.230,91</b>	

**2.4.6. Controlos Veterinários Aplicáveis aos Produtos Animais ou de Origem Animal e Animais Vivos Importados de Países Terceiros**

Após 1 de Janeiro de 1993 foi instituído, pelos Estados-Membros da União Europeia, um sistema comum de controlo veterinário de produtos animais ou de origem animal e animais vivos importados de Países Terceiros, cujos princípios base são:

- 1- Cada lote de produtos introduzidos na União Europeia a partir de Países Terceiros deve, qualquer que seja o seu destino aduaneiro, ser submetido a um controlo veterinário.
- 2- Esse controlo veterinário deve efectuar-se aquando da introdução do lote de produtos na União Europeia.
- 3- Esse controlo veterinário não pode efectuar-se senão em locais especialmente designados e autorizados pela União Europeia para o efeito e equipados em conformidade e que são os Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF's).

Este controlo veterinário comporta várias etapas, das quais, algumas ou todas, são executadas de acordo com os diferentes destinos aduaneiros dos produtos animais ou de origem animal:

- 1- **O Controlo Documental** – consiste na verificação da forma e do controlo dos certificados ou documentos veterinários que acompanham o produto.

- 2- **O Controlo de Identidade** – consiste na verificação da concordância entre os documentos ou certificados veterinários e os produtos animais que constituem o lote.
- 3- **O Controlo Físico** – consiste na verificação se o produto corresponde às especificações da legislação comunitária.

Os Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF's) são instalações que são aprovadas pela União Europeia, de acordo com o artigo 9º e o Anexo II da Directiva 90/675/CEE, com a Decisão 93/352/CEE, com a Directiva 97/78/CE e com a Decisão da Comissão 2001/812/CE.

Na Região Autónoma da Madeira existem 2 Postos de Inspeção Fronteiriços autorizados: PIF do Porto do Funchal que está autorizado para a recepção de produtos de origem animal para consumo humano e não humano e o PIF Aeroporto da Madeira, que está autorizado para a recepção de animais vivos.

Estas instalações estão sob a responsabilidade de um Veterinário oficial, que assume efectivamente a responsabilidade dos controlos.

No ano de 2002, a Região Autónoma da Madeira recebeu, provenientes de Países Terceiros, 231 contentores, num total de 3.575.160,99 Kgs (quadros 43 e 44), com produtos de origem animal para consumo humano, dos quais 181 foram inspeccionados noutros PIF's da União Europeia e 50 foram inspeccionados no PIF do Porto do Funchal.

**ENTRADA DE MERCADORIAS  
PROVENIENTES DE PAÍSES TERCEIROS  
2002**

Via Marítima

Quadro 43

Meses	Contentores	Controlos efectuados no PIF do Funchal	Controlos efectuados noutros PIFs
Janeiro	10	1	10
Fevereiro	20	6	14
Março	25	2	23
Abril	17	0	16
Maiο	14	3	11
Junho	16	4	12
Julho	15	5	9
Agosto	18	11	8
Setembro	16	5	11
Outubro	31	7	24
Novembro	34	3	31
Dezembro	15	3	12
<b>TOTAL</b>	<b>231</b>	<b>50</b>	<b>181</b>

**ENTRADA DE MERCADORIAS PROVENIENTES DE PAÍSES TERCEIROS**

Via marítima

Quadro 44

Contentores	Controlos efectuados no PIF do Funchal	Mercadoria	Origem	Controlos efectuados noutros PIF's	Mercadoria	Origem
<b>231</b>	<b>50</b>	Bovino, pescado, lulas, polvo	Brasil; Uruguai; Uganda; Taiwan; Argentina; China; Filipinas	<b>174</b>	Lulas; atum; polvo; frango; peru; miudezas de frango; bovino; borrego; pescado; cabrito	E.U.A. - Canadá; Uruguai; China; Malásia; Argentina; Tailândia; Brasil; Filipinas

Em relação aos PIF's da Região Autónoma da Madeira, no ano de 2002, procedemos à abertura de concurso, do projecto para a construção do novo PIF do Porto do Funchal, dando assim cumprimento ao determinado pela Comissão da União Europeia, em consequência da visita dos Peritos da Comissão, efectuada de 13 a 24 de Novembro de 2000, aos PIF's de Portugal.

Demos, também, início à elaboração do projecto para o PIF do Aeroporto da Madeira, por forma a dotá-lo de instalações suficientes para a recepção de produtos de origem animal para consumo humano.

**ENTRADA NA R.A.M. DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL  
PROVENIENTES DE PAÍSES TERCEIROS**

**2002**

Quadro 45

PRODUTOS	Peso (Kgs)
Carne de bovino	<b>2.865.592,51</b>
Carne de borrego	<b>23.371,70</b>
Carne de cabrito	<b>1.573,10</b>
Carne de frango	<b>3.990,00</b>
Miudezas de bovino	<b>59.169,20</b>
Miudezas de frango	<b>43.488,00</b>
Pescado	<b>577.481,48</b>
Carne de veado	<b>495,00</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>3.575.160,99</b>

No ano de 2002, deram entrada na Região, 78 animais provenientes de Países Terceiros, (Quadros 46 e 47), dos quais 22 foram inspeccionados no PIF do Aeroporto da Madeira, e 56 foram inspeccionados noutros PIF's da União Europeia.

**ENTRADA DE ANIMAIS VIVOS  
PROVENIENTES DE PAÍSES TERCEIROS  
2002**

Via aérea

Quadro 46

Meses	Nº. de animais	Controlos efectuados no PIF do Funchal	Controlos efectuados noutros PIFs
Janeiro	0	-	-
Fevereiro	2	2	-
Março	4	2	2
Abril	50	-	50
Maio	0	-	-
Junho	2	2	-
Julho	1	-	1
Agosto	4	4	-
Setembro	3	2	1
Outubro	3	2	1
Novembro	3	3	-
Dezembro	6	5	1
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>22</b>	<b>56</b>

**ENTRADA DE ANIMAIS VIVOS PROVENIENTES DE PAÍSES TERCEIROS**

Via aérea

Quadro 47

Nº. de animais	Controlos efectuados no PIF do Funchal / nº. de animais	Espécie	Origem	Controlos efectuados noutros PIF's / nº. de animais	Espécie	Origem
<b>78</b>	<b>22</b>	21 canídeos 1 felídeo	Venezuela; África do Sul; Namíbia; E.U.A	<b>56</b>	50 Pombos correios 3 canídeos 1 papagaio	África do Sul; E.U.A

#### 2.4.7. Conclusões

- É de realçar, o aumento subtil ao longo dos anos, do número de bovinos abatidos nos matadouros da R.A.M. Esta ligeira tendência na preferência pelo consumidor por esta carne pode estar relacionada com:
  - a procedência dos animais ser maioritariamente da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira, nos quais nunca foi notificado nenhum caso de encefalopatia espongiforme bovina (BSE);
  - rotulagem obrigatória da carne de bovino;
  - obrigatoriedade dos testes de detecção da BSE, a animais de idade superior a trinta meses e subsequente remoção da coluna vertebral e gânglios das raízes dorsais;
  - testagem aleatória por amostragem das populações de pequenos ruminantes de idade superior a dezoito meses, para detecção do tremor epizoótico;
  - a remoção da cadeia alimentar humana e animal de todos os materiais de risco especificado para destruição por incineração;
  - a inexistência de indústrias de transformação de subprodutos de origem animal na Região;
  - e por último o rigoroso acto inspectivo realizado pelos médicos veterinários da Direcção Regional de Pecuária.
- De salientar que os abates efectuados nos matadouros da Região, dependem quase que exclusivamente das importações dos animais vivos, vindos dos Açores. Desta forma, uma quebra nestas importações reflecte-se directamente no número de animais abatidos.
- Não obstante, o incremento da confiança do consumidor na carne regional, o abastecimento da Região, fica sempre dependente da importação de carne e miudezas refrigeradas e congeladas, quer da União Europeia, quer de Países Terceiros.
- A cisticercose bovina constituiu, à semelhança dos anos anteriores, a causa principal de rejeição total de carcaças de bovino. Esta parasitose tem grandes implicações na Saúde Pública, visto ser o Homem o hospedeiro definitivo, além do que, tem graves repercussões no sector pecuário madeirense, quer pelo pagamento de indemnizações referentes ao seguro de rezes, quer pelo desencorajamento por parte dos produtores de criação de gado bovino.
- Face aos estudos anteriormente realizados, nos quais se constatou a prevalência desta helmintose quer nos bovinos da R.A.M., quer nos bovinos oriundos da R.A.A., deverão ser tomadas medidas em consonância entre os dois arquipélagos, com vista à defesa da Saúde Pública e Animal.
- A curva de abates nas várias espécies, repete-se de um modo geral, ao longo dos anos. Na espécie bovina tem os seus máximos entre os meses de Junho e início de Outubro, coincidentes com as festas populares (“arraiais”), e no Natal. Nos suínos, o pico dos abates ocorre sobretudo no Natal, dada a forte tradição de consumo de carne de porco nesta época. Quanto aos pequenos ruminantes, tivemos como máximos a época Pascal, e excepcionalmente este ano, os meses de Maio a Julho, durante os quais ocorreu a retirada destes animais das zonas protegidas de silvo-pastoreio;

- Os abates nos matadouros rurais, particularmente da espécie bovina, constituem à partida uma parcela diminuta no total regional, o que levanta uma série de questões em termos de gestão, planeamento e funcionalidade destes matadouros. De realçar, que estes matadouros prestam efectivamente um serviço público às populações destes concelhos, facilitando a deslocação dos animais para as unidades de abate, vindo talvez desta forma, minimizar o problema do abate clandestino na região;
- As exigências comunitárias no que se refere: ao bem estar animal nos matadouros, qualidade higiénica da carne, higiene das instalações, equipamento e utensílios, segurança e higiene do pessoal, conduzem à necessidade de uma nova unidade de abate, a qual, está desde já assumida pelas autoridades competentes da R.A.M.
- Em 2002, procedeu-se à abertura de concurso para a construção do PIF do Porto do Funchal, dando assim cumprimento à legislação comunitária, em vigor, nesta matéria.

### 3. DIRECÇÃO SE SERVIÇOS DE MELHORAMENTO ANIMAL

#### 3.1. Introdução

A produção animal na RAM poderá ser classificada em dois grandes grupos: industrial e caseira. No sector industrial existe a avicultura e a suinicultura, as quais embora com custos de produção superiores às suas congéneres sediadas no Continente Português, têm toda a estrutura organizada desde a produção à comercialização.

Este tipo de produção, em que as espécies pecuárias são exploradas em sistemas intensivos, terá num futuro próximo de sofrer algumas alterações de modo a ficarem em conformidade com as disposições comunitárias. Estas alterações implicarão forçosamente uma diminuição da produtividade e um investimento acessório.

Quanto às explorações caseiras, estas predominam na nossa região e embora não tenham grande expressão em termos de produção, têm um papel importante na subsistência de muitas famílias, só de bovinos estão registadas 3.511 explorações. Estas pequenas unidades de produção além de aumentar o rendimento familiar, têm um papel importante na manutenção da paisagem madeirense, pois, os animais são usados como máquinas transformadoras, ou seja, por um lado ingerem a erva e os desperdícios das fazendas e por outro os seus dejectos são utilizados como fertilizantes do solo, diminuindo assim o uso de adubos químicos. Este tipo de Pecuária é em nosso entender, benéfica para o Ambiente, pois não o polui, benéfica para a agricultura, pois utiliza subprodutos desta na alimentação animal, que de outra forma seriam poluentes, como por exemplo os resíduos da indústria da banana, do vinho e da cerveja.

A Direcção de Serviços de Melhoramento Animal, tendo a responsabilidade de “abrir” horizontes à produção animal na RAM, tem vindo a desenvolver várias acções de modo a arranjar alternativas para os pequenos produtores. Assim tendo em conta as condicionantes orográficas que não permitem a existência do modo de produção extensiva, nem da estabulação de um grande numero de cabeças, há que valorizar o tipo de pecuária tradicional o que terá de passar pela “denominação de origem” ou ainda aproveitando a conjuntura mundial que privilegia a pecuária biológica desenvolve-la. É neste sentido que quer na Estação Zootécnica da Madeira quer no Centro de Ovinicultura da Madeira se desenvolvem estudos deste modo de produção. Com este tipo de produção o que se pretende obter não é a maximização da máquina animal, mas sim a obtenção de um produto de qualidade a partir de factores de produção também eles de qualidade através de um processo que respeita o desenvolvimento e bem-estar animal. Nos Centros de produção estão a ser desenvolvidos os seguintes projectos, os quais directa ou indirectamente estão relacionados com esta intenção:

- Campo de demonstração de pastagens e forragens no modo de produção biológico;
- Demonstração de galinheiros pelo modo de produção biológico de aves de capoeira;
- Instalação de sistema de rega;
- Aproveitamento de subprodutos da agro-indústria para a alimentação animal;
- Valorização de resíduos pecuários e vegetais por compostagem.

Em 2003 prevê-se a concretização dos projectos elaborados no ano transacto de forma a aproveitar todo o potencial dos Centros.

A inseminação Artificial embora tenha vindo a decrescer nos últimos anos, acompanha a produção de leite, pelo que se poderá deduzir que mesmo assim a I:A: é um instrumento importante à continuidade da produção leiteira.

O Apoio Financeiro aos Riscos Inerentes à Actividade Agrícola no Ramo Pecuário tem sido a única ajuda monetária dada a nível regional à Pecuária. Daí que embora contemple somente bovinos, o número de inscrições no ano de 2002 foi de 2.178 tendo beneficiado da ajuda 93 animais.

A Identificação Animal e Registo de Explorações associada às várias candidaturas a prémios comunitários dominam os trabalhos de campo desta Direcção de Serviços.

A Pecuária Madeirense precisa de ser estruturada, pelo que é importante que as medidas propostas na elaboração do POSEIMA 2002 - 2006 sejam desencadeadas de modo a se construir as bases para uma produção animal equilibrada e organizada, da qual se espera uma valorização do produto regional.

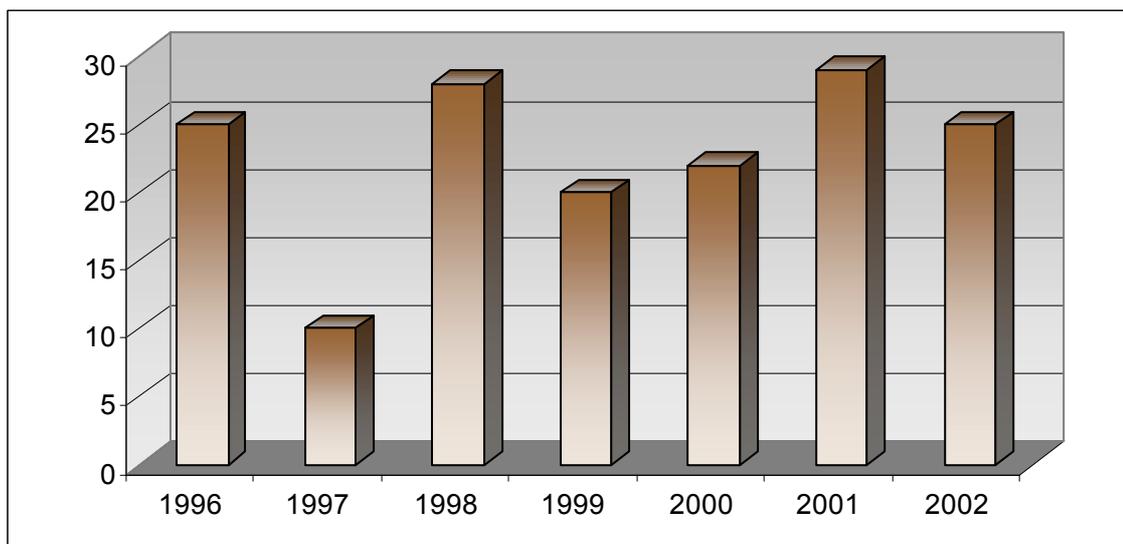
### 3.2. Estação Zootécnica da Madeira

#### Maneio reprodutivo

Durante o ano 2002 registaram-se 25 partos, número que satisfaz as nossas expectativas, pois os restantes animais postos à cobrição transitaram para o ano seguinte, novilhas e vacas, como gestantes, estando algumas ainda sujeitas a confirmação. É nosso objectivo, como é normal neste tipo de exploração, obter uma vaca/um parto/ano.

Durante o ano 2002 optou-se pela Inseminação Artificial nos casos em que se consegue uma boa detecção deaios, caso contrário, recorremos à cobrição natural utilizando os touros existentes na Estação Zootécnica da Madeira. Da mesma forma que em anos anteriores os animais foram divididos em lotes de maneira a escalonar os partos por épocas bem definidas. As vacas vazias são colocadas num parque junto com o touro por um período de 30 dias e é feito o diagnóstico de gestação aos 90 dias, caso o resultado seja negativo o animal transita para outro núcleo de animais que permanece junto do reprodutor por mais 1 mês.

**Partos Ocorridos nos Últimos 7 Anos**



**Pesos dos vitelos e ganhos médios diários**

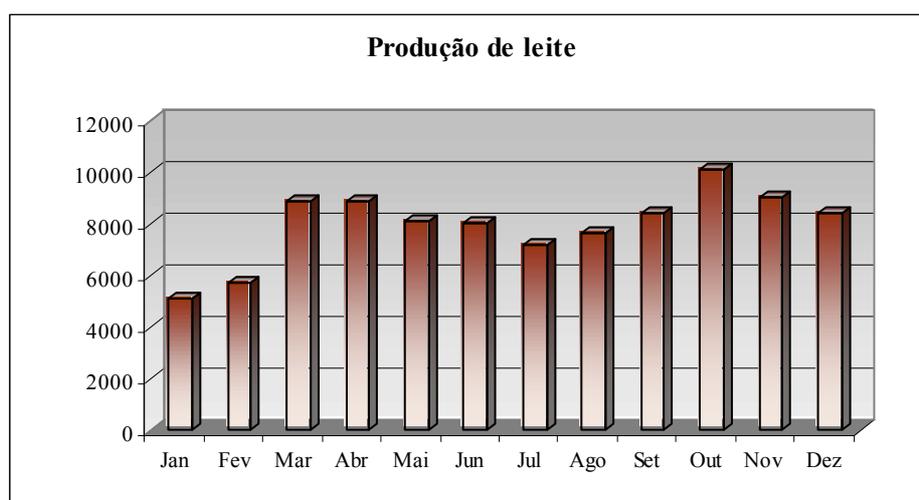
P.V.	MACHOS			FÊMEAS		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Á NASCENÇA	40.7	43.3	39.4	42.8	41.4	37.4
AO DESMAME	84.1	89	84.3	79.8	82.9	79.4
G.M.D.	MACHOS			FÊMEAS		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
	0.620	0.725	0.713	0.529	0.659	0.667

## Produção de leite

O leite produzido e entregue à UCALPLIM durante o ano 2002 foi de 91489 litros o que se traduziu numa receita de 32.021,12 Euros.

Leite 2000	Leite 2001	Leite 2002
64.712	95.654	91.489

### PRODUÇÃO MÉDIA/VACA/LACTAÇÃO: 4.778.10 kgs de LEITE



No segundo semestre de 2000 foi instalada uma sala de ordenha mecânica informatizada que permitiu melhorar o maneio

O registo da produção de leite, o cálculo da eficiência alimentar e das margens económicas, a melhor qualidade do leite, a diminuição dos casos de mamite, além de um completo calendário que ajuda na gestão do efectivo são algumas das vantagens que podemos observar com esta nova sala de ordenha.

Com este sistema conseguimos otimizar a utilização dos alimentos, uma vez que é possível a distribuição individual de concentrado de acordo com a produção leiteira de cada animal. A redução de custos e melhor aproveitamento do potencial produtivo das vacas, a ordenha e a alimentação individual adaptada às necessidades de cada animal, a diminuição do tempo de trabalho e incremento da produção de leite são alguns benefícios que pudemos já presenciar desde a introdução desde sistema de identificação electrónica na ordenha.

## Movimento de animais

Entradas		Saídas							
Nascimentos	25	Cedências		Vendas		Abates		Mortes	
Nado-morto	1	Vaca de refugio	2	Vacas	13	Vacas	13	Vacas	5
Touro	1	Bezerros	1	Touros	3			Vitelos	7
				Bezerros	1				
				Novilhas	0				

## **Equinos**

O efectivo é então composto por apenas 4 animais, 2 machos e 2 fêmeas.

Devido à inexistência de instalações e condições adequadas a reprodução de equinos só será desencadeada quando fôr oportuno.

Para 2003 pretendemos efectuar a primeira fase das obras necessárias a criar condições que permitam uma produção cavalar que dignifique a RAM.

## **Forragens**

Durante o ano de 2002 foram cultivados aproximadamente 5 hectares de milho forrageiro e aproximadamente a mesma área de cereais de Inverno. Uma vez que o nosso objectivo é diminuir a área de culturas anuais e aumentar a superfície de pastagens foram semeados cerca de 3 hectares de prado permanente. Com esta opção pretendemos aumentar o tempo que os animais andam em pastoreio, com todas as vantagens que daí advêm, e diminuir a necessidade de mão-de-obra com a colheita de forragens.

Foi seleccionada uma pequena área para cultivo de alimentos para as aves, nomeadamente couves, feijão rasteiro e de trepar e batata-doce.

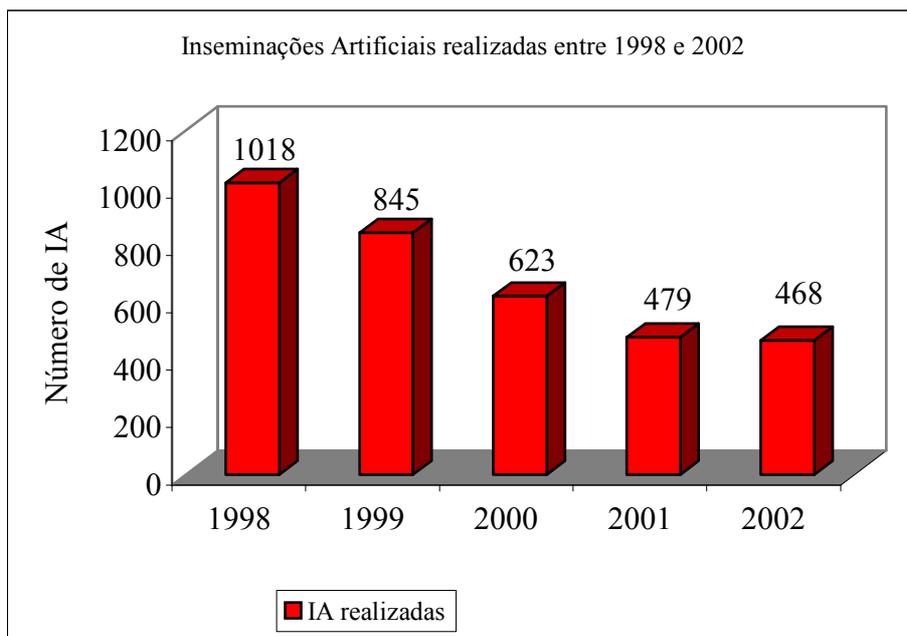
<b>Cultura</b>	<b>Sementeiras</b>	<b>Colheitas</b>	<b>Produção média/ha</b>
Milho Forrageiro	Abril a Julho	Agosto a Novembro	47.000 Kg
Aveia/Ervilhaca	Outono a Dezembro	Janeiro a Maio	35.000 Kg
Cevada/Serradela	Outono a Dezembro	Janeiro a Maio	38.500 Kg

### **3.2.1. Serviço de Inseminação Artificial**

O SIA na RAM, surgiu na década de 60 com o intuito de melhorar o gado bovino madeirense. Actualmente, os objectivos visam não só o melhoramento animal mas também a manutenção do efectivo leiteiro existente, em virtude do seu acentuado decréscimo populacional. Esta diminuição tem sido progressiva ao longo dos anos, e é devida a inúmeros factores, tais como: a procura de melhores condições de vida dos agricultores e o desaparecimento da faixa etária que trabalha na agricultura e consequente abandono dos solos e da monocultura da vaca leiteira.

Presentemente, na RAM, os produtores dão preferência à engorda de bovinos em detrimento dos bovinos leiteiros, devido à inexistência de postos de recolha de leite e do baixo valor comercial deste produto e à atribuição dos incentivos à produção de bovinos machos e vacas aleitantes.

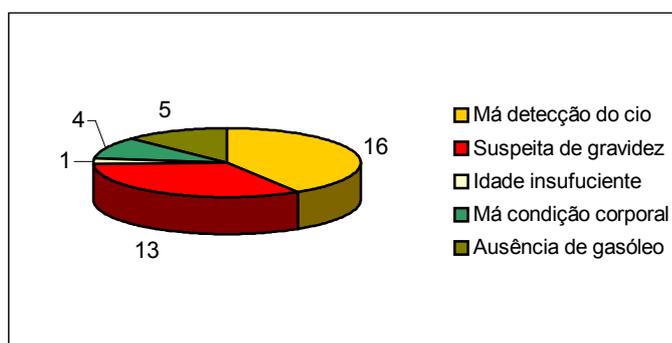
Pela análise do gráfico seguinte, podemos observar que as inseminações artificiais estão a diminuir significativamente ao longo dos últimos anos.



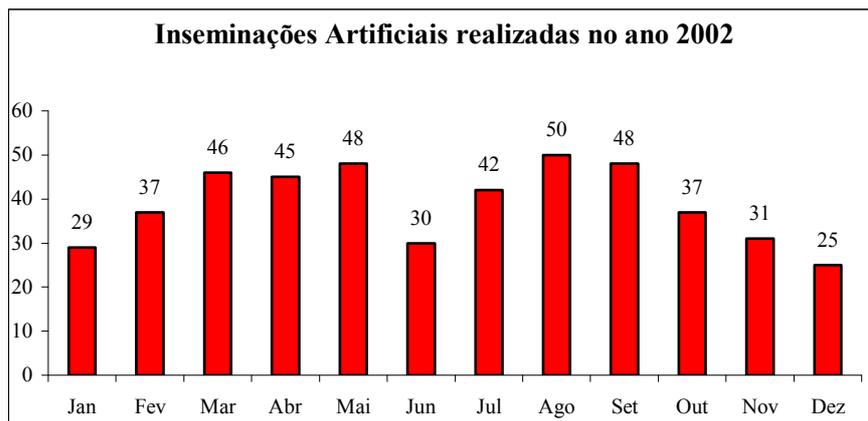
**Gráfico n.º 1 - Evolução do número de Inseminações Artificiais entre 1998 e 2002.**

No ano 2002, registaram-se 468 inseminações artificiais em 497 solicitações. Os pedidos que não foram satisfeitos deveram-se a:

- Má detecção do cio pelo produtor,
- Suspeita de gravidez,
- Idade insuficiente,
- Má condição corporal,
- Falta de gasóleo.



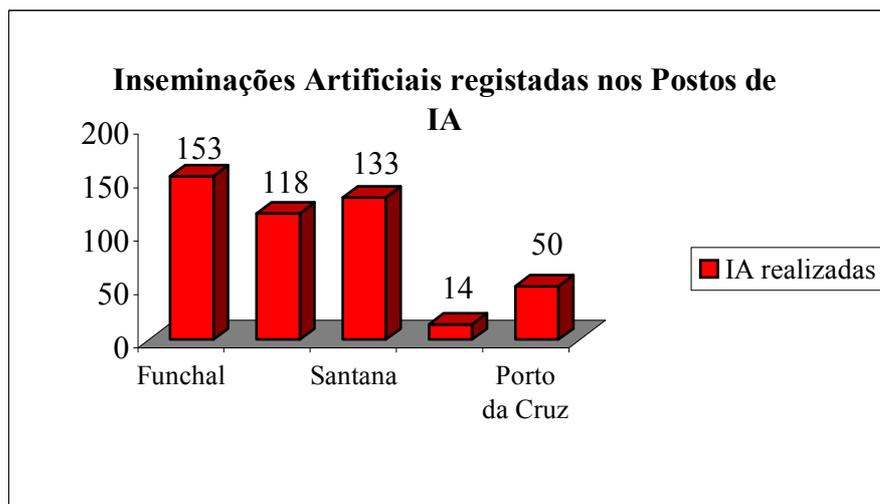
**Gráfico n.º 2 - Motivos que levaram a não proceder à inseminação.**



**Gráfico n.º 3 - Evolução das Inseminações artificiais ao longo dos meses**

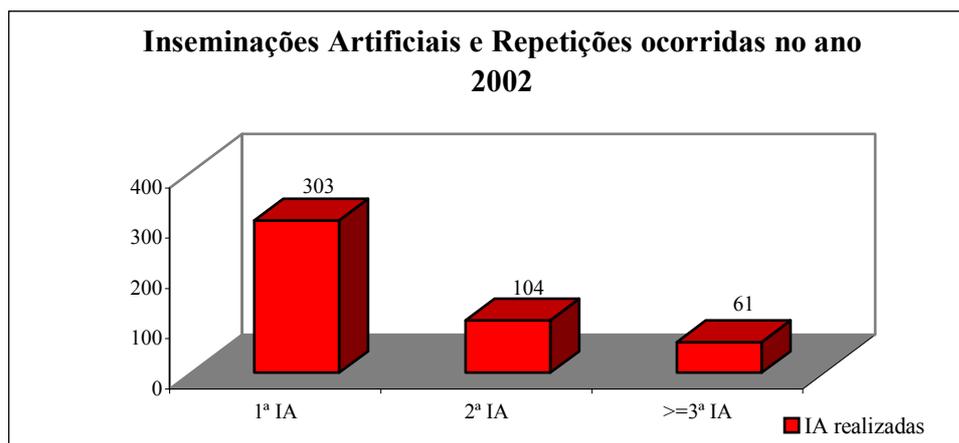
O Gráfico n.º 3 representa a distribuição das IA nos diferentes meses do ano. O mês com maior registo de IA foi Agosto enquanto o pior foi Dezembro. Em média registaram-se 39 inseminações mensais.

O próximo gráfico (Gráfico n.º 4) representa a distribuição das Inseminações Artificiais pelos Postos de IA.



**Gráfico n.º 4 - Evolução das IA nos Postos de Inseminação Artificial**

Pela análise do gráfico, os Postos do Funchal, Calheta e Santana são os que registaram mais inseminações artificiais. O Posto do Funchal verificou maior número de inseminações (153) porque engloba o concelho de Santa Cruz (concelho com mais bovinos em 2001) e é nesse concelho que estão localizadas as fábricas de requeijão. Os Postos da Calheta e de Santana registaram respectivamente 110 e 133 inseminações artificiais. O Gráfico 5 representa a distribuição das inseminações artificiais e as repetições ocorridas.

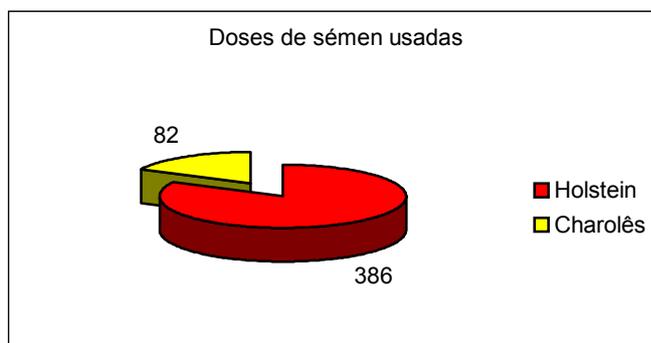


**Gráfico n.º 5 - Descrição das inseminações artificiais e repetições**

Através da análise do gráfico deduz-se que ocorreram bastantes repetições. A soma das repetições (2.ª e 3.ª IA) perfaz 165 inseminações, o que equivale a uma taxa de retornos de cio de 35%.

Relativamente ao sémen usado nas inseminações, este proveio da Estação de Reprodução e Melhoramento Animal, tendo sido efectuadas duas remessas no ano 2002.

O mais utilizado é o sémen Holstein (em detrimento do Charolês) como podemos verificar no gráfico seguinte.

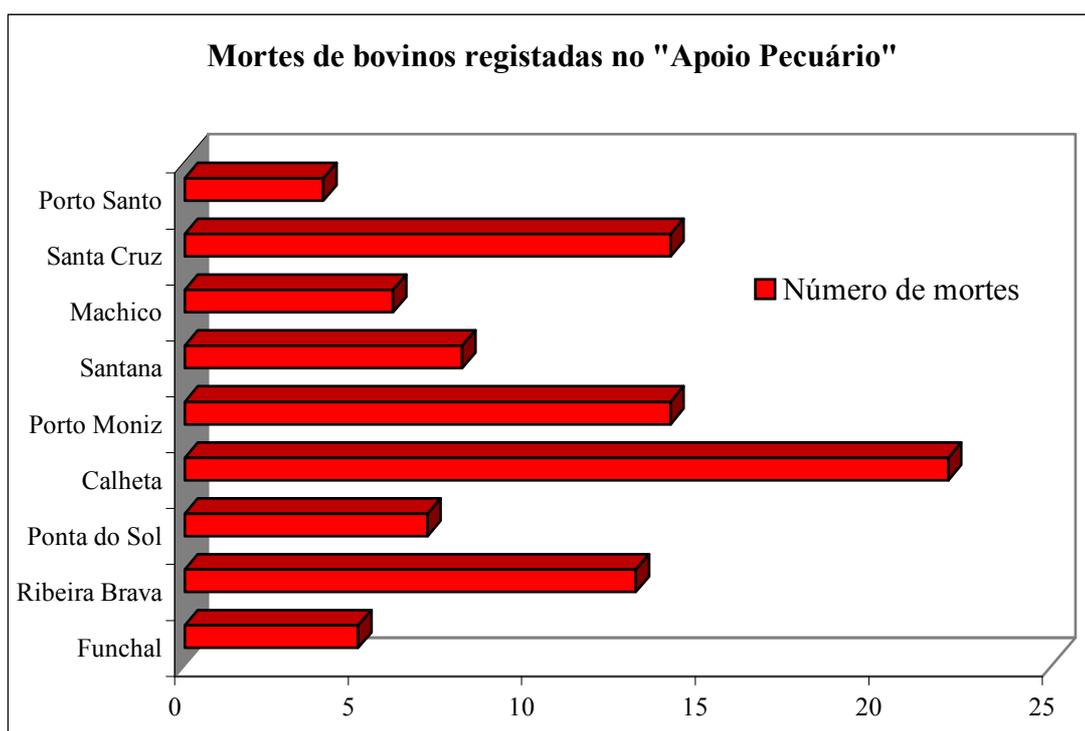


**Gráfico 6 - Doses de sémen usadas nas IA**

### **3.2.1.1. “Apoio Financeiro aos Riscos Inerentes ao Exercício da Actividade Agrícola no Ramo Pecuário” – Apoio Pecuário**

Desde Outubro de 1995, e apesar de nem sempre as condições de trabalho serem as mais eficazes, conseguiu-se inscrever no “Apoio Pecuário” um número considerável de animais. No ano 2002 foram inscritos 2178 bovinos e registaram-se 93 mortes de bovinos abrangidos pelo “Apoio Pecuário”.

No gráfico n.º 1, podemos verificar que os concelhos onde morreram mais animais, no ano de 2002, foram o concelho da Calheta (22), seguido de Santa Cruz (14) e Porto Moniz (14). Este facto explica-se em parte por estes concelhos serem os que possuem maior quantidade de gado bovino.



**Quadro n.º 1 - Número de Animais e Valores por Concelhos, Abrangidos pelo "Apoio Pecuário", desde 1999 até 2002**

Concelhos	1999		2000		2001		2002	
	N.º de animais	Valor (esc)	N.º de animais	Valor (esc)	N.º de animais	Valor (esc)	Nº de animais	Valor (euros)
Funchal	3	326.430	4	463.120	1	115.200	5	1998,9
C. de Lobos	4	463.600	3	443.840	5	668.600	0	
Rib. Brava	12	1.166.165	13	1.400.228	10	1.270.180	13	7561,38
P.do Sol	9	763.145	8	840.340	12	1.447.600	7	3494,82
Calheta	38	3.196.930	23	2.261.836	37	3.909.780	22	11595,77
P. Moniz	16	1.281.155	6	587.144	14	1.618.680	14	10008,51
S. Vicente	2	161.150	4	431.020	1	84.000	8	5847,99
Santana	12	1.513.225	16	2.116.740	19	2.637.184	0	0
Machico	6	743.050	7	769.716	4	572.976	6	2165,9
S. Cruz	13	1.658.820	23	3.069.432	12	1.649.996	14	12622,24
P. Santo	3	327.600	2	161.000	1	175.200	4	2327,18
<b>Totais</b>	<b>118</b>	<b>11.601.270</b>	<b>109</b>	<b>12.544.416</b>	<b>116</b>	<b>14.149.396</b>	<b>93</b>	<b>57622,69</b>

Quanto às causas de morte dos bovinos, em 2002, as mais frequentes resultaram de acidentes (30), designadamente os politraumatismos por queda e as asfixias por enforcamento. Em seguida temos as patologias digestivas (21) com destaque para o timpanismo.

**Quadro N.º 2 - Causas de Morte dos Bovinos Contemplados pelo “Apoio Pecuário” no Ano de 2002**

Causas	N.º de Animais
Acidentes	30
Patologia Digestiva	21
Patologia Respiratória	6
Patologia Urinária	7
Patologia Músculo-esquelética	6
Patologia Infecciosa ou metabólica	10
Patologia Reprodutiva	12
Morte Súbita	1
<b>Total</b>	<b>93</b>

**3.2.1.2. Profilaxia Sanitária e Clínica Efectuada no Centro de Reprodução Animal e no Centro de Ovinicultura da Madeira**

As intervenções sanitárias efectuadas ao longo do ano de 2002 no Centro de Reprodução Animal e no Centro de Ovinicultura da Madeira são apresentadas nos quadros 1 e 2. Estas intervenções foram feitas, tanto quanto possível, segundo um plano elaborado no início do ano para cada um dos centros. Analisando os quadros 1 e 2 podemos ver que foram realizados no Centro de Reprodução Animal 102 rastreios de Brucelose, no ano de 2002, tendo 57 sido efectuados em Maio e 45 em Novembro.

No Centro de Ovinicultura da Madeira foram realizados rastreios de Brucelose no ano de 2001, tendo sido efectuados 364 rastreios em ovinos nos meses de Janeiro e Fevereiro. Quanto aos caprinos foram efectuados 21 rastreios de Brucelose no mês de Fevereiro.

No Centro de Reprodução Animal foram também efectuados 37 rastreios de Leucose no mês de Janeiro e 27 no mês de Novembro de 2002. É de salientar que em todos os rastreios realizados nos dois Centros, quer de Brucelose, quer de Leucose não se registou nenhum resultado positivo. Os quadros 1 e 2 incluem também as desparasitações e vacinações realizadas nos animais do Centro de Ovinicultura da Madeira e do Centro de Reprodução Animal.

**Quadro 1 - Profilaxia Sanitária Bovina e Equina do Centro de Reprodução da Madeira Efectuada no Ano de 2002**

2002/Meses	Intervenções efectuadas
Fevereiro	Desparasitação do efectivo com mais de ano com Eprinex
	Vacinação das vacas prenhes, touros e dos vitelos contra Enterotoxémia, Pasteurelose e Gangrena Gasosa Gasosa (Enterovina)
Maio	Rastreio da Brucelose
	Rastreio da Paratuberculose
	Rastreio da Leucose
Novembro	Rastreio da Brucelose
	Rastreio da Paratuberculose
	Rastreio da Leucose
	Desparasitação dos Equinos (Eqvalan)

- **Paratuberculose Bovina**

É importante referir que foi isolado o *Mycobacterium paratuberculosis* (agente da Paratuberculose) no intestino de um bovino pertencente à Estação Zootécnica da Madeira (EZM), submetido a abate especial de emergência em 23 de Agosto de 2001. Perante esta situação foram adoptadas as seguintes medidas:

- A exploração ficou em sequestro, sendo que a venda de animais só pode ser feita se estes forem para abate imediato, sendo interdita a venda de animais para recria;
- Foram feitos rastreios à Paratuberculose em todos os bovinos da Estação, através de análises sanguíneas;
- Todos os casos confirmados positivos são separados e abatidos logo que possível (no 1º rastreio feito na EZM registaram-se 3 casos confirmados enquanto que no 2º rastreio só se registou um);
- Todos os casos duvidosos são repetidas as análises com um intervalo de 3 semanas ou mais até se obter um resultado conclusivo (nesse mesmo rastreio obtiveram-se também 3 casos duvidosos em que se repetiram as análises, com resultados negativos para 2 dos animais num segundo rastreio, e no terceiro animal só foi confirmada a negatividade num terceiro rastreio).

**Quadro 2 - Profilaxia Sanitária Ovína e Caprina do Centro de Ovinicultura da Madeira Efectuada no Ano de 2002**

Meses/2002	Intervenções efectuadas	Número de animais
<b>Janeiro</b>	Vacinação contra Enterotoxémia, Pasteurolose e Gangrena Gasosa (Enterovina)	112
<b>Março</b>	Vacinação das fêmeas (ovinos), 4 a 5 semanas antes da cobrição, contra Clamídia (Bedsa-Vac)	117
	Desparasitação (Albendil)	
<b>Abril</b>	Vacinação das fêmeas gestantes e dos borregos contra enterotoxémia, Pasteurolose e Gangrena Gasosa (Enterovina)	226
<b>Maio</b>	Revacinação dos borregos com a Enterovina	95
<b>Julho</b>	Vacinação das fêmeas (ovinos), 4 a 5 semanas antes da cobrição, contra Clamídia (Bedsa-Vac)	144
	Desparasitação (Spectril)	300
	Vacinação contra a Listéria	300
<b>Agosto</b>	Revacinação do rebanho contra a Listéria	384
	Vacinação contra Enterotoxémia, Pasteurolose e Gangrena Gasosa (Enterovina)	194
<b>Setembro</b>	Vacinação dos borregos contra Enterotoxémia, Pasteurolose e Gangrena Gasosa (Enterovina)	89
<b>Outubro</b>	Desparasitação (Albendil) nos ovinos e caprinos	341+23
	Vacinação contra Enterotoxémia, Pasteurolose e Gangrena Gasosa (Enterovina)	299
<b>Novembro</b>	Vacinação contra Enterotoxémia, Pasteurolose e Gangrena Gasosa (Enterovina)	217
	Vacinação das fêmeas (ovinos), 4 a 5 semanas antes da cobrição, contra Clamídia (Bedsa-Vac)	102
	Vacinação contra a Listéria	42
<b>Dezembro</b>	Vacinação dos borregos contra Enterotoxémia, Pasteurolose e Gangrena Gasosa (Enterovina)	100

### **3.3. Centro de Ovinicultura da Madeira**

O Centro de Ovinicultura da Madeira dedica-se à exploração de duas raças ovinas – “Montanhesa Austríaca (Bergschaf)” e “Serra da Estrela”, variedade branca e de uma raça caprina “Branca de Saanen”, tendo para cada raça o número médio de reprodutores (machos + fêmeas) de 235, 95 e 25, respectivamente. É de referir que com o aumento das fêmeas reprodutoras de raça “Serra da Estrela” fomos forçados a diminuir o número de fêmeas reprodutoras de raça “Montanhesa Austríaca”, uma vez que este Centro já não suportaria, quer a nível de instalações quer a nível de área de pastagens, esse aumento.

Com o objectivo principal de satisfazer a grande procura de animais reprodutores que apresentem boas performances e ao mesmo tempo a adaptabilidade às condições edafo-climáticas e às características de exploração intensiva ou semi-intensiva da agricultura regional e, por outro lado, a utilização do leite para a transformação em queijo, este Centro seguiu durante o ano 2002, um programa reprodutivo (cobrição/partos) e produtivo (leite/fabrico de queijo) organizado da seguinte forma:

#### **3.3.1. Plano reprodutivo**

Nas reprodutoras da espécie ovina, seguiu-se o esquema reprodutivo de 3 partos em cada 2 anos. As fêmeas reprodutoras encontram-se divididas em dois lotes distintos quanto às épocas de cobrição que se alternam até concluir um ciclo de três partos em dois anos. Com o grupo de 88 fêmeas reprodutoras da raça “Serra da Estrela” seguiu-se, durante um período anual um programa reprodutivo com uma época de cobrição na Primavera (cobrição principal) e outra época no Outono. A cobrição iniciou-se a 15 de Abril, permanecendo os machos em actividade até 15 de Junho. Com a cobrição iniciada a 1 de Agosto, deu-se a oportunidade de fecundar as malatas (n=42) adquiridas em Julho de 2002.

As reprodutoras da espécie caprina têm um ritmo de um parto por ano, com partições concentradas entre os meses de Janeiro e Março.

No sistema de manejo deste efectivo, os borregos são mantidos com as mães até aos 40 dias, altura em que são desmamados. Depois de desmamados, os borregos permanecem neste Centro até à idade entre os 3 e os 4,5 meses aproximadamente, ao fim dos quais são vendidos exceptuando os destinados à reprodução, utilizados para a renovação do efectivo. Contudo, a idade ao desmame sofreu algumas alterações no decorrer do ano 2002. Assim, para os borregos nascidos na época de Setembro / Outubro, manteve-se o desmame aos 40 dias de idade. No entanto, os borregos nascidos nas épocas de Janeiro / Fevereiro e de Maio / Junho permaneceram com as mães até atingirem os 56, 70 e 84 dias de idade. Tal facto deveu-se ao encerramento da unidade de fabrico de queijo com intuito de dar-se continuidade às reformas iniciadas em 2001, como exemplo pintura do interior de todos os compartimentos desta unidade e instalação dos equipamentos, nomeadamente, panela de aquecimento de leite e cuba de coalho. Salienta-se que este Centro pretende melhorar as condições de fabrico do queijo, respeitando os parâmetros exigidos por lei, quer a nível das infra-estruturas quer a nível hígio-sanitário.

Dos animais nascidos durante o ano 2002, foram seleccionados, nos meses de Janeiro, Maio e Setembro, um total de 38 fêmeas e 6 machos para reposição e aumento do efectivo com base na prolificidade e capacidade leiteira das mães e na capacidade de crescimento dos próprios borregos (os índices de crescimento encontram-se na tabela nº7, em anexo). Os restantes foram vendidos a produtores interessados da Região. Foram também, ao longo deste ano, introduzidas no grupo das reprodutoras deste Centro um total de 77 fêmeas primíparas, dos quais 42 de raça “Serra da Estrela”, para substituir as 53 fêmeas que foram eliminadas e vendidas para refugio.

### 3.3.2. Plano produtivo

Com as fêmeas reprodutoras de raça “Montanhesa Austríaca” divididas em dois lotes distintos, permite-nos alternar as épocas de cobrição e de parição e distribuir a produção de leite e o seu aproveitamento para o fabrico de queijo por todos os meses ao longo do ano. No entanto, a necessidade de efectuar algumas reformas na unidade de fabrico de queijo conduziu-nos ao seu encerramento. A transformação do leite reiniciou-se no mês de Agosto, com a produção de queijo fresco e de requeijão, ficando suspenso a produção de queijo curado devido a inexistência de câmara de maturação.

Disponibilidade de alimentos produzidos no Centro de Ovinicultura e adquiridos ao longo do ano

Os alimentos e o programa nutricional exercem influência na performance reprodutiva, na produção de leite e na taxa de crescimento o que requer uma especial atenção para que não ocorra sub ou superalimentação.

Como suporte à produção, estão implantadas numa área de cerca de 8 hectares, pastagens temporárias de festuca, panasco e de azevém em consociação com trevo branco. Atendendo a que a capacidade produtiva das nossas pastagens ocorre, ao longo do ano de forma irregular, foram efectuadas ainda durante o ano 2002, numa área de 3 hectares sementeiras de forragens anuais (milho e de aveia + ervilhaca).

Não possuindo área suficiente para a produção de forragens secas (conservadas), este Centro adquire anualmente parte destas forragens a dois fornecedores desta Região. Assim, adquiriu-se ao longo do ano 2002, um total de 21.2260 kg de feno.

Relativamente aos alimentos concentrados, as quantidades totais adquiridas foram de 61500 kg de alimentos concentrados com a designação de “O511” (para engorda intensiva de borregos), de 22000 kg de alimentos concentrados com a designação de “O520” (para as ovelhas leiteiras) e de 6000 kg de alimentos concentrados com designação de “ovirrumina”. Salienta-se ainda que as quantidades destes alimentos/animal, variaram de acordo com a fase de desenvolvimento, com o estado fisiológico e com o nível de produção.

Em relação ao aproveitamento de subprodutos, o Centro de Ovinicultura recebe, semanalmente e gratuitamente, da Bio-fábrica da Camacha, um subproduto – “dieta da mosca da fruta” o qual é utilizado na alimentação do efectivo.

Salienta-se que sem o auxílio das forragens anuais, das forragens conservadas, dos alimentos concentrados e do subproduto “dieta da mosca da fruta”, as áreas de pastagens seriam insuficientes para alimentar o nosso efectivo, quer qualitativamente quer quantitativamente.

### 3.3.3. Resultados obtidos

No aspecto reprodutivo (tabelas nº 1, 2, em anexo), verificamos que o núcleo de fêmeas presentes na cobrição (n=433), atingiram uma taxa de fertilidade de 82% e uma taxa de prolificidade de 121%.

Entre as reprodutoras da espécie ovina, ambos os parâmetros – fertilidade e prolificidade, foram superiores nas fêmeas de raça “Montanhesa Austríaca”, com 86% e 123%, respectivamente. As fêmeas de raça “Serra da Estrela” obtiveram apenas uma taxa de fertilidade de 68% e uma taxa de prolificidade de 109%.

As reprodutoras da espécie caprina, obtiveram uma taxa de fertilidade de 87% e uma taxa de prolificidade de 145%.

Relativamente à taxa de mortalidade, registou-se essencialmente em borregos entre os zero dias e os 5 dias de idade e em borregos entre os 5 dias de idade e o desmame, com 8% e 4%, respectivamente (tabelas nº 2, 3 e 4, em anexo). Salienta-se ainda que a maioria das mortes ocorreram durante a época de nascimento de Maio/Junho e em borregos com idades compreendidas

entre os zero e os 5 dias (n.º de mortes=14). Nos caprinos a taxa mortalidade perinatal e a taxa de mortalidade durante o crescimento foi de 10% e de 8%, respectivamente.

Em relação aos índices de crescimentos dos animais nascidos em 2002 (tabela nº6, em anexo), constatou-se que foram os animais da espécie ovina e os de raça “Montanhesa Austríaca” os que obtiveram melhores resultados nos três parâmetros analisados (“peso médio ao nascimento”, “peso médio aos 42 dias” e “peso médio aos 84 dias”). No parâmetro “ganho médio diário” atingido pelos animais deste Centro entre as várias fases (nascimento-42 dias de idade; 42 dias-84 dias de idade; nascimento-84 dias de idade), verificou-se também a superioridade das crias de raças “Montanhesa Austríaca”.

Ao longo do ano 2002 efectuaram-se algumas vendas de animais (tabela nº8, em anexo). Assim, saíram deste Centro um total de 154 fêmeas para recria, 53 fêmeas para refugio, 169 machos para recria e 11 machos para refugio. Foram nos meses de Março e de Setembro (com valor total de 60 animais/ mês) que se verificou um maior volume de vendas de animais. Com valores inferiores, mas também significativos, nos meses Fevereiro, Maio, Junho, Julho e Outubro registou-se vendas de 52, 31, 44, 55 e 36 animais, respectivamente. Estes animais foram vendidos essencialmente para os concelhos de Santana (n=139), Funchal (n=98) e Machico (n=39).

#### **3.3.4. Outras actividades desenvolvidas no Centro de Ovinicultura em 2002**

- Participação do Centro de Ovinicultura, na 47ª Feira Agro-pecuária do Porto Moniz, com exposição de ovinos.
- Habilitação do Centro de Ovinicultura ao prémio anual “INGA” para produtores de carne de ovinos e caprinos.
- Candidatura a Reserva Nacional
- Limpeza das plantas indesejáveis existentes nas áreas de pastagens.
- Realização das tosquiadas.
- Elaboração do anteprojecto da nova unidade de fabrico de queijo.
- Pintura de todos os compartimentos da unidade de fabrico de queijo existente.
- Instalação de alguns equipamentos, em inox, necessários para o fabrico de queijo.
- Elaboração do projecto para a instalação do sistema de rega nas áreas de pastagens.
- Elaboração do projecto para uma nova instalação de água de consumo.

#### **3.3.5. Projectos para o futuro**

- Elaboração do projecto da nova unidade de fabrico de queijo.
- Construção da unidade de queijo.
- Sistema de rega.
- Aquisição de reprodutores de raça pura.
- Aquisição de uma viatura de carga.
- Aquisição de um tractor.
- Construção de um armazém e de uma enfermaria.

### **3.4. Identificação, Registo e Circulação de Bovinos Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos**

#### **Actividades Relevantes**

No mês de Janeiro, os responsáveis pelo SNIRB - Direcção Geral de Veterinária realizam uma reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Início da utilização de novos módulos em 2002;
  - Controlos de campo e registo de relatório pelas brigadas SNIRB;
  - Procedimentos para o registo e controlo de sequestros de explorações;
  - Gestão de brincos e pagamento de marcas auriculares;
  - Correções de informação.
- b) Restrições no processo de registo de nascimentos; recenseamento especial.
- c) Identificação animal, emissão de passaportes e 2ª vias; marcas auriculares de substituição;
- d) Desenvolvimento da declaração de nascimento; do número de registo de exploração; novos procedimentos, etc.
- e) Preparação de missão comunitária sobre aplicação do Reg.1560/2000.

Foi elaborada a informação n.º 35 “Verificação e Registo de Abates pelos Matadouros” de 2002/01/29, com o objectivo de esclarecer e definir o procedimento na entrada no matadouro dos bovinos e respectiva documentação. Consequentemente, foram introduzidos novos carimbos de “Confirmado no SNIRB”.

Em Fevereiro toda documentação que serve de base ao sistema SNIRB, no Concelho do Porto Santo, foi inserida no Posto de Atendimento/Posto de Informática da Direcção Regional de Pecuária – Funchal – por motivo de doença do operador do PA/PI do Porto Santo.

Em Março foram adquiridos 4 PC's, destinados aos 4 PA/PI's do SNIRB (2 para a Direcção Regional de Pecuária – Funchal, 1 para o Centro de Ovinicultura de Santana e o restante para a Estação Zootécnica da Madeira – Porto Moniz).

A Direcção Regional de Pecuária, em parceria com a Direcção Regional de Comercio e Industria e a Alfândega do Funchal, desde o mês de Abril verifica a permanência dos bovinos candidatos à ajuda ao Abastecimento de Bovinos de Engorda, na RAM.

Desde Novembro, o PA/PI de Santana está inoperacional devido a problemas técnicos de informática. Toda a documentação deste posto está a ser inserida no PA/PI do Funchal – Direcção Regional de Pecuária.

Por outro lado, a partir da segunda quinzena de Novembro, os serviços beneficiam da colaboração da Junta de Freguesia do Seixal com a cedência de um recinto, situado nas instalações desta, para apoio da identificação, registo e circulação de bovinos daquela zona.

Aspectos que Caracterizam o Efectivo de Bovinos na Região Autónoma da Madeira

#### **Número de Explorações**

Verifica-se que o número máximo de explorações, acontece no Concelho de Calheta (744 exp.) e o número mínimo no Concelho do Porto Santo (23 exp.), (ver Gráfico I referente às explorações, em anexo). Em média, existem aproximadamente 321 explorações por concelho.

### **Número do Bovinos**

O número máximo do efectivo de bovinos verifica-se no Concelho de Santa Cruz (1.380 animais). Em Porto Santo acontece o menor número de bovinos (111 animais), (ver Gráfico II referente ao número de bovinos, em anexo). Em média, existem aproximadamente 469 bovinos por concelho.

### **Número de Bovinos/Explorações**

Ao relacionar o número de bovinos com o número de explorações por cada concelho, conclui-se que a média de bovinos por exploração mais elevada acontece no Concelho de Porto Santo (4,28). A média de bovinos por exploração mais baixa sucede no Concelho de Machico (0,7).

### **Número de Nascimento**

O número de nascimentos mais elevado, verificou-se no Concelho de Santa Cruz (435 nasc.), (ver Gráfico III, em anexo). No Concelho do Porto Moniz aconteceu o número mais baixo de nascimentos (35 nasc.). No total, aconteceram 1.536 nascimentos na RAM.

Deste modo, o número de nascimentos por exploração mais elevado verifica-se no Concelho de Funchal (2,7 nasc./exp.). Por outro lado, na Santa Cruz tem-se o número de nascimentos por exploração mais baixo (0,1 nasc./exp.).

### **Transferências de Bovinos**

Número de Transferências em Vida – Entradas – por Concelho

No Concelho de Santa Cruz aconteceram o número mais elevado de transferências (5.025 transf.) (ver Mapa I em anexo). O menor número aconteceu no concelho da Ribeira Brava (135 transf.). Foram executadas 947 transferências por concelho em média.

**Nota 1:** Dos 7525 bovinos que entraram na Região, provenientes do Região Autónoma dos Açores, registaram se 35 datas de nascimento incorrectas, 1 passaporte sem registo de sexo, 5 passaportes com o registo do sexo do animal não coincidente com o registo do SNIRB, 2 passaportes com o Check digit não coincidente com o registo do SNIRB, 2 passaportes rasurados no registo do sexo do bovino, 1 passaporte sem assinatura da entidade competente.

**Nota 2:** Dos 152 bovinos que entrados na RAM. Dos 7525 bovinos provenientes da Região Autónoma dos Açores, 6555 foram abatidos.

### **Número de Transferências em Vida – Saídas – por Concelho**

O maior número de transferências deste tipo aconteceu no Concelho de Santa Cruz (1719 transf.) (ver Mapa II em anexo). O menor número de transferências aconteceu no Concelho do Porto Santo (29 transf.). Realizaram-se 294 transferências por concelho em média.

### **Número de Transferências para Abate por Concelho**

O maior número de transferências para abate efectuaram-se no Concelho de Santa Cruz (3404 transf.), (ver Gráfico IV em anexo). No Concelho da Ribeira Brava efectuaram-se apenas 70 transferências para abate sendo este o concelho onde aconteceu o número mais baixo de transferências deste tipo. Em média, realizaram-se 647 transferências para abate por concelho.

### **Número de Abate por Concelho**

O maior número de abates efectuaram-se no Concelho de Santa Cruz (3621transf.), (ver Gráfico V em anexo). No Concelho da Ribeira Brava efectuaram-se apenas 72 abates sendo este o

concelho onde aconteceu o número mais baixo de abates. Em média, realizaram-se 714 abates por concelho.

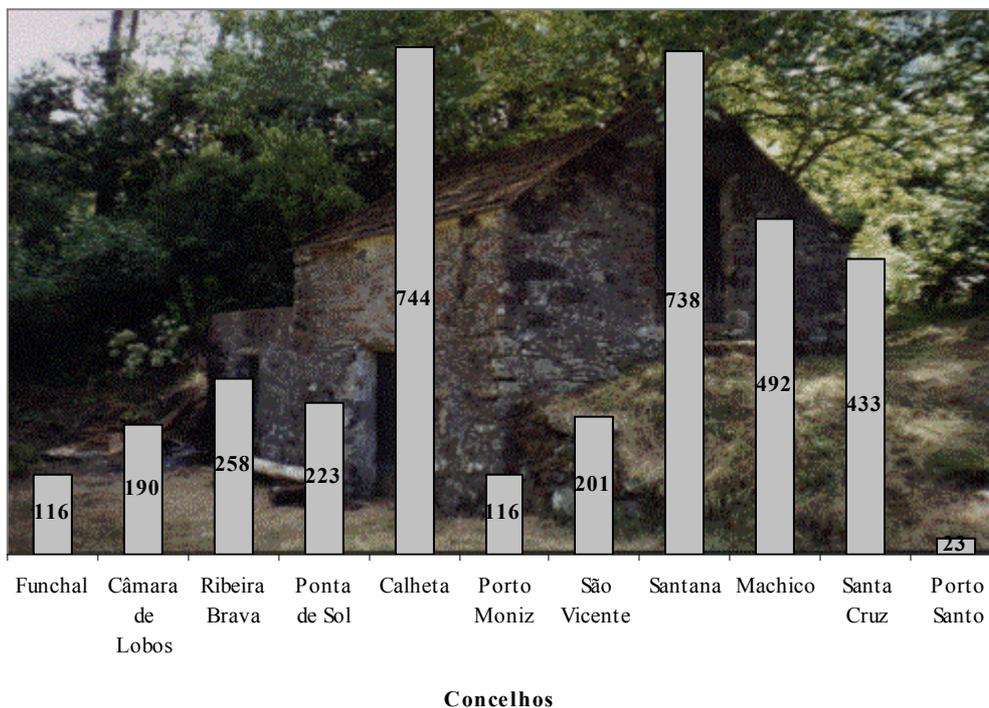
#### **Ajuda ao Abastecimento de Bovinos de Engorda**

Candidataram-se 1000 bovinos à ajuda comunitária Abastecimento de Bovinos de Engorda (POSEIMA), 22 não respeitaram o período necessário de engorda, 8 morreram durante a engorda e 6 foram abatidos por motivos de doença.

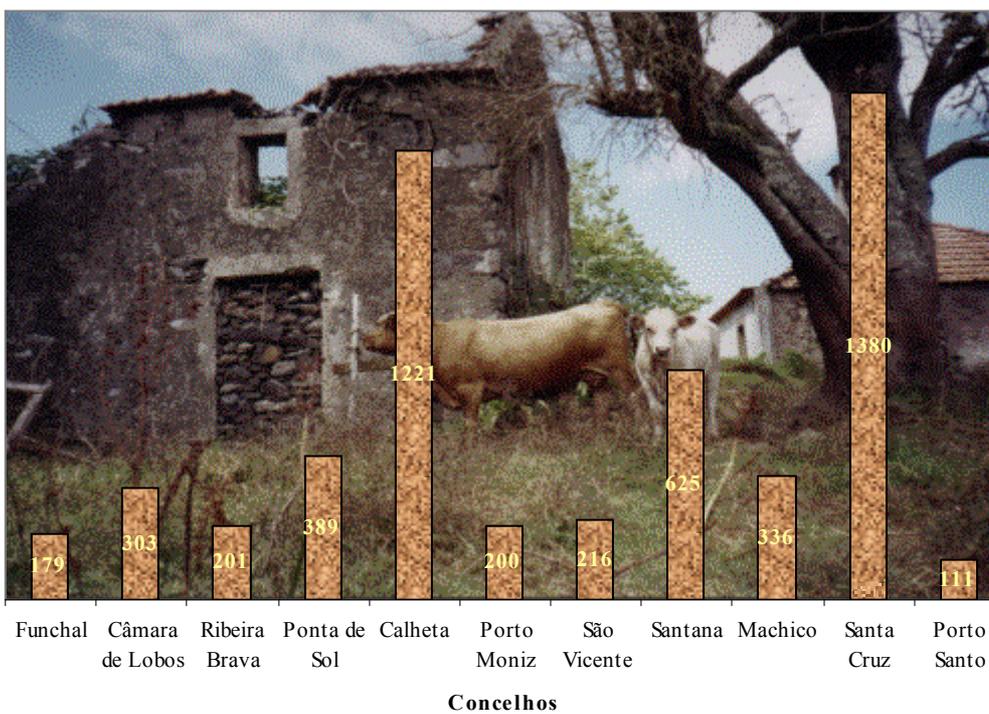
#### **Postos de Atendimento e Postos Informáticos (PA/PI) do SNIRB**

Os registos efectuados por cada PA/PI da RAM, podem ser consultados nas Tabelas I, II e III em anexo.

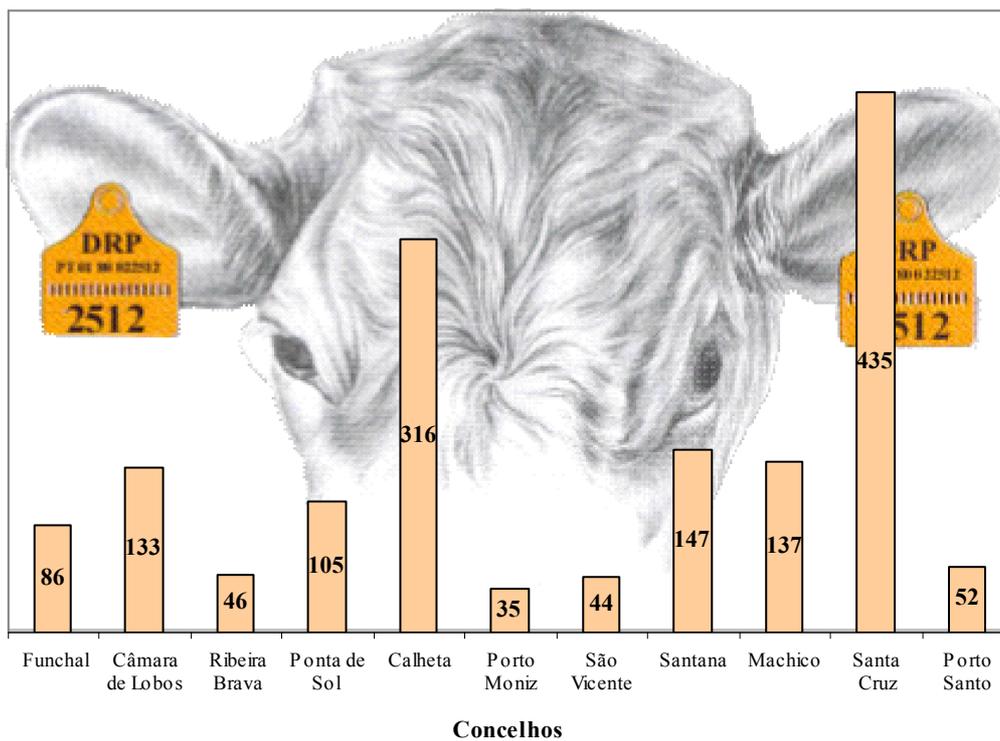
**Número de Explorações por Concelho**  
Gráfico I



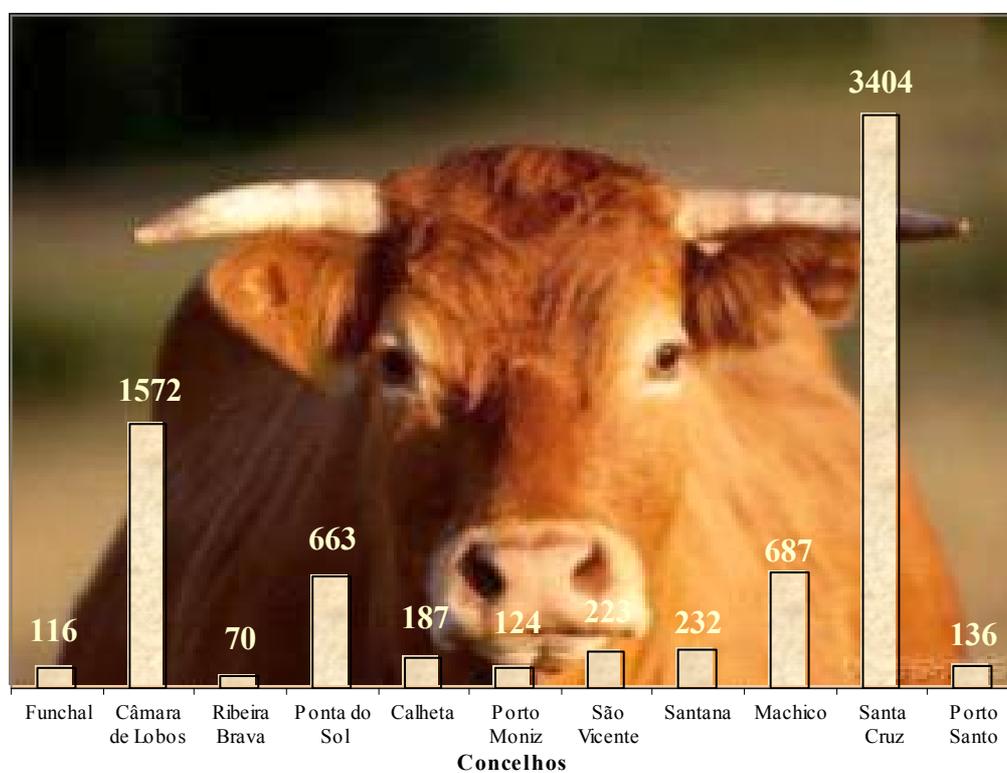
**Número de Bovinos por Concelho**  
Gráfico II



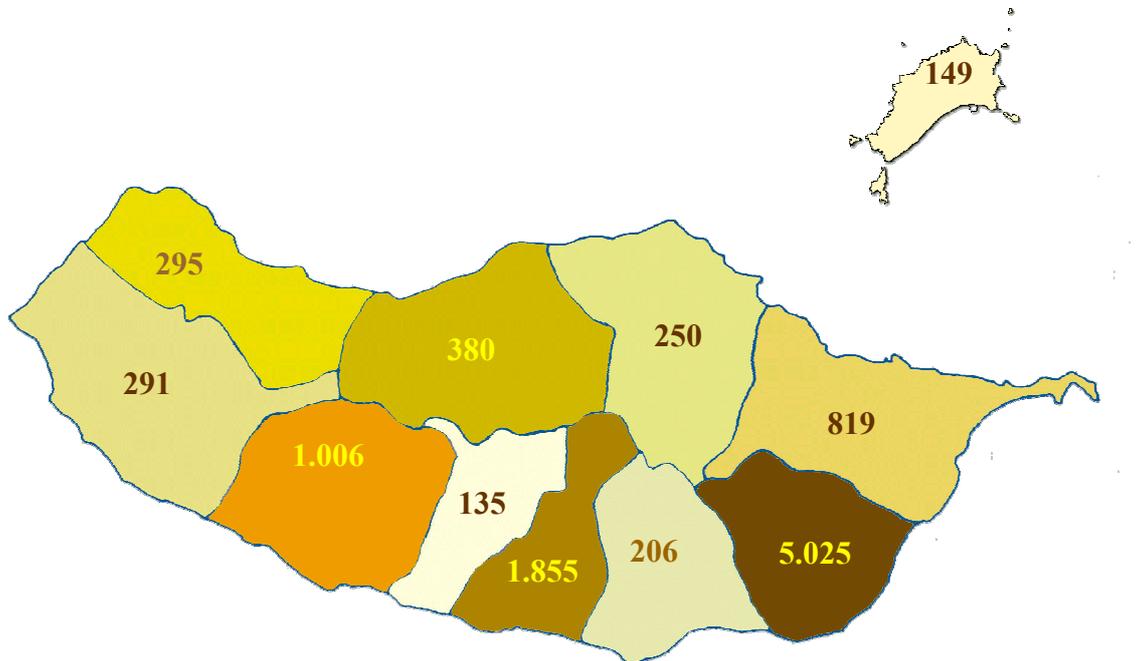
Número de Nascimentos de Bovinos por Concelho  
Gráfico III



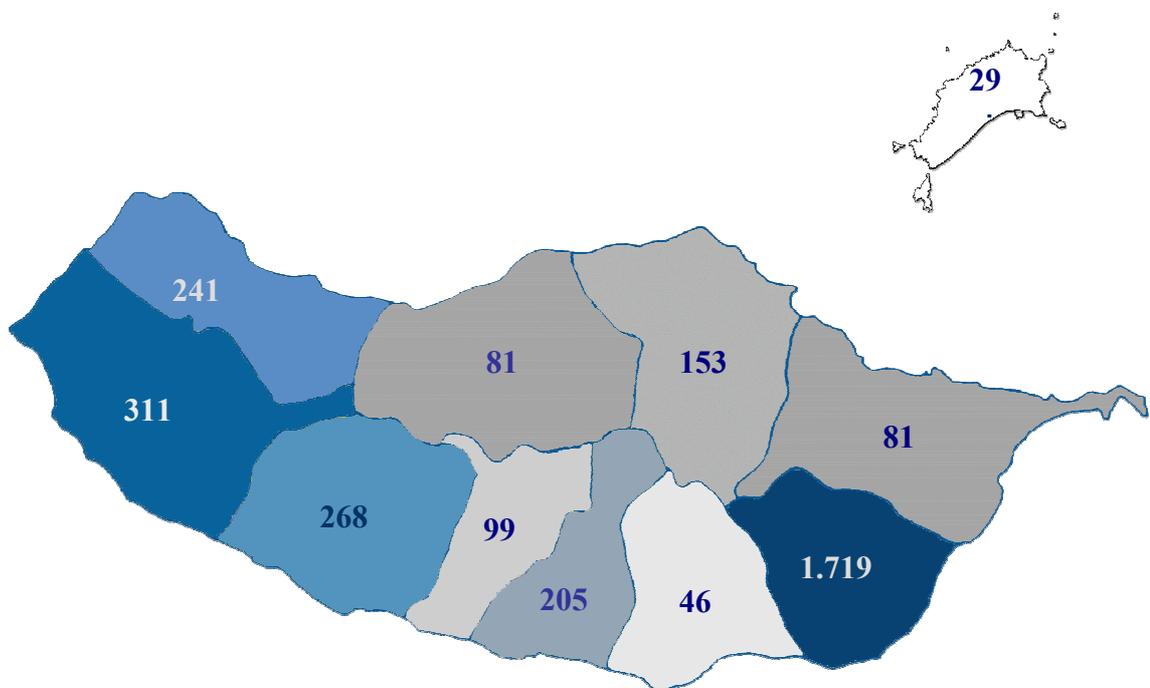
Número de Transferências para Abate- saídas- por Concelho  
Gráfico IV



**Número de Transferências em Vida – Entradas - por Concelho**  
**Mapa I**



**Número de Transferências em Vida - saídas - por Concelho**  
**Mapa II**



## Número de Animais Abatidos por Concelho Gráfico V



Concelhos

**TABELA I**

<b>Direcção Regional de Pecuária - D90300</b>		
	<b>Impressos</b>	<b>Animais</b>
Recenseamento	29	33
Recenseamento Especial	0	0
Nascimentos	516	616
Entrada de Animais da EU	9	152
Transferencias em Vida	4.007	14.138
Transferencias para Abate	2.611	8.010
Quedas de Brinco	41	50
Desaparecimento	9	10
Morte Natural	281	341
Abates na Exploração	325	363
<b>Total</b>	<b>7.828</b>	<b>23.713</b>

**TABELA II**

<b>Centro de Ovinicultura da Madeira - D90600</b>		
	<b>Impressos</b>	<b>Animais</b>
Recenseamento	0	0
Recenseamento Especial	0	0
Nascimentos	85	89
Entrada de Animais da EU	0	0
Transferencias em Vida	296	327
Transferencias para Abate	150	153
Quedas de Brinco	5	5
Desaparecimento	0	0
Morte Natural	16	17
Abates na Exploração	27	27
<b>Total</b>	<b>579</b>	<b>618</b>

**TABELA III**

<b>Estação Zootécnica da Madeira - D90400</b>		
	<b>Impressos</b>	<b>Animais</b>
Recenseamento	2	2
Recenseamento Especial	0	0
Nascimentos	419	514
Entrada de Animais da EU	0	0
Transferencias em Vida	956	1.095
Transferencias para Abate	335	347
Quedas de Brinco	5	5
Desaparecimento	0	0
Morte Natural	7	7
Abates na Exploração	8	8
<b>Total</b>	<b>1.732</b>	<b>1.978</b>

## **4. DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DO LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA**

### **4.1. Introdução**

O Laboratório Regional de Veterinária tem dado, de uma forma continuada um contributo positivo no apoio laboratorial no âmbito das áreas de actuação da Direcção Regional, a sanidade animal e a higiene pública veterinária. A unidade laboratorial da BSE é um exemplo desse contributo, tendo permitido testar para esta doença, os bovinos destinados ao consumo e com mais de 30 meses, bem como os pequenos ruminantes com mais de 18 meses. Para além destes foram igualmente testados todos os animais abrangidos pelo Plano de Epidemiovigilância da referida doença.

No ano 2000 foi tomada a decisão estratégica de adopção de um sistema da qualidade para o laboratório. Neste sentido foi dada formação específica à técnica responsável por esta área tendo-lhe sido proporcionado a frequência de um Curso de Formação com a duração de 300 horas em Engenharia da Qualidade organizado pela Associação Portuguesa para a Qualidade. Desde então, todo o nosso esforço esteve centrado na implementação do Sistema da qualidade. Neste sentido procedeu-se: à organização e registo de todos os procedimentos técnicos e administrativos; à alteração do esquema de arquivamento dos processos dos fornecedores permitindo uma maior eficácia na gestão dos stocks. Demos igualmente continuidade aos ensaios inter-laboratoriais, alargando-os para outras áreas nomeadamente a BSE, tendo-se obtido bons resultados.

Quanto à formação do pessoal técnico e auxiliar, requisito fundamental do Sistema da qualidade salienta-se a realização de três cursos: repetição do Curso de Gestão de Resíduos Laboratoriais pelo facto de se ter verificado grande número de inscrições por parte dos vários laboratórios da RAM; Curso de Higiene e Segurança em Laboratórios e Curso de Estatística Aplicada a Laboratórios.

Também no âmbito do Sistema de Gestão da segurança, efectuou-se uma auditoria externa de segurança com vista à implementação de medidas correctivas e preventivas no combate contra incêndios; solicitaram-se propostas para aquisição de um serviço de assistência médica e de higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação em vigor.

No ano transacto salienta-se a aprovação da Tabela de Preços da Direcção Regional de Pecuária pela Portaria n.º 58/2002 permitindo a cobrança de todas as análises efectuadas no laboratório.

Dada a necessidade de uma formação contínua do pessoal do LRV será proposta ao Director Regional, a realização no próximo ano de um curso de Desinfecção e Esterilização em Laboratórios de Microbiologia, bem como a frequência de outros cursos de interesse para o laboratório, organizados por entidades externas à Direcção Regional de Pecuária.

### **4.2. Divisão de Patologia**

Durante o ano de 2002, esta Divisão deu continuidade às suas actividades de apoio laboratorial na área da Sanidade animal nomeadamente no diagnóstico das patologias que afectam pequenos e grandes animais. Segue-se, por departamento uma descrição sumária das actividades desenvolvidas.

### Departamento de Microbiologia Clínica

Tipo de análise	N.º de análises
Pesquisa de agentes bacterianos	607
Identificação de microrganismos	384
Testes de Sensibilidade aos Antibióticos	199
Pesquisa e identificação de dermatófitos	254
Antifungigramas	53
Pesquisa de Mycoplasma	4
Visitas a Centros de Abate	3
Visitas a aviários	8

### Departamento de Parasitologia

Tipo de análise	N.º de análises
Pesquisa de ectoparasitas	138
Pesquisa de helmintas intestinais	814
Pesquisa de "Cysticercus sp."	50
Pesquisa de microfilárias	642

### Departamento de Hematologia e Bioquímica

Tipo de análise	N.º de análises
Hemogramas	348
Urinas tipo II	31

### Departamento de Serologia

Tipo de análise	Espécie Animal	N.º de análises
Rosa Bengala	Ruminantes	697
Rosa Bengala	Pequenos Ruminantes	1.662
Mycoplasma gallisepticum	Aves	93
Mycoplasma synoviae	Aves	108
Salmonella pullorum	Aves	400

### Departamento de Anatomohistopatologia

Tipo de análise	N.º de análise
Anátomo patológicas (Aves, pequenos e grandes animais)	179
Histopatológicas (Aves, pequenos e grandes animais)	257

### Unidade Laboratorial da BSE

Tipo de animais	N.º Total
Bovinos para consumo e com mais de 30 meses	572
Pequenos Ruminantes para consumo com mais de 18 meses	56
Pequenos Ruminantes com mais de 12 meses e mortos na exploração	2
Bovinos mortos na exploração com mais de 24 meses	47

### 4.3. Divisão de Bromatologia

Durante o ano de 2001, esta Divisão prosseguiu sem alterações significativas a actividade que vem desenvolvendo, quer no que respeita ao Departamento de Microbiologia Alimentar, quer ao Departamento de Química que tem continuado a vocacionar o seu trabalho para a área da Lactologia.

#### 4.3.1. Departamento de Microbiologia Alimentar

No Departamento de Microbiologia Alimentar, durante o ano de 2002, foram analisadas 406 amostras a que corresponderam 1.686 determinações, em cujos procedimentos são utilizados métodos normalizados estabelecidos por Normas Portuguesas (NP) ou Normas Internacionais (ISO).

A comparação da actividade com os anos anteriores e a síntese dos resultados encontram-se nos quadros abaixo.

ENSAIOS	AMOSTRAS		
	Número	Positivas	Negativas
Contagem de microrganismos a 30°C	286		
Contagem de microrganismos a 4°C	4		
Contagem <i>Enterobacteriaceae</i> sp	155		
Contagem de <i>E. coli</i>	248		
Contagem de <i>Staphylococcus aureus</i>	258		
Contagem de <i>Bacillus cereus</i>	36		
Contagem de esporos de <i>Clostridium</i> sp	52		
Contagem de Bolores e leveduras	77		
Contagem de <i>Listeria monocytogenes</i>	10		
Contagem de <i>Pseudomonas</i> sp	6		
Contagem de <i>Streptococcus</i> sp	/		
Contagem de Anaeróbios	/		
Contagem de <i>Lactobacillus</i> sp	1		
Contagem de <i>Clostridium perfringens</i>	9		
Contagem de Coliformes	42		
Pesquisa de <i>Salmonella</i> sp	315	7	308
Pesquisa de <i>Listeria monocytogenes</i>	89	7	82
Pesquisa de <i>Campylobacter</i> sp	10	0	10
Pesquisa de <i>E. coli</i> O 157	12	2	10
Pesquisa de <i>Staphylococcus aureus</i>	15	2	13
Pesquisa de <i>Vibrio parahaemolyticus</i>	14	0	14
Pesquisa de <i>Photobacterium phosphoreum</i>	5	1	4
Pesquisa de <i>E. coli</i>	15	0	15
Pesquisa de <i>Bacillus</i> sp	1	1	0
Pesquisa de Coliformes	15	5	10
Pesquisa de toxina estafilocócica	4	1	3

		Amostras	Determinações
Anos	2000	284	1 602
	2001	286	1 456
	2002	406 (+ 42%)	1 686 (+ 16%)

Complementarmente, tendo por base as NP (normas nacionais) e as ISO (normas internacionais) têm sido elaboradas, de forma sistemática, os Procedimentos, documentos escritos que consubstanciam a prática laboratorial dos ensaios de microbiologia alimentar.

No que respeita aos Ensaio interlaboratoriais, deu-se continuidade até Setembro de 2002 ao Programa “Standard Scheme” da PHLS no qual, apesar de os resultados obtidos estarem folgadoamente dentro da média do conjunto dos ensaios de todos os laboratórios, foi possível detectar insuficiências internas ao nível da pesquisa de *Campylobacter* e *Clostridium perfringens*. Insuficiências que foram analisadas e compreendidas, estando já praticamente ultrapassadas.

Presentemente o Departamento continua a desenvolver Ensaio Interlaboratoriais, encontrando-se inscrito num outro Programa do PHLS – o “Extended Scheme”, tendo já analisado quatro amostras correspondentes a duas distribuições.

Numa primeira análise a este Programa, entendo que não deve ser repetido, porquanto tem uma filosofia que não se adequa à nossa prática laboratorial que, mais que definir o plano de análises para uma determinada amostra face à história clínica apresentada, está vocacionada para proceder às pesquisas solicitadas pelos técnicos responsáveis pelo controlo alimentar. Razão pela qual o programa anterior é o mais adequado.

#### **4.3.2. Departamento de Química**

O trabalho deste Departamento foi, por razões de certo modo externas ao LRV – começo da aplicação da tabela de preços das análises realizadas, substancialmente menor.

Foram analisadas 2 318 amostras de leites crus de bovino, a que corresponderam 3 293 determinações efectuadas: 2318 no Milko-Scan e 975 no Crioscópio.

Foram, também, analisadas duas amostras de leites crus de caprino, a que corresponde o mesmo número de ensaios efectuados no Milko-Scan e no Crioscópio.

Assim, relativamente ao ano anterior houve neste Departamento um decréscimo da ordem dos 55% relativamente ao número de amostras de leite - 4.184 (2001) para 2.320 (2002), e de 59% relativamente ao número de ensaios realizados – 5.557 (2001) contra 3.297 (2002).

#### **4.3.3. Divisão de Gestão e Qualidade**

No âmbito da aquisição de produtos e serviços para o Laboratório foram elaborados processos por fornecedor e recolhidos dados, nomeadamente em termos de qualidade de serviço prestado pelos fornecedores, para no corrente ano procedermos à selecção e avaliação dos mesmos; outros dados também foram registados (listagens e quantidades de produtos consumidos) no sentido de organizarmos as aquisições de forma mensal, trimestral, semestral ou anual consoante as capacidades de armazenamento e a validade dos produtos.

Em relação ao sistema de Qualidade foi-nos possível continuar a avaliar externamente o desempenho do Laboratório, em várias áreas. Internamente continuou-se a registar e analisar os factores possíveis de alterar a qualidade dos resultados como por exemplo: a temperatura das estufas, dos frigoríficos, controle microbiológico dos equipamentos e do ambiente (salas de microbiologia alimentar e clínica). É também prática corrente, em várias áreas, o uso de controlos positivos e negativos para avaliar a performance dos meios de cultura, soros e outros produtos utilizados; uso de brancos, duplicados, provas de esterilidade etc.

Ainda neste âmbito é nossa intenção prosseguir com a calibração / validação de materiais e equipamentos.

A rotinização dos registos continua a ser uma preocupação de forma a permitir a rastreabilidade de todo o procedimento analítico.

No departamento de preparação dos meios de cultura e reagentes, dos quais se apresenta os volumes totais preparados no quadro abaixo, também é preparado todo o material - a descontaminação, lavagem, empacotamento e esterilização – actividades estas que não são contabilizadas, mas são de primordial importância na qualidade dos resultados e nesse sentido tem havido cada vez maior empenho no trabalho desenvolvido.

#### **Volumes Totais dos Meios e Reagentes Preparados**

<b>Meios e Reagentes</b>	<b>Volume Total (L)</b>
Solutos / Reagentes	231,7
Meios líquidos	183,65
Meios sólidos	296,55
Água dest. esterilizada	6
<b>Total</b>	<b>717.9</b>

Neste departamento e na sequência das acções de formação na área da gestão de resíduos, foi feito um levantamento exaustivo de todos os produtos químicos existentes no Laboratório. Alguns foram eliminados, outros foram listados, recodificados e devidamente identificados com as respectivas fichas de segurança. Ainda nesta sequência foi pedido à Direcção Regional de Ambiente uma visita à Estação de tratamento de resíduos sólidos da Meia Serra.

# ÍNDICE

<b>1. Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão .....</b>	<b>138</b>
1.1. .... Cursos, Seminário, Congressos, Reuniões e Encontros	138
1.2. Relatório do projecto “Controlo das Carraças na Ilha do Porto Santo” .....	142
<b>2. Direcção de Serviços de Protecção Veterinária .....</b>	<b>146</b>
2.1. Estatística das inspecções efectuadas nos Matadouros da RAM.....	146
<b>3. Direcção de Serviços de Melhoramento Animal.....</b>	<b>161</b>
3.1. Resultados técnicos do Centro de Ovinicultura da Madeira.....	161
3.2. Identificação, Registo e Circulação de Bovinos Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos .....	165

# 1. DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

## 1.1. Cursos, Seminário, Congressos, Reuniões e Encontros

### Parte A - Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros comuns a toda a DRPecuária

Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros	Local	Categoria do funcionário	N.º de funcionários
38ª, 40ª, 42ª, 44ª, 45ª, 46ª e 47ª Reunião do Grupo de Acompanhamento Permanente para Aplicação das Medidas Relativas ao Combate à BSE	Lisboa	Director regional	1
41ª Reunião do Grupo de Acompanhamento Permanente para Aplicação das Medidas Relativas ao Combate à BSE	Lisboa	Director de serviços	1
XLI Reunião Luso Espanhola de Higiene, Sanidade e Produção Animal	Lisboa	Director regional	1
Feira Internacional agro-pecuária de Estremoz	Lisboa	Director regional	1
I Congresso dos Médicos Veterinários da Macaronesia	Funchal	Director regional	1
		Director de serviços	4
		Chefe de divisão	4
		Assessor principal	1
		Assessor	1
		Téc. sup. principal	2
		Téc. sup. de 1ª cl	4
		Téc. sup. de 2ª cl	3
		Estagiário	5
Técnico principal	2		
Técnico de 1ª cl	1		
Quadro Comunitário de Apoio III - 2000/2006	Funchal	Téc. superior principal	1
Administração Pública e o seu Regime Jurídico	Funchal	Téc. superior de 2ª cl	1
O Concurso de Pessoal na Administração Pública	Funchal	Chefe de secção	1
Windows Avançado	Funchal	Assist. adm. especialista	1
Abonos e Regalias Sociais	Funchal	Assist. adm. principal	1
Reunião sobre SNIRB - Validações de "Form" de nascimentos na DGV	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião no âmbito do SNIRB	Lisboa	Director de Serviços	1
		Técnico de 2ª. classe	1
Curso Teórico-Prático de Ecografia e Ecocardiografia	Lisboa	Director de Serviços	1
		Téc. superior de 1ª cl	1
Curso intensivo "Antibióticos - Resistência Bacteriana"	Funchal	Director de Serviço	1
Curso de Formação sobre Pecuária Biológica"	Porto	Téc. superior de 1ª cl	1
		Técnico principal	1
Reunião sobre "Integração de Protecção Animal"	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião sobre "Comissão Permanente no âmbito da Gestão do Sistema da Protecção Animal"	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião no âmbito dos Postos de Inspeção Fronteiriços - PIF	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião Aeroportuária FAL/SEC	Porto Santo	Director de Serviços	1
Reunião sobre o Dec-Lei 208/99, de 11/6 que estabelece taxas de inspeção sanitária e de controlos veterinários	Lisboa	Director de Serviços	1
Acção de Formação "Alteração SNIRB; Módulo de Abate de Bovinos"	Lisboa	Chefe de divisão	1
Reunião sobre metodologias a adoptar nos vários controlos veterinários em matéria de bem estar animal	Lisboa	Chefe de divisão	1
Acção de Formação relativa ao funcionamento e procedimentos dos Postos de Inspeção Fronteiriços - PIF	Lisboa	Chefe de divisão	1
Curso sobre sistema HACCP	Lisboa	Chefe de divisão	1
Reunião sobre "Controlo Técnico e Estatístico, da Classificação de Carcaças de Bovinos"	Lisboa	Chefe de divisão	1
II Seminário Internacional de Segurança Alimentar	Porto	Chefe de divisão	1
O atendimento de Público - A Qualidade e Imagem da Organização	Funchal	Assist. adm. especialista	1
Segurança e Saúde em Laboratórios	Funchal	Director de Serviços	1
		Técnico de 1ª cl	2
		Téc. prof. especialista	1
		Téc. prof. principal	6
		Estagiário	1
		Auxiliar de limpeza	1

Gestão de Resíduos Laboratoriais	Funchal	Técnico de 1ª cl	1
		Téc. prof. esp. Principal	1
		Téc. prof. principal	1
		Auxiliar de limpeza	1
Estatística aplicada a Laboratórios de Análise	Funchal	Chefe de divisão	2
1ª Reunião Nacional do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade na Área da Microbiologia dos Alimentos	Lisboa	Chefe de divisão	1
Estágio do Departamento de Patologia do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária	Lisboa	Téc. prof. esp. principal	1
<b>Total</b>			<b>77</b>

## Parte B - Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros específicos por Direcção de Serviços

### 1. Gabinete do Director Regional

Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros	Local	Categoria do funcionário	N.º de funcionários
38ª, 40ª, 42ª, 44ª, 45ª, 46ª e 47ª Reunião do Grupo de Acompanhamento Permanente para Aplicação das Medidas Relativas ao Combate à BSE	Lisboa	Director Regional	1
XLI Reunião Luso Espanhola de Higiene, Sanidade e Produção Animal	Lisboa	Director Regional	1
Feira Internacional agro-pecuária de Estremoz	Lisboa	Director Regional	1
I Congresso dos Veterinários da Macaronesia	Funchal	Director Regional	1
		Assessor Principal	1
<b>Total</b>			<b>5</b>

### 2. Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão

Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros	Local	Categoria do funcionário	N.º de funcionários
I Congresso dos Veterinários da Macaronesia	Funchal	Director de Serviços	1
		Téc. superior principal	1
Quadro Comunitário de Apoio III – 2000/2006	Funchal	Téc. superior principal	1
Administração Pública e o seu Regime Jurídico	Funchal	Téc. superior de 2ª cl.	1
O Concurso de Pessoal na Administração Pública	Funchal	Chefe de secção	1
Windows Avançado	Funchal	Assist. adm. especialista	1
Abonos e Regalias Sociais	Funchal	Assist. adm. principal	1
<b>Total</b>			<b>7</b>

### 3. Direcção de Serviços de Melhoramento Animal

Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros	Local	Categoria do funcionário	N.º de funcionários
Reunião sobre SNIRB - Validações de "Form" de nascimentos na DGV	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião no âmbito do SNIRB	Lisboa	Director de Serviços	1
		Técnico de 2ª. classe	1
Curso Teórico-Prático de Ecografia e Ecocardiografia	Lisboa	Director de Serviços	1
		Téc. superior de 1ª cl	1
I Congresso dos Veterinários da Macaronesia	Funchal	Director de Serviços	1
		Chefe de divisão	1
		Téc. superior de 1ª cl	1
		Téc. superior de 2ª cl	1
		Técnico principal	2
		Técnico de 1ª cl	1
Curso intensivo "Antibióticos – Resistência Bacteriana"	Funchal	Director de Serviços	1
		Téc. superior de 1ª cl	1
Curso de Formação sobre Pecuária Biológica"	Porto	Técnico principal	1
<b>Total</b>			<b>16</b>

#### 4. Direcção de Serviços de Protecção Veterinária

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do funcionário</b>	<b>N.º de funcionários</b>
Reunião sobre “Integração de Protecção Animal”	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião sobre “Comissão Permanente no âmbito da Gestão do Sistema da Protecção Animal”	Lisboa	Director de Serviços	1
41ª Reunião do Grupo de Acompanhamento Permanente para Aplicação das Medidas Relativas ao Combate à BSE	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião no âmbito dos Postos de Inspeção Fronteiriços – PIF	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião Aeroportuária FAL/SEC	Porto Santo	Director de Serviços	1
Reunião sobre o Dec-Lei 208/99, de 11/6 que estabelece taxas de inspeção sanitária e de controlos veterinários	Lisboa	Director de Serviços	1
I Congresso dos Veterinários da Macaronesia	Funchal	Director de Serviços	1
		Chefe de divisão	2
		Assessor	1
		Téc. superior principal	1
		Téc. superior de 1ª cl	3
		Téc. superior de 2ª cl	2
		Estagiário	3
Acção de Formação “Alteração SNIRB; Módulo de Abate de Bovinos”	Lisboa	Chefe de divisão	1
Reunião sobre metodologias a adoptar nos vários controlos veterinários em matéria de bem-estar animal	Lisboa	Chefe de divisão	1
Acção de Formação relativa ao funcionamento e procedimentos dos Postos de Inspeção Fronteiriços - PIF	Lisboa	Chefe de divisão	1
Curso sobre sistema HACCP	Lisboa	Chefe de divisão	1
Reunião sobre “Controlo Técnico e Estatístico, da Classificação de Carcaças de Bovinos”	Lisboa	Chefe de divisão	1
II Seminário Internacional de Segurança Alimentar	Porto	Chefe de divisão	1
O atendimento de Público – A Qualidade e Imagem da Organização	Funchal	Assist. adm. especialista	1
<b>Total</b>			<b>26</b>

#### 5. Direcção de Serviços do Laboratório Regional de Veterinária

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do funcionário</b>	<b>N.º de funcionários</b>
Segurança e Saúde em Laboratórios	Funchal	Director de Serviços	1
		Técnico de 1ª cl	2
		Téc. prof. especialista	1
		Téc. prof. principal	6
		Estagiário	1
		Auxiliar de limpeza	1
Gestão de Resíduos Laboratoriais	Funchal	Técnico de 1ª cl	1
		Téc. prof. esp. Principal	1
		Téc. prof. principal	1
		Auxiliar de limpeza	1
Estatística aplicada a Laboratórios de Análise	Funchal	Chefe de divisão	2
I Congresso dos Veterinários da Macaronesia	Funchal	Director de serviços	1
		Chefe de divisão	1
		Estagiário	1
1ª Reunião Nacional do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade na Área da Microbiologia dos Alimentos	<i>Lisboa</i>	Chefe de divisão	1
Estágio do Departamento de Patologia do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária	<i>Lisboa</i>	Téc. prof. esp. principal	1
<b>Total</b>			<b>23</b>

## 1.2. Relatório do projecto “Controlo das Carraças na Ilha do Porto Santo”.

### 1 – Estações Amostrais e períodos de visita

Durante o ano de 2002 foi seguida a estação amostral da Portela, identificada anteriormente no relatório correspondente ao ano de 2001 como estação n.º 6, correspondente a uma área densamente infestada por carraças, de grande abundância de coelho bravo, e que serviu de pasto ao gado bovino até cerca do ano 2000. Para o efeito foram realizadas 5 visitas de três dias à ilha do Porto Santo. As amostragens que tiveram lugar nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março foram realizadas pela Dr.ª Sara Malheiro, médico veterinário residente. As amostragens que tiveram lugar em Abril, Junho, Julho, Agosto e Novembro implicaram a deslocação dum técnico à ilha do Porto Santo. As amostragens foram sempre feitas sensivelmente a meio do mês, entre dias 10 e 20. Obtiveram-se dados qualitativos quanto ao estado de infestação pelas carraças e procedeu-se à armadilhagem de roedores e coelhos. Obtiveram-se também dados sobre as condições climáticas da zona de ensaio. Adicionalmente colheram-se carraças adultas em alguns bovinos da exploração anteriormente referida como n.º 4, Sítio da Serra de Dentro, e observou-se a presença de carraças nalgumas veredas turísticas.

### 2 – Métodos usados

Na obtenção de carraças não alimentadas, presentes no solo e na vegetação, recorreu-se aos métodos já antes apontados no relatório correspondente ao ano de 2001.

Os exemplares obtidos nos hospedeiros foram preservados em álcool a 70%, para posterior identificação, ou mantidos vivos e em seguida enviados para o CEVDI/INSA (Centro de estudos de Vectores e Doenças Infecciosas do Instituto Nacional de Saúde).

Foram armadilhados coelhos e roedores, tendo, para tal, sido colocadas as armadilhas junto a locais onde a sua presença era evidente ou presumível. No que concerne aos coelhos, em locais onde a presença de material fecal era bem evidente. No que se refere aos roedores, junto às paredes, em especial em áreas protegidas por arbustos. Em cada amostragem foram colocadas 10 armadilhas para coelho e 10 armadilhas para *Rattus* sp. Como isco para coelho foi usada maçã e granulado comercial. Como isco para *Rattus* sp. foi usado chouriço. Afora a amostragem de Novembro, as armadilhas foram mantidas armadas durante uma noite, postas de manhã e recolhidas na manhã do dia imediato. A partir de Novembro foram modificados os métodos. Foram colocadas as armadilhas, no mesmo tipo de zonas acima referidas, mas cobertas por vegetação, sendo o isco constituído, quer para coelhos, quer para ratos, por diversos tipos de vegetação verde, considerado na literatura compulsada como mais conveniente. As armadilhas foram mantidas desarmadas durante uma semana e, depois, armadas, após o que foram mantidas sempre armadas e com alimentos frescos. Passaram a ser visitadas 2 ou 3 vezes por semana. Adicionalmente foi pedida a colaboração da Direcção Regional de Florestas no sentido de serem capturados, mortos, coelhos. Estes, após caçados, deveriam ser de imediato colocados em sacos de plástico transparentes, um por saco, e enviados para o Centro de Atendimento Veterinário da ilha do Porto Santo. Foi também pedido a alguns caçadores que, durante o período venatório, facultassem os coelhos caçados de molde a permitir a identificação das

eventuais carraças presentes.

### **3 – Espécies de carraças observadas e período de actividade**

No solo e no gado foi identificada a espécie *Hyalomma lusitanicum*, o que vem confirmar a perspectiva de ser a única espécie de carraça envolvida nas altas densidades populacionais detectadas durante o período de Verão. Esta já havia sido identificada por comparação morfométrica com exemplares colhidos em Portugal continental e guardados na carraçoteca da Universidade de Évora. Uma análise mais aprofundada, efectuada por intermédio do recurso à comparação dos comprimentos e largura máximos do escudo dorsal dos machos permitiu determinar a existência de diferenças significativas entre as duas populações alopátricas, mas sem que tal ponha, a nosso ver, em causa a conspecificidade. Ao não terem sido encontradas descontinuidades morfométricas, evidenciáveis pela presença de distribuições não unimodais, permitiu também verificar que, malgrado a grande variabilidade morfométrica observada, a população de *Hyalomma* sp da ilha do Porto Santo é uma população coesa e conspécífica. Deste modo, e conquanto tenham sido encontrados diversos indivíduos com as dimensões típicas de *Hyalomma excavatum*, não há qualquer razão para considerar a presença desta última espécie de carraça no ecossistema da ilha em causa. Tanto mais que em nenhuma carraça colhida foi encontrado sulco marginal evidente, se bem que curto, característica considerada na literatura importante, conquanto não discriminante, na identificação específica de *H. excavatum*.

O período de actividade encontrado foi semelhante ao definido para o ano anterior. Actividade durante todo o ano, sendo máxima durante o Verão e mínima no Inverno. Durante o período de Inverno só é possível identificar a praga pela sua presença no gado. De facto, se o método da bandeira é pouco eficiente durante o período de Verão, torna-se de todo inútil durante o Inverno.

Os dados obtidos relativos ao clima permitiram-nos concluir que mesmo as condições de Inverno são bastante convenientes para a permanência de *Hyalomma lusitanicum*. A temperatura do ar no Inverno com frequência atinge os 20° C durante o período luminoso do dia, com uma humidade relativa da ordem dos 70%. Os valores mais baixos encontrados foram obtidos no mês de Março, temperatura do solo de 18,6° C, temperatura do ar de 17,4° C e 60% de humidade relativa do ar.

### **4 – Captura de coelhos e roedores**

Não foram capturados quaisquer coelhos. Foram capturados 3 roedores, *Rattus rattus*, um dos quais, um macho, portador duma ninfa de *Ixodes* sp.

A fraca eficiência da armadilhagem de coelhos é um fenómeno esperado. Na verdade a literatura aponta para a grande dificuldade com são capturados os coelhos vivos. Os poucos coelhos observados, um dos quais facultado já em Dezembro último pela Direcção Regional de Florestas, não permitiu identificar quaisquer carraças.

A fraca eficiência da armadilhagem dos roedores, inesperada face á facilidade com que entram nas armadilhas e à elevada eficiência por nós encontrada em

armadilhagens levadas a cabo na ilha da Madeira, interpreta-se como correspondendo a uma fraca densidade populacional destes mamíferos na área de amostragem.

Conquanto não tenham sido encontrados quaisquer *Hyalomma* sp, o pequeno número de exemplares, coelhos e roedores, colhidos, não permite ainda qualquer inferência sobre a importância destes mamíferos na dinâmica de *Hyalomma lusitanicum*.

## **5 – Controlo de *H. lusitanicum***

Durante o ano de 2001 foi levado a cabo o controlo sistemático das carraças no gado bovino, ovino e caprino. O controlo foi orientado de acordo com o plano presente no relatório correspondente às actividades desenvolvidas durante o ano de 2001. Deste modo as lavagens, efectuadas por meio de chuveiro manual, foram feitas pelos funcionários da Direcção Regional de Pecuária Srs. Ferdinando Melim e Romão Dias e iniciaram-se em Abril, prolongando-se até Dezembro. De Setembro a Novembro o processo de lavagem foi interrompido devido às férias do pessoal. No entanto foi facultado o produto aos criadores, que se prontificaram a aplicá-lo. De notar que neste caso não há quaisquer garantias técnicas do seu uso correcto. Como carrapaticida foi sempre usado o produto de nome comercial taktic. Mais refira-se que o produtor Sr. João Gregório Melim por vezes recusou-se a que o nosso pessoal fizesse as lavagens, argumentando que fá-las-ia ele, se bem que com o nosso produto. Também os bovinos do criador assim Sr David do Ó não foram lavados, neste caso porque eram mantidos em estábulo, não estando parasitadas por carraças.

A eficiência das acções levadas a cabo só pode ser avaliada, e eventualmente, no final do projecto.

## **6 – Ciclo de vida de *Hyalomma lusitanicum* na ilha do Porto Santo**

Face à ainda falta de dados pouco pode ser adiantado em relação ao que foi apontado no relatório correspondente ao ano de 2001. No entanto o facto de ter sido observado uma nítida diminuição da actividade da espécie, não esperável, na estação amostral da Portela pode significar ser o gado bissulco, em especial o gado bovino, o responsável pela permanência do artrópode no ecossistema da ilha do Porto Santo. É que esta estação amostral serviu de pasto ao gado bovino mas, desde á cerca de 2 anos que não é usada para o apascentar do gado.

## **7 – Organismos patogénicos associados a *H. lusitanicum***

Não houve tempo suficiente para o CEVDI/INSA, pronunciar-se sobre o problema.

## **8 – As restantes espécies de carraça presentes na ilha do Porto Santo**

Por não se julgar necessário tão só esteve-se atento à presenças de *Ixodes ricinus*, que apresenta-se com populações residuais.

## ACÇÕES A DESENVOLVER NA ILHA DO PORTO SANTO DURANTE O ANO DE 2003

### 1 – Estações Amostrais e períodos de visita

Será seguida a estação amostral da Portela, estação n.º 6, e a exploração correspondente à estação amostral antes referida como n.º 4. A periodicidade das amostragens será, sempre que possível, mensal.

### 2 – Métodos a usar

Serão seguidos os métodos já antes descritos. Adicionalmente recorrer-se-á ao método do CO<sub>2</sub> para a colheita de carraças, nomeadamente de *Hyalomma* sp. Este método é apontado na literatura como muito mais eficiente na colheita de carraças de manta. Permite, similarmente à técnica da bandeira, a colheita de exemplares vivos.

### 3 – Espécies de carraças e período de actividade

O estudo incidirá sobre *Hyalomma* sp., *Ixodes ricinus* e *Rhipicephalus* sp.. Para tal recorrer-se-á a um bovino da exploração correspondente à estação de amostragem n.º 4, cujo criador anuiu em não proceder a qualquer limpeza com carrapaticidas, e ao cão da casa. Na colheita serão sempre obtidos exemplares vivos. Intentar-se-á seguir e quantificar o tempo de evolução e as posturas em função do peso da fêmea à repleção e das condições de clima, nomeadamente temperatura.

### 4 – Captura de coelhos e roedores

A armadilhagem com vista à captura de coelhos e roedores será mantida, mas tão só com a finalidade de capturar alguns casais vivos de molde a poder fazer os ensaios em cativeiro, nomeadamente no que concerne à capacidade de fixação e repleção das diversas formas evolutivas de *Hyalomma* sp. O método a usar para a captura dos mamíferos apontados é o ensaiado no mês de Novembro de 2002. Pela falta de eficiência demonstrada, a armadilhagem com vista ao estudo da dinâmica de *Hyalomma lusitanicum* na população de coelhos será descontinuada. Esta alicerçar-se-á unicamente nos coelhos obtidos pelos elementos da Direcção Regional de Florestas. Manter-se-á a armadilhagem de roedores.

### 5 – Controlo de *H. lusitanicum*

O controlo de *H. lusitanicum* manter-se-á durante todo o ano de acordo como o apontado no projecto de controlo referido no relatório correspondente às actividades desenvolvidas durante o ano de 2001.

### 6 – Ciclo de vida de *Hyalomma lusitanicum* na ilha do Porto Santo

O estudo do ciclo de vida de *H. lusitanicum* decorrerá dos dados decorrentes da consecução dos pontos 3 e 4.

### 7 – Organismos patogénicos associados a *H. lusitanicum*, *I. ricinus* e *R. sanguineus*

O estudo dos organismos patogénicos presentes em *H. lusitanicum*, *I. ricinus* e *R. sanguineus* será feito mediante o envio de exemplares vivos para o CEVDI/INSA.

## **8 – As restantes espécies de carraça presentes na ilha do Porto Santo**

Por não se julgar necessário nem conveniente, o estudo doutras carraças presentes no ecossistema da ilha do Porto Santo, nomeadamente outros *Ixodes* sp, terá tão só um carácter meramente acessório e casual.

## **9 – Material necessário para os estudos propostos**

Torna-se necessário adquirir:

- ◆ Um par de lentes oculares com a ampliação de 20X ou 25X para a lupa microscópica binocular “Leica”.
- ◆ Uma câmara clara, a acoplar na lupa microscópica “Leica”, para o desenho da morfologia dos ixodídeos.
- ◆ Três gaiolas para coelhos e três gaiolas para roedores, todas providas de bebedouros, necessárias para seguir a evolução dos ixodídeos em laboratório
- ◆ Tinas metálicas para a colheita de carraças pelo método do CO<sub>2</sub>
- ◆ Neve carbónica para a colheita de carraças.
- ◆ Acaricidas, Taktic e Sebacil para a continuação do programa de controlo.

## **2. DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTECÇÃO VETERINÁRIA**

### *2.1. Estatística das inspecções efectuadas nos Matadouros da RAM*

#### **NÚMERO DE ANIMAIS ABATIDOS NOS MATADOUROS DA RAM- 2002**

Mapa n.º 2

CENTRO DE ABATE DA MADEIRA

MATA-DOUROS	MÊS ESPÉCIE	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	2002L.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAIS	
FUNCHAL	BOVINOS	2002			ANIMAIS ABATIDOS			REJEITADOS ANTE-MORTEM		REJEITADOS POST-MORTEM					4,0
	SUÍNOS	MESES			Nº	KG	Nº	KG	Nº	KG	Nº	KG	REJEIÇÕES PARCIAIS		
	OVINOS	Nº			Nº			Nº			Nº				
	CAPRINOS	Nº			Nº			Nº			Nº				
	CUNÍDEOS	Nº			Nº			Nº			Nº				
	BOVINOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	2002L.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAIS	
	SUÍNOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	2002L.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAIS	
	OVINOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	2002L.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAIS	
	CAPRINOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	2002L.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAIS	
	CUNÍDEOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	2002L.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAIS	
PONTA DO SOL	BOVINOS	MAIO	18	2.107	150.292,0	29	729,0	16	914,0	0	0,0	0,0	0,0	77	
	SUÍNOS	JUNHO	4	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	8	
	OVINOS	JULHO	152,0	2.482	200.684,0	25	680,0	10	620,0	0	0,0	0,0	0,0	1.031,0	
CALHETA	BOVINOS	AGOSTO	6	3.008	307.747,0	38	2676	852,0	81 23 42	1.281,0	36 5	135	50,0	613	
	SUÍNOS	SETEMBRO	-	2.584	183.495,0	1	30,3	1.130,0	2 12 1	652,0	7 0	17	0,0	59	
	OVINOS	OUTUBRO	-	3.023	387,0 215.836,0	69,0	31	352,0 301,0	50,0 16 181,0	711,0	297,0	3.807,0	0,0	6.010,0	
PORTO MONIZ	BOVINOS	NOVEMBRO	5	2.403	168.342,0	29	800,0	800,0	15 9 12	863,0	10	0	47,0	2.151,0	
	SUÍNOS	DEZEMBRO	1	4.149	278.479,0	-	22,1	844,0	- 39 -	1.837,0	1	0	10,0	3	
	OVINOS	TOTAL	-	110,0	-	-	-	129,0	-	-	81,0	-	-	326,0	
	CAPRINOS	Nº	-	-	-	1	-	31	4	-	-	1	-	37	
	OVINOS	KG	-	-	-	17,0	-	292,0	34,0	-	-	13,0	-	356,0	
PORTO SANTO	BOVINOS	Nº	10	5	8	9	10	14	22	17	13	7	7	14	136
	SUÍNOS	KG	2.233,0	906,0	1.617,0	1.544,0	1.852,0	3.065,0	3.829,0	3.629,0	2.798,0	1.641,0	1.374,0	3.530,0	28.018,0
	OVINOS	Nº	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
	CAPRINOS	KG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	351,0	351,0
	OVINOS	Nº	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	3
	CAPRINOS	KG	-	-	-	-	-	32,0	-	19,0	-	-	-	-	51,0
C.A.M.*	SUÍNOS	Nº	-	-	-	-	-	-	43	69	57	72	117	358,0	
	OVINOS	KG	-	-	-	-	-	-	2.225,0	2.897,0	2.701,0	3.347,0	7.026,0	18.196,0	

### Mapa n.º 3

#### *ABATES NOS MATADOUROS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 1998 A 2002*

	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº de animais	Kgs								
<b>BOVINOS</b>	6.253	1.485.206,00	6.499	1.554.822,00	6.606	1.622.239,00	7.515	1.754.907,00	7.869	1.861.627,00
<b>SUÍNOS</b>	25.015	1.506.012,50	29.670	1.980.331,30	30.318	2.273.877,00	28.720	2.012.861,00	31.362	2.281.905,10
<b>OVINOS</b>	277	3.987,50	282	3.880,00	525	7.711,00	1.085	12.164,00	879	8.451,00
<b>CAPRINOS</b>	594	6.506,00	528	6.263,00	628	7.220,00	805	8.814,00	459	5.423,50
<b>CUNÍDEOS</b>	18.050	21.795,70	15.361	18.714,40	9.184	11.512,10	1.806	2.823,30	2.618	4.362,10
<b>TOTAL</b>	<b>50.189</b>	<b>3.023.507,70</b>	<b>52.340</b>	<b>3.564.010,70</b>	<b>47.261</b>	<b>3.922.559,10</b>	<b>39.931</b>	<b>3.791.569,30</b>	<b>43.187</b>	<b>4.161.768,70</b>

### Mapa n.º 4

## PROVENIÊNCIA DOS BOVINOS ABATIDOS NOS MATADOUROS DA RAM

**2002**

MATADOURO	Origem	DE	DET	NL	NLT	T	AT	AÇ	ACC	ACT	CN	CNT	TOTAL
	Nº/KG												
FUNCHAL	Nº	3	50	6	57	520	685	5497	67	1	41	5	6.933
	KG.	725,0	11.307,0	1.688,0	14.383,0	121.433,0	174.811,0	1.286.932,0	17.688,0	227,0	9.647,0	1.232,0	1.640.073,0
P.SOL	Nº					3	4	70					77
	KG.					735,0	839,0	14.805,0					16.379,0
CALHETA	Nº	6	13		8	150	97	339					613
	KG.	1.217,0	3.232,0		1.684,0	23.414,0	19.805,0	74.001,0					123.353,0
P.MONIZ	Nº	2	8		1	57	21	20					110
	KG.	495,0	1.864,0		241,0	9.848,0	4.809,0	3.998,0					21.255,0
P.SANTO	Nº		1			37	38	60					136
	KG.		196,0			8.184,0	7.780,0	10.906,0					27.066,0
TOTAL	Nº	11	72	6	66	767	845	5.986	67	1	41	5	7.869
	KG.	2.437,0	16.599,0	1.688,0	16.308,0	163.614,0	208.044,0	1.390.642,0	17.688,0	227,0	9.647,0	1.232,0	1.861.627,0

**Mapa n.º 5**

## PROVENIÊNCIA DOS BOVINOS ABATIDOS NA R.A.M.

### RELAÇÃO PERCENTUAL

Matadouros	Nº de animais abatidos	AC	AT	T "terra"	Outros
		%	%	%	%
Funchal	6.933	79,0	10,0	7,5	3,5
Ponta do Sol	77	90,9	5,2	3,8	-
Calheta	613	55,3	15,8	24,4	4,4
Porto Moniz	110	18,2	19,1	51,8	10,9
Porto Santo	136	44,1	27,9	27,2	0,7

**Mapa n.º 6**

Rejeições Totais e parciais

**REJEIÇÕES TOTAIS NA R.A.M.- DE 1998 A 2002**  
**BOVINOS**

CAUSAS	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS
Abates de Intervenção							8	2.185		
Abcessos / ROG	5	1.219	1	111	2	550	2	406		
Alteração Características Organolépticas							2	505		
Anemia			2	282						
Aplicação do Regulamento 1494/2002									4	1.126
Aplicação do Regulamento 2777/2000							5	1.434		
Broncopneumonia purulenta	5	800	2	440	3	553	9	1.927	4	771
Caquexia	4	751	3	519	1	226	1	175	5	916
Came febril					1	104	1	336	1	85
Cisticercose generalizada	80	20.364	62	15.397	68	17.151	53	12.349	41	10.349
Cistite Hemorrágica / ROG									1	217
Cistite Poliposa / ROG	32	7.684	29	6.751	22	5.536	12	2.814	1	209
Endocardite Vermucosa							1	183		
Hemorragias múltiplas					1	314	4	1.025	1	205
Icterícia / ROG									1	266
Lesões traumáticas generalizadas	9	2.008	9	2.092	11	2.672	6	1.576	2	406
Linfadenite Purulenta							1	198		
Mênite purulenta / ROG	3	634	2	545	1	271			1	304
Melanose generalizada	1	194	2	448						
Mênite Purulenta / ROG									1	100
Miosite generalizada	1	211	1	267			1	292		
Morte natural	4	760	2	450	1	320	4	800	1	250
Pericardite / ROG	1	205			1	250			1	256
Peritonite fibrino-purulenta / ROG	1	247			2	517	1	168	1	288
Picóemia	3	755	1	192	2	646	2	404	1	170
Pleuropneumonia fibrino-purulenta	2	456					1	284		
Poliartrite purulenta	1	148	2	480	2	114	2	617	2	515
Pseudohipertrófia Lipomatosa							1	287		
Reacção orgânica geral	2	548					3	764	3	581
Sarcospondilose Generalizada									1	170
Septicemia	1	205			2	437	1	208	1	289
Timpanismo / ROG									1	319
<b>TOTAL</b>	<b>155</b>	<b>37.189</b>	<b>118</b>	<b>27.974</b>	<b>120</b>	<b>29.661</b>	<b>121</b>	<b>28.937</b>	<b>76</b>	<b>18.060</b>

Mapa n.º 11

**REJEIÇÕES TOTAIS NA R.A.M. - DE 1998 A 2002**  
**SUÍNOS**

CAUSAS	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº.	KGS								
Abcessos múltiplos	83	5.044,0	95	5.110,0	69	5.258,0	71	4.264,0	44	2.864,0
Artrite purulenta	16	335,0	12	283,0	11	580,0	166	2.953,0	145	2.642,0
Broncopneumonia purulenta	31	1.063,0	75	3.739,0	55	3.905,0	37	2.053,0	38	1.884,0
Caquexia	15	123,5	5	61,0	9	197,0	44	660,0	44	763,0
Carne febril	6	439,0			1	101,0				
Carne hemorrágica	4	188,0								
Dermatite purulenta	7	133,0	2	107,0						
Esplenite / R.O.G.					1	4,0				
Hemorragias múltiplas					1	71,0	2	202,0		
Hidroémia			1	7,0						
Icterícia	2	75,0	7	128,0					3	194,0
Lesões traumáticas generalizadas					1	106,0			1	4,0
Maceração fetal					1	118,0				
Mamite purulenta			1	213,0						
Morte natural	640	13.670,0	667	16.268,0			133	5.781,0	153	7.244,0
Osteomielite Purulenta									1	69,0
Osteíte fibro-purulenta	129	4.624,5	79	4.444,0	15	750,0	46	2.509,0	68	3.998,0
Pericardite /R.O.G.					1	8,0				
Peritonite fibrino-purulenta	1	50,0								
Pleuropneumonia purulenta	24	774,5								
Poliartrite purulenta			1	33,0						
Reacção orgânica geral	1	140,0	13	615,0	81	478,0	1	5,0	3	217,0
Septicémia	3	276,0	8	392,0	25	1.772,0	20	1.284,0	30	1.543,0
Tumor					1	68,0			1	125,0
<b>TOTAL</b>	<b>962</b>	<b>26.936</b>	<b>966</b>	<b>31.400</b>	<b>271</b>	<b>13.348</b>	<b>520</b>	<b>19.711</b>	<b>531</b>	<b>21.547</b>

\* Por falta de dados não foi possível registar o total de quilogramas rejeitados.

**REJEIÇÕES TOTAIS NA R.A.M. - DE 1998 A 2002**  
**OVINOS**

CAUSAS	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS
Abcessos multiplos										
Broncopneumonia purulenta					1	14,00				
Carne febril					1	37,00	1	31,00		
Caquexia	3	26,00					12	126,00	10	76,00
Hidatidose					2	35,00				
Hidroemia	2	11,00	4	33,00	8	85,00	8	158,00	27	190,00
Ictercia							1	7,00	1	8,00
Lesoes traumaticas generalizadas							4	36,00	1	2,00
Miase Generalizada									1	10,00
Proemia					1	15,00				
Pneumonia Necrotica									1	9,00
Ponartrite purulenta	1	7,00								
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>44,00</b>	<b>4</b>	<b>33,00</b>	<b>13</b>	<b>186,00</b>	<b>26</b>	<b>358,00</b>	<b>41</b>	<b>295,00</b>

**CAPRINOS**

CAUSAS	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS
Alteração Características Organoreplicas							1	25		
Caquexia	2	16,00			2	16,00	7	91,00		
Hidroemia	3	38,00			1	5,00			2	7,00
Lesoes Traumaticas Generalizadas							1	12,00		
Maceracao fetal										
Morte natural			1	10,00						
Proemia					1	16,00				
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>54,00</b>	<b>1</b>	<b>10,00</b>	<b>3</b>	<b>21,00</b>	<b>8</b>	<b>103,00</b>	<b>2</b>	<b>7,00</b>

**LEPORIDEOS**

CAUSAS	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS	Nº.	KGS
Abcessos multiplos	211	213,00	100	102,20	93	94,00	9	10,00	37	48,00
Artrite purulenta										
Broncopneumonia purulenta					6	6,00	1	1,00	2	3,00
Caquexia	6	8,70	2	2,00	6	6,00	1	1,00	2	2,00
Congestao			1	1,00						
Hidroemia	1	1,50			1	1,00				
Ictercia					7	7,00				
Lesoes traumaticas generalizadas	8	9,00	1	1,00			3	3,00	6	7,80
Morte natural	1	1,50	6	6,00			2	2,00	1	1,00
Nerite Purulenta/ R.O.G									1	1,00
Osteomielite fibrino-purulenta			10	10,10	1	1,00				
Pericardite purulenta / R.O.G.	1	1,50								
Peritonite fibrino-purulenta	1	1,50			1	1,00				
Pleuropneumonia purulenta	10	11,00	15	15,10	4	4,00				
Reaccoes organicas generalizadas	1	1,50							3	5,00
Tumor							3	3,00	2	2,00
<b>TOTAL</b>	<b>240</b>	<b>249,20</b>	<b>135</b>	<b>137,40</b>	<b>119</b>	<b>120,00</b>	<b>19</b>	<b>20,00</b>	<b>54</b>	<b>69,80</b>

Mapa n.º 13

**REJEIÇÕES PARCIAIS  
BOVINOS**

CAUSAS DEREJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
<b>CORAÇÃO</b>	Nº.	KG								
Atrofia castanha	6	12,0	9	18,0	9	18,0	14	29,0	15	30,0
Endocardite	4	7,0	4	8,0	2	5,0	1	2,0		
Melanose Localizada							1	2,0		
Miocardite	2	4,0	6	12,0	1	2,0	9	19,0	3	6,0
Nódulos parasitários	298	598,0	193	387,0	227	456,0	228	463,0	314	631,0
Pericardite	27	54,0	34	68,0	35	69,0	59	119,0	38	75,0
<b>TOTAL</b>	<b>337</b>	<b>675,0</b>	<b>246</b>	<b>493,0</b>	<b>274</b>	<b>550,0</b>	<b>312</b>	<b>634,0</b>	<b>370</b>	<b>742,0</b>

CAUSAS DEREJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
<b>PULMÃO</b>	Nº.	KG								
Abcessos	4	12	5	15	2	6			1	3
Congestão	470	1.404	798	2.389	611	1.831	315	945	396	1.186
Distomatose	3	9	6	18	6	18	1	3		
Enfisema	954	2.862	1.293	3.875	1.099	3.296	994	2.982	1.197	3.591
Falso Trajecto	90	270	77	233	113	339	124	372	67	201
Má sangria	34	100	36	108	45	135	30	90	24	72
Melanose Localizada							3	9	1	3
Parasitismo	178	529	163	487	200	600	176	525	85	255
Pleurite	60	178	136	408	349	1.047	640	1.920	1.089	3.267
Pneumonia/F. Pneum.	4.087	12.214	3.728	11.175	3.985	11.948	5.033	15.150	4.912	14.734
<b>TOTAL</b>	<b>5.880</b>	<b>17.578</b>	<b>6.242</b>	<b>18.708</b>	<b>6.410</b>	<b>19.220</b>	<b>7.316</b>	<b>21.996</b>	<b>7.772</b>	<b>23.312</b>

CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
<b>FÍGADO</b>	Nº.	KG								
Abcessos	196	976	196	980	222	1.110	284	1.420	399	1.995
Aderências	24	120	126	630	101	505	65	325	103	515
Cirrose	350	1.756	606	3.028	631	3.155	709	3.595	941	4.703
Colangite	86	430	359	1.793	454	2.270	488	2.440	995	4.975
Congestão	32	158	13	61	32	160	21	108	10	50
Distomatose	197	981	191	954	156	780	70	350	65	325
Esteatose	1.296	6.454	1.119	5.588	1.432	7.155	2.532	12.674	2.419	12.097
Hepatite	198	990	198	989	176	880	240	1.201	318	1.590
Hepatomegália	9	45	6	29	1	5	1	5		
Parasitismo	2.252	11.225	1.904	9.499	2.024	10.104	2.322	11.602	1.721	8.602
Petéc. sub-capsulares	107	535	50	250	65	325	25	125	32	160
Telangiect. Maculosa	363	1.827	291	1.453	250	1.250	90	450	85	425
<b>TOTAL</b>	<b>5.110</b>	<b>25.497</b>	<b>5.059</b>	<b>25.254</b>	<b>5.544</b>	<b>27.699</b>	<b>6.847</b>	<b>34.295</b>	<b>7.088</b>	<b>35.437</b>

CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
Abcessos	4,0	25,0	6,0	31,0	3,0	23,0			4	24,0
Congestão	21,0	34,0	75,0	177,0	29,0	121,0	49,0	231,0	35	183,0
Enfarte	13,0	63,0	20,0	127,0	52,0	265,0	88,0	410,0	158	775,0
Esteatose	118,0	654,0	43,0	257,0	54,0	354,0	95,0	520,0	212	1.283,0
Hemocromatose							16,0	85,0	34	143,0
Hemossiderose	43,0	250,0	60,0	318,0	45,0	302,0	53,0	296,0	81	440,0
Nefrite	2.169,0	9.731,0	1.679,0	7.865,0	1.768,0	8.738,0	2.995,0	14.835,0	2.870	14.392,0
Nefrose	521,0	2.831,0	770,0	4.533,0	636,0	3.699,0	685,0	3.639,0	689	3.484,0
Petéquias corticais	245,0	1.215,0	244,0	1.235,0	123,0	643,0	263,0	1.190,0	357	1.722,0
Poliquístico	598,0	3.288,0	503,0	2.871,0	535,0	3.043,0	399,0	2.166,0	376	2.088,0
Quistos do rim	203,0	889,0	213,0	1.026,0	245,0	1.271,0	291,0	1.361,0	270	1.311,0
<b>TOTAL</b>	<b>3.935,0</b>	<b>18.980,0</b>	<b>3.613,0</b>	<b>18.440,0</b>	<b>3.490,0</b>	<b>18.459,0</b>	<b>4.934,0</b>	<b>24.733,0</b>	<b>5.086</b>	<b>25.845,0</b>

Mapa n.º 14

CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001	
	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
Abcesso	3	6,0	1	2,0	1	2,0		
Nódulos parasitários	4	8,0	3	6,0	1	2,0	3	6,0
Traumatismo			5	10,0	3	6,0	1	2,0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>14,0</b>	<b>9</b>	<b>18,0</b>	<b>5</b>	<b>10,0</b>	<b>4</b>	<b>8,0</b>

CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001	
	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
Abcessos	14,0	108,0	9,0	18,0	5,0	12,0		
Nódulos parasitários	23,0	33,0	19,0	32,0	32,0	58,0	19,0	33,0
Miosite					2,0	18,0		
Traumatismo	343,0	2.820,0	294,0	2.382,0	277,0	2.372,0	464,0	3.622,0
<b>TOTAL</b>	<b>380</b>	<b>2.961,0</b>	<b>322,0</b>	<b>2.432,0</b>	<b>316,0</b>	<b>2.460,0</b>	<b>483,0</b>	<b>3.655,0</b>

<b>REJEIÇÕES PARCIAIS</b>										
<b>OVINOS</b>										
CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
PULMÃO	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
Congestão	31	9,3	25	5,5	55	14,5	40	9,5	54	14,4
Enfisema	1	0,3	3	0,6	18	4,1	1	0,3	1	0,2
Hidatidose					11	2,9				
Parasitismo	201	60,3	209	43,6	372	95,4	332	138,3	524	147,1
Pneumonia	7	2,1	4	1,3	20	5,2	10	2,7	3	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>240</b>	<b>72,0</b>	<b>241</b>	<b>51,0</b>	<b>476</b>	<b>122,1</b>	<b>383</b>	<b>150,8</b>	<b>582</b>	<b>162,5</b>

CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
FÍGADO	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
Abcessos	1	0,3			1	0,4				
Cirrose	1	0,4	1	0,5	2	0,8	9	3,6	3	1,2
Esteatose	13	7,8	5	1,7	19	7,0	29	10,9	32	12,1
Hidatidose					10	4,0				
Parasitismo	191	114,6	207	65,0	375	134,5	269	111,7	495	182,6
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>	<b>123,1</b>	<b>213</b>	<b>67,2</b>	<b>407</b>	<b>146,7</b>	<b>307</b>	<b>126,2</b>	<b>530</b>	<b>195,9</b>

CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
RIM	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
Nefrite	78	23,4	42	12,2	45	8,2	89	16,1	123	24,8
Poliquístico	5	1,5	3	0,6	9	1,8	13	2,5	3	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>24,9</b>	<b>45</b>	<b>12,8</b>	<b>54</b>	<b>10</b>	<b>102</b>	<b>18,6</b>	<b>126</b>	<b>25,4</b>

**Mapa n.º 16**

<b>REJEIÇÕES PARCIAIS</b>										
<b>CAPRINOS</b>										
CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
PULMÃO	Nº	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
Congestão	177	53,1	131	31,5	149	36,4	211	45,9	137	34,1
Enfisema	2	0,6	3	0,8	34	7,1	5	1,0	6	1,6
Má sangria	15	4,5	8	1,5	23	4,6			6	1,5
Parasitismo	349	104,7	180	40,9	263	70,1	238	62,6	154	44,1
Pneumonia	8	2,4	12	2,3	7	2,1	27	7,3	1	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>551</b>	<b>165,3</b>	<b>334</b>	<b>77,0</b>	<b>476</b>	<b>120,3</b>	<b>481</b>	<b>116,8</b>	<b>304</b>	<b>81,5</b>

CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
FÍGADO	Nº	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
Congestão					3	1,2	3	0,9		
Cirrose					5	2,0	7	2,7	13	5,3
Esteatose	31	15,5	21	6,3	44	14,7	94	29,7	70	23,7
Parasitismo	268	160,8	186	57,2	239	88,8	279	99,6	188	71,4
<b>TOTAL</b>	<b>299</b>	<b>176,3</b>	<b>207</b>	<b>63,5</b>	<b>291</b>	<b>106,7</b>	<b>383</b>	<b>132,9</b>	<b>271</b>	<b>100,4</b>

CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
RIM	Nº	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
Enfarte			1	0,2	1	0,2	3	0,6	4	0,7
Esteatose	2	0,6	1	0,2	4	0,8	1	0,2		
Nefrite	74	22,2	38	8,0	30	5,7	65	11,3	74	15,6
Poliquístico	2	0,6			1	0,2	5	0,8	1	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>23,4</b>	<b>40</b>	<b>8,4</b>	<b>36</b>	<b>6,9</b>	<b>74</b>	<b>12,9</b>	<b>79</b>	<b>16,5</b>

**Mapa n.º 17**

## **REJEIÇÕES PARCIAIS**

### **LEPORÍDEOS**

CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
PULMÃO										
Congestão	17.810	890,5	15.226	761,3	984	49,2	1.806	90,3	2.618	130,9
<b>TOTAL</b>	<b>17.810</b>	<b>890,5</b>	<b>15.226</b>	<b>761,3</b>	<b>984</b>	<b>49,2</b>	<b>1.806</b>	<b>90,3</b>	<b>2.618</b>	<b>130,9</b>
CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
FIGADO										
Cirroze	23	1,5	29	1,5	4	0,2	0	0,0	8	0,4
Coccidiose	12.419	620,9	9.997	508,4	7.088	354,4	1.411	69,3	1.999	100,6
Esteatose	1.713	85,6	1.584	80,5	510	25,5	107	5,2	381	19,3
<b>TOTAL</b>	<b>14.155</b>	<b>708,0</b>	<b>11.610</b>	<b>590,4</b>	<b>7.602</b>	<b>380,1</b>	<b>1.518</b>	<b>74,5</b>	<b>2.388</b>	<b>120,3</b>
CAUSAS DE REJEIÇÃO	1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG	Nº.	KG
RIM										
Nefrite	5.079	253,9	2.839	151,4	2.110	105,5	687	34,1	895	45,6
Poliquístico	18	0,9	12	1,1	11	0,6	0	0,0	12	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>5.097</b>	<b>254,8</b>	<b>2.851</b>	<b>152,5</b>	<b>2.121</b>	<b>106,1</b>	<b>687</b>	<b>34,1</b>	<b>907</b>	<b>46,2</b>

**Mapa n.º 18**

Classificação de carcaças de bovino aprovadas

RESUMO ANUAL DE CLASSIFICAÇÃO DE CARCAÇAS DE BOVINOS APROVADOS  
MATADOURO DO FUNCHAL  
2002

		A		B		C		D		E		SUB. TOTAL	
		CAB.	KGS.	CAB.	KGS.								
<b>S</b>	1											0	0
	2											0	0
	3											0	0
	4											0	0
	5											0	0
<b>S.TOTAL</b>		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

<b>E</b>	1											0	0
	2	1	455									1	455
	3			2	974							2	974
	4											0	0
	5											0	0
<b>S.TOTAL</b>		1	455	2	974	0	0	0	0	0	0	3	1,429

<b>U</b>	1											0	0
	2	30	10.131	6	2.453					2	536	38	13.120
	3	23	8.412	5	2.026					2	554	30	10.992
	4	1	350	1	449							2	799
	5											0	0
<b>S.TOTAL</b>		54	18.893	12	4.928	0	0	0	0	4	1.090	70	24.911

LEVES		
CAT.	CAB.	KG.
LA		
LO	1.705	328.161,0
<b>TOTAL</b>	1.705	328.161,0

<b>R</b>	1	4	903	1	353			1	314	2	522	8	2.092
	2	236	68.182	38	12.290	7	2.090			101	24.368	382	106.930
	3	160	50.570	25	8.709	4	1.250	4	1.297	169	43.005	362	104.831
	4	2	696			1	274			11	3.079	14	4.049
	5							1	444	1	345	2	789
<b>S.TOTAL</b>		402	120.351	64	21.352	12	3.614	6	2.055	284	71.319	768	218.691

<b>O</b>	1	11	2.682	1	295	1	300	3	652	10	2.113	26	6.042
	2	723	186.359	154	43.799	69	18.409	39	9.405	749	169.224	1.734	427.196
	3	262	73.731	66	21.051	35	9.625	55	14.581	854	203.737	1.272	322.725
	4	8	2.670	7	2.448	1	291	23	6.734	79	20.734	118	32.877
	5							4	1.357	5	1.453	9	2.810
<b>S.TOTAL</b>		1.004	265.442	228	67.593	106	28.625	124	32.729	1.697	397.261	3.159	791.650

TOTAL ABCDE	
5.164	1.312.147,0

TOTAL LEVES	
1.705	328.161,0

<b>P</b>	1	6	1.545	2	533			6	1.237	7	1.471	21	4.786
	2	154	39.617	39	10.419	67	17.327	90	20.340	345	73.408	695	161.111
	3	33	8.451	16	4.959	11	3.109	83	20.792	254	58.562	397	95.873
	4	1	318	1	350			32	8.673	16	4.127	50	13.468
	5							1	328			1	328
<b>S.TOTAL</b>		194	49.931	58	16.261	78	20.436	212	51.370	622	137.568	1.164	275.566

TOTAL BOVINOS	
6.869	1.640.308,0

<b>TOTAL</b>	1.655	455.072	364	111.108	196	52.675	342	86.154	2.607	607.238	5.164	1.312.147
--------------	-------	---------	-----	---------	-----	--------	-----	--------	-------	---------	-------	-----------

Mapa n.º 21

**RESUMO ANUAL DE CLASSIFICAÇÃO DE CARÇAÇAS DE BOVINOS APROVADOS  
MATADOURO DA PONTA DO SOL  
2002**

	A		B		C		D		E		SUB. TOTAL	
	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.
<b>S</b>	1										0	0
	2										0	0
	3										0	0
	4										0	0
	5										0	0
<b>S.TOTAL</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>E</b>	1										0	0
	2										0	0
	3										0	0
	4										0	0
	5										0	0
<b>S.TOTAL</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>U</b>	1										0	0
	2										0	0
	3										0	0
	4										0	0
	5										0	0
<b>S.TOTAL</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>R</b>	1										0	0
	2								1	239	1	239
	3										0	0
	4										0	0
	5										0	0
<b>S.TOTAL</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	1	239	1	239
<b>O</b>	1										0	0
	2	6	1.520						17	3.844	23	5.364
	3								4	931	4	931
	4										0	0
	5										0	0
<b>S.TOTAL</b>	6	1.520	0	0	0	0	0	0	21	4.775	27	6.295
<b>P</b>	1										0	0
	2	3	683						11	2.374	14	3.057
	3								3	716	3	716
	4										0	0
	5										0	0
<b>S.TOTAL</b>	3	683	0	0	0	0	0	0	14	3.090	17	3.773
<b>TOTAL</b>	9	2.203	0	0	0	0	0	0	36	8.104	45	10.307

LEVES		
CAT.	CAB.	KG.
LA		
LO	32	6.072,0
<b>TOTAL</b>	32	6.072,0

TOTAL ABCDE	
45	10.307,0

TOTAL LEVES	
32	6.072,0

TOTAL BOVINOS	
77	16.379,0

**Quadro n.º 22**

**RESUMO ANUAL DE CLASSIFICAÇÃO DE CARCAÇAS DE BOVINOS APROVADOS  
MATADOURO DA CALHETA  
2002**

		A		B		C		D		E		SUB. TOTAL	
		CAB.	KGS.	CAB.	KGS.								
<b>S</b>	1											0	0
	2											0	0
	3											0	0
	4											0	0
	5											0	0
<b>S.TOTAL</b>		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

<b>E</b>	1											0	0
	2											0	0
	3											0	0
	4											0	0
	5											0	0
<b>S.TOTAL</b>		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

<b>U</b>	1											0	0
	2											0	0
	3											0	0
	4											0	0
	5											0	0
<b>S.TOTAL</b>		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

<b>R</b>	1											0	0
	2	3	940						2	495	5	1.435	
	3								2	595	2	595	
	4											0	0
	5											0	0
<b>S.TOTAL</b>		3	940	0	0	0	0	0	4	1.090	7	2.030	

<b>O</b>	1											0	0
	2	37	9.103	10	2.680				137	30.755	184	42.538	
	3	3	804	2	736				21	5.343	26	6.883	
	4											0	0
	5											0	0
<b>S.TOTAL</b>		40	9.907	12	3.416	0	0	0	158	36.098	210	49.421	

<b>P</b>	1			1	167							1	167
	2	5	1.058	10	2.104				83	17.265	98	20.427	
	3			1	252				7	17.527	8	17.779	
	4											0	0
	5											0	0
<b>S.TOTAL</b>		5	1.058	12	2.523	0	0	0	90	34.792	107	38.373	

<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>11.905</b>	<b>24</b>	<b>5.939</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>252</b>	<b>71.980</b>	<b>324</b>	<b>73.824</b>
--------------	-----------	---------------	-----------	--------------	----------	----------	----------	----------	------------	---------------	------------	---------------

LEVES		
CAT.	CAB.	KG.
LA	1	37,0
LO	280	49.013,0
<b>TOTAL</b>	<b>281</b>	<b>49.050,0</b>

TOTAL ABCDE	
324	73.824,0

TOTAL LEVES	
281	49.050,0

TOTAL BOVINOS	
605	122.874,0

**Mapa n.º 23**

**RESUMO ANUAL DE CLASSIFICAÇÃO DE CARCAÇAS DE BOVINOS APROVADOS  
MATADOURO DO PORTO SANTO  
2002**

		A		B		C		D		E		SUB. TOTAL	
		CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.
<b>S</b>	1											0	0
	2											0	0
	3											0	0
	4											0	0
	5											0	0
	S.TOTAL		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>E</b>	1											0	0
	2											0	0
	3											0	0
	4											0	0
	5											0	0
	S.TOTAL		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>U</b>	1											0	0
	2											0	0
	3											0	0
	4											0	0
	5											0	0
	S.TOTAL		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>R</b>	1											0	0
	2	3	856						1	206	4	1.062	
	3	2	574	2	806						4	1.380	
	4			1	505						1	505	
	5											0	0
	S.TOTAL	5	1.430	3	1.311	0	0	0	0	1	206	9	2.947
<b>O</b>	1											0	0
	2	8	2.232	5	1.193			2	482	12	2.276	27	6.183
	3	2	510	2	693			3	859	2	406	9	2.468
	4									1	220	1	220
	5											0	0
	S.TOTAL	10	2.742	7	1.886	0	0	5	1.341	15	2.902	37	8.871
<b>P</b>	1								1	165	1	165	
	2							4	950	4	710	8	1.660
	3	1	258					1	201	2	356	4	815
	4											0	0
	5											0	0
	S.TOTAL	1	258	0	0	0	0	5	1.151	7	1.231	13	2.640
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>4.430</b>	<b>10</b>	<b>3.197</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>2.492</b>	<b>23</b>	<b>4.339</b>	<b>59</b>	<b>14.458</b>	

LEVES		
CAT.	CAB.	KG.
LA	3	363,0
LO	71	12.245,0
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>12.608,0</b>

TOTAL ABCDE	
59	14.458,0

TOTAL LEVES	
74	12.608,0

TOTAL BOVINOS	
133	27.066,0

**Mapa n.º 24**

### 3. DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE MELHORAMENTO ANIMAL

#### 3.1. Resultados técnicos do Centro de Ovinicultura da Madeira

Tabela n.º 1 – Resultados reprodutivos por raças – 2002.

Raça	OVELHAS PRESENTES À COBRICÇÃO	OVELHAS PARIDAS	ABORTOS	BORREGOS NASCIDOS (VIVOS OU MORTOS)	BORREGOS NASCIDOS VIVOS	NADOS MORTOS	BORREGOS /PARTO			SEX RATIO		BORREGOS MORTOS ATÉ 5 DIAS	BORREGOS MORTOS DOS 5 DIAS AO DESMAME &	BORREGOS VIVOS AO DESMAME &
							1	2	3	M	F			
AUSTR. BRANCO	315	271	2	332	317	15	211	59	1	170	162	23	13	281
SERRA DA ESTRELA	95	65	0	71	69	2	59	6	0	31	40	7	2	60
<b>TOTAL OVINOS</b>	<b>410</b>	<b>336</b>	<b>2</b>	<b>403</b>	<b>386</b>	<b>17</b>	<b>270</b>	<b>65</b>	<b>1</b>	<b>201</b>	<b>202</b>	<b>30</b>	<b>15</b>	<b>341</b>
CAPRINOS SAANEN	23	20	1	29	29	0	10	9	1	23 *	6	3	2	24
<b>TOTAL COM</b>	<b>433</b>	<b>356</b>	<b>3</b>	<b>432</b>	<b>415</b>	<b>17</b>	<b>280</b>	<b>74</b>	<b>2</b>	<b>224</b>	<b>208</b>	<b>33</b>	<b>17</b>	<b>365</b>

\* Dois dos quais hermafroditas

& A idade do desmame variou com a época de parição

Tabela n.º 2 – Parâmetros técnicos por raças – 2002.

RAÇA	TAXA DE FERTILIDADE (%)	TAXA DE PROLIFICIDADE (%)	TAXA DE FECUNDIDADE (%)	TAXA DE ABORTOS (%)	TAXA DE MORTALIDADE PERINATAL (%)	TAXA DE MORTALIDADE DURANTE O CRESC. (%)	PRODUTIVIDADE NUMÉRICA AO DESMAME (%)
AUSTRÍACO BRANCO	86	123	105	1	7	4	89
SERRA DA ESTRELA	68	109	75	0	10	3	63
<b>TOTAL OVINOS</b>	<b>82</b>	<b>120</b>	<b>98</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>83</b>
CAPRINOS SAANEN	87	145	126	4	10	8	104
<b>TOTAL COM</b>	<b>82</b>	<b>121</b>	<b>100</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>84</b>

**Tabela n.º 3 – Mortalidade dos borregos entre os zero e os 5 dias de idade, ocorridas nas diferentes épocas de nascimento, de acordo com o sexo e tipo de parto.**

	Época de nascimento			Sexo		Tipo de parto	
	Jan/fev	Mai/Jun	Set/Out	Fêmeas	Machos	Simplex	Duplo
<b>N.º de borregos</b>	10	14	2	17	9	10	16
<b>Peso médio ao nascimento (kg)</b>	4,7	4,2	4,5	4,3	4,5	5,0	4,0

Jan/Fev – De Janeiro a Fevereiro

Mai/Jun – De Maio a Junho

Set/Out – De Setembro a Outubro

**Tabela n.º 4 – Mortalidade dos borregos entre os 5 dias idade e o desmame, ocorridas nas diferentes épocas de nascimento, de acordo com o sexo e tipo de parto.**

	Época de nascimento			Sexo		Tipo de parto	
	Jan/fev &	Mai/Jun &	Set/Out #	Fêmeas	Machos	Simplex	Duplo
<b>N.º de borregos</b>	7	4	3	8	6	5	9
<b>Peso médio ao nascimento (kg)</b>	4,5	4,3	5,1	4,8	4,	5,1	4,3

Jan/Fev – De Janeiro a Fevereiro

Mai/Jun – De Maio a Junho

Set/Out – De Setembro a Outubro

# - Desmame aos 40 dias de idade.

& - Desmame entre os 56 dias e os 84 dias.

**Tabela n.º 5 – Evolução dos resultados reprodutivos (ovelhas + cabras).**

DESIGNAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Animais postos à cobertura</b>	384	370	373	400	388	401	422	433
<b>Parições ocorridas</b>	280	274	292	336	306	316	354	356
<b>Animais nascidos</b>	401	393	380	463	385	402	419	432
<b>Animais nascidos vivos</b>	382	382	362	432	357	386	403	415
<b>Fertilidade (%)</b>	72,9	74,1	78,3	84	79	79	84	82
<b>Prolificidade (%)</b>	143	143	130	138	126	127	118	121
<b>Animais desmamados</b>	360	357	346	400	333	344	358	365
<b>Animais ao desmame (%)</b>	94,2	93,5	95,6	92,6	93,2	89,1	88,8	87,9

**Tabela n.º 6 – Performances dos borregos e cabritos nascidos em 2002 (médias).**

Parâmetros	Por épocas de parição *&			Por raça *		Por sexo *		Por espécie	
	Jan/Fev	Mai/Jun	Set/Out	Austríaco Branco	Serra da Estrela	Machos	Fêmeas	Ovinos	Caprinos
Peso ao Nascimento (kg)	4,9	4,8	5,1	4,9	4,3	4,9	4,7	4,8	4,0
Peso aos 42 dias (kg)	14,7	13,3	14,8	14,2	12,5	14,1	13,7	13,9	12,2
Peso ao aos 84 dias	22,1	20,1	19,9	20,8	14,8	19,8	19,6	19,7	13,9 #
G.M.D (gr) (nasc.-42 dias)	233	196	231	219	194	216	214	215	198
G.M.D (gr) (42 dias- 84dias)	178	172	125	161	59	139	145	142	142 #
G.M.D (gr.) (nasc.- 84 dias)	200	180	177	186	123	174	176	175	180 #

\* Referente apenas à espécie ovina # 56 dias

& Referente apenas à raça “Montanhesa Austríaca”

Jan/Fev - parição de 1 Janeiro a 15 de Fevereiro

Mai/Jun - parição de 1 de Maio a 15 de Junho

Set/Out - parição de 1 de Setembro a 15 de Outubro

**Tabela n.º 7 – Pesos médios e ganhos médios diários dos animais seleccionados (machos + fêmeas), nascidos em 2002.**

	Peso médio ao nasc. (kg)	Peso médio aos 42 d (kg)	Peso médio aos 84 d (kg)	G.M.D (nasc.-42 d)	G.M.D (42d-84 d)	G.M.D (nasc.-84 d)
Jan/Fev	4,5	16,6	24,7	289	194	241
Mai/Jun	4,6	13,6	20,3	213	160	287
Set/Out	5,1	15,9	23,1	257	173	215
<b>Total</b>	<b>4,8</b>	<b>15,5</b>	<b>22,9</b>	<b>256</b>	<b>177</b>	<b>216</b>

Jan/Fev – Parição de 1 de Janeiro a 15 de Fevereiro (com 15 animais seleccionados)

Mai/Jun – Parição de 1 de Maio a 15 de Junho (com 12 animais seleccionados)

Set/Out – Parição de 1 de Setembro a 15 de Outubro (com 17 animais seleccionados)

nasc. - nascimento

desm. - desmame

**Tabela n.º 8 – Animais vendidos no ano 2002.**

	Fêmeas - recria	Fêmeas-refugo	Machos - recria	Machos-refugo
Janeiro	1	4	1	1
Fevereiro	23	1	28	0
Março	26	5	24	5
Abril	1	9	2	0
Maio	15	0	16	0
Junho	19	3	22	0
Julho	30	0	23	2
Agosto	1	9	3	1
Setembro	19	15	26	0
Outubro	19	0	17	0
Novembro	0	0	0	1
Dezembro	0	7	7	1
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>53</b>	<b>169</b>	<b>11</b>

**Tabela n.º 9 – Produção de leite e de queijo de ovelha de raça “Montanhesa Austríaca” em 2002**

Produção Meses	Leite ordenhado	Leite dest. à prod. de queijo	Queijo (kg)	Rendimento	Queijo fresco (kg)	Rendimento
<b>Janeiro</b>	141,1	0	0	0	0	0,00
<b>Fevereiro</b>	16,38	0	0	0	0	0,00
<b>Março</b>	20,93	0	0	0	0	0,00
<b>Abril</b>	546,8	0	0	0	0	0,00
<b>Mai</b>	267,8	0	0	0	0	0,00
<b>Junho</b>	207,8	0	0	0	0	0,00
<b>Julho</b>	278,6	0	0	0	0	0,00
<b>Agosto</b>	393,2	278,4	0	0	50,065	527,00
<b>Setembro</b>	315	114,2	0	0	17,385	183,00
<b>Outubro</b>	79,8	22,4	0	0	4,75	50,00
<b>Novembro</b>	749,4	514,4	0	0	95	1.000,00
<b>Dezembro</b>	590,4	377	0	0	99,475	1.047,00
<b>Total</b>	<b>3.607,21</b>	<b>1.306,40</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>266,7</b>	<b>2807,0</b>

**Tabela n.º 10 – Produção de leite e de queijo de ovelha de raça “Serra da Estrela” em 2002**

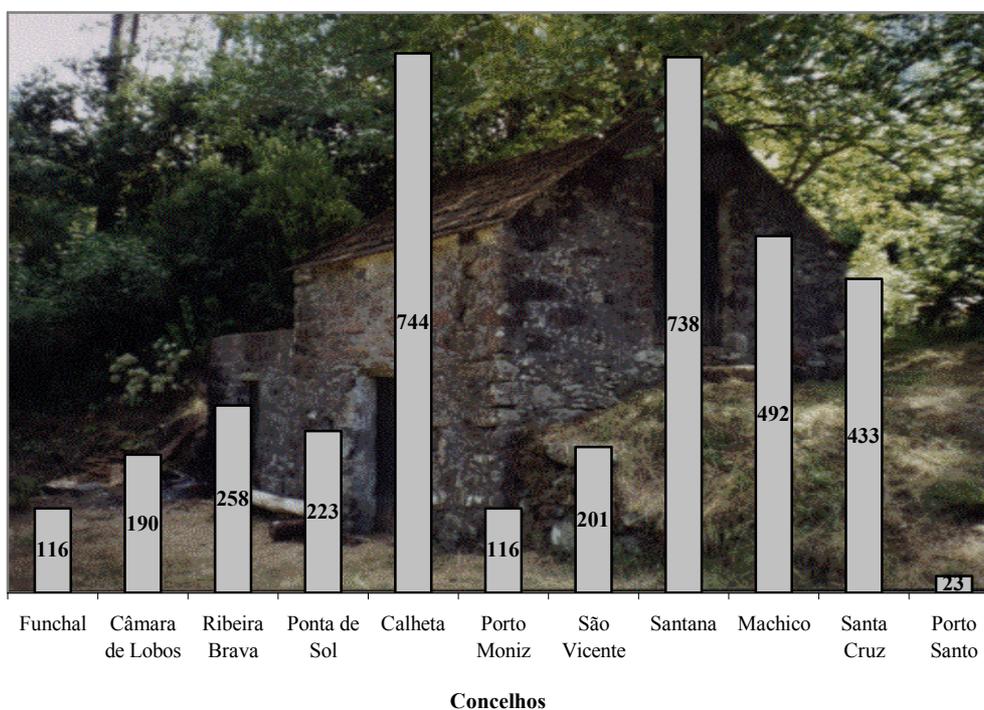
Produção Meses	Leite ordenhado	Leite dest. à prod. de queijo	Queijo (kg)	Rendimento	Queijo fresco (kg)	Rendimento
<b>Janeiro</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Fevereiro</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Março</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Abril</b>	285,8	0	0	0	0	0
<b>Mai</b>	107,6	0	0	0	0	0
<b>Junho</b>	132,5	0	0	0	0	0
<b>Julho</b>	54,8	0	0	0	0	0
<b>Agosto</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Setembro</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Outubro</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Novembro</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Dezembro</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>580,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>

Tabela n.º 11 – Produção de leite e de queijo de cabra em 2002

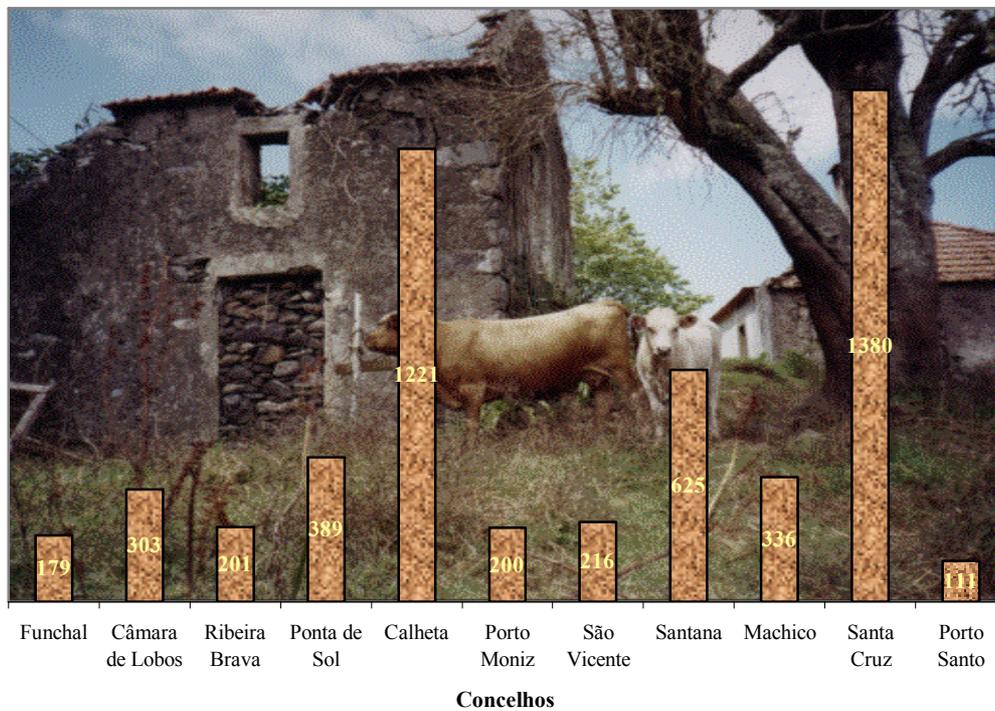
Produção Meses	Leite ordenhado	Leite dest. à prod. de queijo	Queijo (kg)	Rendimento	Queijo fresco (kg)	Rendimento
Janeiro	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	0	0	0
Março	360,4	0	0	0	0	28
Abril	951,8	0	0	0	0	42
Maió	976,6	0	0	0	0	264
Junho	781,4	0	0	0	0	0
Julho	763,8	0	0	0	0	0
Agosto	591,8	86	0	0	2,66	28
Setembro	612	531,4	0	0	49,115	517
Outubro	296,2	260,8	0	0	44,84	472
Novembro	0	0	0	0	0	0
Dezembro	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>5.334,00</b>	<b>878,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>96,6</b>	<b>1.351,00</b>

### 3.2. Identificação, Registo e Circulação de Bovinos Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos

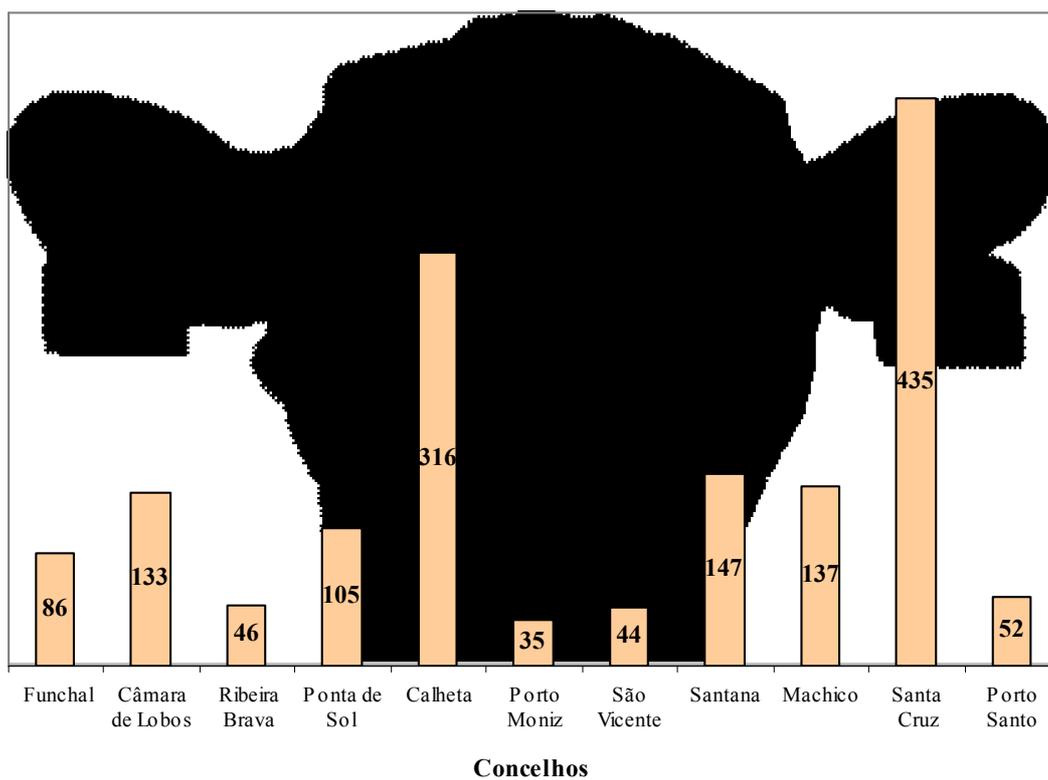
Número de Explorações por Concelho  
Gráfico I



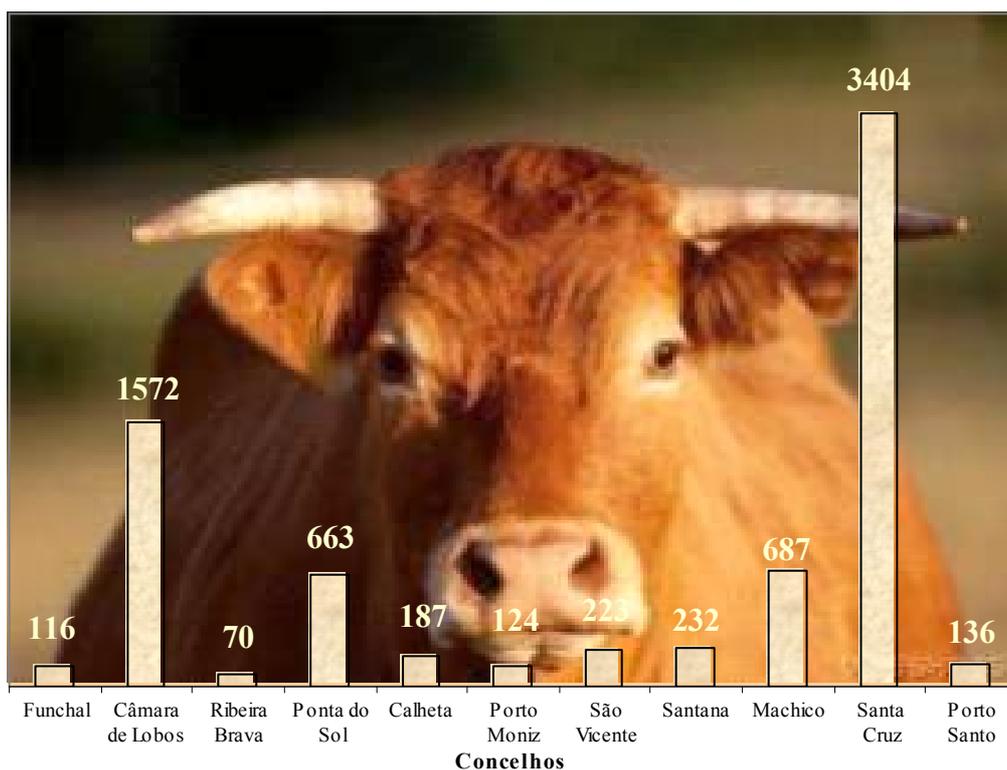
**Número de Bovinos por Concelho**  
**Gráfico II**



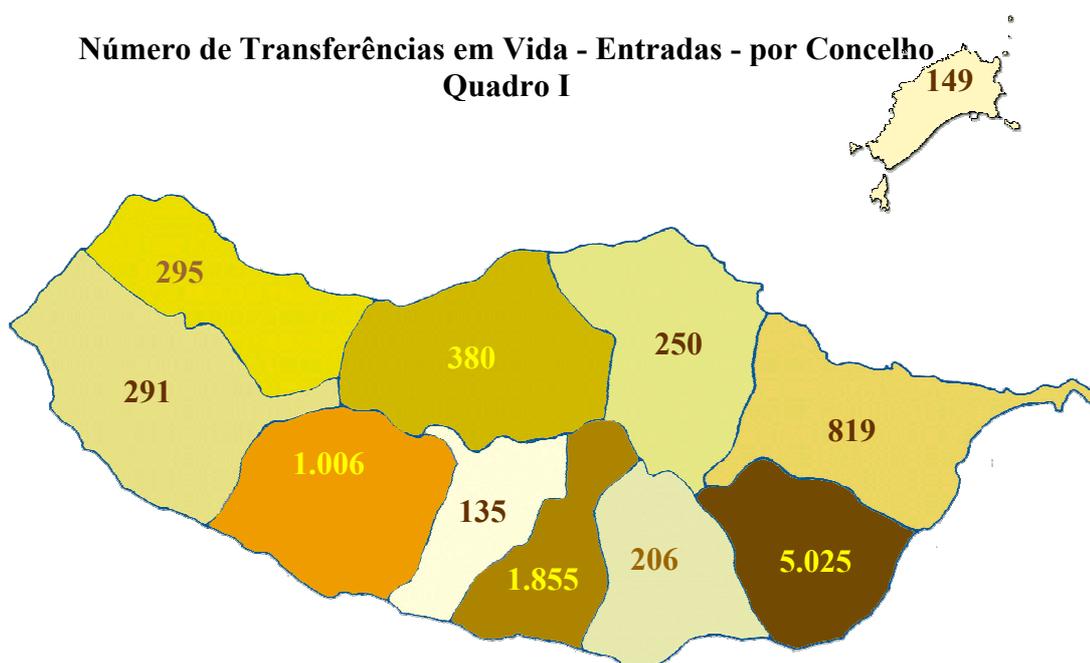
**Número de Nascimentos de Bovinos por Concelho**  
**Gráfico III**



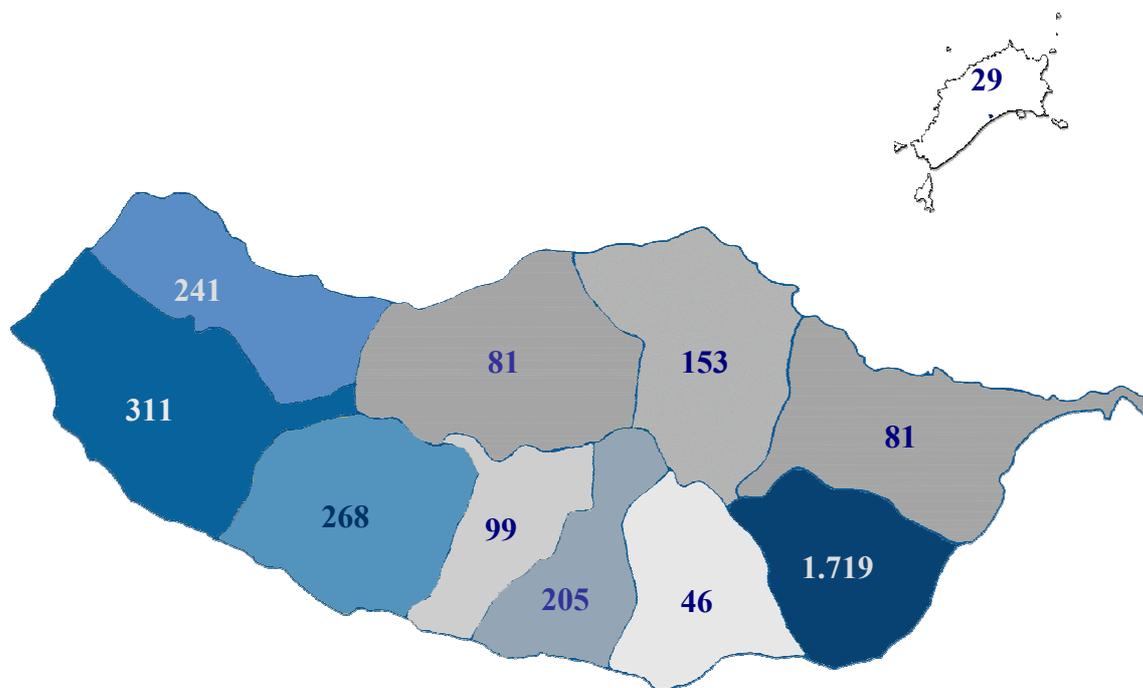
**Número de Transferências para Abate- saídas- por Concelho**  
Gráfico IV



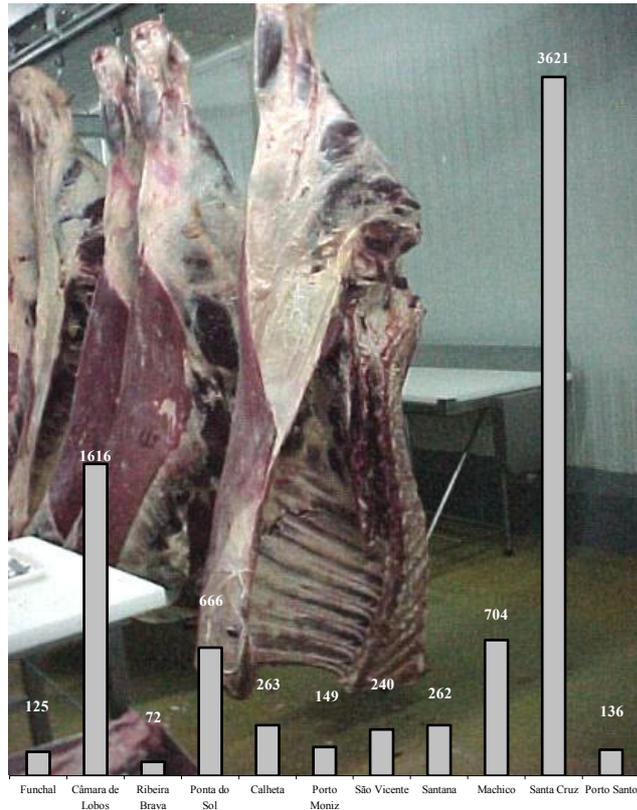
**Número de Transferências em Vida - Entradas - por Concelho**  
Quadro I



**Número de Transferências em Vida - saídas - por Concelho**  
**Quadro II**



**Número de Animais Abatidos por Concelho**  
**Gráfico V**



**Concelhos**